



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VIVIAN SANTOS DA SILVA

A QUESTÃO TUAREGUE NO NORTE DO MALI E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE
CRISES E CONFLITOS DO SAHEL (ÁFRICA OCIDENTAL)

Rio de Janeiro

2023

VIVIAN SANTOS DA SILVA

A QUESTÃO TUAREGUE NO NORTE DO MALI E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE
CRISES E CONFLITOS DO SAHEL (ÁFRICA OCIDENTAL)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia do
Departamento de Geografia do Instituto de
Geociências, Universidade Federal do Rio
de Janeiro como requisito para a obtenção
do título de doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Frédéric Monié.

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S858q Santos da Silva , Vivian
A questão tuaregue ao norte do Mali e a formação do Sistema de Crises e Conflitos do Sahel (ÁFRICA OCIDENTAL) / Vivian Santos da Silva . -- Rio de Janeiro, 2023.
209 f.

Orientador: Frédéric Monié.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. A questão tuaregue. 2. Territórios insurgentes. 3. Sistema regional de conflitos e crises. I. Monié, Frédéric , orient. II. Título.

VIVIAN SANTOS DA SILVA

A QUESTÃO TUAREGUE AO NORTE DO MALI E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE
CRISES E CONFLITOS DO SAHEL (ÁFRICA OCIDENTAL)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia do
Departamento de Geografia do Instituto de
Geociências, Universidade Federal do Rio
de Janeiro como requisito para a obtenção
do título de doutor em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Frédéric Monié

Aprovada em: 03/04/2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Frédéric Monié (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Acácio Sidinei Almeida Santos
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Prof. Dr. Alfa Oumar DIALLO
Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Rosemberg FERRACINI
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer à Universidade Federal do Rio de Janeiro por ter sido minha morada nos últimos 14 anos. Cresci nos corredores dessa instituição; cultivei memórias inesquecíveis; fiz amizades que levei para fora desses muros; tive acesso ao ensino público de qualidade, com aulas e professores que marcaram a minha concepção de mundo e me ajudaram a encontrar na pesquisa acadêmica o meu lugar, acreditando no papel da Ciência como algo fundamental e determinante para o presente e futuro da sociedade.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar meu trabalho ao longo dos 4 anos de pesquisa. No Brasil ser pesquisador se tornou uma ação de resistência. E, me mantenho resistindo e acreditando no papel libertador do conhecimento e na força que, enquanto pesquisadores, somos capazes de exercer no país, agindo com resiliência e lutando em tempos difíceis e sendo otimistas que tempos melhores estão por vir.

Agradeço ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Frédéric Monié, que desses 14 anos de UFRJ, há 13 me orienta como pesquisadora (desde os longínquos tempos de Graduação). Olhando para trás percebo o quanto aprendi nesses 13 anos, com 4 apresentações de JIC (Jornada de Iniciação Científica), inúmeros congressos, trabalhos, artigos, a elaboração do meu TCC, 2 anos de Mestrado e 4 anos de Doutorado. Obrigada por acreditar em mim e me dar liberdade para mudar de objeto de pesquisa. Depois de longos anos trabalhando com Geografia Econômica e Urbana, meu desejo era que a minha tese de doutorado fosse sobre um tema que realmente me despertasse interesse. E, por essa chance, só tenho a agradecer, já que a Geografia da África e a Geopolítica se tornaram essenciais na minha vida. Mais do que um orientador, te agradeço por sua amizade. Muito obrigada pela paciência e parceria ao longo de todos esses anos.

Ao grupo de estudos e pesquisa Espaços e Sociedades na África subsaariana – GeoÁfrica, agradeço a oportunidade por fazer parte dessa equipe, enquanto pesquisadora e, de forma pessoal, agradeço a todos os membros, que sempre me apoiaram. Me sinto profundamente honrada por trabalhar com essa temática e por todas as trocas com pesquisadores africanos e brasileiros que constituem o nosso grupo GeoÁfrica.

Aos meus pais (Áurea e Valdomiro) agradeço por ser quem sou. Tudo eu devo a vocês. Sem vocês, com toda certeza, nada seria. Sendo filha de pais humildes, vi e vivi todo sacrifício que vocês passaram para me apoiarem financeiramente em minha formação (desde o ensino básico até o fim da minha graduação). Se hoje, a filha de uma manicure e de um apontador de obras termina o seu doutorado é porque vocês tornaram isso possível. Para vocês, o melhor de mim, meu mais profundo e puro amor e, minha gratidão, que é imensurável.

Para o meu marido Pedro, minha gratidão repleta de amor. Obrigada por todo apoio nesses 11 anos juntos. Você, sempre ao meu lado, vibrou comigo em cada conquista, com a minha aprovação no mestrado, quando me tornei Mestre e, logo depois, quando festejei minha entrada no doutorado. Mas, você também me acompanhou e me apoiou nos momentos difíceis. Em cada dia de choro e insegurança, você sempre acreditou em mim e me fez ter a confiança e a força para ir até o final dessa longa jornada. Muito obrigada meu amor, por tudo. Você foi fundamental em todo esse processo.

Aos meus queridos amigos, seria impossível colocar todos os nomes que gostaria de agradecer nessas páginas, por graças aos céus, são muitos. Sou muito feliz por ter ao meu lado pessoas maravilhosas, que se alegram com as minhas conquistas, choram comigo nas minhas derrotas e me fazem lembrar que dias melhores sempre virão. Para eles, meus agradecimentos mais doces. Mas, em especial quero citar pessoas que foram meu ombro e meu colo ao longo deste trabalho. Muito obrigada Isabô, Gabi, Luana, Thaís, Priscilla, Nathy, Nathan, Euridson, minha sogra (Arlete), minha avó emprestada (Emília), Cinthia, Flávia, Fernanda e Crystyan. Sorte a minha é ter vocês ao meu lado.

Gostaria também de agradecer a espiritualidade, muito obrigada a Deus, a todos os meus guias, orixás e ao povo de rua, que sempre enxugaram minhas lágrimas e me fizeram lembrar do quanto eu sou forte e capaz de enfrentar meus medos, ganhar minhas batalhas e conquistar meus objetivos. Muito obrigada por nunca desistirem de mim e por me acompanharem em todos os meus caminhos.

E, por fim, gostaria de agradecer profundamente aos professores que aceitaram fazer parte da minha banca de defesa. É uma honra ter vocês como avaliadores. Muito obrigada por fazerem parte da conclusão desse trabalho e pela disponibilidade de cada um de vocês.

RESUMO

O Mali, ex-colônia francesa localizada no Sahel africano, é desde sua Independência palco de tensões crônicas que sacudiu o Norte do país e que resultaram, em 2012, no enfrentamento aberto envolvendo o governo central e diferentes grupos de tuaregues; populações brancas e negras; organizações terroristas exógenas e endógenas; milícias comunitárias locais, redes criminosas, além de potências estrangeiras regionais e mundiais. O presente trabalho busca identificar as relações existentes entre o conflito e as dinâmicas históricas, políticas, econômicas e ambientais travadas no Sahel, assumindo assim, que existe a formação e consolidação de um *Sistema de Crises e Conflitos* na região. Como ponto de partida analítico, o recente evento conflituoso de 2012, que culminou em um golpe de Estado e em inúmeros desdobramentos regionais, é o foco inicial de investigação. A tese considera que a análise deste conflito e da formação desse sistema demanda uma abordagem crítica da geopolítica, com a aplicação do método dialético e da lógica de ação recíproca, para assim, abarcar de forma multidimensional e multiescalar as inúmeras nuances e correlações existentes que se desenvolvem e reproduzem de forma sistêmica no fenômeno analisado. Para isso, são mobilizados levantamentos bibliográficos referenciais e um arcabouço metodológico e conceitual que permitam a compreensão de como as relações geo-históricas seculares desse território fazem parte de uma conjuntura que gera e mantém diferentes tensões, multiterritorialidades, crises, conflitos difusos e uma instabilidade crônica e expansiva.

Palavras-chave: Território; Práticas espaciais; Sistema de Crises e Conflitos

ABSTRACT

Mali, a former French colony located in the African Sahel, has since been the scene of chronic tensions that shake the North of the country and resulted in the open confrontation involving the central government and different Tureg groups in 2012; white and black populations; exogenous and endogenous terrorist organisations; local community militias, criminal networks, as well as regional and global foreign powers. The present work seeks to identify the existing relations between the conflict and the historical, political, economic, and environmental dynamics waged in the Sahel, thus assuming that there is the formation and consolidation of a System of Crises and Conflicts in the region. As an analytical starting point, the recent conflicting event of 2012, which culminated in a state coup and numerous regional developments, is the initial focus of research. The thesis considers that the analysis of this conflict and the formation of this system demands a critical approach to geopolitics, with the application of the dialectical method and the logic of reciprocal action, in order to analyse in a comprehensive and multiscale way the numerous nuances and correlations that develop and reproduce themselves in a systemic way in the analyzed phenomenon. For this, referenced bibliographic surveys and a methodological and conceptual framework are mobilized that allow the understanding of how the secular geo-historical relations of this territory are part of a conjuncture that generates and maintains different tensions, multiterritorialities, crises, diffuse conflicts, and a chronic and expansive instability.

Keywords: Territory; Spatial practices; Crisis and Conflict System.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Esquema (explicativo) metodológico..... | 9 |
| Figura 2. Densidade populacional Hab/Km2 | 31 |
| Figura 3. Índice de acessibilidade às águas subterrâneas..... | 54 |
| Figura 4. Urbanização e rede urbana no Sahel 1950 – 2010..... | 55 |
| Figura 5. Estado de crise alimentar no Sahel (março-maio) 2018) | 65 |
| Figura 6. Estado de crise alimentar no Sahel (Junho- Agosto) 2018 | 66 |
| Figura 7. Grupos militares islâmicos e suas atividades no continente africano..... | 89 |
| Figura 8. Áreas de atuação das intervenções internacionais no Mali em 2014..... | 119 |
| Figura 9. Formação do sistema regional instável do Sahel – Sistema de Crises/Conflitos | 176 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1. Recursos Hídricos Renováveis totais e retirada anual por habitante..... | 54 |
| Gráfico 2. Projeções populacionais para o continente africano..... | 56 |
| Gráfico 3. Crescimento do islamismo e do cristianismo na África Subsaariana desde 1900 | 87 |
| Gráfico 4. Ataques terroristas no Magreb e no Sahel entre 2001 e 2013..... | 92 |
| Gráfico 5. Cronologia das ramificações da AQMI..... | 122 |
| Gráfico 6. Fatalidades da MINUSMA - 2019 | 137 |
| Gráfico 7. A evolução do Islã no continente africano | 150 |
| Gráfico 8. Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Fragilidade..... | 164 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Indicadores socioeconômicos de países do continente africano..... | 64 |
| Tabela 2. Índice dos Estados mais falidos do mundo. Faça sua própria tabela e com dados mais recentes | 72 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1. Divisão administrativa do Mali | 32 |
| Mapa 2. Países sahelianos | 51 |
| Mapa 3. Redes e territórios do narcotráfico na África Ocidental | 80 |
| Mapa 4. O Território do Mali: O conflito ao Norte do país | 106 |
| Mapa 5. A situação dos refugiados do Mali – 2017..... | 162 |
| Mapa 6. Dispersão populacional no Mali – Refugiados externos e internos – 2019..... | 168 |
| Mapa 7. Deslocamento do conflito do Mali..... | 173 |

LISTA DE CARTOGRAMAS

| | |
|---|-----|
| Cartograma 1. A região histórica Tuaregue | 17 |
| Cartograma 2. Zonas Climáticas do Sahel | 52 |
| Cartograma 3. Os 20 países mais pobres em 2022 | 57 |
| Cartograma 4. Potencial do continente africano para a Qatar Airways | 154 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Arcabouço metodológico conceitual | 6 |
| Quadro 2. Territórios dos tuaregues (Tumast) | 18 |
| Quadro 3. Evolução geo-história do conflito tuaregue pós-independência no Mali.... | 42 |
| Quadro 4. Os principais grupos armados e problemas geopolíticos do Sahel..... | 73 |
| Quadro 5. Grupos terroristas que atuam no Sahel africano | 93 |
| Quadro 6. Principais conflitos em Chade, Níger e Mali..... | 96 |
| Quadro 7. Atores militares não estatais envolvidos diretamente no conflito do Mali | 101 |
| Quadro 8. Atores diretos e indiretos envolvidos no conflito ao Norte do Mali | 108 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. A “QUESTÃO TUAREGUE”: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA | 16 |
| 1.2. O Nomadismo e a colonização do Mali: O inimigo francês | 20 |
| 1.2.1 O processo de Independência do Mali e a política de sedentarização tuaregue | 30 |
| 1.2.2 A mobilidade nômade e o Estado-Nação westfaliano no Mali: As práticas espaciais de um conflito | 41 |
| 2. O SISTEMA REGIONAL DE CRISES E CONFLITOS DO SAHEL: O "COMBUSTÍVEL" QUE ALIMENTA O CONFLITO AO NORTE DO MALI? | 47 |
| 2.1 O Sahel e sua caracterização: Aspectos ambientais, econômicos e demográficos..... | 50 |
| 2.1.1 A região do Sahel e sua vulnerabilidade ambiental: da crise ecológica à crise humanitária | 58 |
| 2.2.2. O Sistema regional de crises e conflitos do Sahel: Aspectos políticos e geopolíticos | 71 |
| 2.2.3 A criminalização da economia e as fronteiras porosas: fluxos descontrolados, atividades ilegais e conflitos territoriais. | 77 |
| 2.2.4 A penetração do islamismo fundamentalista no Sahel e atuação de organizações terroristas: Um novo "pavio" aceso | 86 |
| 2.2.4.1 O sistema regional saheliano e o conflito tuaregue: Motivações, discursos e tensões | 95 |
| 3. A INSURGÊNCIA DE NOVOS ATORES, ESTRATÉGIAS E TERRITÓRIOS NO NORTE DO MALI | 102 |
| 3.1 O Norte do Mali e a eclosão de um "novo" conflito | 103 |
| 3.1.2 Azawad: um território da mobilidade tuaregue? | 103 |
| 3.1.3 Os grupos radicais islâmicos e o conflito ao norte do Mali: práticas heterônomas ou insurgentes? | 109 |
| 3.2 As estratégias e os territórios do terrorismo | 114 |
| 3.3. As consequências regionais do conflito ao Norte do Mali: Mais “combustível” para deflagração de crises e conflitos no sistema regional do Sahel? | 120 |
| 3.3.1 Intervenções estrangeiras regionais: Linhas de troca de um sistema em desequilíbrio? | 120 |
| 3.2.2 Intervenções estrangeiras internacionais: Entre a ajuda e a busca de interesses geopolíticos | 131 |
| 3.3.2 Refugiados e novos conflitos: Um sistema em colapso? | 158 |
| 3.4 Da crise no norte do Mali a mobilidade do conflito para outras dimensões sahelianas: Novos desequilíbrios e protagonistas..... | 170 |
| 4. CONCLUSÃO | 177 |
| REFERÊNCIAS | 182 |

INTRODUÇÃO

O Mali, na atualidade ainda é reconhecido como uma ex-colônia francesa, localizada no Sahel africano e, que figura entre os países mais pobres do mundo. No entanto, seu passado conta uma história de grande imponência, que muitos ainda desconhecem. O Mali não se constituiu enquanto território a partir do processo de colonização, ao contrário, sua construção remota o séc XI e as perspectivas de poder e expansão do Império foram muito mais gloriosas do que a literatura colonial tentou mensurar e definir nos estudos sobre este território.

Segundo Ki-Zerbo (2009), a formação política do império do Mali era representada por diversos clãs, marcando um multiculturalismo. No século XIII, o Império dominou o antigo reino de Gana se expandindo até o litoral atlântico, dominando as minas de ouro de Bambuk e Buré, e assumindo o poder nas cidades de Audagoste, Tombuctu, Gao e Djené, tornando-se assim, um dos impérios mais ricos de seu tempo na África Ocidental (século XIII ao XV).

Seu declínio foi marcado por lutas internas pela posse do trono; por um crescimento do Império de Gao e levantes dos reinos vassalados. Esses fatores contribuíram para que, paulatinamente, o enfraquecimento desse império chegasse ao seu ápice e, por consequência, seu fim (KI-ZERBO, 2009).

A colonização francesa (1880-1890) iniciou então um conturbado processo de dominação, que não foi apaziguado com a independência do país, ao se tornar um Estado-Nação (1960). Entre séculos de diferença, uma constante sempre foram as lutas internas, que perduraram no tempo e no espaço. E, desde 2012, novamente, esse país se tornou palco de um enfrentamento aberto, envolvendo, desta vez, o governo central, diferentes grupos de tuaregues, populações brancas e negras, organizações terroristas endógenas e exógenas, diversas milícias locais, redes criminosas, além de potências estrangeiras regionais e mundiais.

O conflito ao norte do Mali é *a priori* marcado pela resistência e insurgência de um movimento (Tuaregue) lutando pela autonomia/emancipação frente ao governo central, envolvendo motivações, atores (endógenos e exógenos), escalas e estratégias complexas, que resultam em múltiplas territorialidades.

A colonização francesa no Mali, entre o final do século XIX e o início dos anos 1960, não diminuiu as tensões seculares entre populações das regiões meridionais e

setentrionais, tensões estas que se agravaram depois da Independência. Desde então, os governos sucessivos, empenhados na construção do Estado-nação por meio da exaltação do Império do Mali, da modernização da sociedade e do desenvolvimento da economia, mantiveram relações conflituosas com os nômades nortistas, cujo estilo de vida sempre foi repudiado. Conseqüentemente, as tentativas de sedentarização forçada promovidas pelo regime de Bamaco, aguçaram, entre os tuaregues, um sentimento de rejeição para com o poder central (DUARTE, 2013; BENJAMINSEN, 2008, KEITA, 1998).

As relações intercomunitárias e seus conflitos, evoluem também em função de fenômenos *a priori* mais conjunturais. As graves secas que atingiram o norte do Mali nos anos 1970 e na primeira metade da década de 1980 agravaram os problemas sociais, intensificando os fluxos migratórios em direção as cidades ao Sul e acirrando as rivalidades entre pecuaristas nômades e agricultores sedentários.

O crescente sentimento de marginalização dos tuaregues malineses, mas também argelinos e líbios, levou ao grande levante de 1990 e à uma sucessão de rebeliões seguidas por acordos de paz (1991, 2006, 2009) (BENJAMINSEN, 2008). No entanto, as promessas de maior autonomia, de investimentos econômicos e em infraestruturas, de integração dos tuaregues às forças regulares do Mali e a todas as instâncias administrativas, não foram cumpridas pelos seus promotores (KEITA, 1998). Se por um lado, as populações do Centro e do Sul rechaçam as concessões aos “povos árabes” da metade setentrional do país (DUARTE, 2013; WALLENSTEEN, 2002; LEVINE, 1996; IRIN, 2013), por outro, apesar da relativa heterogeneidade do movimento, os rebeldes demonstram uma crescente capacidade de organização e se beneficiam do apoio da população Tuaregue, para a criação de um Estado autônomo (Independente?), chamado de Azawad (DUARTE, 2013).

As tensões se agravaram também em função da crescente instabilidade geopolítica na África do Norte. Nesta escala macrorregional, a guerra civil na Argélia (1991/2002), a “Primavera Árabe”, a intervenção militar estrangeira e a guerra civil na Líbia intensificaram a circulação de fundamentalistas islâmicos, mercenários e traficantes de armas entre África do Norte e o Sahel, fragilizando, ainda mais, o controle dos Estados sobre seus territórios (GALITO, 2013). E nesse contexto, foi criado o Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA), preconizando a independência da população Tuaregue do Mali, com a nova rebelião no final de 2011.

Acreditando que, a guerra no Mali, cujos contornos são difíceis de delimitar claramente, participa de um *sistema regional instável* (escala do Sahel) (MACHADO, 1995; DIALLO, 2009; GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009; e ANSORG, 2011), cujas intrínsecas combinações de tensões, crises e conflitos, ligados no tempo e no espaço, podem alimentar-se mutuamente e, eventualmente, se articularem sob a influência de dinâmicas exógenas.

O principal questionamento afluído (problemática), se desdobra exatamente sobre a relação/tensão existente entre o conflito Tuaregue ao norte do Mali (e suas especificidades) e o sistema regional de crises e conflitos do Sahel, tendo como foco analítico, as possíveis influências (causalidades) que cada fenômeno pode exercer sobre o outro.

Como fio condutor da tese, exploramos a hipótese de que existe uma intensa relação entre o conflito Tuaregue ao norte do Mali e o *Sistema regional de crises e conflito do Sahel*. Para além das motivações específicas e locais do conflito, as condições estruturais (aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais) desta região, podem estar contribuindo, de forma contundente, como estímulos e/ou combustíveis para este conflito.

Segundo Ansorg (2011), as guerras contemporâneas não são mais travadas apenas pelos exércitos regulares de nações soberanas, mas também, envolvem uma pluralidade de atores da violência e da segurança, que se relacionam de forma abstrusa e que, muitas vezes, competem pelo controle político e pelo monopólio da violência em uma região. O aumento da violência, tanto horizontal, quanto vertical, difunde-se em diferentes níveis de ação - local, nacional, regional e internacional – constituindo uma zona geograficamente de insegurança, com a presença de conflitos violentos interdependentes, que se alimentam reciprocamente (ANSORG, 2011).

Acreditamos então, que o afrontamento entre práticas espaciais¹ heterônomas e insurgentes (SOUZA, 2013), que fazem emergir novos territórios e multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004) no norte do Mali, faz parte de um complexo quadro regional, que se apresenta como uma conjuntura estrutural catalisadora, que acirra tensões entre diferentes atores

¹ “são práticas espaciais que se constituem como práticas sociais densas de espacialidade” (SOUZA, 2013:246), podendo ser de vários tipos, e tendo servido ao longo da história, ora a dominação e manutenção de hierarquias (práticas heterônomas), ora à emancipação, em busca de uma autonomia, ou pelo menos contra a heteronomia (práticas insurgentes) (SOUZA, 2013).

Da mesma maneira que o desenvolvimento destas práticas e seus afrontamentos, também catalisa o aumento da instabilidade regional, constituindo assim, um fenômeno amplo que se desenvolve por meio de influências mútuas, no qual é impossível apreender o conflito em si, sem analisar o sistema regional no qual este se insere, e vice-versa.

Tendo elaborado a problemática e a hipótese, definimos então, nosso objetivo de pesquisa, que consiste em analisar: *Como as tensões inerentes ao conflito ao norte do Mali podem estar sendo acirradas pelas dinâmicas travadas no sistema regional de crises e conflitos do Sahel? E como este sistema regional pode ser mutuamente influenciado pelo desdobramento deste conflito? É possível que no desenvolver dos eventos, um fenômeno abarque (completamente) o outro? E se sim, por quê?*

Para conseguir alcançar o objetivo delimitado, foram elaboradas questões pertinentes que possam guiar a análise dos fatores envolvidos no fenômeno estudado, sendo estes os seguintes questionamentos: a) *Como a problemática entre mobilidade e território (nômades X sedentários) constitui um fator essencial para compreensão deste conflito?* b) *Como e de que forma os atores (Estado-Nação X Movimento Tuaregue) protagonizam práticas espaciais heterônomas e insurgentes?* c) *Por que e de que maneira, os grupos radicais islâmicos se inserem neste conflito? Eles atuam por meio de práticas heterônomas ou insurgentes?* d) *Qual a relação existente entre a instabilidade do poder Estatal do Mali e a eclosão de conflitos no norte do país?* e) *Por que o movimento Tuaregue (nômade) reivindicou - como um movimento de cunho separatista (movimento insurgente) em 2012 - a independência de "Azawad"? e, como esse processo de territorialização se insere na mobilidade nômade e no território-rede da região do Sahel?* f) *Como o sistema regional de crises e conflitos, no qual se insere a região do Sahel, corrobora para a eclosão deste conflito?* g) *Quais são suas principais consequências regionais?*

Em relação à perspectiva utilizada neste trabalho, consideramos que o *Realismo Crítico* é o paradigma mais pertinente para elucidar as questões supracitadas, numa pesquisa qualitativa, que não tem como principal foco a com representatividade numérica, mas sim, o aprofundamento da compreensão de um determinado fenômeno (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Para Sayer (1992), o *Realismo crítico* na geografia surgiu como uma crítica da ciência espacial, que traz à tona a hipótese de que a causalidade pode ser apreendida a partir da variação espacial. Em contraste com o modelo realista de representação

da ciência espacial, o realismo crítico adota uma profundidade que compreende as imagens e os significados como reflexos de estruturas mais amplas e mais profundas.

Embora os realistas críticos compreendam a *Hermenêutica* como um método de compreensão, eles também reconhecem a existência de uma realidade objetiva nas relações naturais e sociais, analiticamente acessível. Shaw elucida que os objetos no realismo crítico não são variações espaciais, mas sim, eventos que acontecem no mundo e que fazem com que ele mude” (SHAW et al, p.16, 2010).

Para SHAW et al (2010) é importante notar que a ontologia do realismo crítico sugere que esses eventos só podem ser entendidos como resultados produzidos por forças estruturais e mecanismos causais mais profundos (SHAW et al, 2010:18). Sendo que é preciso ressaltar que os seres humanos, nesse processo, são considerados capazes de refletir sobre essas estruturas e, se necessário, podem mudar as condições de sua própria existência.

Os realistas críticos acreditam que os eventos singulares são dignos de explicação. Na verdade, eles defendem a ideia de que a frequência ou a magnitude do acontecimento nos dizem pouco sobre sua causalidade (SAYER, 1985). Para esses teóricos, a causalidade só pode ser determinada por meio da análise rigorosa e profunda sobre os poderes causais que produzem resultados particulares. Por conseguinte, a procura das causas deve prosseguir numa base causalista (SHAW et al, 2010). Mesmo podendo haver repetição em forças causais, estas não podem ser assumidas de forma apriorística.

Assim, sob o realismo crítico, só uma descrição detalhada da confluência dos contextos espaciais, históricos e culturais, em consonância com a apreensão das motivações dos indivíduos envolvidos, poderia de fato, produzir uma "explicação" do evento (SHAW et al, 2010). Sendo este, o caminho escolhido por esta pesquisa, para a explanação do conflito Tuaregue ao norte do Mali, numa perspectiva multidimensional.

Neste contexto de análise realista crítica, o ponto de partida é a busca de mecanismos causais, com foco nos processos e estruturas, e não nos resultados e padrões. Como uma pesquisa de abordagem intensiva², o objetivo é determinar como os processos operam para produzir um determinado padrão. Optamos por uma abordagem centrada em amostras menores (estudo de caso), que envolve métodos

² Essa abordagem geralmente se baseia em estudos de casos e pode envolver métodos qualitativos para caracterizar processos sociais (SHAW et al, 2010).

qualitativos. Sendo que, na epistemologia realista, os estudos de caso não objetivam generalizações empíricas. Por esse viés, estudos de caso são usados para determinar questões de causalidade e processo, e não representam padrões mais amplos (SHAW et al, 2010).

Assumindo que entender e analisar o conflito no norte do Mali constitui-se um grande desafio para a análise geopolítica, pois a ação dos atores é caracterizada por múltiplas e flexíveis nuances, alianças, estratégicas, táticas e espaços de engajamento (RÉTAILLÉ, 2013; COULIBALY; LIMA, 2013), para realizar esta pesquisa foi elaborado inicialmente um arcabouço metodológico conceitual pautado em eixos de reflexão organizados em torno de conceitos-chave e noções. Os eixos, que facilitam o encaminhamento metodológico do estudo, estão sintetizados no quadro 1.

Quadro 1. Arcabouço metodológico conceitual

| Linhas de abordagem | Eixo de reflexão | Conceitos, categorias e noções | Referências |
|---|---|---|---|
| A questão tuaregue | Práticas espaciais | Território-móvel/ Território-zona Práticas espaciais heterônomas/ insurgentes Movimentos dissidentes | SACK (1986); HAESBAERT (2004); SOUZA (2005); VELTZ (1999) CLAUDOT-HAWAD (2013); SOUZA (2013); RETAILLÉ E WALTHER (2013); GALITO (2013); |
| Sistema regional de conflitos do Sahel | Região; Crises e Conflitos | Sistemas abertos/Sistemas instáveis/Sistemas de crises e conflitos Crises e conflitos no Sahel Conflitos territoriais | GLANSDORFF (1989); MACHADO (1995); DIALLO (2009); GIROUX; LANZ; SGUAIMATTI (2009); ANSORG (2011); COX (2017) CLAUDOT-HAWAD (2013); LUNARDON (2010); MAZRUI E WONDJI (2010); GALITO (2013); RETAILLÉ E WALTHER (2013); ZHOURI E LASCHEFSKI (2010); SACK (1986) |
| Territórios, redes e insurgências | Atores, escalas, estratégias, redes e territórios | Escalas/ Níveis de análise Território-móvel Território-zona/território rede Práticas espaciais heterônomas/ insurgentes no Sahel | CASTRO (1995); LACOSTE (1997) SACK (1986); HAESBAERT (2004); SOUZA (2005) SOUZA (2013); RETAILLÉ (2013) |

Elaboração própria, 2017.

A operacionalização da pesquisa recorre à combinação de dois métodos de análise. Partindo do entendimento que a pesquisa visa examinar o fenômeno em questão, de modo a averiguar os fatores que exercem influências sobre este, assim como, as possíveis influências que este pode, em múltiplas escalas, exercer sobre outros fenômenos, realizaremos uma análise correlacional, de forma processual e sistêmica.

Mesmo reconhecendo a importância de escolha do pesquisador por um método como referência, acreditamos que, nesse caso específico, o ideal é empregar métodos e não um método, visando ampliar as possibilidades de análise, considerando que não há apenas uma forma capaz de abarcar toda complexidade das investigações. Sendo assim, as necessidades de investigação, dentro de uma abordagem indutiva, nos levaram à adoção dos métodos: dialético e histórico.

Como método científico, a dialética nos remete a um conceito bastante antigo. Este método foi utilizado inicialmente por Platão no sentido da arte do diálogo. Já na Antiguidade e na Idade Média, o termo era utilizado como sinônimo de lógica (PRODANOV; FREITAS, 2013). O método dialético atingiu seu auge com Hegel (GIL, 2008), sendo depois reformulado por Marx, que buscou interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos são constituídos de características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis.

Na dialética proposta por Hegel, as contradições transcendem-se, dando origem a novas contradições que necessitam de solução. Numa pesquisa qualitativa, esse método de interpretação é dinâmico e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser compreendidos fora de um contexto social, político, econômico, cultural etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Lakatos e Marconi (2007) apontam, por sua parte, as leis da dialética. A *Ação Recíproca* informa que o mundo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, e sim como um conjunto de processos em que as coisas estão em constante mudança, sempre em vias de transformação: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p.101). As coisas e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, dependentes uns dos outros.

Na mudança Dialética, a transformação ocorre por meio de contradições. Em determinado momento, há mudança qualitativa, pois, as mudanças das coisas não podem ser sempre quantitativas. Como tudo está em movimento, tudo tem “duas faces” (quantitativa e qualitativa, positiva e negativa, velha e nova), uma se

transformando na outra; sendo conflito dessas contradições, o próprio conteúdo do processo de desenvolvimento.

Em síntese, o método dialético parte da premissa de que na natureza tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Esse método nos auxiliará no estudo do conflito ao norte do Mali do sistema de crises e conflitos regionais no qual este se insere, tentando abarcar o maior número possível de aspectos relevantes, relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, mas como algo em constante mudança. De acordo com Gil (2008):

[...] assim, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Desse modo, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se claramente das pesquisas desenvolvidas segundo a visão positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos (GIL, 2008, p. 14).

Por seu lado, o método histórico investiga prioritariamente acontecimentos ou instituições do passado tentando medir sua influência na sociedade de hoje (PRODANOV; FREITAS, 2013); Segundo Lakatos e Marconi (p.107, 2007), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”. Para compreender sua natureza e função, assim como o papel que elas desempenham atualmente na sociedade, o estudo de suas raízes e dos contextos históricos de sua formação ou de suas mudanças é imprescindível.

O recurso aos métodos apresentados permitirá analisar o conflito entendendo-o dentro da estrutura a qual ele faz parte, destacando sua dinâmica (tanto histórica, quanto espacial) e compreendendo o papel dos atores (diretos e indiretos) que interferem de formas complexas e distintas. Segundo Diallo (2009), para analisar e apreender um conflito é necessário compreender sua formação, desenvolvimento e transformação no tempo e no espaço. Para isso, os métodos dialético e histórico serão essenciais.

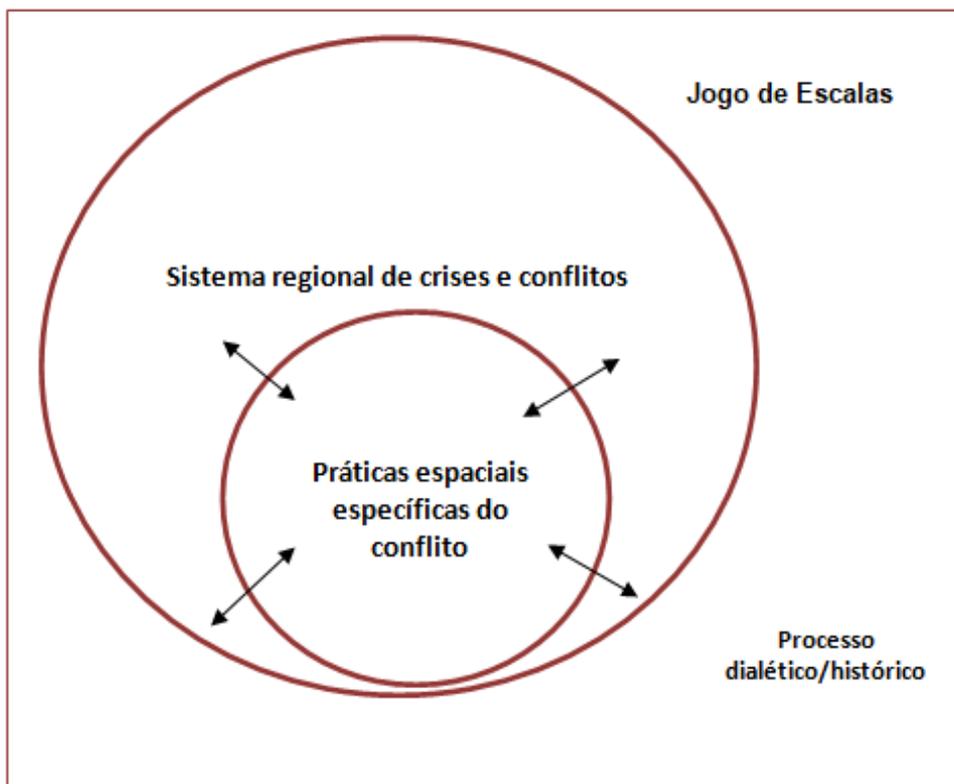
Como fio condutor de ambos os métodos, utilizaremos a lógica multiescalar proposta por Lacoste (1976), por meio de diversos níveis de análise. Segundo Lacoste, o raciocínio multinível possibilita identificar elementos próprios a cada escala, contribuindo para a compreensão do fenômeno na sua totalidade (LACOSTE, 1976). A escolha deste método se deve a necessidade analítica deste conflito que não se limita a apenas uma escala.

Para Duarte (2013), não podemos restringir a compreensão do conflito no Mali à escala local, e muito menos delimitá-lo ao território malinês, pois este recebe a

influência de atores externos. De acordo com Castro (1995), as diferentes escalas de observação/concepção apontam, assim, para mudanças de conteúdo e de sentido do próprio fenômeno (CASTRO, 1995). E são as interações entre diversas ordens de grandeza que complementam a análise espacial do objeto de pesquisa (LACOSTE, 1976). O que se faz necessário para o progresso metodológico deste trabalho.

Deste modo, a complexidade do fenômeno estudado pode ser ressaltada por meio de uma análise multiescalar espaço-temporal, onde a dialética consiga apreender as práticas espaciais exercidas no fenômeno (pelos atores envolvidos), e as possíveis correlações existentes entre elas e o sistema regional de crises e conflitos do Sahel (ao longo do tempo). Essa análise pode evidenciar as possíveis confluências entre as correlações, por meio de um jogo de escalas que possibilite considerar os conjuntos espaciais mais ou menos amplos presentes em cada um deles e as características estruturais que permitem delimitar seus contornos e múltiplas influências.

Figura 1. Esquema (explicativo) metodológico



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A investigação foi baseada em revisão bibliográfica e na coleta e interpretação de dados secundários. Os principais dados obtidos são: ocorrência de conflitos territoriais ocorridos nos últimos cem anos no Mali e Sahel (espacialidade e temporalidade de longa duração); a diversidade e distribuição geográfica das etnias e povos (Mali e Sahel); a padrões econômicos, políticos e socioespaciais (Mali e Sahel); o índice de desenvolvimento humano (Mali e Sahel); a frequência e a intensidade das crises humanitárias; ao problema dos refugiados (Mali e Sahel); a ocorrência de grupos terroristas, seus perímetros de ação e seus principais ataques (Mali e Sahel); a rotas de fluxos ilegais (Sahel), entre outros.

Martin e Pavlovskaya (2010) elencam algumas vantagens da utilização de dados secundários, sendo estas: a sua escala e dimensão (extensa cobertura espacial e à quantidade de informações coletadas), a qualidade profissional (legitimidade) e a acessibilidade, bem como, a sua associação com a referência espacial, que fornecem oportunidades para formas particulares de análise, que simplesmente não existiriam de outra forma. Porém, utilizar dados secundários demanda a plena concepção de que estes não são imparciais, já que são produzidos e carregam interesses implícitos. Não podemos então negligenciar que os tipos de dados coletados, suas escalas, formas, categorias e esquemas de classificação, são promovidos pelos interesses de alguns, mas não de todos (MARTIN; PAVLOVSKAYA, 2010).

Martin e Pavlovskaya (2010) ponderam que, em alguns casos, a utilização desses dados, pode restringir as oportunidades de pesquisa e diminuir a qualidade dos resultados. Como o uso de dados secundários são definidos a partir de propósitos específicos de outras pesquisas, estes só podem ser aproveitados, se os pesquisadores conseguirem os reinterpretar criativamente ou, como em muitos casos, adaptar os questionamentos da pesquisa para se ajustar aos dados. Além de sempre os analisar criticamente e, se necessário, atualizá-los e revisá-los (MARTIN; PAVLOVSKAYA, 2010).

A atualização do banco de dados revela-se essencial. Por isso, não negligenciamos, ao longo dessa pesquisa, essa necessidade, assim como, a importância do pensamento criativo durante o estágio analítico, para evitar ao máximo nos limitarmos às medidas de padrão estatístico. Acreditando que os conjuntos de dados secundários, podem sim, serem manipulados para produzir novas variáveis e medidas que levem a conclusões esclarecedoras (MARTIN; PAVLOVSKAYA, 2010).

Sobre os pontos positivos, a acessibilidade desses dados recebe destaque, já que estes consideravelmente facilitam a etapa exploratória da pesquisa. Sendo frequentemente usados para identificar locais e/ou populações para estudos qualitativos ou quantitativos mais aprofundados (MARTIN; PAVLOVSKAYA, 2010). No entanto, há certos limites também para sua acessibilidade, que é explicitado na diferença de produção e disponibilidade de dados secundários entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Diferença esta, que reflete as nuances de poder econômico e político, onde as sociedades pós-industriais avançadas, têm sempre mais vantagens (MARTIN; PAVLOVSKAYA, 2010). O que claramente foi perceptível nessa pesquisa, por meio das dificuldades encontradas no acesso a determinados dados referentes aos países envolvidos no fenômeno analisado, que obviamente, carecem de investimentos em determinados eixos de pesquisa, assim como, aporte tecnológico para a produção de alguns dados mais abrangentes acerca do território e da população desses.

No entanto, acreditamos que, superar essa dificuldade de acesso e produção de dados, mesmo sendo um grande desafio, também é um aspecto motivador da pesquisa, já que os países do continente africano não só necessitam da produção de dados primários e secundários, mas também e, principalmente, de estudos científicos, que ultrapassam essa barreira de forma criativa e comprometida, que é o percurso almejado por este trabalho.

Consideramos que a relevância da temática e da abordagem proposta se revelam em diversas dimensões e escalas. Primeiramente, a análise deste conflito se desdobra sobre a problemática da construção do Estado-nação pós-colonial e de territórios nacionais funcionalmente integrados. A questão adquire uma grande pertinência no continente africano, onde os colonizadores impuseram os quadros jurídicos e administrativos de Estado westfaliano e um modelo econômico de tipo rentista funcionando segundo uma lógica espacial de “arquipélago” (FURTADO, 1961) organizado em enclaves produtivos, eixos de escoamento e portos exportadores.

A gestão da diversidade étnica, religiosa e das importantes desigualdades regionais representou e, permanece um desafio maior para governos que optaram por respeitar as fronteiras e as estruturas básicas da administração territorial herdadas da colonização.

A construção do Estado foi, assim, um processo complexo que acabou produzindo um Estado híbrido, associando elementos tradicionais da burocracia ocidental e formas de organização tradicionais das sociedades africanas (relações de

parentesco, redes interpessoais, lógicas de redistribuição para afiliados etc.) (BAYART, 2000).

No Sahel, os jovens Estados se depararam, além disso, com constrangimentos mais específicos relacionados às descontinuidades físicas e humanas marcantes que estruturam a organização do espaço de Mali, Níger e Chade. O gradiente de precipitações entre o extremo norte saariano, marcado pela aridez, e as regiões meridionais semiáridas é um elemento determinante da distribuição espacialmente desequilibrada das populações, das atividades econômicas e do gênero de vida nômade.

No Mali, o extremo norte saariano, que recebe menos de 150 milímetros de água por ano, abriga, assim, somente 10% da população total (menos de 1 milhão e meio de pessoas) numa área que representa cerca dos dois terços do território nacional (800.000 km²) que o governo de Bamaco mal controla (COULIBALY; LIMA, 2013). O sul do país, o Sahel *stricto sensu*, é um espaço estruturado em torno de alguns vales e planaltos, e apresenta maiores densidades populacionais e concentra as melhores terras agrícolas.

A construção geohistórica desses espaços impõe sua relevância por ter arquitetado uma distribuição latitudinal das populações árabes, mouras e tuaregues do norte e negras do centro e do sul ou, ainda, das sociedades nômades e sedentárias. Os espaços de interface entre as zonas de povoamento abrigaram alguns dos reinos mais prósperos da “África medieval” que foram organizados a partir das redes do comércio transaariano (KI-ZERBO, 1999; RÉTAILLÉ, 2013; COSTA e SILVA, 2002).

Na atualidade, complementaridades produtivas ainda animam uma densa vida de relações entre Saara, Sahel e África tropical do Golfo da Guiné, que estruturam uma rede urbana oferecendo pontos de apoio à economia dos fluxos regionais (RÉTAILLÉ, 2013). Nesses espaços de grande diversidade étnica e intensas interações espaciais, Estado, movimentos separatistas, redes criminosas, grupos terroristas disputam o controle dos nós logísticos e dos vetores de circulação, o que resulta no problema geopolítico regional maior, que se desdobra em diversas escalas.

O conflito nas regiões setentrionais se explica também pela emergência de um novo tipo de separatismo étnico questionando os equilíbrios (precários) existentes no Sahel e a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização conclamada pela Organização dos Estados Africanos em 1966. Segundo Matumona (2008), a

etnicidade é instrumentalizada por líderes rebeldes num ambiente de conflitos, emaranhados em sistemas de desigualdade e dominação que foram apenas mascarados pelas “instituições modernas”. Por isso, a integração das etnias tem sido um processo ambíguo, aparecendo constantemente como uma necessidade para construir o Estado-nação e uma ameaça à integridade do mesmo (MATUMONA, 2008).

É nesta perspectiva que os partidos políticos e os movimentos, mesmo qualificados de revolucionários, utilizam de forma estratégica o relativo peso dos grupos étnicos. As tribos, em vez de serem forças de coesão, surgem como fontes de tensão para a sociedade nacional. Por isso, segundo Balandier (1987), a África Negra promove “Estados sem nações” (BALANDIER, 1987, p.177-178).

Outra questão relevante para a Geografia reside na problemática da circulação e do território (SOUZA, 2005) em países marcados pela coabitação de populações nômades (minoritárias) e sedentárias. Sabemos que o processo histórico de desenvolvimento das sociedades foi marcado por inúmeros casos de perseguições a grupos nômades (e/ou apátridos). A clivagem "civilização/barbárie" aparece constantemente em filigrana atrás dessa oposição (SHAW, 1982/1983). Para Oliveira (2009):

“Essa visão estereotipada, que associa a vida sedentária e agrícola à própria civilização, seria herdada e modificada pelos europeus no contexto da moderna expansão colonialista. Embora, desde o século XVIII, o “caçador-coletor” tivesse substituído no discurso acadêmico o “pastor nômade” como o estágio mais primitivo da evolução humana, a associação entre nomadismo e barbárie continuaria a ser utilizada para ressaltar a missão civilizadora da colonização agrícola levada a cabo pelos conquistadores do passado e do presente” (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

No caso específico do conflito em Mali, essa tensão histórica parece chegar ao seu ápice com a quarta rebelião Tuaregue desde a Independência, que evidencia a relevância das questões da relação entre o território e a circulação, redes e fronteiras na dinâmica de construção do Estado-nação e, portanto, do conflito.

A "questão tuaregue ", segundo Claudot-Hawad (2013) tem mais de cento e trinta anos. Traduzindo inicialmente um problema colonial nascido da resistência de combatentes tuaregues no final do século XIX à penetração francesa no Saara. Porém, atualmente ela vai além da oposição estruturante entre o Estado do Mali e as populações nômades do Norte, já que a participação de atores exógenos confere

maior complexidade ao conflito e supõem o recurso a outros níveis de análise (LACOSTE, 1997) e à uma abordagem sistêmica.

No campo da geopolítica, nossa proposta almeja participar da construção da análise crítica de conflitos e tensões no mundo contemporâneo. Como subcampo da geografia humana, a geopolítica crítica investiga como as posições geográficas e suas designações entram na elaboração da política mundial, por meio da análise das práticas pelas quais os atores políticos espacializam a política internacional e a representam como um "mundo" caracterizado por tipos particulares de lugares (AGNEW, 2003: 2; Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 190).

Cairo (2005) destaca que a expressão “geopolítica crítica” foi utilizada pela primeira vez na tese de doutorado de Ó Tuathail (1989), sob a orientação de John Agnew. Para este autor, podemos compreender a geografia política crítica como à busca pela compreensão do mundo contemporâneo, libertos do estadocentrismo, por meio do resgate crítico de antigas temáticas e, também, da incorporação de novos temas e questões inéditas.

Em seu núcleo de questionamentos, a geopolítica crítica abraça a compreensão da espacialidade e da subjetividade das locais, regionais ou questões mundiais de forma muito diversa, não podendo ser definida por um único preceito teórico ou conjunto de métodos. Seu desenvolvimento se dá por meio de críticas diversas e alternativas às análises convencionais dos assuntos internacionais (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992; ÓTUATHAIL et al, 2006).

Sobre a espacialidade, a geopolítica crítica avança rumo a entendimentos mais matizados das complexas espacialidades do poder. As estruturas do poder (em sentido geral) não são suas principais preocupações, sua atenção concentra-se nas formas específicas das relações de poder inseridas nestas estruturas. Não é qualquer conjunto de territórios, fronteiras ou atores – por mais diversificados que estes possam ser – que se torna seu foco analítico, mas sim, os processos pelos quais essas categorias são produzidas (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992; Ó TUATHAIL et al, 2006). Em termos de subjetividade, a abordagem crítica amplia a análise da geopolítica, antes focada nos atores estatais localizados em instituições formais, agora inclui a ação de atores não-estatais.

A geopolítica crítica abre o campo para se pensar mais “cuidadosamente e imaginativamente sobre quem são os outros praticantes e como suas práticas produzem relações espaciais particulares” (DODDS et al, 2013). A tarefa analítica

consiste então, em investigar e explicar as práticas espaciais em suas formas territoriais e não-territoriais, dando origem a novos temas de análise.

Lima (2013) ressalta que, são as análises desses novos temas que nos permitem aplicar a imaginação geográfica aos chamados "movimentos dissidentes". E é essa abordagem temática das dissidências que nos possibilita analisar os espaços (geografias) de resistência na contemporaneidade.

E, é nesse novo caminho de análise, que surgem as chamadas "geopolíticas de baixo para cima", caracterizadas por histórias de resistência que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Essas geopolíticas constituem lutas nas quais "se articulam resistência e força coercitiva do Estado – no âmbito da política doméstica e externa (...)" (Ó TUATHAIL et al, 2006). O que especificamente é o caso do conflito Tuaregue ao Norte do Mali e, por essa razão, a abordagem crítica, que dá visibilidade aos processos de resistência, foi escolhida para análise desse conflito.

Deste modo, entendemos que nosso tema de pesquisa e o objetivo de nosso projeto constituem uma oportunidade de enriquecer o debate geográfico sobre conflitos territoriais, utilizando uma abordagem renovada da geopolítica, que não seja somente pautada na figura do Estado-nação, mas também na análise das estruturas de poder, territorialidades, insurgências e redes, através das práticas espaciais engendradas em um sistema regional de conflitos.

Consideramos, enfim, que para a geografia brasileira, este projeto justifica sua relevância também pela relativa escassez de estudos geográficos sobre a África subsaariana. Sendo grande parte das análises sobre conflitos territoriais na África desenvolvidas por acadêmicos das relações internacionais que centram suas reflexões sobre a ação dos Estados. Tendo a geografia e a geopolítica, plenas condições de contribuir de forma complementar e muito significativa, destacando a relevância do espaço e de suas dinâmicas, na construção de uma argumentação analítica acerca desse conflito.

1. A “QUESTÃO TUAREGUE”: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

A imagem do que é ser Tuaregue, difundida, segundo Claudot-Hawad (2001), pela literatura ocidental, resulta de uma visão estereotipada, deturpada e maniqueísta, apresentada pela grande mídia, em livros escolares, romances de aventuras, cinema e em exposições, onde o europeu, mostra sua coragem e habilidade na luta, contra os “bárbaros” tuaregues, dando assim, prestígio há quem os derrotar. Moldando assim a imaginação, principalmente, ocidental, que é influência, até hoje, da maioria dos discursos sobre os "Tuaregs".

Almejando fugir desta visão maniqueísta do colonizador, mesmo sabendo que, grande parte da literatura analisada, faz parte dessa mesma produção científica eurocêntrica, buscamos na história de longa duração (BRAUDEL) as raízes desse povo.

Os tuaregues pertencem a um grupo étnico nômade distribuído no deserto do Saara e no Sahel, essencialmente, nas regiões do sul da Argélia, oeste da Líbia, norte do Mali, norte do Níger e nordeste de Burkina Faso. Na ausência de dados oficiais de recenseamento, avalia-se que este grupo é atualmente formado por cerca de 1,5 milhão de pessoas. Considerados os mais antigos habitantes do Saara, os tuaregues produziram uma visão de mundo e uma cultura combinando uma prática moderada da religião muçulmana e práticas tribais específicas, perpetuando-se no tempo. Mais do que a raça ou a linhagem genética, a língua Tamasheq funciona como principal elo que caracteriza a identidade do povo tuaregue (ATALLAH, 2013).

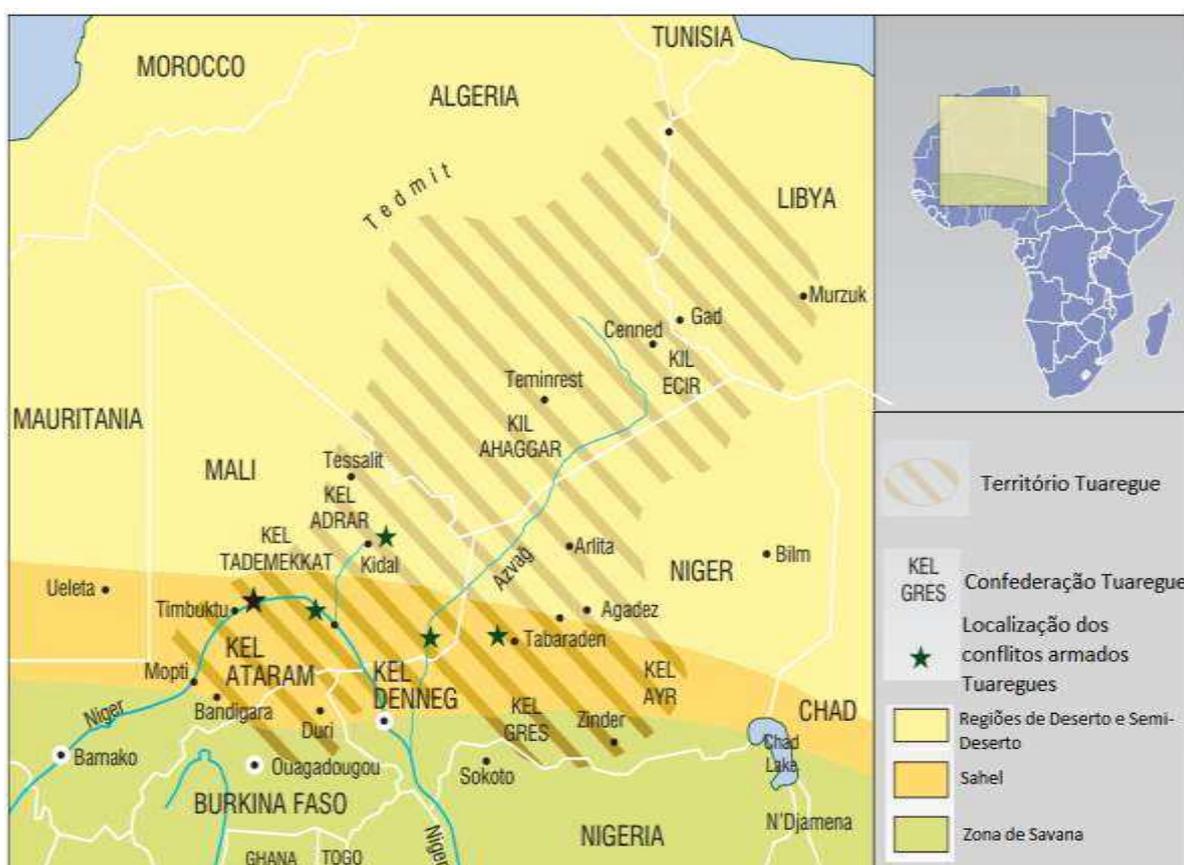
Os tuaregues constituem uma sociedade Amazir, autodenominação de sociedade que, muitos autores, nomeiam como berbere. São inúmeras as publicações e autores que debatem sobre as origens e configurações do mundo Amazir. No entanto, os interesses coloniais e pós-coloniais são, ainda hoje, um obstáculo político e epistemológico para sua apreensão (ADNANE, 2014). Segundo Lugan (2012), os berberes formavam em sua origem uma sociedade única que, fragmentou-se em uma longa e movimentada história, fazendo parte de dinastias que reinaram na região, que hoje é conhecida como Magreb, até o século XVI (LUGAN, 2000).

Segundo Claudot-Hawad (1996), o povo Tuaregue se autodesigna em Tamazight como Kel Tamajak, Kel Tamashaq, Kel Tamachaq, ou seja, os que falam a língua do ramo berbere tamashaq, tamajak, tamahaq (OBENGA, 1992). Em 1960, as autoridades do Mali escolheram a denominação de Tamasheq (Tamacheque)

(CLAUDOT-HAWAD, 1996:10). Para H el ene Claudot-Hawad (2001, p.16-17), o povo assim denominado constitui um vasto conjunto humano que forma uma federação de confederações (*Tumast*).

De acordo com Mohamed Ali Ag Attaher (líder da resistência anticolonial) a nação do povo Tuaregue, que é muito anterior ao processo de ocupação colonial francesa, não pode ser confundida com os Impérios do Mali, Songha s, Mossi, Haussa/Zerma, nem com o Reino Marroquino (ADNANE, 2013). A compreensão da extensão dessa *tumast* pode ser apreendida no cartograma abaixo, que representa a região histórica ocupada pelo povo Tuaregue e seus territórios (confederações).

Cartograma 1. A região histórica Tuaregue



Fonte: Philippe Rekacewicz, (*Le Monde Diplomatique*), 1995. Adaptado por: Silva, 2017.

Quadro 2. Territórios dos tuaregues (Tumast)

| País | Regiões |
|-----------------------|--|
| Argélia | Kel Ahaggar; dos Kel Ajjer (com as cidades de Tamarasset, Djanet e arredores) |
| Mali | Azawad; antiga confederação Iwellimedan (Timbuctu, Kidal, Gao e Hombori) |
| Níger | Azawagh ou Azawak; Iwullimenden Kel Denneg (Tahoua e Titibaraden); Kel Air (Agadez e Arlit). |
| Burquina Fasso | Udalan |
| Líbia | Fezzan (Sabha, Ghat, Ubari, Gadamés). |

Fonte: AG ADNANE, 2014. Adaptada por: Silva, 2019.

Por meio de uma análise histórica da constituição e da decomposição dos impérios sahelianos, Dumont e Lombard (2008) explicam como as práticas de circulação que foram sufocadas no passado dificultam, atualmente, a organização socioespacial dos jovens Estados do Sahel. No caso específico dos tuaregues, as estratégias econômicas, comerciais e geopolíticas da colonização francesa resultaram, a partir de 1904, quando autoridades coloniais intensificaram seu controle sobre seus territórios, numa desorganização das rotas comerciais transaarianas e numa fragmentação da nação *Tumast*, que se encontra até hoje dividida entre Argélia, Líbia e Burquina-Faso e, principalmente, no Mali e Níger (ADNANE, 2013).

Aspectos de longas duração

Nos séculos que antecederam a colonização, o motor socioeconômico da organização social dos sistemas monárquicos dos primeiros reinos sahelianos era a família patriarcal constituída com base na segmentação etária.

A gerontocracia³, como autoridade, era possibilitada por assembleias democráticas, onde os chefes das famílias tinham um papel de assessoria. O Império do Mali é um exemplo de integração política de povos tão diversos como tuaregues, wolofs, o malinkés, bambaras, songhaís, fulanis, entre outros, que reconheciam um único soberano, mesmo que, muitos desses povos, ainda assim, vivessem em regime

³ Influência predominante dos anciãos num governo ou grupo social.

tribal. Neste espaço, homens, ideias e bens circulavam livremente. Liberdade que foi, posteriormente, perdida sob o efeito da colonização. A fragmentação política imposta pelo colonizador europeu, dificultou a convivência pacífica entre povos tão distintos (DUMONT; LOMBARD, 2008).

O nomadismo no Saara/Saara central viabilizou durante muitos séculos a prática econômica do transporte e distribuição de mercadorias e sempre buscou pela preservação ambiental, já que a sobrevivência dos povos que residem em áreas com clima hostil, sempre dependeu da manutenção dos recursos ecológicos.

Porém, a mobilidade representa para o nômade muito mais do que a liberdade de ir e vir ou o “direito” de exercer o fornecimento de mercadorias. É a mobilidade que cria na sociedade nômade os laços sociais e simbólicos com o espaço e se constitui como pilar central para o estilo de vida Tuaregue.

São nos limites territoriais nômades que os mercados, estradas e espaços sagrados são instalados. Esses espaços, que formam fixos e fluxos, constituem um sistema territorial com ramificações muito amplas (CLAUDOT-HAWAD, 2001). Sendo que eles são ameaçados pela manifestação mais concreta do Estado moderno: as fronteiras nacionais. No Saara, as fronteiras são, sem sombra de dúvidas, os maiores desafios para a sobrevivência do povo Tuaregue.

Segundo Kormikiari (2001), no final do século XIX, antes da conquista da região pelos franceses, os tuaregues ocupavam uma grande e importante parte do Saara-Sahel. Com a atividade de pastoreio, eles realizavam o gerenciamento de caravanas comerciais entre o norte e sul e administravam seus territórios, cobrando pedágios sobre a circulação de mercadorias nas regiões por eles controladas. No entanto, no século XX, com a ocupação e colonização europeia, as transformações territoriais, administrativas, sociais e políticas dividiram o Saara e o Sahel, criando os países citados anteriormente, por meio da constituição de novas fronteiras.

De acordo com Claudot-Hawad (1996), o traçado dessas fronteiras é produto de ganhos territoriais obtidos pelos exércitos (otomanos, franceses, italianos e britânicos), que avançaram na conquista do Saara no final do século XIX, sufocando e mutilando a sociedade tuaregue. Para Claudot-Hawad (2013), ser "Tuareg", neste cenário desolador, significa tanto hoje, quanto no passado, um desafio de nome e de número. O preconceito étnico e o fato de ser a “minoridade” populacional são desafios que há décadas são enfrentados por este povo.

Dessa forma, a luta Tuaregue pode ser compreendida como um conflito de resistência e resiliência, imerso na crise que se intensifica no Oeste da África, onde a construção dos Estados-nação, com fronteiras territoriais claramente demarcadas desde o final do século XIX, está no cerne de um antigo conflito entre identidade coletiva, política e geográfica (ASIWAJU, 2003; KIPRÉ, 2005).

1.2. O Nomadismo e a colonização do Mali: O inimigo francês

O termo nômade é um conceito complexo, que ainda hoje busca identificar e superar preconceitos que afetam as interpretações do que seria o nomadismo. A palavra "nômade" é, ainda, associada a um imaginário de criaturas míticas, inescrutáveis e independentes. Todas essas referências são produto de uma longa tradição de relatos de viajantes e acadêmicos ocidentais que compreendiam o nômade por meio do mito do bárbaro *Sem Estado*. Mito que foi utilizado para destruir o "nômade bárbaro", varrendo do deserto suas aldeias e seus habitantes indefesos (SZUCHMAN, 2009).

Os nômades identificam-se não apenas como nômades, mas também, como membros de sua tribo. O conceito da tribo tem uma longa história de uso nas ciências sociais. Segundo Sahlins (1963), a tribo era uma etapa da evolução cultural, um grupo de indivíduos que formavam segmentos coesos e separados do conjunto da sociedade, integrados através de mecanismos de linhagem e outras formas de solidariedade organizacional.

Alguns estudiosos criticam a descrição de uma identidade Tuaregue comum, já que este seria um produto do trabalho etnológico europeu, que romantizou os Tuaregues como nômades guerreiros. No entanto, Bourgeot (1995), assevera que as identidades culturais e étnicas (construídas ou constituídas), não são irrelevantes. A "identidade normativa", que inclui os simbolismos que a sociedade produz ou pelos quais é possível representar algo ou alguém para quem está de fora, tem um forte apelo emocional e político.

Os tuaregues foram romantizados, muitas vezes, como os "homens azuis do deserto", devido às suas vestimentas tradicionais. A língua Tuaregue (Tamasheq) e outras características culturais indicam que os tuaregues estão etnicamente relacionados com os berberes do litoral Mediterrâneo. Porém, ao contrário dos

berberes que se dedicavam à prática agrícola, os tuaregues possuem uma cultura pastoral itinerante, que é adaptada ao clima árido do deserto e semiárido de seus arredores. Os tuaregues são muçulmanos na prática religiosa e, em sua maioria, fazem parte de uma vertente considerada moderada do Islã.

Para alguns autores, existe um problema implícito na utilização do conceito de tribo, já que é frequentemente analisado em termos de oposição ao Estado. Tapper (1997), assevera que “tribo” é um conceito analítico que deveria ser compreendido como um estado de espírito, uma construção da realidade, um modelo de ação e um modo de organização social.

Mas, no caso da questão Tuaregue é necessário entender o conceito de “tribo”, também, pela referência territorial de um sistema, no qual o controle não é investido no aparato estatal, ou, pelo menos, onde certas áreas são geridas por interesses coletivos, o que para este trabalho é de suma importância analítica.

A chave do conceito para a geografia deveria estar na oposição entre determinadas formas de poder territorializadas e a mobilidade (no caso dos interesses coletivos nômades). Segundo Retaille (2013), na ordem sedentária, o poder é o controle do movimento, já na ordem nômade, o poder está na capacidade de exceder, ou negligenciar, limites. No conflito em questão, é fácil compreender como esse embate entre lógicas territoriais distintas resultou em uma longa disputa de poder, entre o controle do movimento, pela busca da “sedentarização”, e a luta nômade, pelo direito à liberdade da mobilidade.

Em menos de cinco décadas, segundo Claudot-Hawad (2013), o nomadismo no Saara reduziu-se drasticamente. Na Argélia e Líbia a política estatal sufocou sistematicamente a mobilidade dos tuaregues, entre os anos de 1970-1980. A delimitação colonial e, posteriormente, estatal, em espaços que já haviam sido apropriados e vivenciados por povos nômades, resultou, obviamente, em conflitos territoriais eminentes.

No Sahel, existe um forte processo de declínio populacional e degradação da qualidade de vida dos povos nômades, que já foram a população mais numerosa e mais rica do Saara-Sahel. Segundo Claudot-Hawad (2013), no final do século XIX, antes da chegada das tropas coloniais francesas no Saara-Sahel, o território administrado pelos tuaregues era imenso, englobando, tanto espacialmente, quanto socialmente, grupos humanos, com diversos estilos de vida, dentro de uma vasta rede

de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, marcado pela civilização nômade.

Atualmente, este declínio populacional está diretamente relacionado às graves crises que afetaram e afetam essas regiões. Análises descartam com frequência o caráter político implícito nesta questão, relacionando as crises a fatalidades naturais, inerentes ao clima sahariano-saheliano (seca de 1974 e 1984). No entanto, todo processo está sempre submerso em questões sociais, políticas, militares, e, obviamente, econômicas.

Os povos nômades do deserto são como rugosidades na paisagem, homens de um outro tempo, mutilados por um devastador processo de “desenvolvimento” em prol de uma missão "civilizatória" (CLAUDOT-HAWAD, 2013) do imperialismo ontem a globalização dos dias de hoje. Para o povo Tuaregue, o ambiente árido e a escassez de recursos fazem da mobilidade e da complementaridade entre a atividade pastoril e a agricultura de oásis, condições básicas de sua existência (CLAUDOT-HAWAD, 2013).

Claudot-Hawad (2013) ressalta que adjetivos negativos são empregados para se referir ao povo Tuaregue, como "barbárie, anarquia, feudalismo arcaico, fanatismo, irredentismo, entre outros", de uma forma bastante conhecida na história, onde cria-se um processo de desumanização do inimigo, para que assim, seja mais fácil legitimar os objetivos coloniais de dominação.

Como Chartier (1990) afirma, as representações sempre são utilizadas para um propósito específico:

“As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 1990, p.17).

Em Mali, o embate entre nômades tuaregues e colonizadores e, atualmente, entre tuaregues e o governo de Bamako, ocorre em meio ao enfrentamento de territorialidades adversas, caracterizado pela imposição de um território-zona (Estado-nação) sobre o território móvel Tuaregue.

O modelo político tuaregue é baseado na pluralidade e na complementaridade de competências e na ramificação do poder. Sendo bastante organicista, o modelo é

geograficamente estruturado em cinco polos políticos: Ajjer (nordeste), a Ahaggar (noroeste), a Air (sudeste), Tademmekat (sudoeste) e Tagaraygarayt (ou Azawagh).

Utilizando a metáfora proposta por Hawad (CLAUDOT-HAWAD, 2013), podemos considerar que a sociedade nômade tuaregue funcione como um corpo, onde mesmo com as diferentes funções de cada membro/órgão, todos são interdependentes e indispensáveis, para garantir o bom funcionamento do sistema. Existindo dois princípios essenciais inseridos neste modo de organização: em primeiro lugar, a autonomia relativa das entidades sociais e, em segundo lugar, a natureza negociável da situação política, parental, social e profissional de cada indivíduo, o que permite de maneira fluída a alteração da posição social, função ou classe de atividades, dependendo da viagem e das circunstâncias que resultam em diferentes configurações hierárquicas.

Neste modelo de sociedade, cada polo político é visto como uma das etapas de uma viagem universal. Sendo o peso político de cada um deles medido pela capacidade de cooperação e intercâmbio de redes que eles conseguem construir e mobilizar.

Sendo assim, os tuaregues se apropriam do território por meio de uma dinâmica de mobilidade, onde o homem, nas suas inúmeras rotas de passagem, deixa suas pegadas na terra e engaja intermináveis negociações entre o mundo da natureza e o mundo da cultura (CLAUDOT-HAWAD, 1996).

Analisando a relação entre território e mobilidade, Haesbaert (2004) afirma que, é “a rede que possibilita a este o caráter dinâmico e móvel”, abordando o território numa perspectiva reticular ou, de maneira mais estrita, como um território-rede.

A rede, para este mesmo autor (HAESBAERT, 2004), é um componente territorial indispensável que ressalta a dimensão temporal-móvel do território e que, ajustada a “superfície” territorial, enfatiza seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território, enquanto território-zona, em seu sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004:286-87).

O território nômade é organizado e estruturado por áreas e nós de redes que possibilitam sua apropriação: os pontos permanentes de água, recursos para pastagens e as rotas do comércio transaariano. Por meio das rotas transaarianas, a região tem servido como um entreposto comercial na borda do “mar de areia”. Os

registros são milenares e contam com a comercialização de bens, como ouro, sal e escravizados (THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART, 2000).

Segundo Claudot-Hawad (1996), ser nômade no Saara central denota a prática do fornecimento (transporte/distribuição) de mercadorias e a manutenção dos recursos ecológicos, por meio da constante mobilidade, já que a busca por fontes hídricas é algo eminente, o que pode ser observado nas rotas pré-coloniais.

Ilustração 1. Rotas pré-coloniais



Fonte: OCDE, 2013. Adaptado por: Silva, 2019.

Para a mesma autora (CLAUDOT-HAWAD, 1996), a mobilidade é fundamental para a constituição de laços sociais-simbólicos, sendo então o nomadismo o oposto do errante, já que seus deslocamentos espaciais são organizados e regulados, o que cria e modela organismos políticos e territoriais do grupo em cada um de seus movimentos.

Para Retailié (2005), são as redes não hierarquizadas que aumentam a fluidez dos espaços móveis. Sua conexidade é forte, a despeito de sua fraca densidade esporádica, sendo estes produtos da heterogeneização e da diversidade. Os territórios herdados, contínuos e contíguos, são alcançados por uma rede móvel que suporta territórios em movimento, que não perdem sua identidade, ao longo do seu

deslocamento. No caso do povo Tuaregue, a própria tenda nômade é considerada um território em movimento (CLAUDOT-HAWAD, 1996).

Sabemos que uma parte da literatura tende a dissociar o território da rede, já que, segundo Haesbaert (2004), alguns autores pressupõem que o território advém exclusivamente de uma lógica zonal/areolar, com uma área fixa (fronteiras e limites), enraizante e estável. Por sua parte, as redes se enquadram em uma concepção reticular (pontos e linhas), móvel, desenraizante e instável (espaço de fluxos) do território. As redes eram, muitas vezes, vistas apenas como destruidoras de territórios (antiterritoriais). Sendo que o mesmo autor (HAESBAERT, 1997) contrapõe essa visão, acreditando que, a “combinação articulada de redes, pode ser a base de um novo processo de territorialização” (HAESBAERT, 1997, p. 94).

Retailié (2005), define que o espaço móvel é “de uso constantemente recomposto, em um sistema de distância, no qual, as medidas variam nos mesmos princípios” (RETAILLÉ, 2005, p.176). Por isso, é muito mais complexo analisar sua espacialidade, pois está vai muito além da superfície, ou até mesmo, de sua localização.

Inserido no sistema nômade, a importância social de um indivíduo ou grupo pode ser mensurada pela capacidade de mobilidade desempenhada por estes. Percorrer grandes distâncias, obtendo conexões com povos vizinhos ou “mundos exteriores”, significa, efetivamente, exercer o poder de mobilizar uma ampla rede social (CLAUDOT-HAWAD, 1996).

Neste cenário, a fronteira para os nômades não é uma barreira fixa que sela e proíbe o acesso ou a passagem, mas sim, uma linha de conexão onde a fluidez é negociável. Essas “fronteiras nômades” que marcam limites territoriais são definidas, segundo Claudot-Hawad (1996), por meio da “instalação de mercados, estradas, espaços sagrados ou âncoras integradas aos tecidos urbanos”, configurando assim, um sistema territorial com amplas ramificações. Superar a “fronteira” para o nômade é visto como uma fonte de autoexpansão, emancipação e mobilidade social.

No final do século XIX, a colonização dos territórios africanos pelas principais potências europeias afetou diretamente os territórios tuaregues, com a exploração sistemática e a submissão à administração colonial nas décadas seguintes. Quando a conquista dos territórios africanos foi concluída, a França se dedicou a infligir um sistema de poder e controle territorial que afetou notoriamente a sociedade Tuaregue (AG ADNANE, 2014).

Quando as forças coloniais francesas penetraram nos territórios tuaregues (Timbuktu em 1894; o Ahaggar em 1902; Agadez, em 1906) a luta pela defesa do território foi vivenciada por cada uma das confederações (que fazem parte dos cinco polos políticos da Tumast). No entanto, em menos de uma década de guerra assimétrica, os tuaregues que enfrentaram as tropas coloniais munidos de facas, foram dizimados. A falta de uma coesão na estratégia de confronto dos tuaregues, também colaborou para este resultado, que ficou conhecido como o “desastre tuaregue”.

Quando os franceses chegaram ao atual território Níger (1890), com a força de soldados de suas colônias da África Ocidental, eles ocuparam a cidade de Agadez (1906), que já era um importante centro comercial no território Tuaregue. O objetivo era impetrar o controle espacial e social da região. Mas isso, tornou-se muito mais complexo de ser alcançado do que imaginaram. Segundo Ag Adnane (2014), a conquista de Timbuktu foi dificultada por uma grande resistência em toda a região que ao longo de cerca de 10 anos constituiu um obstáculo à penetração pelo rio Níger.

No caso da Argélia, a história da colonização francesa foi caracterizada pela sua precocidade. A invasão francesa comandada por Napoleão III e o então ministro da Marinha e das Colônias, Chasseloup-Laubat (ADNANE, 2014) começou em 1830 e se efetivou em 1847. No entanto, ainda de acordo com o mesmo autor (ADNANE, 2014), a colonização efetiva da sociedade Tuaregue só se concretizou por meio da criação dos Territórios do Sul (1902-1957).

Os Tuaregues exerciam uma força poderosa em grande parte da região e mantiveram, inicialmente, seu controle territorial graças aos seus conhecimentos sobre a geografia e meio ambiente local. Segundo Clarke (1977), para vencer os tuaregues, seria antes necessário compreender a base de seu poder, isto é, sua produção de espaço.

Em 1881, o massacre da expedição Flatters⁴ se tornou uma nítida derrota do exército francês, o que ganhou destaque e repercussão na França. Esse evento, segundo Adnane (2014), é considerado o marco de uma nova etapa da resistência tuaregue, que começa a compreender que o objetivo das missões científicas francesas era facilitar a ocupação e dominação da região e incentivar sua cristianização.

⁴ Missão militar comandada pelo Tenente-Coronel Paul Flatters, que tinha como objetivo a exploração da rota proposta para uma ferrovia transsariana entre a Argélia e o Sudão (Correio da manhã, 1954).

A tomada de Timbuctu (1894) tornou-se muito emblemática para a França, que se deparou com a maior resistência que enfrentou no Oeste da África. Timbuctu, para ADNANE (2014), começou a fazer parte do imaginário colonial francês desde a viagem de René Caillié (1828). De acordo com Jacques Huriéki (2003), sua ocupação estava no coração dos desejos parisienses e das estratégias do governo francês de expansão territorial, em especial, do general Faidherbe, que de acordo com Davoine (2003), colocou Timbuctu como um ponto central para a execução da penetração colonial no Mali.

De forma geral, a violência das conquistas coloniais foi amplamente estudada e sabemos que, as consequências dessa violência, submissão e domínio impostos aos territórios conquistados perpetuaram mesmo após o fim do período de domínio estrangeira, o que motivou no passado e ainda motiva no presente movimentos de resistência.

Clarke (1977) ressalta que um memorando de 1916, escrito por um oficial francês, mostra como os franceses estavam lutando e buscando meios para conquistar os espaços áridos do Níger, dominados pelos Tuaregues. O oficial destaca que o clima hostil e os camelos utilizados como meio de transporte pelos Tuaregues, dificultavam a colonização. No entanto, ele acreditava que, assim que as guerras na Europa terminassem, seria possível vencer o inimigo tuaregue com o aumento da força militar.

Neste contexto, é fácil compreender por que o massacre de Tuaregues de 1917 pelo exército francês incluiu, também, um ataque aos camelos. Segundo Prasse (1995), na ocasião, os franceses convidaram trezentos guerreiros da federação de Kel Gress para participar de “negociações” após uma “rebelião” tuaregue em 1916-1917, sendo que eles foram capturados e assassinados. O massacre vitimou, em seguida, civis tuaregues e camelos. Entre os 3.000 sobreviventes, muitos foram exilados posteriormente (PRASSE, 1995).

Claudot-Hawad (2003) afirma que, além do uso da força, os franceses usaram estratégias mais sutis que tinham como objetivo dividir ou constranger a população local, sobretudo a sedentária (mas, não apenas), em busca de novos aliados na luta contra os tuaregues. As represálias contra os opositores, ou contra aqueles que não colaborassem eram constantes. Execuções, deportações, prisões, multas, destruição de bens, proibição de aceder aos mercados eram práticas do exército francês (CLAUDOT-HAWAD, 2003).

Segundo Clarke (1977), a conquista colonial do Sahel pela França ocorreu em meio à própria rivalidade com outras nações europeias. As motivações coloniais típicas, como exploração de recursos naturais e de mão-de-obra, eram fatores secundários no caso saheliano. A corrida para ocupar o que lhes pareciam espaços em branco no mapa da África, era uma disputa de poder em busca de extensão territorial que se tornou, dessa vez, mais importante que a produtividade da terra. Isso mostra que, em alguns casos, a rivalidade com outras nações pesou mais do que o lucro que eles poderiam obter com esses ganhos territoriais.

Para garantir o controle sobre este vasto território, a França teve que elaborar estratégias voltadas para a gestão da população local e do território. A imposição de fronteiras estatais, definidas a partir de interesses coloniais ganhavam hegemonia e significado quando seus impactos passavam a ser experimentados pela população, o que era objetivo dos colonizadores.

Para Vigdis Broch-Due (2007), o principal desafio enfrentado pelos colonizadores era a dificuldade de localizar os tuaregues no mapa. Para os europeus, o processo de colonização demandava o controle dos sujeitos por meio do gerenciamento de sua localização. Mas, como isso seria possível com nômades?

No Níger, os franceses restringiram a livre circulação dos nômades por meio das fronteiras nacionais que fragmentaram o espaço tuaregue, criando minorias tuaregues nos atuais Estados-nação. Com a exigência de documentação para atravessar as fronteiras, os pastores perderam a capacidade de garantir a sobrevivência do rebanho e deles mesmos. Além disso, o impacto ideológico da fragmentação territorial pode ser mais significativo do que os danos materiais causados pela sedentarização forçada.

Clarke (1977) destaca que outro método utilizado pelos colonizadores para enfraquecer o povo tuaregue foi a imposição do fim do regime de escravidão. Os colonizadores perceberam que a produção espacial do povo tuaregue envolvia uma distribuição feudal do trabalho, que era muito dependente do trabalho escravocrata.

Em 1907, um oficial francês teorizou que libertar os escravizados seria “uma excelente maneira de reduzir a raça Tuareg a nada” (CLARKE, 1977, p. 42) pois, sem seus escravizados, os nobres tuaregues não seriam capazes de produzir e as tribos tuaregues minguariam. A libertação dos escravizados ocorreu oficialmente após o início da colonização e os franceses usaram esse ato como forma de punir os tuaregues rebeldes, sendo estes os primeiros a perderem sua mão-de-obra servil.

Segundo Loftsdóttir (2000), alguns dos recém-libertados investiram em gado e começaram a competir por pastagens com outros tuaregues, o que facilitou o enfraquecimento da estrutura social-econômica tuaregue pelos franceses.

Prasse (1995) ressalta que para transformar a ordem social, os colonizadores selecionaram funcionários para substituir os chefes tuaregues em nível local. Nas comunidades, o objetivo era promover a ascensão de homens de status relativamente baixos, para marginalizar a nobreza e diminuir a ameaça de uma insurreição. Como o papel dos nobres tuaregues era de taxar e supervisionar a produção, eles ficaram sem função dentro da nova ordem política (PRASSE, 1995, p.17).

O controle das rotas comerciais e estradas pelos franceses colaborou, ainda mais, para romper o equilíbrio entre as diferentes confederações da *tumast* e acabou progressivamente gerando uma dependência dos tuaregues para com o poder francês, que passou a controlar quase que, exclusivamente, as rotas comerciais. Deste modo, os nômades foram finalmente divididos entre cinco países: Mali, Níger, Argélia, Burkina Faso e Líbia. Para a sociedade Tuaregue, a proibição do comércio norte-sul foi um golpe irremediável em suas práticas tradicionais de mobilidade.

A França desestruturou consideravelmente a sociedade Tuaregue: mudanças na lógica pastoral, com o controle e as restrições de seus deslocamentos sazonais; transformações políticas decorrente das confrontações de poderes e das guerras; mutações econômicas com a criação de impostos coloniais e as ingerências nas relações de troca.

Desde então, a restrição de suas formas de mobilidade, que constitui uma violência política para um povo nômade, se tornou um motor de insatisfação contra o poder colonial por tuaregues vivendo em estado de submissão. Desde a colonização, esse quadro não se alterou. Por essa razão ocorreram revoltas e rebeliões, principalmente, no Mali, desde as independências, o que resultou em inúmeros conflitos.

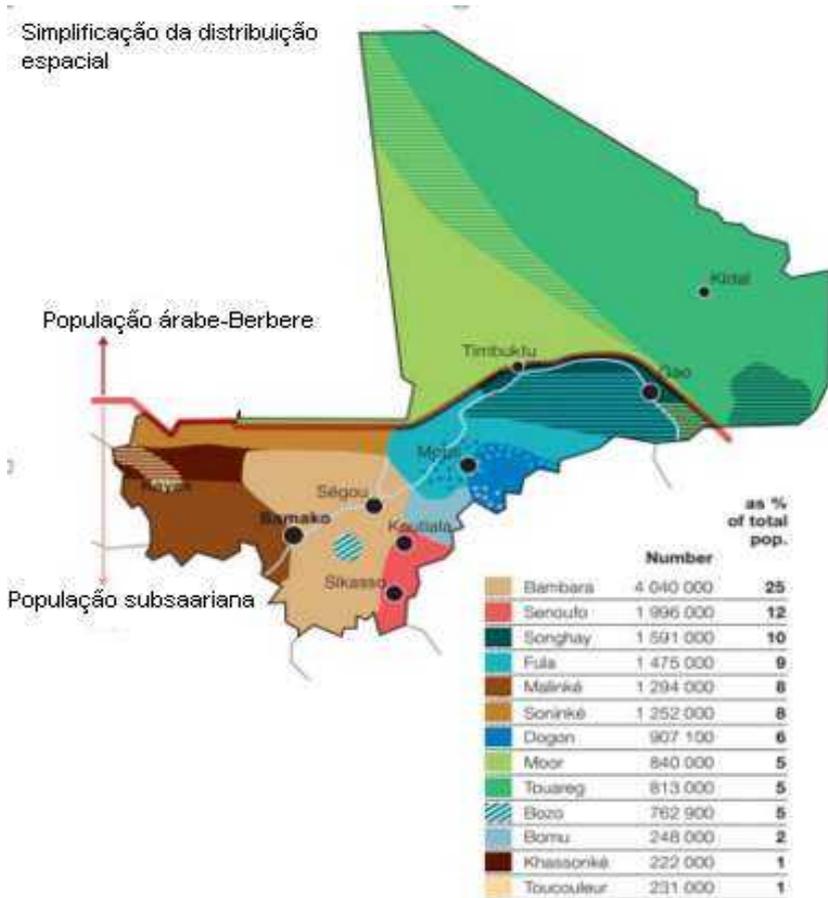
Segundo Keita (1998), o desejo da criação de uma pátria Tuaregue, Azawad, que compreende o Norte de Mali, o Norte Níger e o Sul da Argélia, teve, em consequência, início na década de 1950. No Mali, Azawad inclui as províncias do Norte, como Gao, Kidal e Timbuktu.

1.2.1 O processo de Independência do Mali e a política de sedentarização tuaregue

No Mali, a presença francesa remonta à década de 1880, após a conquista do império Ségou Tukolor. Em 1891 foi criada a colônia do Sudão francês, incluindo a maior parte do atual Mali. Em 1903, o Sudão francês passou a integrar a África Ocidental Francesa (AOF) e ganhou uma relativa autonomia após a reforma político administrativa de 1921, antes de se tornar a República do Sudão em 1958. Em seguida, a Federação do Mali obteve sua Independência em 1960. Desde então, os sucessivos governos malineses enfrentaram diversos movimentos em prol de autonomia da região norte, Azawad, animados pela resistência/insurgência tuaregue (HALL, 2011).

Hoje, o Mali é o maior país da África Ocidental, com uma superfície territorial de 1 240 192 km² que abriga cerca de 17 milhões de habitantes. Sua população é etnicamente diversa, composta principalmente pelos Bambara; Fulani (Peul); Sarakole; Senufo; Dogon; Malinke; Bobo; Songhai e Tuaregue. De acordo com o World Factbook da CIA (2017), a divisão religiosa do país é a seguinte: 94,8% de Muçulmanos; 2,4% de Cristãos; 2% de Animistas e outros 0,8%. Em 2015, a densidade populacional na região Norte, que representa mais de 50% do território nacional, era de menos de 10 habitantes por km².

Figura 2. Densidade populacional Hab/Km2



Adaptação própria, 2019. Fonte: CSAO, 2015.

No Mali, os tuaregues ocupam a parte nordeste do país, cerca de 65% da área total, que se encontra dividida em três regiões administrativas: Timbuktu, Kidal e Gao.

Mapa 1. Divisão administrativa do Mali



Fonte: CSAO, 2015.

Segundo Adnane (2014), na África, o conceito de Estado-Nação foi imposto a partir do processo de descolonização e correlaciona-se à própria expansão da sociedade capitalista, que tentava desenvolver uma “burguesia nacional”. Para o mesmo autor (ADNANE, 2014), a África do Oeste não teve tempo suficiente para superar as formas de Estado vigentes no século XIX.

Durante o processo de construção do Estado-Nação, o combate às nações com identidades culturais coletivas móveis (nômades) foi politicamente condenado e massacrado como um meio de garantir o poder do Estado nos moldes westfaliano. Embora as relações e as lógicas territoriais anteriores nunca tenham deixado por completo de existir, a coexistência da lógica zonal (do Estado moderno) e em rede (das identidades móveis) se fazem presentes nos conflitos atuais.

Para Dopcke (1999), etnicidade e identificação étnica não são responsáveis pelos conflitos presentes no continente africano. No entanto, é claro, que a etnicidade e o regionalismo podem e são instrumentalizados nas disputas de poder, para o acesso a recursos econômicos, territoriais em consequência da natureza dos processos políticos nos países africanos, que apresentam aspectos clientelistas e de corrupção sistêmica (DÖPCKE, 1999).

No caso do conflito tuaregue, o maior símbolo de opressão contra esse povo é a mais concreta manifestação do Estado moderno no Saara e Sahel, as cinco fronteiras nacionais que dividem os vastos territórios de desertos e estepes. Esses territórios que antes eram administrados pelos tuaregues, hoje são representações diretas da história e herança da penetração colonial (CLAUDOT-HAWAD, 1996).

Segundo Haesbaert (1994), apesar de uma aparente ordem e estabilidade, definida pelas características políticas de um novo mapa do mundo, pela reestruturação territorial e a implementação de fronteiras nacionais, o processo gera “faixas de instabilidade planetária”, em especial, no continente africano (HAESBAERT, 1994).

A prática do nomadismo pelos tuaregues levanta questionamentos relevantes quanto às territorialidades de suas práticas sociais e circulatórias. O conceito de *território-zona* não é adequado para a apreensão deste universo específico. Ao contrário, a figura do *território móvel* nos parece mais pertinente diante dessa formação territorial tão peculiar.

Na visão de Haesbaert (2004), esse tipo de território tem por característica sua flexibilidade, admitindo ora a sobreposição (e/ou multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios. Para esse autor, a territorialização pode ser concebida também no movimento, uma vez que um território pode se estruturar a partir da:

“[...] repetição do movimento, entendida a repetição como uma espécie de movimento “sob controle”. O que importa aqui é a presença de um processo de domínio e/ou apropriação que dota o espaço de função e expressividade” (HAESBAERT, 2004, p. 243).

Haesbaert (2004) propõe uma definição mais filosófica do território, como um espaço vivido que é percebido como um sistema no qual um sujeito se sente em casa. Sendo o território o sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma, como um conjunto de projetos e representações (...)” (HAESBAERT, 2004, p. 121).

Souza (1995) ressalta que, por seu lado, a centralidade do poder na construção do território, sendo este “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). Esta definição nos leva para além do território “coisificado”, estritamente associado ao seu substrato espacial material.

Segundo Souza (1995), mobilidade e território são reconhecidos de forma dissociada e até mesmo antagônica por abordagens mais tradicionais que, na melhor das hipóteses, considera o papel da mobilidade relevante enquanto um dos elementos

do processo de integração física de um território nacional (característico do *território-zona*). Porém, a possibilidade de a dinâmica social inerente à mobilidade ser responsável pela construção de uma forma territorial, como no caso da apropriação territorial nômade, nunca era considerada.

No caso específico dos Tuaregues, a relação afetiva com espaço, substrato espacial material, é muito peculiar. Mesmo se a mobilidade é um pilar social, a máxima da sociedade é ilustrada pela ideia do "*Ama! Al amadal*" que significa "*a terra é o que protege*", ou seja, é na terra, que os tuaregues encontram seu refúgio, sua segurança. A máxima expressa a relação do ser humano com seu ambiente, em uma mistura intrínseca entre espiritual e material, cosmológico e desenvolvimento econômico, sagrado e utilitário (CLAUDOT-HAWAD, 2013).

De acordo com Adnane (2014), durante os movimentos de independência na África dos anos de 1960, os tuaregues tentavam alcançar sua autonomia, o que causou a primeira rebelião no Mali contemporâneo, que ficou conhecida como a revolta de Afellaga. A rebelião agravou a situação dos nômades durante o governo de Modibo Keita, primeiro presidente do Mali, que, segundo os Tuaregues, realizou um processo intenso de opressão e discriminação, como forma de enfraquecer o movimento, por temer uma nova insurreição.

Segundo Perrin (2014), a independência trouxe grandes transformações. Não só dividiu populações entre diferentes estruturas políticas, como também levou às mudanças nas relações de poder. No Mali e no Níger, o poder estatal foi apropriado pelos "sulistas sedentários", que tinham sido educados e treinados pelas forças coloniais, algo que os tuaregues tinham recusado.

Os tuaregues foram, então, destinados a ocupar as posições sociais mais subalternas, por serem considerados párias, intrusos e cidadãos de segunda classe. O processo de colonização já havia criado um estigma para os tuaregues, de homens que dificultavam por meio de sua identidade coletiva móvel os modelos de organização política. Segundo Kato (2009), foi deste modo que o colonizador conseguiu prolongar seu domínio sobre a nação Tuaregue, mesmo após o processo de independência.

As elites sulistas não simpatizavam com a cultura Tuaregue, conseqüentemente, sub-representação na nova administração civil e militar do país. As políticas de desenvolvimento econômico foram direcionadas para as regiões meridionais do Mali, enquanto os territórios tuaregues (ao Norte) eram "periferizados".

Para Perrin (2004), enquanto os tuaregues são subalternizados dentro da nova ordem política pós-colonial, as elites sulistas afirmam que um suposto sentimento de superioridade histórica dos tuaregues explica sua difícil integração ao Estado do Mali independente. A estatização da propriedade da terra por Keita foi asfixiante para as práticas pastorais tuaregues (HAZARD, 1969). Segundo Graças (2017), por meio desta estratégia o governo conseguia controlar o meio de subsistência dos tuaregues e, assim, controlar suas vidas.

Em 1963, após a independência da Argélia (1962), a proibição das caravanas soa como tentativa de aumentar o controle do Estado sobre a zona saariana, o que marca o início da violenta espoliação e fragmentação dos territórios nômades. Desde então, as travessias das fronteiras são controladas pelos Estados que exigem um documento de identidade (passaporte) e o pagamento de direitos aduaneiros. Essas exigências tornam a travessia inacessível para a maioria dos nômades. O comércio nômade internacional tornou-se, assim, uma atividade ilegal para população.

Após a revolta de Afellaga, caracterizada por Keita (1998), como uma ação do tipo *bate-e-foge* contra as forças do governo, a administração militar das regiões povoadas por tuaregues, passou a ser extremamente repressiva. Segundo Graça (2017), a revolta foi rapidamente sufocada pela falta de uma liderança unificada e coordenada, já que ela não tinha conseguido mobilizar toda a comunidade Tuaregue. Neste contexto, em 1964, o exército maliano, preparado e equipado com armamento soviético, esmagou a rebelião.

Desde então, os nômades enfrentam restrições crescentes à sua mobilidade, a destruição de recursos ecológicos, o enfraquecimento do tecido social e os abusos do exército contra civis, o que resultou na “miséria, luto e exílio de milhares de famílias tuaregues” (CLAUDOT-HAWAD, 1996). Essa dinâmica expressa um processo de desterritorialização deste povo.

Sack (1986) define a *territorialidade*, como o uso de estratégias que visam controlar áreas e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986), além de ser um componente do poder que permite compreender a ligação simbólica dos grupos sociais com seu espaço. A territorialidade diferencia um espaço, tornando-o exclusivo para alguns de seus ocupantes, expressando o vivido territorial por uma coletividade (SOJA, 1971; RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, a tensão entre as lógicas da territorialização estatal e tuaregue pode ser analisada, segundo Haesbaert (2014), em termos de embate entre dominação zonal (Estado) e de redes (tuaregues):

[..] nessa trama complexa e historicamente mutável de delimitação ou contenção por área e de fluidez ou conexão por redes, podemos distinguir assim lógicas de dominância zonal e de dominância reticular que participam de processos ao mesmo tempo de ordenamento e desordenamento territorial. Ambas, portanto, podem ter efeitos contraditórios, redefinindo fixações e desenraizamentos, inclusões e exclusões, confinamentos e expansões, continuidades e descontinuidades (e territorializações e desterritorializações) (HAESBAERT, 2014, p.108).

O processo de territorialização do Estado, sem necessariamente provocar o deslocamento físico dos nômades, promove sua desterritorialização: sua mobilidade passa a ser controlada, expressões simbólico-culturais são negadas e condições sociais se degradam progressivamente.

De acordo com Haesbaert (1995, 2004), a desterritorialização contemporânea aparece, na perspectiva de um conjunto discursivo, com os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. No caso do povo Tuaregue, os aglomerados de exclusão podem ser definidos como espaços (ou subespaços) considerados “fora de controle” e envoltos em processos de exclusão social e de forte insegurança (desterritorialização extrema ou arrasadora) (HAESBAERT; 1995, 2004). Já, segundo Corrêa (2001), um processo de desterritorialização sem possibilidade de reterritorialização provoca de forma inerente um processo de exclusão social (CORRÊA, 2001).

Com a proibição das caravanas, os tuaregues, perseguidos pelos exércitos, passaram a praticar o transporte de forma clandestina. A operação se tornou perigosa pois, para minimizar as chances de serem presos, eles evitam pontos de acesso à água, colocando suas vidas em risco num ambiente desértico.

A economia Tuaregue, combinava tradicionalmente operações de transporte em caravanas e pecuária extensiva, com base numa gestão sustentável que permitia a conservação do ambiente. No entanto, o não reconhecimento da especificidade das práticas sociais e espaciais dos nômades pelos Estados nacionais estimulou investimentos em atividades extrativistas, como a mineração, responsáveis por importantes impactos ambientais (CLAUDOT-HAWAD, 1996).

Os Estados do Sahel multiplicaram de forma descontrolada os pontos de água e expandiram os espaços destinados a pecuária, levando, assim, a um rápido esgotamento dos recursos naturais (água, terras férteis etc.) e a intensificação da desertificação do Sahel (CLAUDOT-HAWAD, 1996). Deste modo, a mobilidade foi atrofiada, gerando, durante décadas, fluxos de refugiados tuaregues para países

vizinhos. A quase impossibilidade de ser "nômade" no sentido pleno do termo, passou a alimentar as revoltas tuaregues (CLAUDOT-HAWAD, 1996). Privado de seu território e dos recursos necessários à sua sobrevivência, o povo tuaregue entrou numa dupla lógica de resistência⁵ e insurgência⁶ frente aos Estados nacionais.

Sendo que, em um processo cíclico, a opressão ao povo tuaregue colaborou para a insurgência de novos conflitos, como a segunda revolta, quando tuaregues que haviam fugido da repressão no Mali, após a primeira rebelião, retornaram ao país, como os principais líderes do movimento rebelde. Segundo Graça (2017), três décadas após a primeira rebelião, ainda durante o processo de transição para a democracia, o Mali continuava a marginalizar duramente o povo tuaregue, com políticas governamentais excludentes e repressoras.

O Sahel sofreu secas devastadoras entre 1968 e 1974 e, novamente, entre 1980 e 1985, o que agravou a miséria, forçando muitos nômades a se instalar em campos de refugiados ou em áreas urbanas no Sul do Mali, onde poderiam exercer suas habilidades pastorais. Neste mesmo momento, a sociedade Tuaregue começou a vivenciar um conflito geracional interno. Se antes, essa sociedade era coesa e autossuficiente, a degradação de seu gênero de vida e economia alimentou fraturas (KEITA, 1998).

Após a primeira revolta, a opressão estatal destruiu muitas comunidades, com o início de um genocídio cultural (KEITA, 1998). Muitos jovens tuaregues migraram para os países do Magrebe, atraídos, principalmente pela possibilidade de ascender socialmente, em especial na Líbia. A indústria petrolífera e, posteriormente, as forças armadas, acolheram esses jovens, que participaram de guerras no Líbia, na Palestina, no Chade e no Afeganistão, ganhando experiência militar além de sofrer doutrinação religiosa (GRAÇAS, 2017).

O retorno desses tuaregues ao Mali, em decorrência da recessão da indústria petrolífera na Líbia (1985), da invasão frustrada do norte do Chade (1986) e da retirada soviética do Afeganistão (1989), redinamizou o movimento rebelde. Sem perspectivas econômicas, com um espírito cultural revolucionário islamizado e uma considerável experiência militar, o movimento de insurgência Tuaregue ganhou um novo ímpeto.

⁵ Resistência. 1. Ato ou efeito de resistir; 2. Capacidade que uma força tem de se opor a outra; 3. Capacidade que o ser humano tem de suportar a fome e a fadiga; 4. Defesa contra uma investida; 5. Recusa do que é considerado contrário ao interesse próprio; 6. Não aceitação da opressão. ETIMOLOGIA lat *resistentia*. (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2017).

⁶ Insurgência. 1. Caráter ou condição do que é insurgente; 2. Insurreição contra autoridade. ETIMOLOGIA do latim *insurgens*, -ntis+ia2, como fr *insurgence*. (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2017).

Segundo Graças (2017), a rebelião de 1990, liderada pelo Movimento Popular de Libertação de Azawad (MPLA), era animada por exilados tuaregues residentes na Argélia. No entanto, os acordos de paz de Tamanrasset assinados entre os representantes governamentais do Mali e o líder do MPLA e da Frente Árabe Islâmica de Azawad (FAIA), Iyad ag Ghali, não foram suficientes para colocar fim aos confrontos (SEELY, 2001).

Entre 1991 e 1994, o MPLA passou por conflitos internos e se fragmentou em vários grupos rebeldes, como a Frente Popular de Libertação de Azawad (FPLA), o Exército Revolucionário de Libertação de Azawad (ERLA) e o Movimento Popular de Azawad (MPA) (KLUTE, 1995).

Segundo Seely (2001), o Pacto Nacional assinado em 1992 pelo governo de Bamaco e várias facções do movimento, sob a designação de Movimentos e Frentes de Unificação de Azawad (MFUA), não pôs fim à violência. Insatisfações e divergências, tanto internas quanto externas ao movimento alimentaram novos conflitos, como o embate entre a milícia Ganda Koy⁷ e os tuaregues, dando origem a novos fluxos de refugiados, (MOHAMED, COULIBALY E DRABO, 2009).

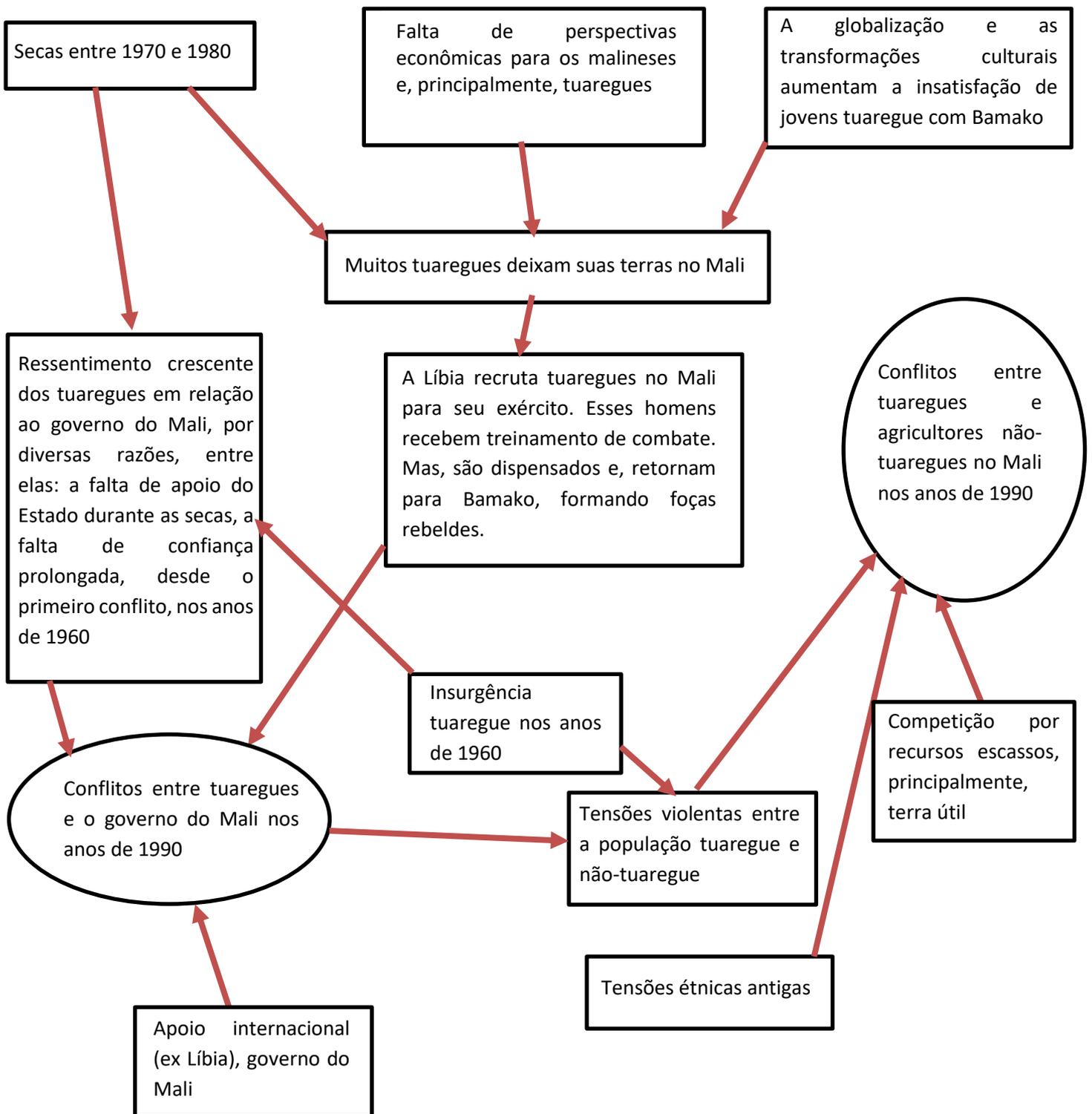
Os conflitos mais recentes tiveram início em maio de 2006, quando combatentes tuaregues atacaram postos militares malianos em Menaka e Kidal, no intuito de pressionar o governo, em busca de maior autonomia e políticas de desenvolvimento para o Norte do país (LECOCQ, 2010). Após o ocorrido, o presidente Touré, juntamente com a coligação rebelde Aliança Democrática pela Mudança (ADM), estabeleceu um novo acordo de paz reafirmando o compromisso do governo em atender as reivindicações tuaregues.

No entanto, muitos rebeldes não aceitaram o acordo, considerando que, pelo passado, poucas promessas governamentais tinham sido cumpridas. A continuação das incursões dos rebeldes contra militares do Mali fez com que Bamaco lançasse uma ofensiva militar para aniquilar a insurgência (LECOCQ, 2010). Em suma, após a independência do Mali, os embates entre o governo de Bamaco e os Tuaregues não cessaram e se desdobraram em revoltas que geraram um ambiente extremamente conturbado, instável e de exclusão, o que resultou, posteriormente, nas revoltas atuais (2009 e 2012).

⁷ Movimento Patriótico de Ganda Koi (MPGK) é uma milícia étnica negra de autodefesa do Norte do Mali (formada por Songais, Peúles, Bozos e Bellas) criada em maio de 1994 por Muhammad n'Tissa Maiga com os antigos soldados do exército maliano durante a rebelião tuaregue de 1990-1996.

Segue abaixo um diagrama, elaborado por Hershkowitz (2005), com os nexos causais para os conflitos entre o governo de Bamako, os tuaregues e os outros grupos populacionais em Mali, desde os anos de 1960 até os anos de 1990.

Ilustração 2. Diagrama dos nexos causais do conflito Tuaregue no Mali



Fonte: Hershkowitz, 2005. Traduzido por: Silva, 2019.

1.2.2 A mobilidade nômade e o Estado-Nação westfaliano no Mali: As práticas espaciais de um conflito

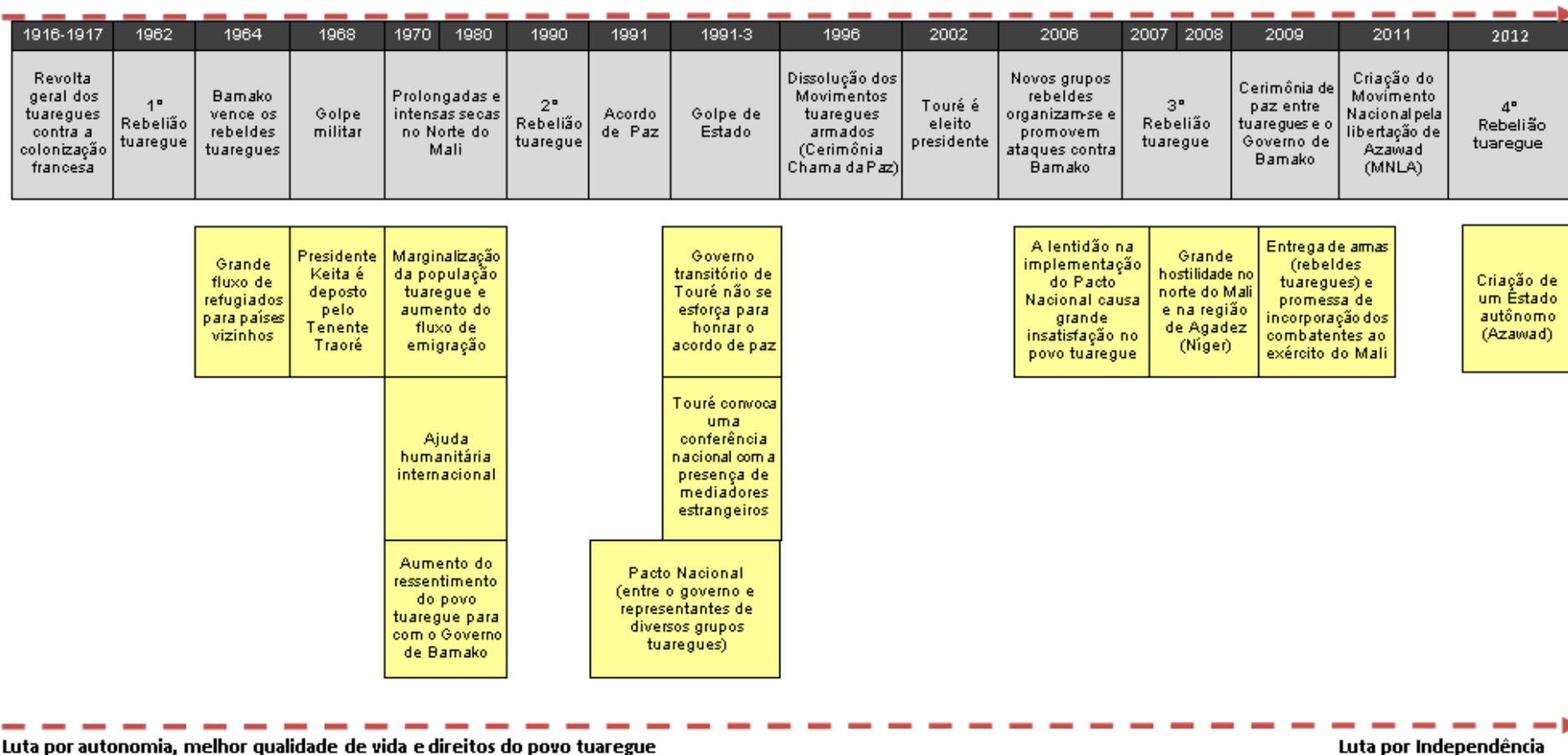
Desde 2012, ano de deflagração do mais recente conflito tuaregue no Norte do Mali, as tensões entre as lógicas políticas e territoriais do Estado e as práticas socioespaciais do povo Tuaregue resultaram em duros embates armados. Enquanto os tuaregues lutam em prol de mudanças sociopolíticas, o governo busca manter a todo custo a ordem territorial e o poder hierarquizado (características do modelo do Estado westfaliano).

Os líderes tuaregues legitimam sua luta como base no sofrimento, na repressão e na marginalização sofridos por seu povo. Os raros investimentos econômicos foram essencialmente concentrados no setor da mineração e não trouxeram benefícios para a população Tuaregue, cujo gênero de vida era paralelamente ameaçado pelas políticas de sedentarização (RETAILLÉ; WALTHER, 2013). Além disso, desertificação e secas crônicas alimentam uma crise ecológica que restringe os territórios pastorais e impulsiona movimentos migratórios em busca de terras, o que acirra as tensões com os agricultores.

Essa crise multiforme mobiliza há décadas os tuaregues frente ao Estado do Mali. Apresentamos e analisamos a seguir a cronologia deste conflito que, desde o período pós independência, passou por ciclos de embates diretos e curtos períodos de relativa calma.

Quadro 3. Evolução geo-história do conflito tuaregue pós-independência no Mali

Período Colonial - Pós-Independência



Fonte: Elaboração própria, 2017.

A repressão se mantém até hoje com intensidade variável e adquirindo sempre novos contornos. De acordo com Duarte (2013), depois da primeira rebelião (1916-1917), as migrações de nômades para a Líbia se intensificaram em virtude das oportunidades de emprego na indústria do petróleo e da possibilidade de ingressar nas forças armadas do Coronel Muammar Kadafi na década de 1970.

Em 1968, o longo e devastador período de seca que atingiu todo o Sahel e o golpe militar que depôs o presidente Keita, substituído pelo tenente Moussa Traoré, fragilizaram, ainda mais, a estabilidade política e agravaram as insatisfações do povo Tuaregue, que sofreu um agravamento da repressão. Segundo Claudot-Hawad (2013), prisões arbitrárias sem julgamento e tortura ilustram o fenômeno. Paralelamente, a sucessão de secas, entre 1970 e 1980, aprofundava a marginalização dessa população que, em alguns casos, se viu privada das mínimas condições de subsistência.

No mesmo momento, o recurso à migração era limitado pelo monitoramento e controle crescente exercidos pelo governo sobre a mobilidade dos nômades. No entanto, milhares de jovens chamados "*Ishumar*" (desempregados), conseguiram se instalar de forma clandestina na Argélia e na Líbia (CLAUDOT-HAWAD, 2013). Sendo muitos incorporados por Muammar Kadafi nas forças armadas da Líbia, que ofereciam treinamento militar e experiência (DUARTE, 2013). Por sua parte, a intensificação da desertificação do Sahel, que se tornou mais contundente na década de 80, acirrou ainda mais as tensões entre os tuaregues e o governo central. Em 1980, o Mali recebeu ajuda humanitária para minimizar os impactos da seca nas regiões do norte.

No entanto, o povo Tuaregue alega que os recursos nunca chegaram ao Norte, sendo em parte utilizados em investimentos privados em Bamaco, conhecida como cidade dos "*chateaux de la sécheresse*" (castelos da seca) (DUARTE, 2013). Os desvios aumentam o ressentimento e alimentam a crescente mobilização de grupos tuaregues no Norte do Mali, na Argélia e na Líbia.

A mobilização de 1990 deflagrou a segunda grande rebelião Tuaregue que, apesar da falta de uma unidade plena na questão "insurgencial", demonstrava um grau maior de organização e de equipamento dos militantes

(BENJAMINSEN, 2008). Em 1991, após vários meses de confronto, se iniciaram, no Níger e no Mali, negociações concretizadas pelos *Acordos de Tamanrasset* (1992). Os acordos previam maior autonomia regional para os tuaregues; novos parâmetros de redistribuição de recursos estatais, democratização e transparência de sua utilização, além da integração de tuaregues às forças regulares do Mali e às instâncias administrativas do Estado (KEITA, 1998).

No entanto, esse acordo provocou um grande descontentamento entre os outros povos do país, desencadeando uma série de protestos contra o governo de Traoré, que foi acusado de dar regalias aos rebeldes tuaregues, levando, em 1991, a um golpe de Estado que o depôs do cargo presidencial (DUARTE, 2013).

O governo transitório de Amadou Toumani Touré não honrou as medidas previstas pelo acordo de paz. Mas, solicitou uma conferência nacional (com mediadores estrangeiros) para debater possíveis arranjos políticos. Os debates resultaram no *Pacto Nacional*, assinado entre o governo e os representantes de grupos rebeldes (1992).

O Pacto reconhecia o subdesenvolvimento socioeconômico da região Norte e preconizava a reconciliação nacional como o único caminho para a real resolução do conflito (BLAYDES; MAIO, 2010). Em 1996, na ocasião da cerimônia *Chama da Paz*, os movimentos armados tuaregues foram formalmente dissolvidos (LODE, 2002).

Alguns anos depois, em 2002, um novo período de seca assolou a região setentrional do Mali, enquanto Touré era eleito presidente da República. Em 2006, a lentidão na implementação do *Pacto Nacional* levou novos grupos de tuaregues a se organizarem e promoverem ataques contra o Estado. Os anos de 2007 e 2008 foram marcados pela recrudescência das hostilidades no Norte do Mali e na região de Agadez, no Níger, desencadeando a terceira rebelião Tuaregue (DUARTE, 2013).

Em 2009, apesar da resistência de alguns grupos, um novo acordo de paz mediado pela Argélia, propõe a entrega de armas pelos rebeldes tuaregues e a incorporação dos combatentes às forças armadas (IRIN, 2013). A solução aproxima-se conceitualmente dos arranjos políticos do tipo power-sharing (distribuição de poder), comuns no continente africano desde os anos 2000. A estratégia se insere no encerramento gradual de conflitos armados, quando grupos insurgentes abandonam armas e são acomodados no sistema político

(como partidos políticos) e nas instituições estatais (como as Forças Armadas) (Angola, Libéria, Sudão, entre outros) (ADEBAJO, 2013; BURBACK; FETTWEIS, 2014; FRANCIS, 2006; TULL; MEHLER, 2010; WILLIAMS, 2014).

No entanto, não houve consenso entre os grupos envolvidos, o que levou a criação do Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA) em 2011, movimento cujo principal objetivo consiste em libertar o território Tuaregue ao norte do Mali. Em 2012, o MNLA começou a promover ataques, acusando o governo de não cumprir os acordos de paz, dando início à quarta rebelião Tuaregue (DUARTE, 2013).

A nova rebelião deve também ser analisada em escala macrorregional. Em 2011, a queda de Kadafi provocou o regresso ao Mali de nômades tuaregues fortemente armados (BBC, 2011). Em 2012, as forças Tuaregues do MNLA começaram a atacar bases militares nas regiões de Gao, Kidal e Timbuctu. O MNLA conseguiu conquistar territórios, inclusive cidades, sem enfrentar grande oposição por parte do governo, que se encontrava mergulhado em uma crise política que, posteriormente, resultou em mais um golpe de Estado depondo o presidente Touré (março de 2012).

Em abril de 2012, o MNLA, com a ajuda dos grupos religiosos radicais (Ansar Dine, AQMI e Mujao), tomou finalmente o controle de todo o norte malinês e proclamou oficialmente a independência do Estado de Azawad. O ato foi simultaneamente condenado pelo governo de Bamaco e pela União Africana (UA). Nenhum país reconheceu a separação.

O conflito ampliou sua escala de impacto para além do Mali, com uma crise humanitária que levou milhares de pessoas a buscarem abrigo no Burkina Faso, Níger, Mauritânia e Argélia. Sendo que estes países também possuem recursos escassos e têm sofrido com sérios problemas socioeconômicos (ACNUR, 2012).

Em janeiro de 2013, após a aliança dos insurgentes com grupos radicais islâmicos e a possível conquista do resto do país, o governo do Mali solicitou ajuda militar à França, que foi legitimada pelo Conselho de Segurança da ONU, pelos Estados Unidos e de seus parceiros europeus. Vale ressaltar que a França, possui diversos interesses neste país, tanto econômicos, quanto geopolíticos, em uma região que é considerada sua principal zona de influência na África.

Em suma, as práticas espaciais dos nômades tuaregues caracterizam-se como insurgentes pois, de acordo com Souza (2013), elas "expressam e

viabilizam descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação em face de algum tipo de opressão" (SOUZA, 2013), dirigidos, neste caso, contra o governo do Mali.

Estas práticas dão origem a espaços territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), constituindo *territórios dissidentes* (SOUZA, 2013). O caso do Azawad "representa, por um período maior ou menor de tempo, a ousadia da criação e da sociedade instituinte diante da sociedade instituída" (SOUZA, 2013).

Já o governo central do Mali, se beneficia do apoio de potências ocidentais e de países da África ocidental, lutando pela manutenção e conservação do poder em um território nacional com limites claramente definidos por fronteiras. A ação do poder estatal expressa, portanto, práticas espaciais heterônomas que se opõem à insurgência do movimento Tuaregue. E, pela primeira vez, este conflito, que se estende por décadas, pode ser considerado, efetivamente, um conflito de cunho separatista. Porém, para compreender toda a problemática engendrada neste e em sua região de origem, o Sahel, antes se faz necessário apreender a relação sistêmica entre crises e conflitos que constituem esse sistema regional.

2. O SISTEMA REGIONAL DE CRISES E CONFLITOS DO SAHEL: O "COMBUSTÍVEL" QUE ALIMENTA O CONFLITO AO NORTE DO MALI?

O conflito do norte do Mali participa de uma dinâmica geral de crescente instabilidade geopolítica no Sahel, região apresentada como uma das mais instáveis do mundo na atualidade. Nesse cenário conturbado, consideramos que a noção de *sistema regional de crises e conflitos* apresenta grande relevância metodológica.

O sistema regional de crises/conflitos, segundo Diallo (2009), pode ser caracterizado por uma multiplicidade de atores, causas, condições estruturais e dinâmicas. E, é preciso entender como em um ambiente de crise ocorre a difusão da violência regional e em quais condições específicas surge esse sistema.

Para responder essas questões, Giroux *et al* (2009) asseguram que é preciso, antes, compreender as dinâmicas inerentes à região, considerando a dinâmica espaço-temporal, assim como, as interações entre os possíveis fatores causais, o que irá esclarecer os mecanismos por trás das crises e a construção do conflito.

Antes de analisarmos a formação do sistema regional de crises e conflitos no Sahel e suas manifestações no Mali, é necessário compreender como o território e o sistema regional fundamentam-se em estruturas espaciais distintas, mesmo parecendo, inicialmente, similares (SANTOS, 1985).

Para Machado (1995), a contiguidade define a primeira diferença entre estas categorias. Já que, ao contrário do território, a extensão de um sistema regional não pode ser definida unicamente com base em sua contiguidade espacial. Machado (1995:4) assevera que:

"estabelecer sua extensão é um problema que não pode ser solucionado unicamente em termos de contiguidade. As interações (econômicas, sociais, políticas, institucionais, espaciais e étnico-culturais) estruturantes da dinâmica de um sistema regional apresentam-se, cada vez mais, como conexões, sendo elas, "redes de toda ordem, que podem articular tanto "verticalmente", os lugares, indivíduos, organizações, que atuam em níveis escalares distintos, quanto, "horizontalmente", por meio de pontos do território, mesmo sem contiguidade" (MACHADO, 1995, p. 4).

Machado (1995) ressalta que a concepção do espaço regional mais próxima das realidades regionais pode ser compreendida como um "sistema

aberto", ou como um conjunto de "n" sistemas abertos, levando em consideração a troca de energia (trabalho, bens e informação) com o ambiente em que se situam. A intensidade das relações vai ditar a coesão interna dele.

A situação de forte instabilidade é marcante em regiões analisadas em termos de "sistemas abertos". Glansdorff (1983) descreve um sistema dinâmico instável envolvendo mudanças temporais que renovam parte dos subsistemas (mudança banal). Eles são, todavia, sujeitos a comportamentos internos desordenados e espontâneos, quando expostos a agressões e perturbações aleatórias (GLANSDORFF, 1983).

A classe de sistemas instáveis foi identificada, inicialmente, por cientistas da Universidade Livre de Bruxelas, como distantes do equilíbrio termodinâmico⁸, o que, para Machado (1995), pode ajudar, por analogia, na descrição da instabilidade que caracteriza certos sistemas geográficos (MACHADO, 1995).

No Sahel, as instabilidades inerentes às condições climáticas, às crises e os conflitos, ampliam e são, ao mesmo tempo, ampliadas pela instabilidade da estrutura sociopolítica e econômica dos países que constituem esse sistema regional. A noção de sistema instável aplica-se, portanto, a essa região.

Nessa classe de sistemas, ocorrem momentos em que as interações entre os componentes do(s) sistema(s) sofrem perturbações (flutuações), ou seja, comportamentos desordenados que, aleatoriamente, se movimentam em todas as direções, sem que nenhuma delas seja privilegiada. São sistemas que se ajustam permanentemente às ordens de grandeza dos subsistemas, que os compõem (ordem por flutuação), só mantendo uma relativa estabilidade estrutural "se essa estrutura constituir, em dadas condições, um estado estável do sistema" (MACHADO, 1995).

No entanto, aplicar uma teoria de base matemática à uma abordagem geográfica constitui um grande desafio. No entanto, segundo Machado (1995), a o problema pode ser minimizado se recorremos a uma metáfora termodinâmica e entrópica". A transferência de conceitos pode resultar em um processo qualitativo que apresenta uma analogia com a teoria das estruturas dissipativas,

⁸ É por definição o último estado atingido por um sistema livre de perturbações, mas é uma raridade universal. Um sistema termodinâmico está em equilíbrio termodinâmico, quando se está em equilíbrio térmico, equilíbrio mecânico, equilíbrio radiativo, e equilíbrio químico. Nesse estado, não há fluxos de matéria ou de energia, não há mudanças de fase e não há potenciais desequilibrados (ou forças motrizes), dentro do sistema.

resultando em uma espécie de metáfora interativa" (LIVINGSTONE; HARRISON, 1981).

A análise de fenômenos por meio dessa "metáfora interativa" evidencia sua importância, especialmente, na compreensão de como as estruturas espaciais podem ser resultantes de ações individuais e coletivas, em diferentes temporalidades. Podendo estas estarem submetidas, tanto a processos indiferenciados, estruturando redes de relações de troca, quanto a processos diferenciados, provocando a fragmentação dessas redes e originando, conseqüentemente, algum tipo de alteração estrutural/crise no sistema (MACHADO, 1995).

Segundo Filho (2011), não existe uma crise, mas sim crises. A ideia de crise difundiu-se por todas as áreas do conhecimento humano, tendo assim, diversas concepções, em geral, relacionadas à etimologia grega da palavra *krisis*, que exprime a ideia de decisão frente a uma situação de risco e remete à medicina hipocrática, como o próprio Abbagnano assevera:

Termo de origem médica que, na medicina hipocrática, indicava a transformação decisiva que ocorre no ponto culminante de uma doença e orienta o seu curso em sentido favorável ou não (Hipócrates, Prognosticon, 6, 23-24; Epidemias, I, 8, 22). Em época recente, esse termo foi estendido, passando a significar transformações decisivas em qualquer aspecto da vida social (ABBAGNANO, 2003, p. 222).

O termo crise remete a um momento crítico (posterior a uma situação problemática) em que se decidirão possíveis alternativas inseridas dentro de cenários conservadores, transformadores ou revolucionários (FILHO, 2011). Mora (2004) afirma que o vocábulo *crise* descreve um momento de transição, não podendo ser avaliado *a priori* como bom ou ruim, embora a percepção inicial seja de algo perigoso. Em suas palavras:

A crise "resolve", portanto, uma situação, mas ao mesmo tempo designa o ingresso numa nova situação que suscita seus próprios problemas. No significado habitual, de 'crise', é essa nova situação e seus problemas que se acentuam. Por esse motivo, costuma-se entender por 'crise' uma fase perigosa da qual pode resultar algo benéfico ou algo pernicioso para a entidade que a experimenta. Em geral, não se pode, por conseguinte, avaliar uma crise *a priori* positiva ou negativamente. (MORA, 2004, p. 613).

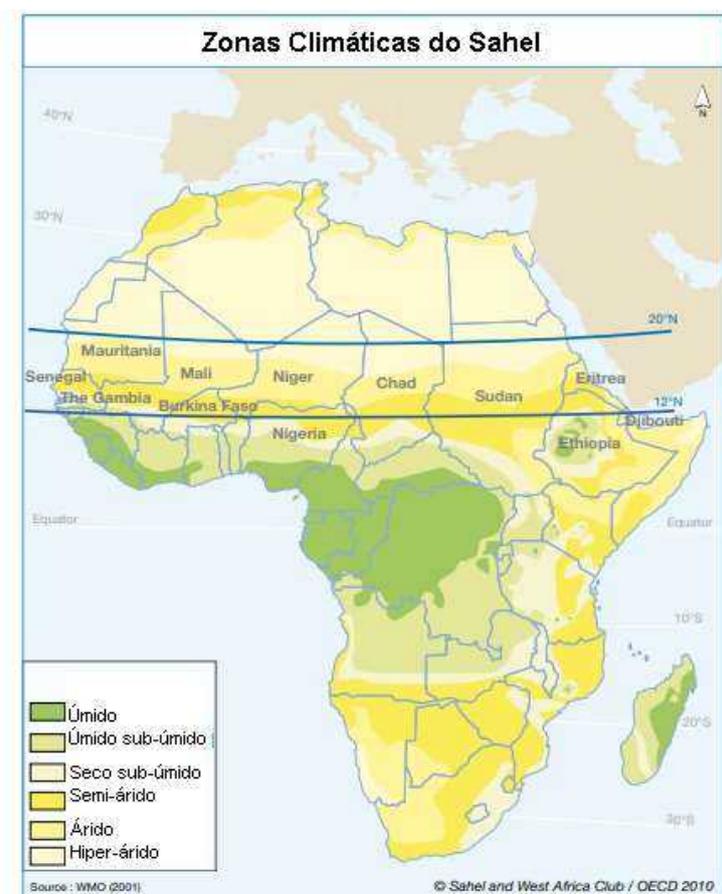
No Sahel, as crises sociais, demográficas, econômicas, políticas e ambientais se proliferaram, intensificaram-se e difundiram-se espacialmente, contribuindo de forma direta e indireta para o surgimento de conflitos regionais. Por exemplo, o impacto das mudanças climáticas sobre a pobreza, a estabilidade socioeconômica e o futuro de populações nômades e sedentárias, agrava a instabilidade política que, associada à outras alterações e perturbações regionais, consolida de forma sistêmica os conflitos existentes e fazem surgir novas crises. Por isso, o Sahel é atualmente considerado uma área cinzenta e incontrolável (BONNECASE; BRACHET, 2013).

2.1 O Sahel e sua caracterização: Aspectos ambientais, econômicos e demográficos

O Sahel, palavra que significa "costa" ou "fronteira" em árabe, abarca latitudinalmente o continente africano de Leste a Oeste incluindo dez países: Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão do Sul, Sudão do Norte e Eritreia. As dinâmicas territoriais e de circulação desses países são bastante específicas, em especial, Mali, Chade e Níger, enquanto países encravados⁹, o aspecto regional saheliano é um fator central para a constituição social, cultural, econômica e política de cada uma dessas nações.

⁹ Sem acesso direto à costa marítima.

Cartograma 2. Zonas Climáticas do Sahel



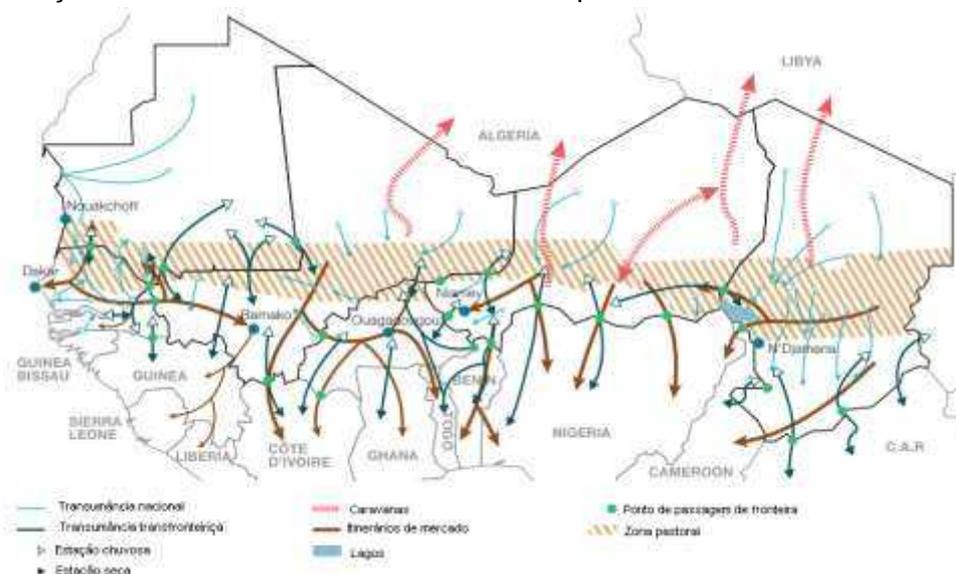
Fonte: OECD, 2010. Adaptação própria, 2020.

Consideração o quadro geofísico regional fortemente marcado pelo nível de precipitações e a disponibilidade em recursos hídricos, a faixa de transição saheliano é também um espaço marcado por tensões históricas entre os pastores nômades e agricultores sedentários que, em particular, em períodos de secas, competem por recursos hídricos escassos. As estações chuvosas que garantem maior disponibilidade em água e maior fertilidade da terra, são períodos de menor tensão.

Ao longo da história os reinos Sahelianos (em particular de Gana e Mali) construíram sua prosperidade no comércio transaariano. Ao longo dos séculos, a transumância sempre foi um aspecto socioespacial marcante, primeiramente, por garantir a sobrevivência da própria população, através do acesso aos recursos básicos, sobretudo, a água, e, a permanência da atividade pastoril. Mas, a transumância foi também necessária para a distribuição de mercadorias na região. Os grupos de comerciantes e transportadores, principalmente, tuaregues, percorriam longos percursos para escoar seus produtos,

permanecendo por longos períodos fora das regiões de origem, como pode ser observado na figura abaixo.

Ilustração 3. Transumância e nomadismo nos países do Sahel

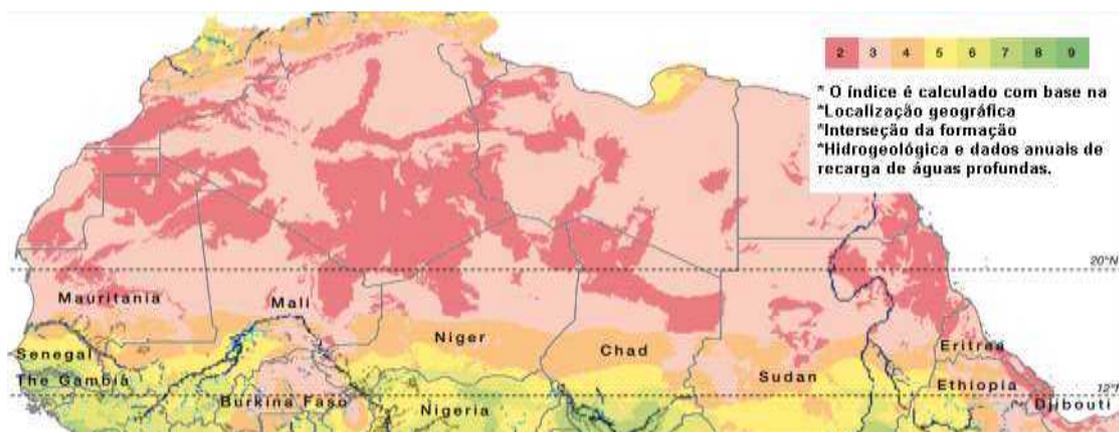


Fonte: Sources: OECD/SWAC, 2009. Adaptação própria, 2019.

Na atualidade, as rotas históricas de transumância e comércio, que foram sufocadas pela constituição das fronteiras nacionais na região do Sahel, hoje são utilizadas pelas redes de tráfico e contrabando que cruzam as fronteiras nacionais de forma ilegal e tornam essa região uma das áreas mais perigosas do mundo. O Sahel é apresentado como uma região incontrolável, devido às intensas ondas de violência e pelas dificuldades em conter os fluxos transfronteiriços ilegais (drogas, armas, pessoas etc.).

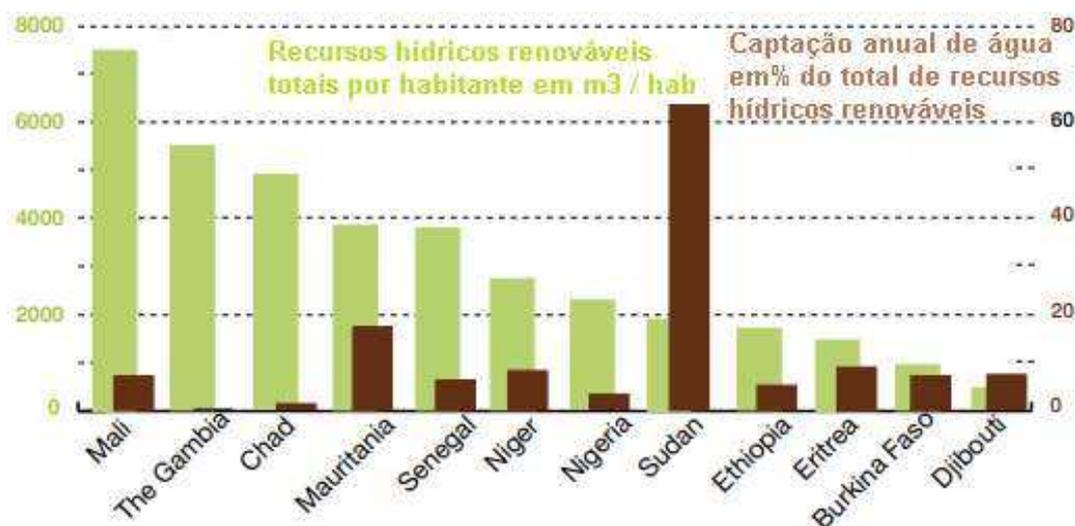
No Mali, Burkina Faso e Nigéria, as tensões, entre pecuaristas e agricultores sedentários, se tornaram cada vez mais conflituosas, devido ao aumento da concorrência para a apropriação de recursos (terra e água) sob o efeito das mudanças climáticas. Como pode ser observado no mapa e gráfico abaixo, a acessibilidade das águas subterrâneas nos países do Sahel está cada vez mais restrita e o menor índice de acessibilidade a este recurso se encontra em áreas susceptíveis a secas crônicas.

Figura 3. Índice de acessibilidade às águas subterrâneas



Fonte: Sources: OECD/SWAC, 2009. Adaptação, própria, 2019.

Gráfico 1. Recursos Hídricos Renováveis totais e retirada anual por habitante



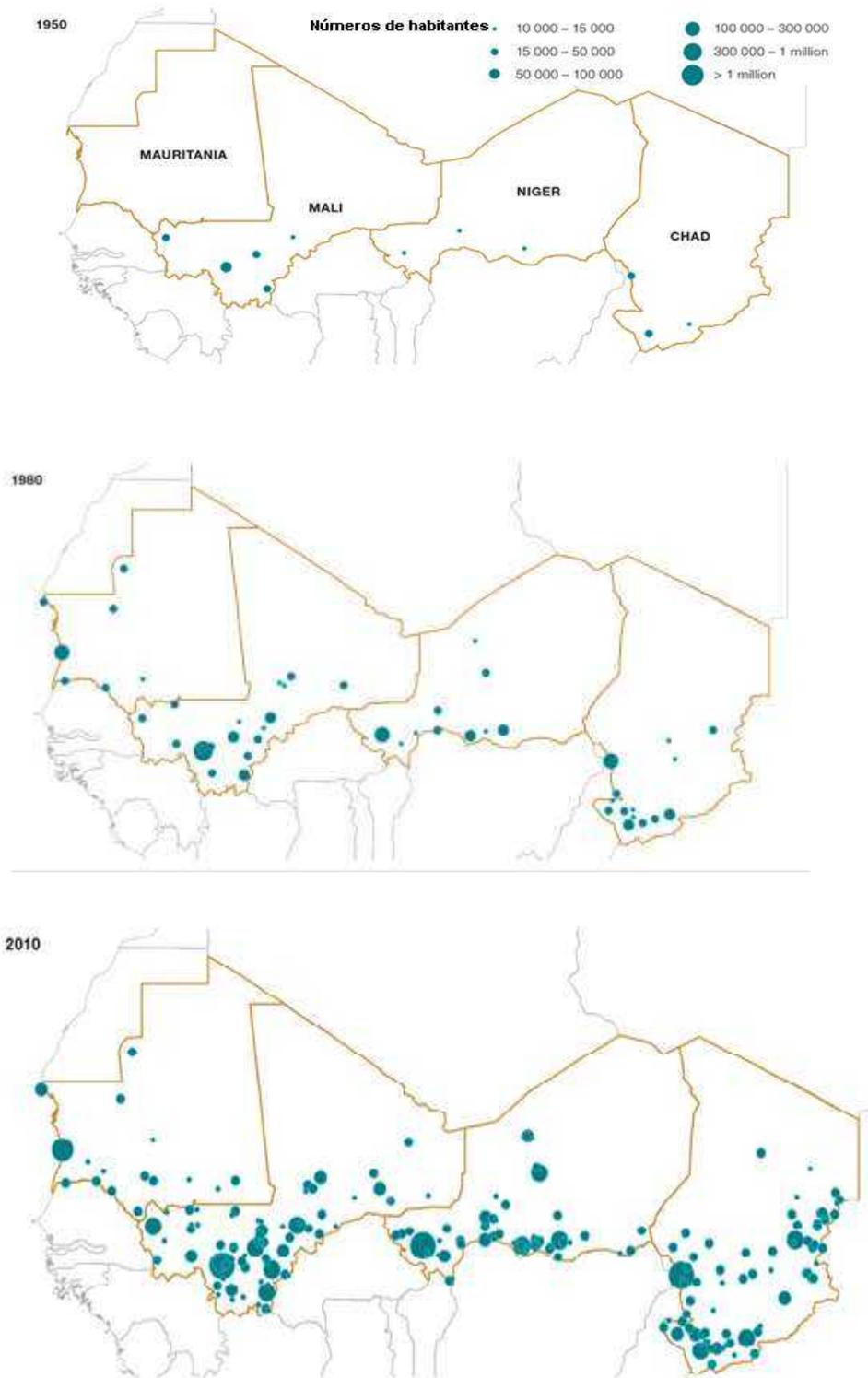
Fonte: FAO, 2005. Adaptação própria, 2019.

A aceleração da urbanização é outro motivo de preocupação. Numa região já bastante conturbada, a concentração populacional pode desequilibrar, ainda mais, este ambiente fisicamente e politicamente instável, devido ao aumento da demanda por água e terras férteis, recursos bastante escassos na região.

A África, ainda hoje, é o continente menos urbanizado do mundo. Porém, a transição urbana é notória. Na África Ocidental, segundo a OECD (2014), o número de aglomerações urbanas aumentou de 152 em 1950 para quase 2.000 em 2010. Atualmente, vilas e cidades abrigam quase 50% da população total.

No entanto, o Níger, com apenas 18% da população residindo em áreas urbanas, ainda é um dos países menos urbanizados do mundo.

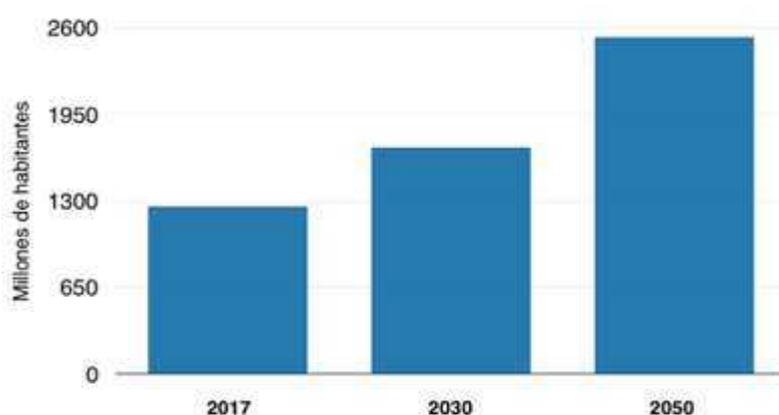
Figura 4. Urbanização e rede urbana no Sahel 1950 – 2010



Fonte: Africapolis, SWAC/OECD, 2014.

Segundo as projeções demográficas do UNDP (2014), em 2050 a população mundial deve superar os 9 bilhões de habitantes. Dos nove países que concentram a metade deste crescimento populacional, cinco estão no continente africano: Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Uganda. Outros, como Angola, Burundi, Níger, Somália, Zâmbia e a Tanzânia, multiplicarão, pelo menos, cinco vezes seu número de habitantes. Hoje há 1,2 bilhão de africanos, e para 2050, a previsão é que esse contingente dobre, ou seja, o continente responde por quase metade do crescimento da população mundial (ELPAIS, 2018).

Gráfico 2. Projeções populacionais para o continente africano



Fonte: UNDP, 2014.

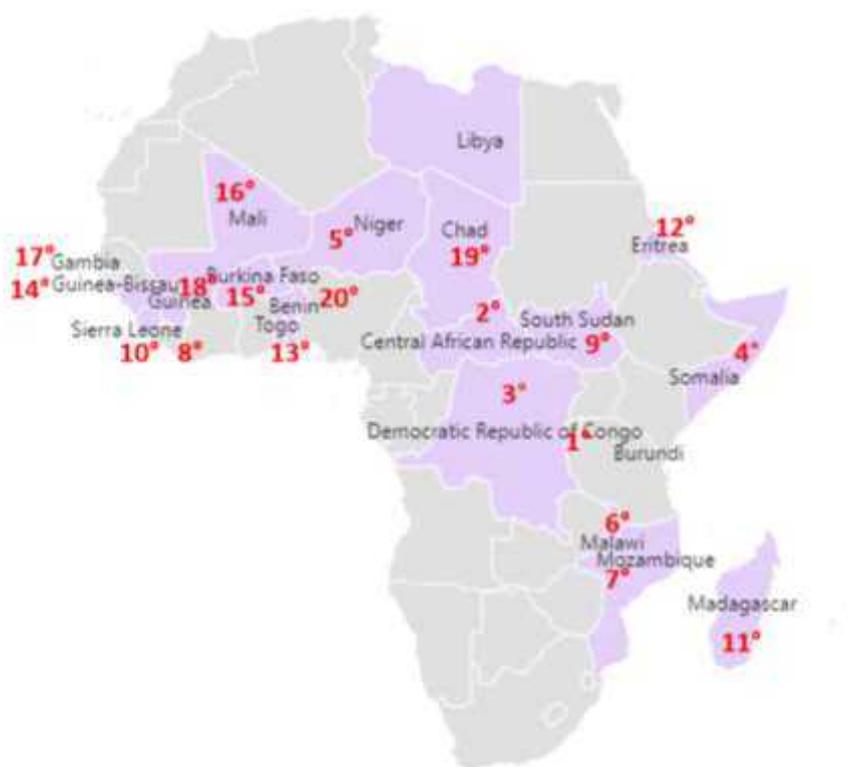
O crescimento populacional levanta gigantescos desafios ambientais, econômicos e sociais. Afinal, onde a insegurança alimentar e a disputa por recursos básicos se fazem presente, o aumento populacional não significaria uma intensificação de toda crise sistêmica?

Em 2019, 445 milhões de pessoas viviam no continente africano com menos de 1.90 dólar por dia, o que representa 34% da população. O Banco Mundial estima que a pandemia do Covid 19 se traduziu por um aumento de 30 Milhões de pessoas vivendo na situação de extrema pobreza na África (DADOS BM, 2019).

Entre os países da África Subsaariana, os países do Sahel estão entre os mais pobres do mundo, o que se reflete no Índice do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2012, que colocou o Níger (186.^a posição), o Chade (184.^a posição), o Burquina Faso (183.^a posição) e o Mali (182.^a posição), entre os seis

países menos desenvolvidos do mundo (EUROPARL, 2013). No mapa dos 20 países mais pobres da África de 2022, que usa como parâmetro a relação entre o índice de RNB (Renda Nacional Bruta) per capita e o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, o Níger se encontra em 5º lugar, Burquina Faso 15º, Mali 16º e Chade 19º.

Cartograma 3. Os 20 países mais pobres em 2022



Fonte: <https://www.mappr.co/thematic-maps/africa-poorest-countries/>

Adaptação: Própria, 2022.

De forma geral, a questão demográfica, inserida no debate sobre a vulnerabilidade ambiental desta região, aponta para uma grave crise ecológica, que se desdobra em uma crise humanitária. Tendo efeitos nocivos sobre questões fundiárias dos países do Sahel e na geração ou intensificação de conflitos territoriais pela disputa de recursos econômicos. No caso do continente africano, os possíveis benefícios associados ao chamado dividendo demográfico se manifestam muito pontualmente.

Em 2009 os países do Sahel vivenciavam um rápido crescimento populacional. A população do Senegal aumentou 2,4%, a do Mali em 3,3%, do Burkina Faso em 2,8%, e do Níger 3,7% (United Nações, 2010) E, as projeções futuras acreditavam que seguindo esse ritmo, a população dobrará em 31 anos no Senegal, 23 anos no Mali, 27 anos no Burkina Faso e 20 anos no Níger. Sendo que, o contexto de adensamento populacional é uma pressão econômica, social e política que também corroborou para os conflitos nos anos 2000 e seus desdobramentos subsequentes na região.

Segundo o conceito de “dividendo demográfico” (MASON, 2005; NASIR; TAHIR, 2011), para alguns autores “janela de oportunidades” (CARVALHO; WONG, 2010; BLOOM; CANNING; FINK, 2011), ou o chamado “bônus demográfico”, termos corolários da transição demográfica, este seria um momento histórico que poderia oferecer uma grande oportunidade para o crescimento econômico de qualquer país, o que se mostra muito distante da realidade socioeconômica atual e das projeções futuras para os países do Sahel (RIGOTTI, 2012).

2.1.1 A região do Sahel e sua vulnerabilidade ambiental: da crise ecológica à crise humanitária

Conforme mencionado anteriormente, o Sahel é uma região de clima semiárido, sujeito a uma grande vulnerabilidade ambiental. Para Gallopin (2006), a vulnerabilidade é definida com base na susceptibilidade de um sistema a um dano potencial, ou transformação, quando sujeito à uma perturbação, ou pressão ambiental. A vulnerabilidade não é, portanto, a medida de um dano real, mas sim, a capacidade de um ambiente de sofrer lesões ou danos em determinadas condições. Regiões marcadas por climas semiáridos apresentam elevado nível de vulnerabilidade.

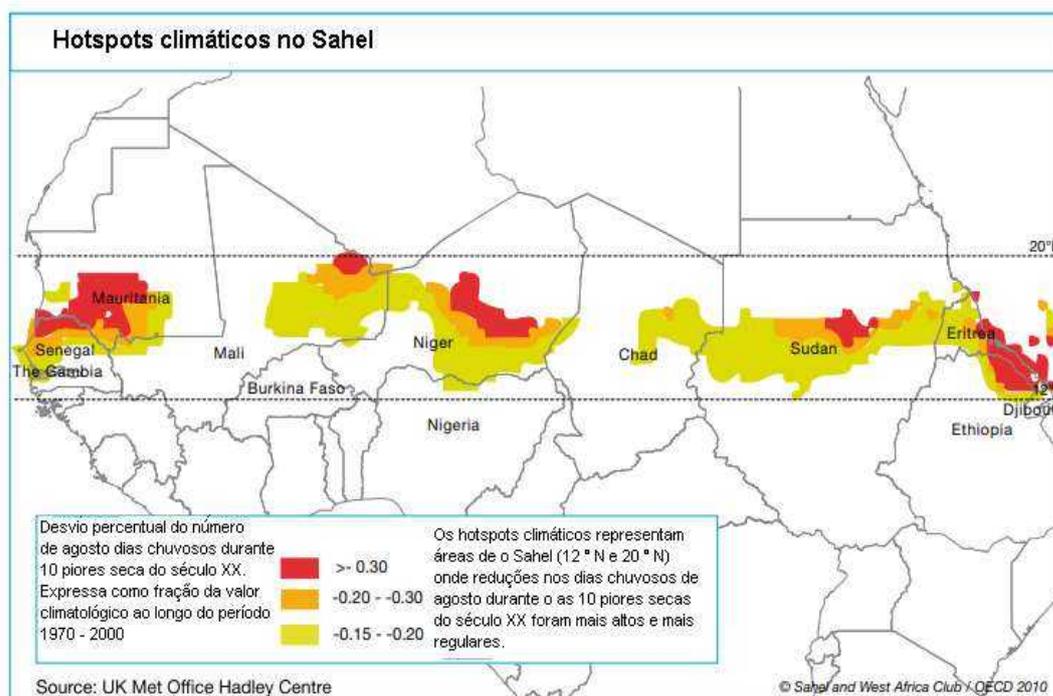
As precipitações são escassas, irregulares e imprevisíveis. As amplitudes térmicas são, por seu lado, importantes. Os solos são, portanto, pobres em matéria orgânica, água, fauna e flora, que são adaptadas a essas condições climáticas (resistentes à seca, tolerantes à alta salinidade, resilientes ao calor e as condições de falta de água) (UNCCD, 2012). Essas terras, solos pobres e

inférteis, representam quase 34% dos espaços disponíveis na região, o que contribui para a insegurança alimentar, principalmente, entre os pequenos agricultores (UNCCD, 2014).

De acordo com Nogueira (2011), o Sahel tem sofrido com longos períodos de seca, como entre 1968 e 1974 e, conseqüentemente, com fome e pobreza. Segundo a UNMULTIMEDIA (2016), a quantidade de água disponível por habitante caiu 40% nos últimos 20 anos. O crescimento populacional e os períodos de estiagem cada vez mais longos têm agravado o processo de desertificação, caracterizado pelo avanço do deserto do Saara sobre as terras sahelianas.

Segundo a análise fornecida pela OCDE (2014), representada na ilustração abaixo, existem três áreas extremamente sensíveis à desertificação, onde as secas crônicas foram mais intensas e duradouras. A primeira área fica ao longo da parte mais ocidental da região, entre Senegal e Mauritânia; a segunda se estende entre Mali e Níger e a terceira fica entre o Leste da Etiópia e o Sudão. Das 10 piores secas que ocorreram desde 1970 no mundo, cinco aconteceram, simultaneamente, no Sahel oriental e ocidental, o que gerou uma crise ecológica sem precedentes na região (OCDE, 2014).

Ilustração 4. Áreas mais susceptíveis a desertificação no Sahel



Fonte: OECD, 2010. Adaptação, própria, 2019.

A crise ecológica pode ser compreendida como um fenômeno que integra processos econômicos, sociais, naturais e/ou induzidos, afetando o equilíbrio do solo, da vegetação e da água, assim como a qualidade da vida humana nas áreas sujeitas a natureza edáfica e/ou climática (FERREIRA, 1994). A aceleração da urbanização na região, provoca um aumento da demanda por recursos, como água e terras, contribuindo para intensificar o processo de desertificação (MAZRUI E WONDJI, 2010, p. 464).

Segundo a ONU (1994), a desertificação pode ser definida como “a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas” (ONU, 1994:4). A definição se aproxima da abordagem pioneira de Aubreville (1949), que analisou áreas da África tropical, degradadas pela intensa utilização dos recursos naturais e pela falta de compreensão de como a degradação ambiental em espaços semiáridos é um processo destrutivo e, muitas vezes, irreversível. O autor, associou assim, a desertificação a ação antrópica. Sampaio et al (2005) pondera, por sua parte, que existe uma grande dificuldade na análise da desertificação, afirmando que:

“(...) dos fatores que originam a desertificação, sabe-se que são múltiplos, complexos, entrelaçados, com inúmeros mecanismos de retroalimentação, tornando sua análise extremamente difícil”. A maior dificuldade é que a maioria deles está presente em todas as áreas sujeitas à desertificação. (...) E eles variam no espaço e no tempo. Os fatores extrapolam o âmbito agrícola e estendem-se para atividades econômicas e sociais, por vezes originando-se em áreas muito distantes daquelas onde a desertificação está ocorrendo. (SAMPAIO et al, 2005, p. 61-62).

Essa limitação é extremamente pertinente à esta análise, já que acreditamos que, de forma sistêmica, a desertificação no Sahel faz parte de um complexo e entrelaçado mecanismo de crise, extrapolando os fatores ambientais, que colocam uma área como susceptível ao processo da desertificação, atingindo também, questões de âmbito econômico e social. A ideia de sistema retroalimentar para a desertificação se respalda no fato de que a pobreza, ou a insegurança alimentar, tanto podem ser consideradas causas e, também, consequências da desertificação (PAN-BRASIL, 2004).

Matallo Jr. (2001), enfatiza que é necessário analisar diversos componentes quando se trata do processo de desertificação. Entre eles figuram: a) degradação de solos, b) degradação da vegetação, c) degradação de recursos hídricos, d) redução da qualidade de vida da população. Esses componentes envolvem quatro grandes áreas de conhecimentos: físicos, biológicos, hídricos e socioeconômicos (MATALLO JR, 2001, p. 24).

Apesar de o termo desertificação ser originário do termo deserto, segundo Saadi (2000), eles não podem ser confundidos, pois eles não são aplicáveis ao mesmo espaço geográfico. O primeiro consiste num desequilíbrio ambiental, enquanto o segundo faz menção ao clima semiárido. O Sahel, nesse contexto, se destaca como uma área onde a chuva é escassa e variável. Graves secas já atingiram esta região, sendo a de 1972 a pior seca de todas, quando foram registrados apenas 54 mm de precipitação (HARE et. al, 1992, p.14).

Em uma região árida, a baixa disponibilidade hídrica é uma tendência típica, mas sua permanência resulta em catástrofes humanitárias e na intensificação de conflitos por água. No livro *Resource Wars-The new landscape of global conflict* (2002), Klare analisa a relação intrínseca entre os conflitos territoriais e a escassez de água em determinadas regiões do mundo. O autor destaca que as disputas por água foram, ao longo dos séculos, uma das características do comportamento humano (KLARE, 2002).

Ramonet (2002) pontua que a escassez dos recursos hídricos se tornará motivo de fortes tensões sociais e econômicas, que um dia poderão descambar em guerras (RAMONET, 2002). Sendo assim, podemos considerar que a escassez dos recursos hídricos aumenta as disputas de acesso e controle a determinados espaços, gerando disputas territoriais, visto que, a localização desses recursos é um ponto de interesses em comum para diversos atores, o que resulta, com frequência, em eventos conflituosos.

Recursos hídricos e as tensões no Sahel

Na medida em que o objeto da pesquisa diz respeito a conflitos territoriais, recorreremos à Zhouri e Laschefski (2010), que os definem como disputas resultantes dos modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território.

No caso do Sahel, os conflitos territoriais envolvem Estados, grupos populacionais (nômades, etnias, refugiados) e até organizações terroristas ou mafiosas que entram em disputa, muitas vezes, por recursos, em especial, água, devido a sua pouca disponibilidade. Segundo Lunardon (2010), ao longo da história, a disputa por água já se consagrou como uma das causas de aumento da violência (LUNARDON, 2010). Em suma, as disputas por recursos sempre desencadeiam tensões territoriais diversas. Mas, quando estamos falando de recursos que possibilitam a sobrevivência de uma população, suas consequências sempre são mais intensas e devastadoras.

Segundo HARE *et. al* (1992), em 1973, a seca no Sahel atingiu um ápice que levou a população e animais à morte e resultou em um grande fluxo de refugiados. Esse tipo de evento, que torna um recurso escasso ainda mais restrito, é um novo estopim para novos conflitos entre grupos populacionais. A seca deixou um rastro de destruição que impactou a sociedade, o meio ambiente e a economia. Mas, talvez, seu pior impacto tenha sido no agravamento da insegurança alimentar, o que direta e indiretamente influenciou no aumento da instabilidade geopolítica da região.

O conceito de segurança alimentar evoluiu significativamente ao longo do tempo. Na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, Itália, em 1996, A FAO defendeu a ideia que só existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, que atendam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável (FAO, 1996). A falta, ou a impossibilidade de ter acesso a esses recursos gera a insegurança alimentar.

A escassez de alimentos atinge com mais intensidade grupos socialmente marginalizados, sem meios de produção e/ou acesso ao mercado de gêneros alimentícios. Em alguns casos, são, também, os mais vulneráveis a desastres naturais, como secas e enchentes. Na região do Sahel, mais de 12,7 milhões de pessoas estão expostas a uma situação de alta vulnerabilidade de fome e exílio de suas propriedades rurais (IHU, 2022).

O contexto de insegurança alimentar é alarmante em todo mundo, mas algumas regiões, mais que outras, se destacam nesse cenário calamitoso. De acordo com o Banco Mundial (2011), guerras civis, reivindicações violentas por

independência, golpes militares e embargos implicam ou agravam, ainda mais, a fome e a desnutrição de grande parte da população (BANCO MUNDIAL – BM, 2011).

De acordo com a UNECA (2016), cerca de 20 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar no Sahel. A situação atual demonstra um impacto cumulativo de várias crises afetando um dramático número de pessoas. Em suma, o acesso a sementes de qualidade e o abastecimento em meios de produção são prejudicados ou interrompidos por questões políticas ou logísticas; as diversas formas de insegurança podem ameaçar os cultivos e as colheitas de alimentos nas lavouras; a comercialização dos produtos sofre, por causa de estruturas de mercado falidas; e as doenças podem se tornar epidemias, em consequência da degradação do sistema de saúde etc. (BM, 2011). Ou seja, a insegurança alimentar aumenta em regiões que, muitas vezes, já sofriam de grave pobreza e subnutrição, por causa de sua instabilidade econômica e ecológica, conforme pode ser observado no Sahel.

Mesmo os conflitos não sendo uma exclusividade do continente africano e, muito menos do Sahel, a questão da pobreza sistêmica vivenciada por algumas nações dessa região potencializam os impactos dos conflitos e complexifica suas possíveis resoluções. Segundo a FAO (2008), os mais pobres se mostram impotentes frente aos conflitos, sem voz ou poder relevante de decisão, resultando em migrações forçadas como o único meio de sobrevivência (FAO, 2008) e, de acordo com OECD (2010), no Sahel, uma entre sete pessoas sofre de insegurança alimentar; uma em cada cinco crianças está desnutrida e 2,76 milhões são refugiados.

Sendo assim, essas populações que vivem em situações extremamente precarizadas, encontram nas crises políticas e conflitos territoriais desafios quase impossíveis de serem superados. A fuga por sobrevivência no Sahel se torna uma das alternativas mais viáveis, o que além de não resolver os conflitos existentes, ainda gera novas tensões territoriais e crises nas nações ao entorno, principal destino dos fluxos de refugiados.

Analisando a realidade existente nos países do Sahel, pouco depois do início do conflito do Mali em 2012, a projeção de segurança alimentar para o primeiro trimestre era alarmante, com a indicação de uma possível deterioração

para Burkina Faso e Mali, devido à fraca produção de pastagens, que afetaria a subsistência dos pastores, o que pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1. Indicadores socioeconômicos de países do continente africano

| Países | Pop Total (em milhões) | Pop Rural (% total) | Pop Agrícola (% total) | Densidade populacional Pessoas/Km² | Pop árabe Agrícola /Km² | Valor agregado da terra agrícola (% de GDP) |
|---------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------|--|---|--|
| Nigéria | 151.21 | 52 | 26 | 166 | 110 | 32.7 |
| Etiópia | 80.71 | 83 | 87 | 81 | 442 | 46.3 |
| Sudão | 41.35 | 57 | 53 | 17 | 114 | 28.3 |
| Burkina Faso | 15.23 | 80 | 92 | 56 | 261 | 33.3 ¹ |
| Níger | 14.70 | 83 | 84 | 12 | 81 | 40.0 ² |
| Mali | 12.71 | 68 | 76 | 10 | 197 | 36.5 |
| Senegal | 12.21 | 58 | 71 | 63 | 284 | 13.4 |
| Chade | 10.91 | 73 | 68 | 9 | 170 | 12.5 |
| Eritreia | 4.93 | 79 | 74 | 49 | 559 | 24.3 |
| Mauritânia | 3.22 | 59 | 51 | 3 | 355 | 12.5 |

Fonte: Security Implications of Climate Change in the Sahel Region, 2010. Elaboração própria. 2019.

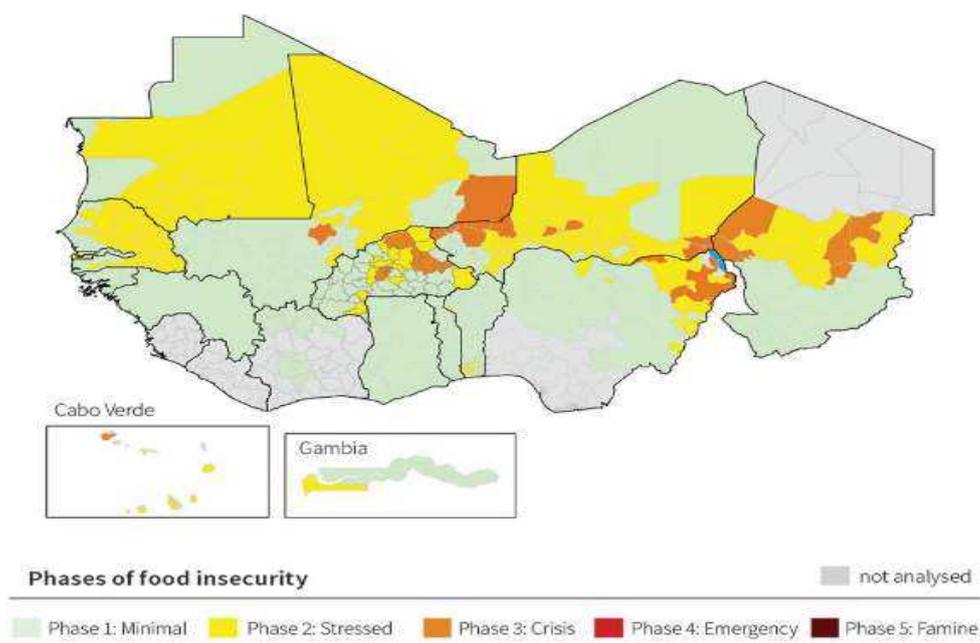
As sociedades agrícolas do Sahel são fortemente dependentes das chuvas cuja escassez e irregularidade afetam gravemente a segurança alimentar e os meios de subsistência da região. Segundo a OECD (2010), cerca de dois terços da população dependem da agricultura e da pecuária, e eventos extremos, como secas, podem levar a uma perda imediata da possibilidade de produção. Para Sampaio (2005, p.103):

“as consequências ambientais da degradação do solo são bastante graves por si próprias, mas seu aspecto mais danoso é na redução da capacidade de produção das terras, principalmente quando esta redução é irreversível” (SAMPAIO, 2005, p.103).

A desigualdade social explica que os impactos da desertificação variam socialmente. A falta de investimentos impossibilita plantar em condições climáticas tão adversas e a concentração de terras férteis, nas mãos de poucos, contribui para o aumento da superfície em processo de desertificação. Muitos agricultores e pecuaristas são forçados a utilizar áreas já fragilizadas, exauridas, como única alternativa para as atividades de subsistência.

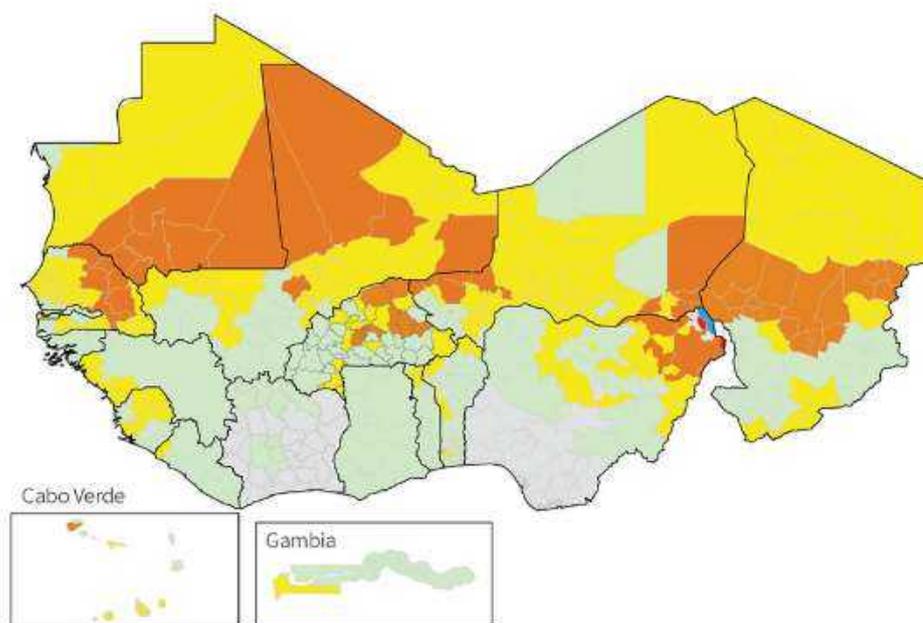
A gravidade da situação no Sahel no início dos anos de 1970 explica o forte aumento dos fluxos de ajuda internacional, o estímulo à cooperação internacional para combater a desertificação e a convocação de uma conferência internacional sobre a desertificação para elaborar um plano de ação (HARE *et al.*, 1992, p.14). Em 2018 a situação de crise alimentar na região apresentava um panorama grave, que segundo as projeções futuras, tende a se intensificar, já que ao longo do ano, o estresse hídrico tornou-se mais intenso com o passar dos meses.

Figura 5. Estado de crise alimentar no Sahel (março-maio) 2018)



Fonte: Cadre harmonisé analysis. Pregec, 2018.

Figura 6. Estado de crise alimentar no Sahel (Junho- Agosto) 2018



Source: Cadre harmonisé analysis, PREGEC Regional Technical Consultation, Ouagadougou, March 2018
© 2018. Food Crisis Prevention Network (RPCA). Maps produced by GILSS/Agrhymet

Fonte: Cadre harmonisé analysis. Pregec, 2018.

No Sahel, a insegurança aumenta de forma progressiva. De acordo com a análise da Cadre Harmonisé, exposta nas figuras acima, cerca de 7,1 milhões de pessoas enfrentam atualmente uma situação de crise, especialmente, na bacia do Lago Chade, na região de Liptako-Gourma e no centro de Mali. Embora a situação alimentar tenha melhorado em alguns casos, como na Nigéria (Adamawa, Borno e Yobe) devido às intervenções humanitárias em curso, mais de 50% das pessoas com insegurança alimentar da região são deste país. Quase 3,7 milhões de nigerianos necessitavam de assistência emergencial no início de 2018. Somente no Estado de Borno, cerca de 1,5 milhão de pessoas (27,8% da população) provavelmente enfrentarão uma situação de crise (fase 3-5) (OECD, 2019).

A situação se tornou também extremamente difícil em Burkina Faso, Chade e Mali, onde quase 1 milhão de pessoas sofrem de insegurança alimentar. A situação crítica de alimentação e nutrição também está relacionada ao marasmo econômico, à depreciação da moeda nacional, a inflação e as instabilidades geopolíticas que criam uma situação insustentável para as populações mais vulneráveis (OECD, 2019).

As crises alimentares são comumente analisadas de forma errônea e superficial como consequências climáticas. No entanto, elas são explicáveis interconectando diversas dimensões críticas como a questão climática, a conjuntura socioeconômica e a má estruturação do país em questão (FAO, 2008).

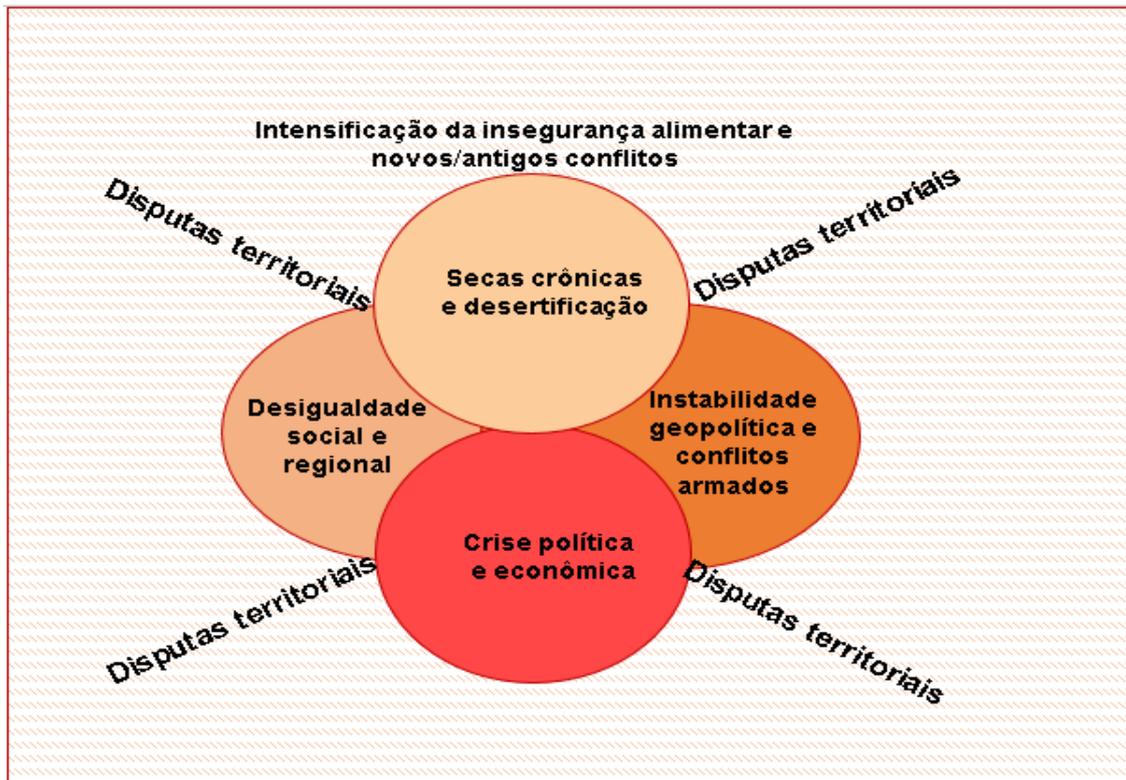
Os conflitos armados causam também perdas materiais. A alteração na estrutura social das comunidades afeta os laços familiares e a organização das propriedades produtivas, o que prejudica o desenvolvimento. Os conflitos tornam, muitas vezes, a população dependente de ajuda do governo nacional ou internacional, através da doação de insumos básicos (remédios e alimentos), sendo privadas de estabilidade e, quase sempre, de liberdade, já que muitos campos de refugiados se assemelham mais a prisões.

A devastação ambiental é outro dano gerado pelos deslocamentos de pessoas (deslocados e refugiados) que aumentam a pressão sobre o ambiente onde elas se instalam. Quanto maior for a concentração demográfica, maior será a demanda por recursos, o que gerará, conseqüentemente, rupturas dos equilíbrios ambientais, em regiões já fragilizadas.

Localizado no coração do Sahel, o Mali é um bom exemplo do que foi discutido anteriormente. O país que vive sob a susceptibilidade de estresses ambientais, como secas e desertificação, é palco de uma complexa relação entre secas, insegurança alimentar e conflitos territoriais. Segundo o IFPRI (2006), a insegurança alimentar crônica é relacionada aos conflitos, desigualdades econômicas, discriminações étnicas, violações dos direitos humanos, disputas políticas, má distribuição de terras etc.

Segundo Lecocq (2010), as rebeliões foram influenciadas diretamente pelas secas dos anos 70 e 80 que devastaram a subsistência de nômades e agricultores no norte do país, aumentando a insatisfação dos tuaregues para com o governo central. Essa correlação entre os fatos aponta para um panorama sistêmico e dialético entre as crises e conflitos na região, o que pode ser, mais claramente, apreendido, no esquema imagético elaborado abaixo.

Imagem 1. A relação sistêmica entre as crises e conflitos no Sahel



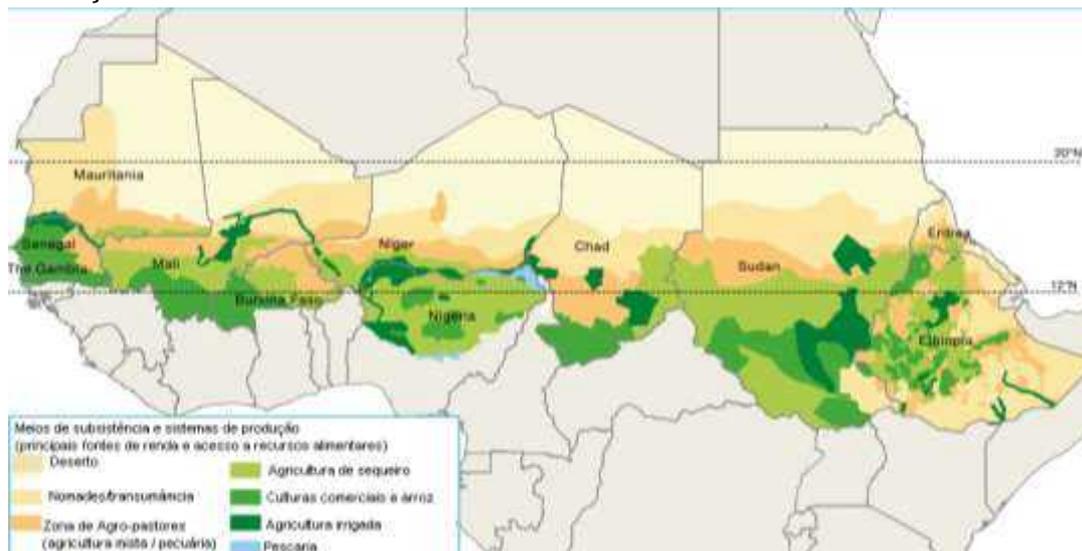
Fonte: Elaboração própria, 2019.

2.1.3 A questão fundiária e o acesso aos recursos econômicos

No Sahel, as condições climáticas e geomorfológicas têm um papel importante na organização social, cultural e política das comunidades locais, que se subdividem tradicionalmente em dois grandes grupos com gêneros de vida específicos: os nômades e os sedentários (GALITO, 2013). Os direitos de circulação ou de acesso aos escassos recursos naturais, sobretudo, a água, alimenta tensões entre estes grupos, em uma região que tem como característica marcante a limitada disponibilidade hídrica.

Os mais afetados são os pastores, cujas comunidades foram severamente devastadas pelas secas. A falta de forragem e água resultou em uma migração prematura de seus rebanhos para outras áreas de seu país ou de países vizinhos. Essa mobilidade gera conflitos de uso, água e terra, que se desdobram em disputas por acesso e direitos de passagem.

Ilustração 5. Sistemas de Subsistência do Saara-Sahel



Fonte: Sahel and West Africa Club / OECD, 2010 e CILSS; FAO; FEWSNET; SWAC/OECD. Adaptação própria, 2019.

A problemática dos recursos

Para Leff (2001), os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica cuja própria gênese não depende do homem e que ainda não sofreram transformações pelo trabalho humano. No entanto, preferimos nos apoiar em Zimmermann (1964), que aponta que “os recursos não são, eles se tornam”. A gênese dos recursos naturais depende sim do homem, pois é a partir da demanda social, que um elemento da natureza se torna um recurso.

A definição proposta por Leff (2001), aproxima o conceito de recurso de um elemento natural, sendo que estes conceitos não podem ser reduzidos um ao outro. O autor desvincula o conceito de recurso natural dos contextos históricos, o que no âmbito de nossa análise seria algo inviável.

Por sua parte, Venturi (2006), lembra que um bem natural pode ser recurso em determinado momento histórico e, deixar de sê-lo, em outro. Ou ainda, algo que nunca se constituiu em um recurso natural, pode vir a sê-lo, de acordo com um novo contexto, dependendo dos diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e dos diferentes conjuntos de valores culturais em determinada sociedade, em certo tempo e espaço.

Deve-se então, evitar confundir elemento natural com recurso natural, já, que segundo Deshaies e Mérenne-Schoumaker (2014), são as práticas e estratégias exercidas sobre o elemento natural, em um contexto econômico,

momento social e cultural que irão torná-lo recurso (DESHAIES et MÉRENNE-SCHOUMAKER, 2014).

Condições socioculturais

Segundo Nogueira (2011), o sistema sociocultural saheliano é definido pela relação específica da sociedade com o ambiente, caracterizada por mudanças contínuas. E, a busca por recursos naturais sempre acirrou conflitos entre os Estados e a população e entre diversos grupos populacionais (GALITO, 2013). A combinação de rápido crescimento populacional, precária tecnologia agrícola e o sobre pastejo está degradando as terras do Sahel (AYATUNDE et al, 2000; MORTIMORE & TURNER, 2005; TSCHAKERT, 2007).

Segundo Mortimore e Adams (2001), entre os anos de 1972 e 1974, as secas resultaram em uma crise que engloba cinco perspectivas que se influenciam mutuamente: a seca, a má oferta de alimentos, o manejo inadequado da pecuária, a degradação ambiental e as possibilidades limitadas das atividades de subsistência em nível familiar. A crise colabora para o processo de desertificação, aumentando a escassez de alimentos, a desnutrição e o subdesenvolvimento da região.

A expansão das terras agrícolas foi uma forma de minimizar a insegurança alimentar, mas, agravou as disputas por terras e recursos naturais. Se no passado, antes da existência dos estados nacionais, a coexistência entre pastores e agricultores fosse relativamente pacífica, atualmente, no Sahel, os confrontos violentos entre estes grupos, que competem por água e terras férteis, estão se tornando cada vez mais frequentes (MORITZ, 2010). O aumento da demanda e o aumento da escassez desses recursos geram uma conta impossível de fechar.

Sendo assim, podemos considerar que a multiplicação dos conflitos territoriais na África se deve, em parte, à escassez de recursos que agrava a disputa entre agricultores e pastores pelo uso da mesma terra. O crescimento urbano aumentou a demanda por produtos agrícolas e carne, levando a uma expansão dos rebanhos e das terras agrícolas (BLENCH, 1996). Sendo as pastagens do Sahel muito sensíveis ao aumento da pressão de pastejo e, com isso, as consequências ambientais são inevitáveis.

As relações entre nômades e sedentários, eram historicamente produtos de relações socioeconômicas de subsistência entre os dois principais grupos étnicos de pastores: os Fulbes e os Tuaregues. Os Fulbes se dedicam à criação de gado, cabras e ovelhas em toda a região (Senegal, Mali, Níger, Chade e Camarões). Já os tuaregues criavam camelos, cabras e ovelhas, principalmente, em terras sahelianas. Sendo que a área dedicada à pecuária diminuiu drasticamente na medida do aumento da superfície das terras de plantio. O que agravou o ressentimento dos tuaregues com o governo central e dificultou, ainda mais, a convivência desse grupo com “os sulistas”.

Moritz (2010), ressalta que as medidas visando prevenir conflitos entre fazendeiros e pecuaristas não foram eficazes, pois não consideram a política inserida neste conflito de longa data, que sempre privilegiou os agricultores e o fator inevitável implícito na situação atual, que é a ameaça de subsistência às atividades pecuaristas, devido às secas prolongadas.

Durante a estação seca no Sahel, o envio de gado para terras agrícolas é a única alternativa para a sobrevivência dos animais, mesmo quando isso significa, destruir as culturas alheias. Além disso, o contato direto entre as terras agrícolas e os pastos é impulsionado também pela expansão agrícola, pois não há evidências do aumento do número de animais nas comunidades do Sahel.

2.2.2. O Sistema regional de crises e conflitos do Sahel: Aspectos políticos e geopolíticos

A questão político-social é também extremamente complexa no Sahel. A avaliação estatística do Fundo para a Paz¹⁰ sobre a situação político-social dos países da região nos permite apreender um cenário de grande instabilidade. Segundo Cox (2017), esse entendimento parte ainda de uma visão do antigo colonizador para suas ex-colônias e, inseridos nessa mesma ótica, termos como “falhado” são evocados ao analisar o desenvolvimento de um Estado nacional nos moldes westfaliano. E, segundo Cox (2017), a lista dos chamados “Estados falhados/falidos” no mundo tende a crescer.

¹⁰ Organização sem fins lucrativos que publica anualmente na internet o Índice dos Estados Falhados

O índice dos Estados Falidos do Fundo para a Paz utiliza doze critérios aos quais são atribuídos valores de zero a dez, podendo o índice total atingir o valor máximo 120 pontos. A maioria dos países do Sahel estão entre os 25 Estados falidos ou vulneráveis, do mundo (IEFFP, 2012).

Tabela 2. Índice dos Estados mais falidos do mundo. Faça sua própria tabela e com dados mais recentes

| Países | Ranking 2011 | Total 2011 | Ranking 2012 | Total 2012 |
|-------------------------------------|--------------|------------|--------------|----------------|
| Sudão Sudão do Sul | 3 | 108,7 | 3 | 109,4 108,4 |
| Chade | 2 | 113,4 | 4 | 107,6 |
| Nigéria | 14 | 99,9 | 14 | 101,1 |
| Etiópia | 20 | 98,2 | 17 | 97,9 |
| Níger | 15 | 99,1 | 18 | 96,9 |
| Eritreia | 28 | 93,6 | 23 | 94,5 |
| Mauritânia | 42 | 88,0 | 38 | 87,6 |
| Burkina Faso | 37 | 88,6 | 41 | 87,4 |
| Senegal | 85 | 76,8 | 71 | 79,3 |
| Mali | 76 | 79,3 | 79 | 77,9 |

Fonte: IEFFp, 2012. Elaboração própria, 2019.

O termo *Estado falido* começou a ser usado nos campos da ciência política e das relações internacionais nos anos de 1990. Desde então, ele vem ganhando importância em disciplinas acadêmicas e no vocabulário político em geral. Segundo Shipley (2016), isto se deve ao novo fenômeno que assola zonas periféricas do mundo onde o Estado não cumpre com normalidade suas principais atribuições. A disputa por legitimidade entre várias facções dentro do mesmo Estado é uma característica básica do Estado falido (SHIPLEY, 2016). No caso do continente africano, em especial, no Sahel, podemos observar no quadro abaixo a multiplicidade de atores e atividades envolvidas em um emaranhado de problemas geopolíticos e grupos armados.

Quadro 4. Os principais grupos armados e problemas geopolíticos do Sahel

| País | Problema | Grupos armados atuantes |
|--------------|---|--|
| Burkina Faso | Fraca segurança na fronteira com o Mali, o que facilita a entrada de insurgentes | Estado Islâmico do grande Saara; Assarul Islam; Al-Qaeda do Magreb Islâmico. |
| Chade | Acusado de financiar grupos rebeldes no Sudão | Aliança Nacional; Movimento para justiça e igualdade; União de forças para Democracia e Desenvolvimento; Frente Nacional pela Mudança Democrática. |
| Etiópia | Conflito entre os povos da Somália e Oromo | Al Shabaab; Frente Islâmica da Somália; Frente de libertação nacional do Ogaden; Frente Unida Democrática e Revolucionária pelo povo Afar; Coligação pela unidade e pela democracia; Partido da Unidade Pan-Etíope. |
| Eritreia | Instabilidade diante das pressões na fronteira com a Etiópia | Movimento Democrático pela libertação do Kumanas Eritreia; Organização Democrática Afar do Mar Vermelho. |
| Mali | Conflitos entre os Tuaregues e o Estado, Contrabando, tráfico e grupos terroristas | Aliança Democrática; Al Qaeda do Magreb Islâmico Tuaregues; Estado Islâmico do Grande Saara; Ansar Dine; Grupo de apoio ao Islã e muçulmanos; Grupo Salafistas para Pregar e Lutar. |
| Mauritânia | Pouca legitimidade do Estado e das forças de segurança e recorrentes golpes de Estado | Grupo Salafistas para Pregar e Lutar. |
| Nigéria | Disputa por recursos naturais, principalmente, petróleo. Rivalidade entre etnias. | Boko Haram; Força de Libertação do Delta do Níger; Tuaregues; Movimento pela Emancipação do Delta do Níger; Conselho Revolucionário Unido; Força Voluntária do Povo do Delta do Níger; Vigilantes do Delta do Níger. |
| Níger | Comércio clandestino de armas e instabilidade política | Al-Qaeda; Boko Haram; Al-Mourabitoun; Movimento do Povo da Nigéria pela Justiça; Estado Islâmico do Grande Saara; Tuaregues. |
| Senegal | Forças que almejam a independência da região de Casamansa. Tensões regionais e étnicas. | Movimento das Forças Democráticas de Casamança. |
| Sudão | Disputas na fronteira e por recursos naturais. Conflito étnico. | Movimento de Libertação do Sudão; Movimento para Justiça e Igualdade; Exército de Resistência do Senhor; Frente de Redenção Nacional; Janjaweed; Exército de Libertação do Povo do Sudão. |

Fonte: Série conflitos internacionais v.5; n. 3, 2018. Elaboração Própria, 2019.

O aumento do número de Estados falidos constitui um desafio para a segurança e estabilidade internacional e para desenvolvimento regional em

diversas áreas do mundo (SHIRPLEY, 2016). Entretanto, Shipley (2016) assevera que o tratamento que a comunidade internacional, particularmente, o Ocidente dá a estes Estados, não apenas dificulta a solução do problema, como também facilita a sua eclosão e manutenção.

Shipley (2016) afirma que, a fragilidade desses Estados na África se deve em parte as políticas ocidentais, que utilizam esse termo pejorativo, muitas vezes, para justificar qualquer tipo de ação em relação a estes países, inclusive, operações intervencionistas, o que agrava, ainda mais, a frágil estabilidade institucional.

Estados falidos, na visão ocidental, são o resultado de condições internas específicas, como: rivalidades entre clãs e tribos; serviços civis corruptos; Estado fragmentado; desvio de receitas do Estado para fins privados; violência incontrolável; presença de atividades ilícitas e fluxos descontrolados (pessoas, contrabando, terroristas etc.).

Atualmente, a noção de Estado falido adquire novas dimensões, a partir, principalmente, da sua incapacidade de lidar com os fundamentalistas islâmicos em seu meio e eliminar eficientemente a ameaça que eles representam para os equilíbrios políticos domésticos. Esses Estados são vistos como um reduto de novas insurgências, de recrutamento de terroristas e bases para a difusão da Jihad (COX, 2017).

Nos últimos anos, a falência de diversos Estados foi usada para legitimar intervenções estrangeiras ou missões de cooperação militar que não resolveram o problema inicial. Inicialmente, a ideia era que os Estados falidos não representavam uma ameaça internacional, porque seus problemas políticos se mantinham dentro do território nacional. No entanto, para Shipley (2016), o que representa perigo é o espaço em aberto para o poder paralelo nos territórios desses Estados, o que dificulta o controle de atividades ilícitas ou terroristas e, isso sim, se torna uma ameaça em nível internacional. Nestes Estados há um aumento progressivo do tráfico de armas, drogas e da violação de direitos humanos, não só para com os cidadãos, mas também, para com imigrantes e turistas.

Cox (2017) assevera, por sua vez, que o conceito de Estado falido é um conceito ocidental, que surgiu das preocupações de segurança dos governos e de multinacionais/transnacionais. A noção do que seria um Estado falido parte

de uma representação comparativa, inserida em um imaginário global. Para existir um Estado falido é necessário que existam "Estados bem-sucedidos". É, neste processo, que os "Estados bem-sucedidos", segundo Cox (2017), definem quais serão os termos utilizados para definir os "falidos".

Neste contexto, o "Estado padrão" é aquele que se molda no modelo ocidental, onde o poder que garante a segurança física de todos e a propriedade privada (servindo aos interesses do sistema capitalista), por meio de força policial e um aparato judiciário, apoiados por um exército dependente dos governos (eleitos), que conseguem estender o Estado de Direito para todos do país, sendo este um Estado democrático (COX, 2017).

Em oposição, temos um tipo "errado" de Estado, onde o autoritarismo é sempre um potencial violador do Estado de Direito e, portanto, da propriedade privada, distanciando-se dos interesses capitalistas, o que significa que, estar ou não nos padrões neoliberais, pode ser um parâmetro para definir se um Estado é "bem-sucedido" ou "falido" (COX, 2017). No entanto, esse padrão de Estado democrático ocidental não é um modelo que pode ser exportado para todas as sociedades, assim como, a lógica de desenvolvimento não pode ser concebida da mesma forma por todos. Esse padrão de exportação do modelo estatal nos moldes westfaliano é extremamente falido.

Segundo Cox (2017), para os governos intervencionistas, o conceito de Estado falido forneceu a legitimidade necessária para as intervenções militares, garantindo, em parte, a manutenção da influência de muitas ex-metrópoles com suas ex-colônias. Enquanto, para as multinacionais/transnacionais, ele ofereceu um crivo para onde o dinheiro deve ou não ser investido, de acordo com o "clima de negócios" favorável ou não. O que, com certeza, colabora ainda mais para o subdesenvolvimento destas regiões. Entender esse conceito com um produto ocidental é entender que existem muitas maneiras de julgar os Estados como fracassados, sendo desta maneira uma forma de visão do ocidente construída a partir de seus próprios interesses.

Durante muito tempo o imaginário de certo e errado, ou de evoluído e atrasado, foi o que assegurou a dominação entre as diversas sociedades e culturas. Cox (2017), pontua que o homem branco, por muito tempo, aproveitou as ideias de raça e de uma hierarquia racial inalterável para seus propósitos de dominação. Obviamente, isso agora não é mais aceitável. Todavia, existe um

novo imaginário a ser utilizado, a partir da distinção entre o que é moderno e o tradicional.

A ideia de desenvolvimento é, por exemplo, carregada de sentidos, interesses e lógicas evolutivas, onde existe uma trajetória a ser percorrida cuja finalidade é a modernização. O moderno, neste contexto, é apresentado como mais desejável que o tradicional. Para Cox (2017), as autoridades tribais tradicionais dos Estados sahelianos são compreendidas como formas atrasadas de poder que dificultam a atuação do poder estatal.

Para o mesmo autor, é extremamente necessário corrigir essa visão limitada. Isso não significa rejeitar as questões anteriores, pois essas condições internas específicas realmente existem e contribuem para a falência dos Estados. Mas, para analisá-las criticamente é preciso posicioná-las em um contexto geo-histórico mais amplo (COX, 2017).

Desde modo é relevante ressaltar que colonialismo e neocolonialismo imprimiram dificuldades, principalmente nos Estados do continente africano. Sendo economias profundamente dependentes dos mercados estrangeiros, a desaceleração da economia global afetou drasticamente esses jovens Estados. Assim como, a guerra fria gerou, décadas atrás, transformações intensas em países vistos como locais de recrutamento e como alvos para as intervenções estrangeiras, nas disputas de poder entre as hegemonias americana e soviética.

Em suma, uma análise deve apreender o Estado falido como um conceito criado com parâmetros comparativos entre países com realidades políticas e sociais completamente distintas. Mas deve, também, entender que esse termo está inserido em interesses particulares de julgamento. Claro, que isso não significa que tais países não apresentam os problemas relatados, mas sim, que esses problemas têm causas históricas e influências globais, que precisam ser ressaltadas ao decorrer da análise.

Sendo assim, não podemos negligenciar as mazelas estatais enfrentadas pelos países da África subsaariana, até porque, nesta pesquisa, este é um ponto central para alcançar os objetivos de entender os problemas e desafios impostos ao Sahel e como isso contribui para a formação de um sistema regional de crises e conflitos e qual a relação deste sistema com o conflito do Mali. Porém, não partimos de uma ideia generalista e limitada de que essa condição de Estado

falido é algo “natural”, como se estes Estados sahelianos estivessem fadados a seguir esse caminho e enfrentar tais questões por predestinação.

2.2.3 A criminalização da economia e as fronteiras porosas: fluxos descontrolados, atividades ilegais e conflitos territoriais.

A África Subsaariana, como já dito anteriormente, é uma das regiões do mundo onde as redes ilícitas têm se desenvolvido de forma acelerada nas últimas décadas. Segundo (MONIÉ et al, 2007), na década de 90, a crise das rendas das exportações de bens primários atingiu intensamente vários países africanos, o que resultou em um processo de destruição, não apenas de suas estabilidades econômicas e estatais. Segundo os mesmos autores (MONIÉ et al, 2007) a perda do controle de partes do território nacional pelos Estados chegou ao seu ápice quando a diminuição dos recursos alocados aos Exércitos nacionais prejudicou o controle do território e colaborou com a proliferação das atividades ligadas ao narcotráfico.

A Casamance, região do Senegal, é um exemplo de como a renda extraída do narcotráfico alimenta as compras de armamento por parte da guerrilha separatista, que luta contra o Estado senegalês. Por sua parte, a Nigéria é um exemplo relevante de criminalização da economia e de plataforma logística de distribuição de drogas em direção ao resto do mundo. Além de um país de trânsito de cocaína sul-americana e heroína asiática, a Nigéria é o maior produtor africano de cannabis (MONIÉ ET AL, 2007).

Para Bayart (2000), a queda das receitas das exportações nas duas últimas décadas na Nigéria, aumentou a busca por formas alternativas de geração de recursos, o que inseriu esse país de forma competitiva nas redes ilegais mundiais. Segundo (MONIÉ et al, 2007), as máfias que comandam essas redes controlam hoje parte do território nacional da Nigéria, agravando sua fragmentação.

Outra questão pertinente, é como estas redes ilícitas estão intimamente relacionadas com organizações terroristas globais. No continente africano, a proliferação destes grupos e suas atuações associadas a estas redes é algo sistêmico. Monié et al (2007) ressalva que os atentados de 11 de setembro de 2001 se tornaram um aviso para o mundo, de como as organizações terroristas

organizadas em redes em escala mundial representam um perigo eminente para a segurança global.

Atualmente, os países da África Subsaariana aparecem como uma região central de atuação destes grupos no mundo, com atentados reivindicados pela rede Al Queda em pontos de interesses americanos no leste e no nordeste do continente.

Para Haesbaert (2008), são essas “zonas cinzas”, não controladas pelos Estados nacionais, onde as atividades ilícitas operam quase que sem nenhum tipo de entrave, a mais suscetível para os Países Centrais, a abrigar células terroristas ou áreas de produção clandestina de recursos, que servem para financiar estes grupos (como a produção de cannabis, khât, ouro e diamantes) e, nesse contexto, o Sahel é a perfeita “zona cinzenta” global.

As fronteiras no Sahel: Do narcotráfico à expansão das organizações terroristas

Uma questão que precisa ser levantada é que, tanto as atividades ilícitas, (narcotráfico, contrabando, tráfico de armas, pessoas, remédios etc.), quanto a proliferação das organizações terroristas, dependem de difusão em rede e de operações transfronteiriças. As ações do crime organizado são embrionárias de atuações violentas, e estas necessitam de fluidez fronteiriça para se expandir e, nesse contexto, a problemática sobre o controle ou descontrole das fronteiras por parte dos Estados, torna-se central.

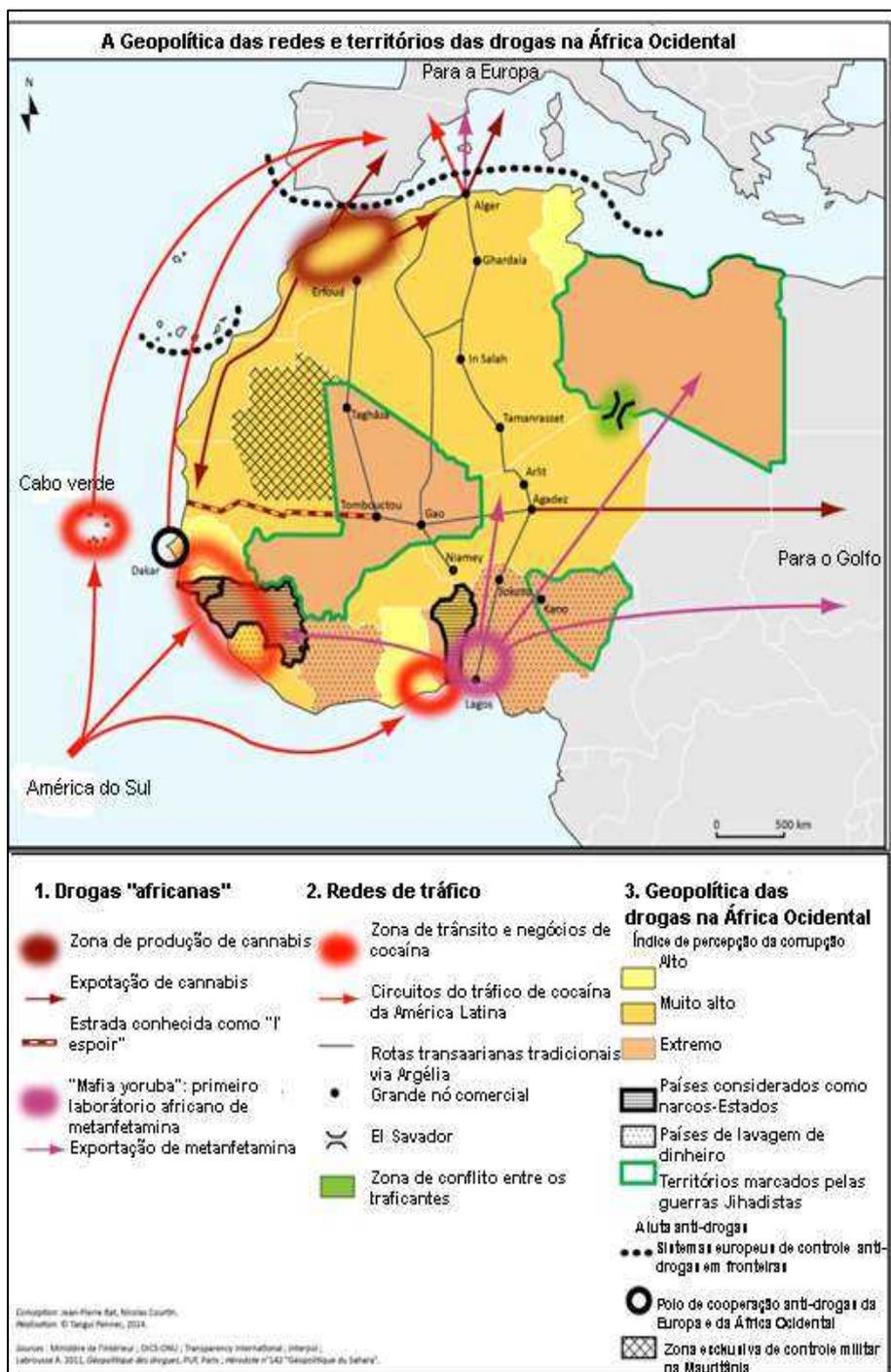
Desde sua criação, as fronteiras internacionais sempre foram consideradas áreas vulneráveis e conflituosas. Para o Estado, as fronteiras são primordiais. Segundo Ratzel (1983, p. 93) “o Estado não existe sem território e sem fronteiras”. Nesta perspectiva Ratzeliana eurocêntrica, o Estado se firma sob um substrato espacial material (solo), onde exerce o poder enquanto unidade política, formando um território com limites e fronteiras estabelecidas, seguindo o modelo westfaliano.

No Sahel, o controle das fronteiras revela-se uma tarefa complexa. Delimitar, vigiar e controlar fronteiras em áreas desérticas e semidesérticas é desafio que requer investimentos vultosos por parte dos Estados, que estão descapitalizados ou, apenas, não consideram as áreas periféricas como

prioridades para investimentos e intervenções governamentais. O baixo nível de controle sobre circulações e fluxos de todos os tipos facilita a contestação de limites territoriais por parte de grupos insurgentes (como os tuaregues no norte do Mali).

Nos últimos anos, esse fenômeno colaborou com a emergência e/ou consolidação de rebeliões armadas, ataques terroristas, sistemas de lavagem de dinheiro, aumento da corrupção dos agentes do Estado nas margens dos territórios nacionais e a expansão do narcotráfico. Em suma, a segurança humana e a soberania estatal sofreram uma degradação em todo o Sahel, com a expansão das redes de tráfico de drogas, transformando essa área em um dos maiores eixos de circulação de narcóticos do mundo (Mapa 2).

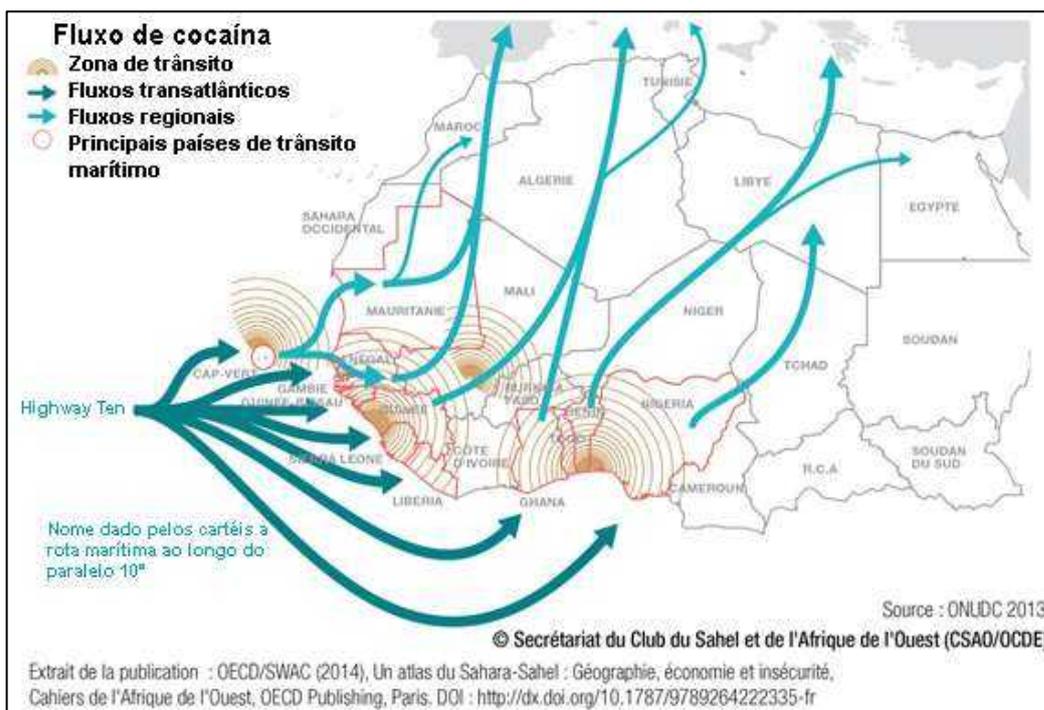
Mapa 3. Redes e territórios do narcotráfico na África Ocidental



Adaptado por: Silva, 2017.

Galito (2013), afirma que os fluxos internacionais de drogas na África ocidental, transitam principalmente entre América Latina e União Europeia. A região constitui doravante um espaço de trânsito para redes criminosas globais como os cartéis exportadores de cocaína (Ilustração 5).

Ilustração 6. Principais rotas do tráfico de cocaína na África Ocidental (início da década de 2010)



Adaptado por: Silva, 2017

Entre a África ocidental e a África do Norte, armas, drogas, bens de consumo e pessoas circulam quase que livremente via deserto do Saara através de países cujas malhas territoriais se sobrepõem às malhas de redes ilegais, que estão intimamente conectadas. As fronteiras, extensas e porosas, a baixa densidade populacional e as dificuldades de vigilância deste vasto espaço, tornaram o Sahel vulnerável ao crime organizado.

No início do século XX, a colonização europeia afetou as redes de circulação e de trocas transaarianas, mudando o centro de gravidade do comércio e do povoamento para o Golfo da Guiné (MONIÉ, 2007). No entanto, nas duas últimas décadas, traficantes de pessoas, cigarros, drogas (gradiente Sul/Norte) de armas (gradiente Norte/Sul) reativaram esses circuitos tradicionais (RÉTAILLÉ, 2013; GALITO, 2013; UNODC, 2012).

Em um processo sistêmico, os lucros gerados por estas atividades são facilmente utilizados no processo de corrupção dos funcionários de administrações estatais, o que garante a perpetuação das atividades ilegais e,

ao mesmo tempo, prejudica ainda mais a, já precária, situação política destes países (UNODC, 2012).

As mudanças no xadrez geopolítico macrorregional resultante da “Primavera Árabe” também agravaram a falta de governabilidade dos Estados e catalisaram a instabilidade sociopolítica, facilitando a ação do crime organizado. O fenômeno se agravou depois da queda do líder líbio Muamar Kadafi que controlava as rivalidades dos líderes tribais com mão de ferro (GALITO, 2012).

O atual conflito na Líbia contribui para romper os já frágeis equilíbrios regionais provocando “[...] ondas de choque que vão continuar a fazer-se sentir na região por muito tempo [...]” (HOEBEKE, cit. Por LORENA, 2012^a, p.22). O retorno de milhares de migrantes e o tráfico de armas e munições provenientes do país norte-africano afetaram os países vizinhos, principalmente, os do Sahel (CS/ONU, 2012^a, p. 2-5).

Neste contexto, a precariedade do controle das fronteiras terrestres e marítimas em muitos países africanos colabora com o fluxo de pessoas de forma clandestina. De acordo com Patrícia (2005), os países centrais (principalmente na Europa) e os mais desenvolvidos do continente africano (como Argélia, Costa do Marfim, África do sul), são os principais destinos dos fluxos de imigrantes clandestinos e refugiados.

O fenômeno migratório é comumente apresentado como ameaça à soberania das nações, pois os fluxos migratórios são associados ao aumento da criminalidade ou de atividades terroristas. Esses argumentos são usados para legitimar políticas repressivas em relação às migrações.

O debate sobre a problemática das fronteiras na África, coloca em pauta, as condições e modalidades da formação do Estado-nação nesta região do Mundo. Segundo Carneiro (2016), a fronteira, como limite entre duas soberanias, está intimamente relacionada à criação do Estado moderno europeu, desempenhando a função inicial de “definir a distribuição de áreas entre os Estados territoriais” (CARNEIRO, 2016, p. 20).

A questão é: *o Estado moderno, com suas fronteiras nacionais, se enquadra em realidades dinâmicas, difusas, complexas e distintas encontradas no continente africano?* A priori, esse questionamento não foi respondido e, possivelmente, nunca será. Porém, é necessário superar um debate baseado apenas na crítica a existência de fronteiras ditas artificiais (foco central de

diversos trabalhos), como se todas as fronteiras não se enquadrassem na concepção de “artificiais” (criações sociais) e fosse essa “artificialidade”, a responsável por todos os problemas encontrados na gestão e controle das áreas transfronteiriças africanas.

Guichonnet e Raffestin (1974) permitem entender a evolução do conceito de fronteira ao longo do tempo. Segundo os autores, as funções da fronteira foram ampliadas para além de sua definição original, tornando-se mais abrangente e sendo responsável pela delimitação do território nacional, com a criação das instituições estatais, por meio da função legal; da administração e defesa do mercado interno de um Estado, por meio da função fiscal e da vigilância de pessoas e mercadorias, que entram e saem do território, com a função de controle territorial, incorporando “novas” e importantes funções.

O conceito de fronteira é frequentemente confundido com o de limite fronteiriço, demarcação entre os espaços soberanos. Segundo Machado (1998), os dois termos possuem diferentes significados e sentidos. Para a Geógrafa, a fronteira representa os limites *para fora* do território, remetendo a forças centrífugas. No caso do *limite*, a ação das forças centrípetas define os pontos de ruptura *para dentro* do território. Sendo assim, a fronteira pode ser considerada fonte de perigo, ou ameaça, pois nela múltiplos interesses se distinguem dos interesses do Estado-Nação.

Enquanto isso, o limite, por ser uma criação jurídica do Estado, não possui existência, função, materialização ou manutenção, escapando a priori ao Estado- Nação. Sendo, a função de separação de entidades, numa determinada extensão, como o ponto comum entre as duas concepções (ZECA, 2015).

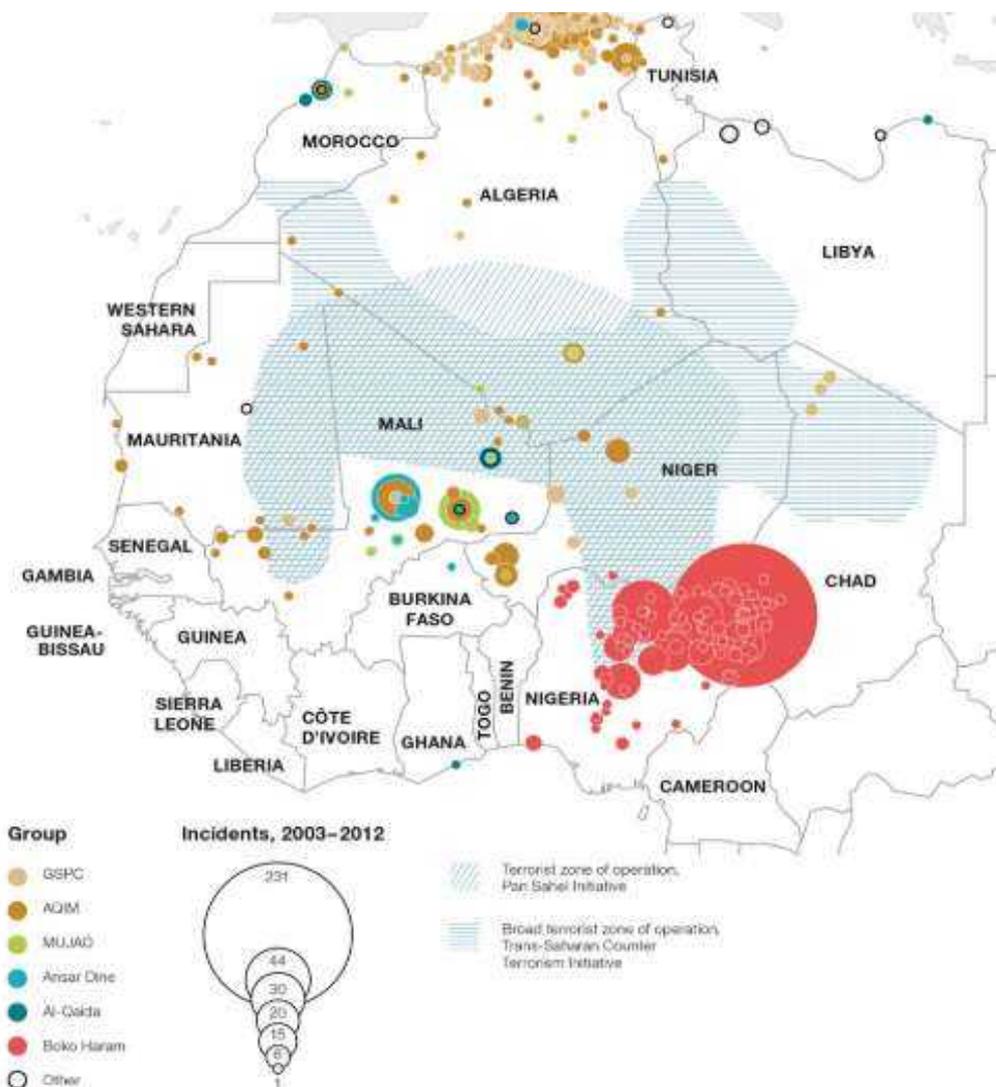
A Conferência de Berlim (1884 e 1885), que marca o pontapé da organização da partilha do continente africano entre as grandes potências é, sem dúvidas um ponto importante de reflexão sobre a problemática da constituição das fronteiras na África, assim como, a liberdade de navegação e a delimitação de áreas de influência. As linhas e delimitações progressivamente estabelecidas modificaram as relações tradicionais de comércio, com a criação das barreiras aduaneiras, e transformaram as relações sociais de cooperação pré-estabelecidas, aumentando determinadas tensões entre etnias (MARTINS, 1997).

Os conflitos entre tribos, étnicos e entre povos se intensificaram, em decorrência da convivência imposta em um mesmo território, mas, também, foram frutos da cômoda política colonialista visando “dividir para dominar” (ZECA, 2015). Os efeitos da criação de fronteiras sobre gêneros de vida locais foram desestabilizadores, em particular entre as sociedades nômades cujos sistemas circulatórios tradicionais foram perturbados. A dominação estrangeira, prejudicou principalmente os povos do Saara-Sahel (RETAILLÉ, 2014).

Segundo Bassou (2018), mesmo que as fronteiras tenham como função atender aos requerimentos exigidos pelo Estado, como a segurança, nesta região do mundo, as especificidades das práticas espaciais das populações devem ser consideradas. Os movimentos migratórios que tinham e têm como justificativa as condições naturais de sobrevivência dos povos locais não podem ser negligenciadas.

No entanto, como já foi mencionado, a crescente transnacionalização das estratégias e das lógicas táticas e operacionais de grupos terroristas em territórios pouco ou não controlados pelos Estado na região Saara-Sahel constitui um motivo de preocupação para os países da região e potências externas. Al-Qaeda no Magrebe Islâmico; o Estado Islâmico; Boko Haram e *Al-Shabbab* são os principais grupos que internacionalizam suas atividades.

Ilustração 7. Quantificação e localização dos ataques terroristas por grupos fundamentalistas no continente africano (2003-2012). (explicar em nota de



Source: Armed Conflict Location and Event Dataset, ACLED 2013.

Fonte: Armed Conflict Location and Event Dataset, ACLED, 2013.

A localização destes grupos, sua mobilidade em países africanos e suas atuações em atividades ilícitas são foco de grande preocupação da comunidade internacional, que começa a criar estratégias para conter o fluxo crescente de propagação e expansão desses grupos. Porém, é inegável a constatação que eles escolheram excelentes redutos, onde as condições físicas (relevo, densidade da cobertura vegetal etc.), a dificuldade de acesso, a precariedade do controle estatal sobre as margens territoriais e as fronteiras etc., são pontos que dificultam a contenção de sua dinâmica de expansão no Saara-Sahel.

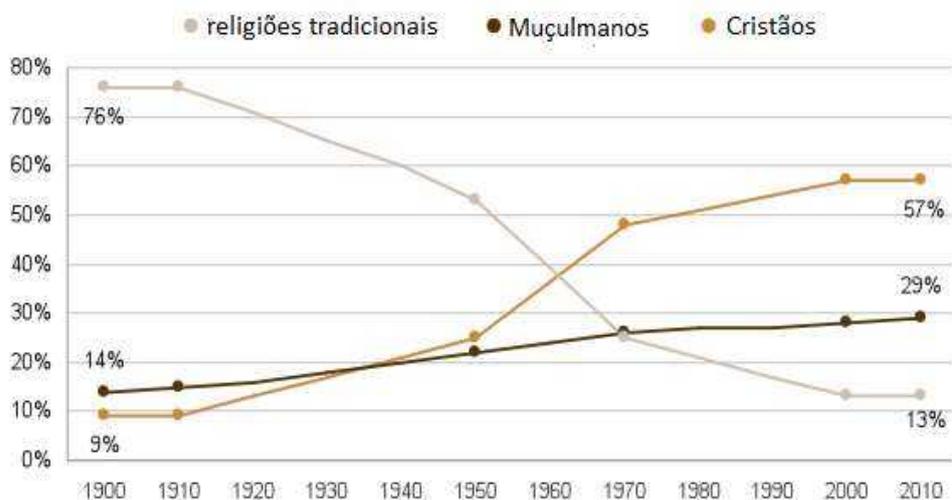
2.2.4 A penetração do islamismo fundamentalista no Sahel e atuação de organizações terroristas: Um novo "pavio" aceso

A África Subsaariana é uma região que religiosamente é considerada mais do que a África do Norte, em que existe um predomínio da religião muçulmana. No entanto, a proporção cristão/muçulmano aumenta à medida que se avança para o sul do continente. No entanto, o perfil religioso das sociedades da África subsaariana evoluiu consideravelmente desde a colonização do continente. No século XX, observamos uma redistribuição das práticas religiosas: de acordo com estimativas históricas do World Religion Database (2010), em 1900, 76% da população aderira às religiões tradicionais, enquanto islã e cristianismo eram religiões de uma minoria da população.

Porém, esse panorama mudou de forma mais abrupta a partir de 1910, quando começou um declínio das religiões tradicionais e um aumento progressivo das religiões minoritárias. O cristianismo se tornou em 2010 a religião com o maior número de praticantes, mais da metade da população, subindo quase 70 vezes, passando de 7 milhões para 470 milhões de adeptos, totalizando 21% de todos os cristãos do mundo. Em relação ao número de muçulmanos na região, este aumentou mais de 20 vezes, passando de cerca de 11 milhões em 1900 para, aproximadamente, 234 milhões em 2010, 15% do quantitativo total no mundo (WORLD RELIGION DATABASE, 2010).

Atualmente o cristianismo é a religião mais praticada na África subsaariana (63%), à frente do islamismo (30%) e das religiões tradicionais.

Gráfico 3. Crescimento do islamismo e do cristianismo na África Subsaariana desde 1900



Source: World Religion Database. Historical data draw on government records, historical atlases and reports of religious organizations at the time. Later figures draw on U.N. population estimates, surveys and censuses.

Pew Forum on Religion & Public Life, April 2010

Fonte: (World Religion Database, 2010). Adaptação própria, 2022.

Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2010/04/15/executive-summary-islam-and-christianity-in-sub-saharan-africa/>

O fundamentalismo não está relacionado diretamente a nenhuma religião, mas sim, a práticas que se enquadram em doutrinas e ações extremistas que, que permeiam, com modalidades diversas, correntes filosóficas, ideologias políticas, religiões etc. De acordo com Costa (2015), o conceito de fundamentalismo deriva de um movimento de conservadorismo protestante Norte-Americano (1950-1960), que se baseia em uma conduta moral. Segundo Pinto (2005), todo fundamentalismo é uma resposta radical a uma insegurança existencial sentida como ameaçadora (PINTO, 2005), podendo ser política, religiosa, social, sociocultural, racial etc.

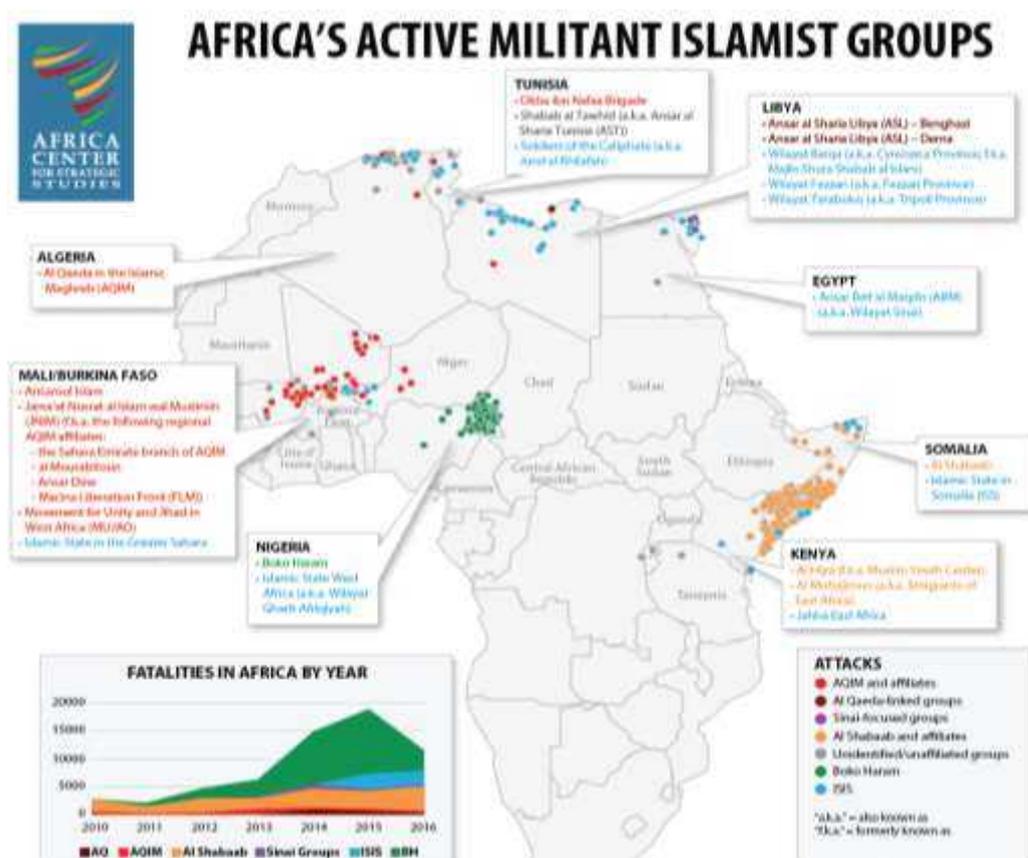
O fundamentalismo islâmico constitui-se como vertente radical do islamismo político, sendo uma doutrina extremista, que procura obter primazia sobre as diferentes doutrinas do islã. Por sua parte, o termo "jihadismo" é controverso. Ele é uma derivação do preceito islâmico "*Jihad*", que, de uma forma muito resumida, pode ser entendido como a *luta* ou *guerra a favor do Islã*. De acordo com Etienne (1987), o Jihad resulta da combinação de três princípios:

o esforço individual de luta contra si mesmo; a luta pela expansão do Islã, logo a luta contra os infiéis e contra o muçulmano que não está de acordo com o preceito islâmico; e a luta para seguir o caminho de Deus (ETIENNE, 1987, p. 186-187).

Mais recentemente, o "jihadismo" passou a ser associado a um fenômeno terrorista global. De acordo com Napoleoni (2014), essa mudança seria uma consequência da emergência e do crescente protagonismo da organização Al-Qaeda a partir da década de 1990. Segundo Duarte (2011), a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, o termo passou a ser usado pela mídia internacional e no meio acadêmico para distinguir os terroristas dos militantes islamistas não violentos.

O terrorismo pautado num discurso fundamentalista religioso recorre, em particular, aos atentados suicidas que têm alvos específicos ou aleatórios quando realizados em locais com um grande contingente populacional, o que lhes conferem um eco, às vezes, em escala global. Os grupos terroristas de matriz fundamentalista islâmica que atuam no continente africano são especializados na figura 8.

Figura 7. Grupos militares islâmicos e suas atividades no continente africano



Fonte: África Center for Strategic Studies, 2017. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/map-africa-militant-islamic-groups-april-2017/>

No caso do continente africano, a propagação do terrorismo não é uma consequência direta do aumento de adeptos a religião islâmica no continente. Isoladamente, a penetração do islamismo na região não é responsável pelo aumento do fundamentalismo, ao contrário, a religião em si não é baseada, em sua maioria, em práticas extremistas. Grupos populacionais nativos do Sahel (tuaregues) são muçulmanos e sempre tiveram práticas consideradas moderadas. Uma minoria entre os muçulmanos da região estudada se deixa seduzir pelos movimentos fundamentalistas, políticos ou terroristas.

O fato é que alguns contextos sociais, econômicos e geopolíticos tornam mais férteis o ambiente para que esses grupos consigam recrutar militantes e soldados e, talvez, essas condições estejam presentes no Sahel, o que pode explicar o aumento do número e a propagação desses grupos terroristas de forma mais intensa nas últimas décadas.

Fatores estruturais e elementos mais conjunturais podem estimular a expansão de correntes mais radicais e grupos terroristas. No Sahel, as tensões,

conflitos e guerras pré-existentes; a desertificação que agrava a pauperização da população e prejudica o acesso à água e aos alimentos; a ausência de perspectivas para a juventude; o sentimento de abandono por parte das autoridades estatais e/ou rejeição de ações do Estados consideradas injustas (repressão, corrupção etc.), assim como, as crise econômica, são condições que colaboram com a captação de novos adeptos as organizações extremistas e, conseqüentemente, com o aumento do número de atentados.

O “terrorismo pós-moderno”

O terrorismo pós-moderno consegue se alimentar e tirar proveito da globalização. Ele dispõe de recursos e instrumentos financeiros, do acesso a tecnologias de transporte e de comunicação e de militantes e/ou soldados recrutados em vários países do mundo. Na atualidade os grupos terroristas são financiados pelas contribuições dos membros e simpatizantes, por investimentos em diversas atividades econômicas ou ilícitas, como o tráfico de drogas. Alguns grupos podem, também, contar com o apoio de Estados, o que torna o terrorismo e seus impactos mais letais e catastróficos (CARTER, DEUTCH e ZELIKOW, 1998).

Segundo Raymond Aron (1985), os terroristas recorrem comumente à ação violenta de grande impacto físico e psicológico no intuito de criar situações de medo e sentimento de vulnerabilidade. Os atentados têm uma dupla função: publicização de uma causa e provocação de uma reação violenta dos Estados atingidos, reação suscetível de facilitar, por sua vez, o recrutamento de militantes ou ativistas por parte dos grupos terroristas. Por isso, o uso sistemático e inovador da mídia é um elemento central das estratégias dos indivíduos e grupos terroristas desde o final do século XIX (CHALIAND, 2001).

A escala do ato terrorista pode ser tanto local, nacional, regional como global. O terrorismo no final do Século XX apresenta-se como uma ameaça internacional (escala global), mas também na escala local, no lugar onde os militantes se inserem e se escondem, pois, os alvos podem ser redefinidos no decorrer da sua insurgência. As seitas ou organizações fundamentalistas, apocalípticas e tradicionalistas são os principais agentes do terrorismo pós-moderno (LIFTON, 1999; LAQUEUR, 1996).

Para Galito (2013), a atuação e expansão dos grupos terroristas islâmicos no Sahel podem ser explicadas pelos interesses econômicos desses grupos. A autora afirma que, frequentemente, eles utilizam um ideal de autonomia e separatismo em prol de povos divididos pelo colonialismo no século XIX (GALITO, 2013). No entanto, ao contrário dos insurgentes guerrilheiros tradicionais, que lutam por uma causa com base numa agenda política, os terroristas visam a implantação da Sharia e do Jihad, o domínio de territórios ricos em recursos naturais e a cooperação com redes criminosas regionais (contrabando e tráfico de medicamentos, pessoas, armas e drogas).

Sobre o terrorismo transnacional no continente africano, a definição proposta por professor espanhol Fernando Reinares (2005), propõe um retrato relevante das ações dos grupos que operam na África:

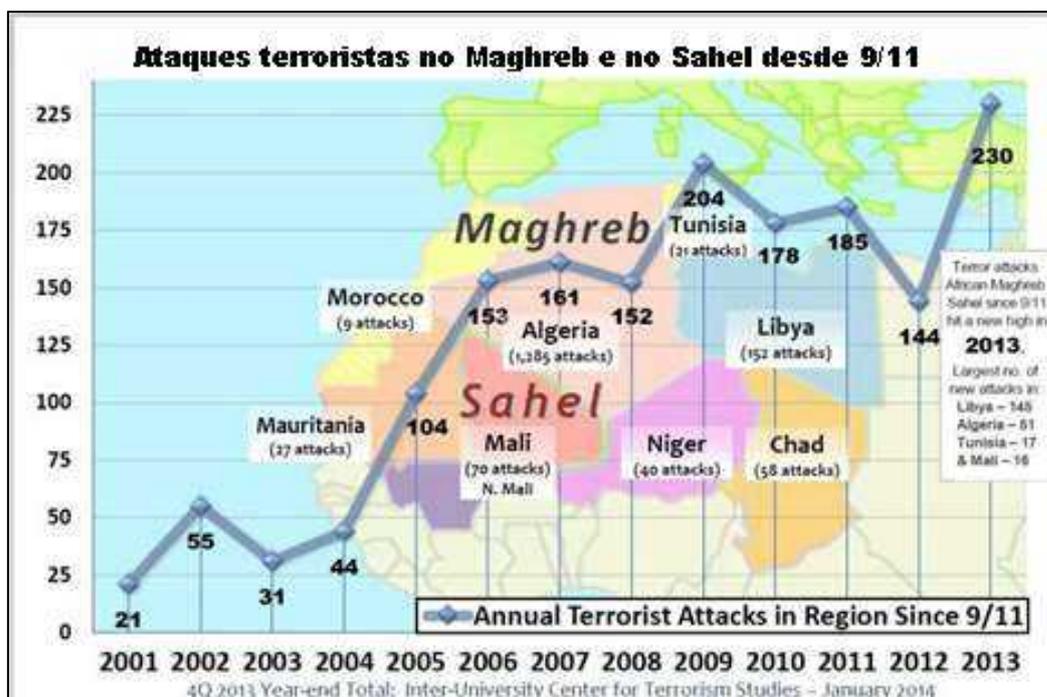
“é aquele que de uma forma ou de outra atravessa as fronteiras estatais, basicamente porque quem o executa mantém estruturas organizacionais ou desenvolve atividades violentas em mais de um país, geralmente incluindo territórios sobre os quais não têm jurisdição as autoridades (...) Isto significa que os atos de violência envolvem mais de um país e muitas vezes indivíduos de duas ou mais nacionalidades, tanto em termos de terroristas como de suas vítimas” (REINARES, 2005, p. 48).

Na escala regional, a territorialização dos grupos extremistas constitui uma preocupação latente para países como a Argélia. Centenas de membros da seita islâmica Boko Haram refugiaram-se no Níger e no Chade; milicianos islamistas do Al Shabaab na Somália; em Darfur, o Movimento pela justiça e igualdade (JEM) e o Movimento pela libertação do Sudão (MLS); no Chade, o “general” Baba Laddé, líder de uma frente popular pela retomada, pretende destituir o presidente chadiano Idris Deby Itno e convoca uma grande aliança entre tuaregues, Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), saarianos da Frente Polisário etc. (DIPLOMATIQUE, 2012).

Segundo Galito (2013), no Sahel, o terrorismo pode ter um caráter mais nacionalista, por ser ocasionalmente relacionado às questões separatistas. O descontentamento ideológico, socioeconômico (degradação da qualidade de vida, falta de oportunidades e expectativas frustradas) ou cultural da população local (imobilidade social entre classes, discriminação étnica e discriminação religiosa), podem estar sendo utilizados pelos terroristas como estratégia para conseguir adeptos na região (GALITO, 2013, p.7).

No gráfico 4 e no quadro 5, são respectivamente apresentados o número de atentados terroristas nos países do Magreb e Sahel africano entre 2011 e 2013 e os principais grupos terroristas que atuam na região saheliana, sua localização e seus principais objetivos específicos.

Gráfico 4. Ataques terroristas no Magreb e no Sahel entre 2001 e 2013



Fonte: Inter-University Center for Terrorism Studies, 2014.

Quadro 5. Grupos terroristas que atuam no Sahel africano

| Nome | Quem são e como surgiram? | O que pretendem? | Onde atuam? |
|---------------------------------------|---|---|---|
| AQMI (Al-Qaeda no Magreb Islâmico) | Oriundo do ex-Grupo Salafista para a Pregação e o Combate (GSPC). Surgiu na guerra civil da Argélia na década de 1990. Com ambições regionais, afiliou-se à Al-Qaeda. | “Livrar” o Norte da África da influência ocidental; derrubar governos considerado apóstatas (Argélia, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) e instalar regimes fundamentalistas baseados na sharia | Bases no Norte do Mali, onde cometem sequestros e ataques à ocidentais. |
| MUJAO | Nasceu no final de 2011 de uma cisão com a AQMI e se tornou em 2012 uma grande ameaça geopolítica do Mali. Em agosto de 2013, o Mujao e os 'Mulethemuns' - grupo de Mokhtar Belmokhtar e oriundo de AQMI - anunciaram sua fusão em um único movimento, os Murabituns. | Implementação do Jihad (guerra islâmica) na África Ocidental. | Ficaram mundialmente conhecidos pelos sequestros e ataques no Mali e na Argélia |
| ANSAR DINE | Começou suas operações em março de 2012, ao ajudar os separatistas do MNLA a tomarem o controle de cidades ao Norte do Mali. | Imposição da Sharia em todo o território | Ocuparam uma parte do Norte do Mali. |

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Os grupos terroristas têm nítidos interesses territoriais e políticos, pois objetivam oficialmente impor a Sharia através da Jihad. No entanto, defendem também interesses econômicos, já que dependem de recursos financeiros para alcançar seus objetivos (os meios). Tais recursos são obtidos através da exploração de recursos naturais, como os diamantes explorados em Serra Leoa e contrabandeados pela Al Qaeda (ONU, 2004); a exploração sexual, como as meninas sequestradas e usadas como escravas sexuais na Nigéria, pelo Boko Haram; e tráfico e sequestros de estrangeiros seguidos de extorsão, como o praticado no Mali pela AQMI.

AQMI

Segundo o Centro Francês de Pesquisa Sobre Inteligência (CF2R, 2011), AQMI usou sua base de Nara, no Mali, para promover ataques na Argélia, em Marrocos e na Tunísia, (CF2R, 2011, p. 41). Segundo Goito (2016), até à intervenção francesa no Mali em 2013, que provocou a morte de seu líder Abu Zeïd, a AQMI não tinha ainda enfrentado oposição para se expandir no Sahel

beneficiando-se da precariedade do controle dos Estados sobre seus territórios nacionais.

As estratégias adotadas pela AQMI são semelhantes às dos colonizadores nos séculos XIX e XX que dividiam os povos para melhor reinar (SOUZA, 2013). A AQMI e outros grupos terroristas, instigam separatismos e regionalismos para facilitar a implantação de células, em um cenário regional propício a práticas bastante lucrativas: raptos de estrangeiros que garantem importantes resgates e todos os tipos de tráfico (drogas, cigarros, medicamentos falsificados, armas, seres humanos e órgãos) (SOUZA, 2013).

Para os grupos terroristas, as atividades ilícitas são essenciais para exercer controle sobre grupos insurgentes locais, que dependem, por exemplo, das armas fornecidas para suas campanhas militares. A prática facilita a cooptação de chefes e líderes tribais, garantindo assim, apoio e uma ausência de hostilidade aberta por parte da população, que são influenciadas diretamente por estes (SOUZA, 2013).

O crime organizado e o terrorismo se associam de modo estratégico quando e onde a manutenção de um permite a sustentação das atividades do outro. Nogueira (2011) pondera que, no caso de Estados fragilizados, o recrutamento dos grupos terroristas é facilitado, pois parte da população encontra-se sem perspectivas de futuro, num ambiente marcado por uma violência endêmica e diversas formas de insegurança (alimentar, social, ambiental etc.).

De acordo com o presidente da Equipe Especial de Luta contra o Terrorismo da ONU (CTITF), a falta de incentivos financeiros alternativos para os países do Sahel faz com que agricultores pobres e trabalhadores de baixa renda possam concordar em transportar drogas e armas. O Presidente da Força-Tarefa da ONU Contra o Terrorismo (CTITF), acrescenta que ressentimentos políticos, étnicos e religiosos também alimentam o ingresso em grupos terroristas. As questões socioeconômicas locais não devem ser negligenciadas, pois elas também podem estar no cerne do problema (UNIC, 2010).

2.2.4.1 O sistema regional saheliano e o conflito tuaregue: Motivações, discursos e tensões

A fragilidade institucional dos Estados, as mudanças no meio-ambiente, as crises econômicas, sociais e os conflitos étnicos, políticos, religiosos e territoriais, alimentam a instabilidade geopolítica, reacendendo antigas tensões e originando novas. Para além das motivações políticas, econômicas e sociais, a ocorrência de conflitos nesta região, tem o estímulo de sua própria conjuntura estrutural, onde as crises, inerentes à escassez de recursos e ao subdesenvolvimento, são agentes catalisadores de conflitos.

No quadro abaixo foram elencados os principais conflitos ocorridos, nas últimas décadas, em três países do Sahel: Chade, Níger e Mali, países encravados¹¹ que compartilham uma realidade regional que os coloca no centro das dinâmicas sahelianas.

¹¹ Nações que não tem saída para o mar.

Quadro 6. Principais conflitos em Chade, Níger e Mali

| País | Tipo de conflito/Crise | Escala espacial | Atores | Motivações |
|--------------|--|---|--|--|
| Chade | I Guerra Civil (1965-1979); Conflito entre Chade e Líbia (1978-1987); II a Guerra Civil (1979-1982); III Guerra Civil -(1998-2002); IV Guerra civil (envolvendo também envolve o Sudão (2005-presente)); Conflitos transfronteiriços entre Darfur e República Centro-Africana (2012-2010); Expansão de - Boko Haram sobre o território do Chade (2002 - Atual) | Regional; Regional; Regional; Regional; Regional e Internacional; Regional e Internacional; Regional e Internacional; | Forças governamentais (Chade, Líbia e Sudão), potenciais internacionais (França), milícias sudanesas, grupos de rebeldes chadianos e o grupo (Boko Haram); | Rebelião contra o regime ditatorial de François Tombalbaye; Disputa territorial na região fronteiriça entre Chade e Líbia; Disputas entre árabes muçulmanos do Norte e cristãos subsaarianos do Sul; Avanço das milícias sudanesas sobre o Chade e o aumento dos refugiados sudaneses no Chade; Ataques terroristas (Boko Haram estendeu suas ações aos vizinhos da Nigéria) |
| Mali | I Rebelião tuaregue (1916-1917); II Rebelião tuaregue (1961-1964); Guerra da Faixa de Agacher (1974 - 1985); III Rebelião tuaregue (1990-1995); | Nacional; Nacional; Regional; Regional/Internacional; | Governo do Alta Volta (ex- Burkina Faso) e Governo do Mali; Rebeldes tuaregues, Governo de Bamako, diversos potenciais regionais/Internacionais e grupos terroristas islâmicos; | Insurreição anticolonialista armada contra o governo colonial francês; Tensões étnicas-territoriais (nômades e sedentários) entre o Norte e o Sul do país (Movimento separatista X manutenção da unidade de Estado-Nação); |

| | | | | |
|--------------|---|---|---|---|
| | IV Rebelião tuaregue (2007-2009); V Rebelião tuaregue (2012 - Atual); | Regional/Internacional; Regional/Internacional; | | Disputas territoriais pelas reservas de gás natural e recursos minerais; Inserção de novos atores a rebelião tuaregue (grupos terroristas) - com luta entre a expansão e domínio do Islamismo radical (Jihad ¹² e Sharia ¹³) no Norte do país e sua contenção por parte do Governo central, potências regionais e internacionais; |
| Níger | Depois da I Rebelião tuaregue no Mali, todas as outras tiveram influência e impactos no Níger (1961-Atual); Crise humanitária na região de Diffa em Níger; Ataques da seita islamita Nigeriana Boko Haram (2009-Atual); | Regional/Internacional; Regional/Internacional Regional/Internacional | Tensões étnicas-territoriais (nômades e sedentários) entre o Norte e o Sul do país (Movimento separatista X manutenção da unidade de Estado-Nação); Governos, refugiados e o grupo extremista islâmico (Boko Haram); | A chegada de um número expressivo de refugiados e deslocados da Nigéria; Ataques terroristas do Boko Haram (que estendeu suas ações aos vizinhos da Nigéria) |

Fonte: Elaboração própria, 2016.

¹² Guerra santa muçulmana; luta armada contra os infiéis e inimigos do Islã.

¹³ Conjunto de leis islâmicas que são baseadas no Alcorão, e responsáveis por ditar as regras de comportamento dos muçulmanos.

Observamos então que os conflitos se perpetuam, pois, os problemas que os originaram não foram resolvidos, enquanto novas problemáticas vem se agregar às antigas. Além da descontinuidade temporal que modula a intensidade (pontos culminantes com episódios violentos que alternam com períodos de relativa calma), a descontinuidade é também espacial (GAUD, 2004).

Gaud (2004) assevera que os conflitos africanos são descosturados também no espaço. Os verdadeiros fronts são raros e o território de conflito lembra um patchwork, justapondo zonas mais ou menos afetadas e espaços preservados (GAUD, 2004, p.19). O quadro acima ilustra também a "onipresença" de determinados atores, muitas vezes, relacionados a realidades socioculturais transnacionais.

Em suma, a fragilidade dos aparelhos de Estado; a instabilidade geopolítica regional, em uma relação sistêmica, tanto é causa como consequência, assim como, as crises socioeconômicas e ambientais (processo de desertificação); os conflitos entre Estados-nação e práticas circulatorias nômades; a porosidade das fronteiras; a contestação de limites territoriais (por grupos insurgentes, Estados-nacionais e grupos terroristas) e a penetração do islamismo fundamentalista radical na região, são alguns dos fatores que tem contribuído de forma decisiva para a formação deste sistema regional de crises/conflitos no Sahel.

A descontinuidade dos territórios por meio de fronteiras nacionais não impede o estabelecimento de um campo de confronto relativamente unificado. Os atores, mesmo de países diferentes, possuem ligações previamente existentes de ordens étnicas, históricas, geográficas e econômicas. Acreditamos então, que há uma confluência entre as crises, os conflitos e toda a estrutura regional do Sahel.

Localizado no coração do Sahel, o Mali, país com uma população estimada em 18,7 milhões (INDEXMUNDI, 2017), se encontra entre os países mais vulneráveis do mundo, com uma expectativa de vida de 54 anos (INDEXMUNDI, 2015) e uma posição muito baixa no ranking mundial do Desenvolvimento Humano: 179º (RDH, 2015). E, nesse contexto, a instabilidade geopolítica do Sahel é, ao mesmo tempo, uma das consequências e um dos fatores que contribuem para o subdesenvolvimento dos países dessa região.

O acirramento da disputa pelo poder interno, a porosidade das fronteiras e a marginalização de parcela da população são problemas ainda não resolvidos nos países do Sahel. Para a compreensão dos atuais desafios na região, se faz necessário entender as raízes históricas de seus principais grupos armados não estatais, como os grupos de tuaregues e o AQMI.

Segundo Pigozzo e Höring (2015) a definição de atores militares não estatais não é consensual. Inspirados em Schneckener (2006) os autores os definem como atores não inseridos em nenhuma instituição Estatal formal, dispostos e capazes de usar a violência para alcançar seus objetivos. De acordo Roberto e Melos (2014), a associação destes com o terrorismo pode ser uma estratégia estatal para deslegitimá-los. Porém, Pigozzo e Höring (2015), ressaltam que a diversidade de objetivos, ideologias e formas de atuação dificultam a definição do conceito de “ator militar não estatal”.

Para Engels (2010) é graças a essa diversidade de grupos inseridos neste conceito, que podem existir diferentes relações entre os atores militares não estatais e os Estados-nacionais, como a utilização de milícias locais para alcançar propósitos de entidades estatais. Neste contexto, pode existir a oposição destes grupos e os Estados, como também, parceria, substituição, coexistência, suporte, ou, até mesmo, a deposição do regime estatal.

Em uma relação sistêmica, os atores militares não estatais se moldam, se constituem, ascendem e se mantêm de inúmeras formas. Segundo Engels (2010), enquanto grupos armados, eles defendem interesses particulares, mas também, fazem parte de setores marginalizados da sociedade, tanto econômica, quanto politicamente.

Para alcançar seus objetivos tais grupos utilizam-se de laços culturais, ideológicos e religiosos para garantir o apoio estratégico da população, assim como, para recrutar novos membros e assegurar o acesso a determinados recursos. Muitas vezes, esses grupos são constituídos de facções dissidentes de exércitos nacionais, utilizando a experiência de ex-militares para o treinamento das novas unidades.

Schneckener (2006) classifica os atores militares não estatais da seguinte maneira: 1° - grupos insurgentes; 2°- grupos de milícia; 3°- grupos terroristas; 4° - grupos de criminosos com objetivos econômicos e políticos; 5° - chefes tribais e 6°- mercenários. No entanto, essa tipologia é uma idealização, sendo que na

prática os grupos se confundem quando compartilham estratégias, táticas ou fontes de financiamento.

Desde modo, é sempre necessária muita sutileza e cautela ao analisar cada caso. Mas, apesar destas ressalvas, segundo Roberto e Melos (2014), todos têm em comum uma prática irregular da guerra. Para a presente tese, as classificações mais relevantes, sem serem exaustivas para a análise do conflito do Mali e do sistema de crise regional saheliano, são seguintes: 1° - Insurgentes; 2° - Milícias locais; 3° - Grupos terroristas e 4° - líderes legítimos da população local.

Para Schneckener (2006), a classificação dos insurgentes é definida como rebeldes, que buscam a alteração do status quo de uma nação ou de uma classe social/étnica, seja contra o domínio colonial, um regime político, um governo, ou, em prol da separação territorial. No caso do Mali, o grupo de insurgentes tuaregues ocupa essa posição. Ao mesmo tempo, que pode se enquadrar na 5° classificação, como o grupo que contempla os líderes legítimos da população local, comandando grupos armados para dissuasão e autodefesa e para a confrontação interna.

Já a 2° classificação, as milícias locais, podem ser atribuídas às populações do Sul do Mali, que atuam como o suporte do governo na busca pela manutenção do status quo, reprimindo grupos rebeldes ou intimidando dissidentes e opositores.

E por fim, a classificação 3°, extremamente importante neste conflito, e em tantos outros no Sahel, que são os grupos terroristas, definidos por Schneckener (2006), como os atores da violência física e psicológica (revolucionários, nacionalistas, religiosos, etc), que utilizam a violência sem discriminar alvos, estando inseridos, muitas vezes, em redes transnacionais de terrorismo, desestabilizando o inimigo por meio de práticas como sequestro, sabotagem, assassinato, ataques suicidas e etc, como os grupos: AQMI, MUJAO, ANSAR DINE, entre outros, atuantes na região, mais pontualmente, no conflito do Mali. O quadro abaixo simplifica essa classificação e sua adequação aos atores envolvidos no conflito do Mali.

Quadro 7. Atores militares não estatais envolvidos diretamente no conflito do Mali

| | |
|---|---|
| Atores militares não estatais | Representantes no conflito |
| Insurgentes | Tuaregues |
| Milícias locais | Grupos formados pelas populações do Sul |
| Grupos terroristas | AQMI, MUJAO, ANSAR DINE, entre outros |
| Líderes legítimos da população local | Tuaregues |

Fonte: Elaboração própria, 2020.

De modo geral, a existência de crises regionais colabora para a proliferação de surtos de violência armada, instabilidade e fragilidade estatal, resultando em diversos subsistemas (novos focos de crises e conflitos) que são alimentados pelo sistema central, assim como, também o alimentam. Acreditamos que o caso do conflito ao Norte do Mali, objeto analítico desta pesquisa, se enquadre nessa relação sistêmica.

3. A INSURGÊNCIA DE NOVOS ATORES, ESTRATÉGIAS E TERRITÓRIOS NO NORTE DO MALI

No sistema regional de crises e conflitos do Sahel, crises de diversas naturezas e conflitos, que podem resultar delas, se interrelacionam de maneira muito complexa. No caso do conflito ao norte do Mali em curso desde 2012, encontramos pontos de convergência, onde o mesmo, é influenciado pelas crises regionais do Sahel, como também, confere um efeito catalisador de novos desequilíbrios na região.

Uma abordagem geohistórica deve enfatizar as raízes do atual conflito nas longa e média duração. Essas escalas temporais permitem colocar em perspectiva tensões interétnicas que são reestruturadas por contextos específicos que fazem surgir ou consolidam as posições de diversos atores, cujas estratégias, alianças e formas de territorialização, obviamente, se conectam em diversas escalas geográficas.

Anteriormente, os espaços de ação dos atores envolvidos eram essencialmente locais, exceto pela presença da França, antiga metrópole colonizadora. Na época, os antagonismos, posições e reivindicações envolvendo tuaregues e o governo de Bamaco eram, diferentemente de hoje, claramente definidas. Com a multiplicação dos atores envolvidos, como grupos terroristas, milícias locais, potências regionais e internacionais, se torna desafiador apreender como todas as estratégias desenvolvidas no conflito geram efeitos e sofrem efeitos da configuração estrutural regional (Sahel).

O desafio não consiste em apenas apreender as interações dessas ações sistemicamente. Devemos acompanhar seu dinamismo, com destaque para a formação e a ruptura das alianças que costuma ocorrer de maneira bastante fluída. Novos territórios e territorialidades se estruturam e se desestruturam. A compreensão de como tais fenômenos modificam o espaço geográfico saheliano torna-se prioritária nesta análise.

Para isso, a periodização na perspectiva da longa duração (Braudel) permitiu desvendar questões centenárias que permitem entender o conflito ao norte do Mali. Porém, agora se faz necessário estudar o contexto atual e como os desafios contemporâneos impostos à população tuaregue contribuíram para a eclosão de um período de reivindicação do povo tuaregue, cuja natureza, pode,

de fato, ser considerada como historicamente singular. O conflito atual se inscreve dentro de um jogo de escalas, particularmente, complexo envolvendo lógicas regionais de transnacionalização e de participação de nações vizinhas e potências estrangeiras.

3.1 O Norte do Mali e a eclosão de um "novo" conflito

Para Boilley (2012), os eventos atuais não constituem uma simples repetição das revoltas anteriores (1963-64, 1990-96, 2006 e 2009). As reivindicações dos tuaregues se pautavam então na busca pela autonomia regional e por uma melhor inserção na sociedade e na administração pública do Mali. Até 2012, a independência nunca tinha sido, abertamente, reivindicada (BOILLEY, 2012). Recentemente, as práticas espaciais insurgentes do MNLA, combinaram lógicas de conquista e apropriação. As lógicas de conquistas foram pautadas em estratégias de disputa de território e as de apropriação são práticas que se constituem a longo prazo, como ações de consolidação desse domínio. Essa combinação permitiu construir o Azawad, um território dissidente no norte do Mali.

Em março de 2012, a proclamação da Independência provocou um golpe militar em Bamaco liderado pelo Comitê Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado (CNRDR), que tinha como principal objetivo a luta contra os separatistas. No entanto, o golpe provocou uma fragmentação política, que abriu um vazio de poder, favorecendo a inserção de novos atores neste conflito, como os grupos terroristas islamistas (ANSAR DINE, MUJAO E AQMI).

Uma dinâmica de coalizão cíclica entre terroristas e grupos separatistas permitiu aos rebeldes tuaregues conquistar o norte do país e fizeram que, novamente, segundo Retaille e Walther (2013), se desenvolvesse uma comunicação entre esse conflito e os conflitos no Rio Níger, gerando um contexto geopolítico de imediata catalisação, da já existente, crise regional.

3.1.2 Azawad: um território da mobilidade tuaregue?

Para Retaillé e Walther (2013), definir o Azawad é extremamente problemático. O projeto político do MNLA em 2012 previa a constituição de uma unidade nacional dos “filhos” do Azawad, o que representa uma tentativa de criar um Estado-nação. No entanto, para que isso se torne possível, é necessário que este território esteja sob o controle do grupo em questão.

A análise geopolítica clássica assimila a reivindicação do MNLA a um projeto tradicional de estabelecimento de um novo Estado-nação delimitado por fronteiras nacionais claramente delimitadas. Porém, a área do “Azawad político” (Tumast) inclui a “área cultural tuareg”, que se estende para além das fronteiras do Mali, indo da Mauritânia até à Líbia. Além disso, essa área inclui outros grupos étnicos (Songhai, Árabes, Fula, Dogon, Bozo, Somono etc.) que não são incluídos no projeto dos tuaregues. Portanto, o território do Azawad, não tem homogeneidade humana. Seus componentes podem não dispor dos mesmos objetivos políticos. Por isso, alguns (milícias Songhai e Fula, Ganda Izo e Ganda Koy) competem com o MNLA e já marcaram posições bastante antagônicas durante as rebeliões tuaregues.

Por outro lado, como falar da constituição de um Estado-nação inserida em uma lógica territorial nômade? Como tentar enquadrar essa luta por independência nos moldes de um Estado nacional com fronteiras definidas, onde o grupo que luta por essa independência, também, busca transgredir essas limitações territoriais em busca de liberdade de circulação?

Mesmo que as aspirações do povo tuaregue se esforcem para incorporar à independência nacional a partir da constituição de um território específico. Esse propósito é contraditório ao gênero de vida de uma comunidade desenraizada, dentro do nomadismo, já que existe o reconhecimento de uma oposição radical entre o Estado e a organização dos povos nômades (BOURGEOIS, 1995; 1999; DELEUZE e GUATTARI, 2004).

Neste sentido, podemos entender que para os tuaregues a reivindicação pela Independência do Azawad, a partir de um substrato espacial material é uma tática de tomada de poder, e não o estabelecimento efetivo de um território tradicional nos moldes westfaliano, mesmo que para obter esse objetivo real, seja necessário utilizar, como slogan de luta, essa lógica territorial contraditória.

Compreendendo o poder a partir Hannah Arendt (1994), que o define como habilidade humana que se expressa exclusivamente de forma coletiva,

onde o agir em concerto prima sobre o agir do indivíduo (ARENDETT, 1994), acreditamos que a tomada de poder reivindicada pelo povo tuaregue é uma estratégia para alcançar a liberdade de mobilidade do grupo. Ou seja, seria uma forma de garantir a preservação de seu gênero de vida, em particular, sua liberdade de circulação.

De acordo com Retaille e Walther (2013), no conflito do Mali, a associação da identidade coletiva ao território pode ser apreendida como um princípio de ação. A "tomada" da região norte e a proclamação de sua "independência" seriam utilizados, muitas vezes, como um "slogan" do movimento. Os mesmos autores ressaltam que o conflito não deve, portanto, ser assimilado ao tradicional processo de conquista *stricto sensu* de um território. Estamos diante de uma tentativa de controle de localidades e recursos estratégicos (nós de comunicação, fontes de água, por exemplo) que permitem a mobilidade, a perpetuação de sobrevivência e autonomia dos tuaregues.

Para os mesmos autores (RETAILLÉ; WALTHER, 2013), o Azawad é a aquisição de locais e cidades que permitem a mobilidade do povo tuaregue, oferecendo a possibilidade de sobrevivência do grupo em um espaço descontínuo, onde os movimentos convergentes e divergentes surgem conforme as regras das circunstâncias espaciais.

Neste conflito, o MNLA, junto da coalizão islâmica (AQMI, MUJAO etc.), tomou como alvo específico Kidal, sendo esta a primeira cidade de convergência do movimento. Antes as cidades de Timbuktu, Bourem e Gao foram apenas alvos de uma ofensiva primária. Com os ganhos territoriais, cidades mais importantes para a economia do país foram sendo incluídas como pontos-chave de posse e domínio do grupo insurgente.

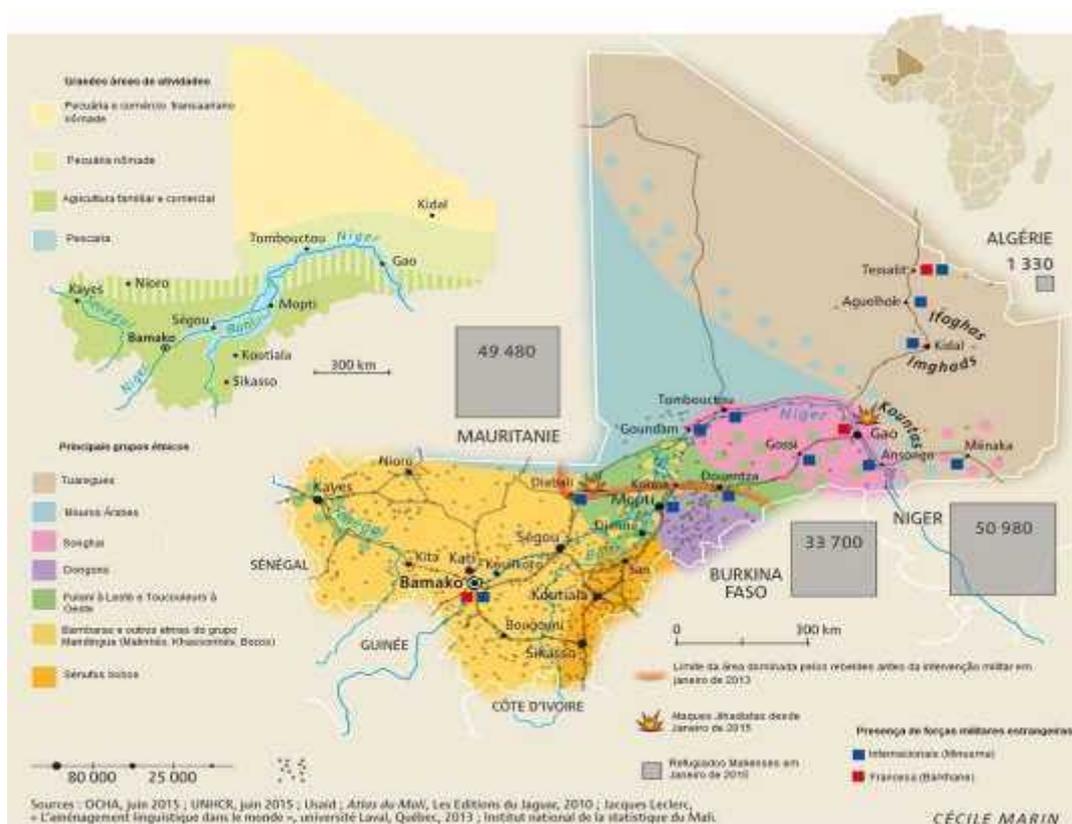
Segundo Retaille e Walther (2013), como movimentos divergentes, os autores definem, aqueles em que o movimento pode levar a uma divergência, onde o fluxo segue em qualquer direção. Já, os convergentes são aqueles em que o fluxo converge na mesma direção, centro ou interseção generalizada, em um dado momento específico.

No Saara-Sahel, um exemplo de movimento divergente é a dispersão dos islamitas desde o início dos anos 90 e a dispersão dos tuaregues, enquanto refugiados, durante os conflitos nacionais. Já, a captura de cidades como Ménaka, Tessalit, Tinzaouaten e Kidal, em 2012, pelos grupos terroristas

islamistas e pelo MNLA são exemplos de como a convergência do movimento deu forma ao território reivindicado (RETAILLÉ; WALTHER, 2013).

Essa convergência pode ser observada no mapa abaixo, com ataques jihadistas concentrados em cidades e pontos específicos do território, com a atuação dos principais atores envolvidos no conflito. Em um momento do processo de tomada de território, os interesses dos grupos (terroristas e do MNLA) encontraram um ponto que para ambos era vantajoso e tornou-se prioridade.

Mapa 4. O Território do Mali: O conflito ao Norte do país



Elaboração: Cécile Marin, Le Monde Diplomatique. Adaptado por: Silva, V (2017).

Sendo assim, a questão da mobilidade se torna essencial para a compreensão da formação deste território dissidente. No entanto, esse debate sobre território e circulação significa um grande desafio de análise, não apenas para a compreensão dos conflitos africanos, mas, de maneira mais geral, para a própria geografia, que redescobre a importância da mobilidade, tornando-a um ponto-chave nos debates sobre as disputas territoriais.

Em 2012, uma declaração do MNLA alegou que o território do Azawad respeitaria as fronteiras nacionais entre os países vizinhos, além de expor intenções de paz e respeito à soberania nacional da Mauritânia, Argélia, Níger e de Burkina Faso. O grupo separatista tentava convencer a comunidade internacional do caráter pacífico e legítimo de seu projeto independentista. Apesar da tentativa ter fracassado, ela demonstra uma clara estratégia geopolítica de busca de parceiros na região e no resto do Mundo. A problemática da mobilidade aparece na sua dimensão política e não somente territorial.

As alianças estratégicas com os grupos islamistas radicais mostraram, por sua parte, como esse novo engajamento foi adequado, mesmo que momentaneamente, aos interesses tuaregues. Sem o apoio logístico-militar do Ansar Dine e, posteriormente, AQMI e MUJAO, dificilmente, os tuaregues teriam obtido tantos ganhos territoriais no Mali. No entanto, essa aliança também deu ao conflito dimensões regionais que imediatamente gerou temor entre potências estrangeiras (França, Estados Unidos e China), devido a sua proximidade com a África do Norte e a bacia do Mediterrâneo.

O protagonismo crescente desses dois grupos terroristas e a impotência do governo de Bamaco provocaram uma intervenção militar francesa, que recebeu o apoio dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, do Japão e do Canadá, além de nações africanas como Chade, Nigéria, Senegal, Burkina Faso etc. O conflito adquiriu, assim, uma dimensão internacional (GALITO, 2013).

O quadro abaixo elenca os principais atores envolvidos no conflito e apresenta as divergências entre seus inúmeros objetivos. A multiplicidade de atores envolvidos, com objetivos bastantes distintos, confere uma grande complexidade às ações, estratégias, alianças e acordos firmados, que são extremamente dinâmicos no tempo e no espaço.

Quadro 8. Atores diretos e indiretos envolvidos no conflito ao Norte do Mali

| Atores | Quem são? | Objetivo |
|-------------------------------------|--|--|
| MNLA | Tuaregues localizados entre a região do deserto do Sahara e do Sahel. Seguem uma corrente sufista do islamismo. O MNLA é formado por milicianos separatistas tuaregues. | Conquista do Norte do Mali |
| ESTADO-NAÇÃO DO MALI | Ex-colônia da França, Estado em crise, que passou por um golpe militar em 2012. | Manter o Estado "democrático" |
| AQMI (Al-Qaeda no Magrebe Islâmico) | Grupo militante salafista-jihadista e US-designada organização terrorista estrangeira, que atua no Saara e Sahel. O grupo surgiu na guerra civil da Argélia na década de 1990 e na última década tem se tornado um afiliado da Al-Qaeda, com ambições regionais. | "Livrar" o Norte da África da influência ocidental; derrubar governos considerado apóstata (incluindo os da Argélia, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) e a instauração de regimes fundamentalistas baseados na Sharia |
| MUJAO | Dissidentes da AQMI | Implementação da Jihad (guerra islâmica) na África Ocidental. |
| ANSAR DINE | Começou suas operações em março de 2012, ao ajudar os separatistas do MNLA a tomarem o controle do Norte do Mali. | Imposição da Sharia em todo o território |
| FRANÇA | Antiga potência colonial | Luta contra grupos terroristas islâmicos, que é uma ameaça que não respeita fronteiras – nacionais ou continentais. Assegurar a influência na região |
| ESTADOS UNIDOS | Estado intervencionista militar - Política de Guerra contra o terror | Oposição ao movimento insurgente - Relacionado a grupos terroristas |

Elaboração própria, 2016.

3.1.3 Os grupos radicais islâmicos e o conflito ao norte do Mali: práticas heterônomas ou insurgentes?

Em 2012, o rápido avanço dos rebeldes do MNLA, laico e separatista, só foi possível graças às alianças e parcerias com o grupo islamita salafista tuaregue Ansar Dine, que objetivava, por seu lado, a imposição da Sharia (lei islâmica) em todo o país.

O MNLA, lutando sob a bandeira da Libertação de Azawad, conseguiu derrotar as forças do governo e ocupar a importante cidade de Gao, localizada às margens do rio Níger, na região nordeste, no dia 31 de março de 2012. Os tuaregues já haviam anteriormente assumido o controle das cidades de Kidal e Timbuctu. E, em menos de uma semana, declararam o Estado independente de Azawad, com Gao como capital. No entanto, o controle dessas localidades não se manteve por muito tempo. Os insurgentes tuaregues foram rapidamente expulsos por facções jihadistas, que já ocupavam outras cidades e aldeias nas regiões setentrionais do Mali

A contradição e impossibilidade de consenso entre os objetivos do MNLA e dos grupos terroristas provocou uma ruptura que beneficiou os grupos fundamentalistas árabo-berberes, como AQMI, Ansar Dine e MUJAO, que consolidaram suas posições no xadrez geopolítico regional, graças ao controle de cidades e rotas estratégicas do Sahel.

O estabelecimento de islamistas radicais no Mali decorre do esfacelamento do território líbio que seguiu a queda do regime de Khadafi (2011), que provocou uma intensa circulação de armas e combatentes. Devemos também considerar a incapacidade do governo de Bamaco de lidar com este problema desde o início dos anos 2000 (RETAILLÉ E WALTHER 2011b).

A pressão do exército e dos serviços de inteligência argelinos (desde 2003) contra os terroristas do Grupo Salafista de Pregação e Combate (Groupement Salafiste pour la Prédication et le Combat - GSPC), que se tornaria mais tarde AQMI, fez com que este grupo migrasse da Argélia para o Mali, refugiando-se no norte do país, um reduto territorialmente adequado aos seus propósitos. O GSPC conseguiu formar alianças políticas e matrimoniais com os tuaregues na região (RETAILLÉ E WALTHER 2011b), ampliando assim sua rede

de influência. Segundo Graham (2011) e Larémont (2011), o grupo transformou a fronteira entre a Argélia e o Mali em um espaço percorrido por inúmeros fluxos.

A crise política no Mali torna esse país um lugar interessante para os propósitos terroristas. No norte do Mali a violência aparece ocasionalmente e é apreendida como uma oportunidade por grupos que formam alianças em torno de violentas ações para controlar os pontos de negociação de suas atividades criminosas, o que, paralelamente, os ajuda a atingir ganhos políticos e econômicos. Conflitos como o do norte do Mali geram jovens combatentes que lutam por oportunidades futuras em um panorama político e econômico nada otimista. O desespero destes jovens é uma vantagem que os grupos militares jihadistas utilizam para cooptá-los.

Para Reitano e Shaw (2014), no norte do Mali, o desemprego, as secas crônicas e a estagnação social são fatores que beneficiam grupos armados, que conseguem, facilmente, recrutar jovens insatisfeitos, em busca de status, dinheiro e poder. Os mesmos autores também asseveram que existe uma questão cultural implícita na tendência de militarização destes jovens, já que a região do Sahel tem forte presença de atividades ilícitas como o tráfico (drogas e armas), que facilita o acesso da população a armas, principalmente, de pequeno porte (REITANO E SHAW, 2014).

Para Dowd (2015), os grupos terroristas se aproveitam das insatisfações coletivas relacionadas à exclusão econômica e política entre as populações locais para difundir seus ideais e seu domínio territorial. O mesmo autor (DOWD, 2015), ressalta que em Kidal o recrutamento de militantes pelos grupos armados é facilitado pelo fato que nesta região, grande parte da população já teve algum tipo de experiência com a violência, naturalizada como um meio de se alcançar uma expressão política local.

Dowd (2015), apresenta dados que apontam para maior ocorrência de violência islâmica em regiões onde estas taxas (violência) eram historicamente elevadas, a partir de estudos de caso no Quênia, Mali e Nigéria, onde determinados grupos se sentem marginalizados e excluídos da política nacional e das oportunidades econômicas. Sendo assim, a linguagem e os alvos da violência islâmica participam da política doméstica e da violência histórica dos Estados do Sahel.

Para Tinti (2014), a comunidade internacional precisa reconhecer que o tráfico ilícito e o crime organizado influenciam as questões de segurança e governança, principalmente, em países que hoje sofrem com a propagação do islamismo radical. No Mali, esse reconhecimento deve ir de encontro com a compreensão de que a comunidade internacional precisa considerar os líderes tradicionais, militares ou não, como parceiros na reconstrução do país, pois estes estão sendo cooptados (diretamente ou indiretamente) pelo tráfico ilícito e pelo crime organizado (TINTI, 2014, p.19).

Outra questão bastante complexa é o surgimento constante de novos grupos terroristas cujos objetivos não são claramente apreensíveis e/ou evoluem muito rapidamente. É o que aconteceu, em particular, no caso no Mali onde, desde 2012, inúmeros movimentos armados surgiram, desapareceram ou integraram alianças.

O processo de fragmentação no jihadismo radical é atribuído por Kilcullen (2006) ao modelo do “faça você mesmo” (*do it yourself*), onde novos líderes rebeldes criam seus próprios “projetos” em função de seus interesses. Essa dinâmica seria também relacionada ao fato que líderes locais têm pretensões de se tornar um “grande homem” (*big man*) do contrabando, do tráfico e de outras atividades criminosas, o que torna a organização dos grupos armados terroristas difusa por meio de células, cada vez, mais difíceis de serem combatidas (KILCULLEN, 2006).

Segundo Goita (2011), os tuaregues não tinham um histórico político de se envolver com grupos terroristas. Porém, o declínio econômico das comunidades tuaregues foi um ponto-chave que colaborou para a definição de novas táticas e estratégias, facilitando as alianças entre atores *a priori* rivais. AQMI e outros grupos jihadistas afiliados instrumentalizam os problemas socioeconômicos no ambiente local para se infiltrar nas relações sociopolíticas. Esses grupos são suspeitos de criar/intensificar situações de crise para gerar um ambiente propício ao recrutamento de combatentes. Para Guitta (2010), uma das táticas de AQMI é destruir a indústria do turismo e sabotar o investimento estrangeiro no norte do Mali para fragilizar, ainda mais, essa região (GUITTA 2010).

Os grupos terroristas e a atuação no conflito de 2012 no Mali

Depois de entender como os grupos radicais se inseriram no conflito, agora se faz necessário entender seus objetivos e como a Sharia e o Jihad se fundiram as reivindicações da luta separatista do Azawad e, ao mesmo tempo, como já foi citado anteriormente, eclodiram a aliança destes grupos com os rebeldes Tuaregues.

Um primeiro elemento que devemos considerar reside no fato que os objetivos dos grupos radicais islâmicos não são estritamente religiosos e que o rótulo de "terrorista" e sua compreensão por meio do fanatismo religioso, além de extremamente simplista, não consegue abarcar o real interesse destes grupos na região do Sahel e no Mali. Segundo Anderson (2011), os grupos no norte do Mali são movidos também por motivações econômicas e políticas e, não apenas, religiosas.

De acordo com Strazzari (2015), a implantação da Sharia no norte do Mali tinha como objetivo criar um espaço para a prática do contrabando. Em 2012-2013, os movimentos de base árabe reivindicaram a livre circulação aduaneira, afirmando que os direitos aduaneiros e tarifários impostos pelo Estado são ilícitos sob a Sharia. Ou seja, por meio de uma pregação ideológica do jihadismo sem fronteiras, esses grupos almejavam criar um espaço sem tarifas ou controle estatal sobre suas atividades ilícitas. Para Strazzari (2015), fica claro que o jihadismo está intrinsecamente relacionado com o contrabando e o tráfico.

Os grupos terroristas radicais como AQMI, Ansar dine e MUJAO, iniciaram no norte do Mali em 2013 uma campanha a favor de comerciantes, traficantes e contrabandistas, declarando explicitamente que direitos aduaneiros, pedágios, tarifas e fronteiras não seriam mais impostos sob o regime da Sharia.

Para Aning e Pokoo (2013), no Mali o enfraquecimento estatal explica a colusão de interesses entre membros das administrações do Estado e redes de políticos e grupos criminosos, aliados a grupos armados jihadistas, principalmente, em áreas desérticas, onde controles aduaneiros e fronteiriços são mais frouxos.

No norte do Mali, a Sharia não é apenas uma ideologia, mas também, uma forma de fazer "negócios no deserto" (LACHER, 2012, p. 5). Deste modo, é

impossível separar atividades criminosas, política e jihadismo (STRAZZARI,2015).

De início a aliança entre grupos jihadistas e o MNLA pareceu extremamente benéfica para os tuaregues. No entanto, a durabilidade desta aliança foi muito curta. Enquanto, os separatistas do MNLA tinham como objetivo a independência política do território do Azawad, os grupos extremistas almejavam o controle de rotas, territórios e populações que poderiam servir para seus propósitos econômicos. Além, de religiosamente, ter como objetivo central, tanto a implantação da Sharia, quanto do Jihad.

Os tuaregues acreditavam que a aliança contribuiria para a independência do Azawad. Mas, eles não esperavam que a força e os objetivos terroristas, em constante movimento, posteriormente, fariam destes seus piores inimigos.

Os tuaregues na sua busca por emancipação, procuravam apoio logístico-financeiro junto da Al-Qaeda que, por sua parte, objetivava legitimar seus objetivos ideológicos-religiosos aproximando-se de um grupo local (SOUSA, 2013). Ou seja, estamos diante de práticas insurgentes dos nômades que se opõem as práticas espaciais heterônomas dos movimentos religiosos.

Al-Qaeda, Ansar Dine e MUJAO não se aliaram ao MNLA com intuito de ajudá-lo em sua busca por emancipação, mas sim, em função de objetivos particulares, aproveitando-se do ataque em janeiro de 2012 do grupo à base militar de Menaca e do consecutivo golpe de Estado sofrido pelo Mali em abril do mesmo ano (2012). As táticas desses grupos convergiram num determinado momento, mas suas estratégias e objetivos de longo prazo se revelaram rapidamente divergentes.

Segundo Lacher (2012), logo depois de controlar o Norte do Mali, a liderança do MNLA optou por excluir AQMI das negociações com o governo de Bamaco e exigiu, sem sucesso, que Ansar Dine renunciasse ao terrorismo para poder participar. Depois da declaração de independência do Azawad, a tentativa por parte dos islamitas de implantar a Sharia, nos moldes da política adotada no Afeganistão pelo Talibã entre 1996 e 2001, foi imediatamente repudiada pelos tuaregues que, em sua maioria, adotam uma vertente moderada do islã.

As oposições de poder e objetivos destruíram rapidamente as alianças existentes. A cooperação inicial entre os islamitas radicais e rebeldes tuaregues do MNLA possibilitou que ambos conseguissem expandir seus ganhos territoriais

e tomar o poder nas cidades de Kidal, Timbuktu e Gao, depois do MNLA ter controlado sozinho Ménaka, Tessalit e Tinzaouaten. No entanto, logo após esses ganhos territoriais, os islamistas da AQMI, Ansar Dine e MUJAO perseguiram e expulsaram os tuaregues desses centros urbanos.

Os territórios dos tuaregues são territórios em movimento, com conexões de longo alcance geográfico, o que lhes permite estar em “casa” em qualquer lugar, sendo esta uma das características mais importantes do nomadismo. Essa característica foi muito bem utilizada pelos grupos terroristas, que se apropriaram do conhecimento geográfico e político nômade para controlar rotas e lugares.

Posteriormente, AQMI, Ansar Dine e MUJAO acabaram se afastando dos tuaregues do MNLA, ao destruírem importantes locais fixos para os tuaregues em Timbuktu, em especial, os túmulos dos santos. Para Retaillé e Walther (2011b) fica claro que a maior diferença entre os tuaregues e os grupos radicais terroristas reside nas suas práticas espaciais. Enquanto, os grupos tuaregues utilizam práticas insurgentes, os grupos terroristas islamistas utilizam práticas heterônomas.

3.2 As estratégias e os territórios do terrorismo

Os grupos terroristas radicais se inseriram no conflito com objetivos políticos e econômicos de domínio sobre uma área rentável para suas atividades ilícitas. Impondo um regime (baseado na Sharia) que pretende forçar um estilo de vida contrário ao adotado pelos tuaregues laicos, que lutavam contra a opressão do governo de Bamaco, mas acabaram sendo, novamente, oprimidos agora pelos grupos radicais islâmicos. A proibição de expressões culturais tuaregues (em particular a música) e a destruição de importantes marcos históricos (Al Mahdi em Timbuktu, com a destruição de Mausoléus e a mesquita Sidi Yahia).

Os tuaregues nunca tiveram intenção de restringir e transformar o território do Azawad em um califado ou reduto de grupos terroristas, mas sim, ter controle sobre o próprio movimento, ou seja, exercer um domínio sobre um espaço móvel. No entanto, a divergência de objetivos e de práticas espaciais

impossibilitou que esses diferentes atores continuassem a caminhar juntos na luta separatista, transformando aliados em inimigos.

Segundo diversos autores (BOAS 2012; CHAUZAL; VAN DAMME 2015; DOWD 2015; LACHER 2012; STRAZZARI 2015; TINTI 2014), os jihadistas combinam ambições locais e regionais que envolvem desde o controle de territórios economicamente rentáveis graças a atividades ilícitas (contrabando, tráfico e sequestro por extorsão), até ambições regionais, visando a expansão dos territórios de implantação da Sharia. Sendo que estes grupos se aproveitam de conflitos gerados por disputas de poder (seja político no âmbito estatal ou interno entre clãs), crises econômicas, conflitos étnicos, entre outros, para alcançar seus objetivos.

Segundo Guitta (2010), três razões fizeram AQMI escolher o Norte Mali como lugar para construir uma base militar. Primeiro, o fato desta vasta área ser considerada inóspita, com uma densidade demográfica extremamente baixa e de difícil monitoramento (mesmo para satélites norte-americanos). Segundo, porque a região abriga uma população em maioria arabófona (como os árabes berberes) e terceiro, porque o Estado malinês não exerce plenamente sua função de controle e gestão do território nesta região (GUITTA 2010).

Neste contexto, islamistas radicais recorreram a tática do “big man” para, através do fortalecimento do papel político de algumas lideranças, se aproximar do movimento insurgente tuaregue e da população do Norte do país. Devemos ressaltar que o “big man” é concomitantemente um líder poderoso, um “protetor” ou beneficiador da população local, que obtém respeito e lealdade da comunidade. No livro *Os conflitos africanos e poder informal - grandes homens e redes* (2012), Mats Utas define o “big man” e estuda como ele elabora suas redes. De acordo com o antropólogo Sahlins (1963), citado por Utas (2012), a legitimidade e o reconhecimento do “big man” decorre do exercício de sua autoridade e, portanto, de poder, em todos os lugares e situações.

Segundo Utas (2012), o “big man” aumenta sua autoridade quando ele é capaz de atrair seguidores por meio de uma rede oferecendo “ajuda” à população local. A imagem generosa e poder de influência decorrem em parte destas redes clientelistas (GODELIER, 1986).

No norte do Mali, quando os “big men” chegam ao poder, eles utilizam pessoas como pontos de comunicação e recepção de informações nos locais

onde se instalam, formando redes. Esses indivíduos captados pelos grupos terroristas são utilizados segundo os propósitos da organização (SIMONE, 2004). Para Kilcullen (2006), inicialmente os grupos jihadistas conseguiram firmar as alianças com o MNLA no norte do Mali por razões militares e operacionais e porque forneciam segurança social em locais historicamente abandonados pelo Estado.

Segundo Chauzal e Van Damme (2015), nos últimos anos os jihadistas investem no comércio local e patrocina serviços de alimentação e saúde para a população do norte do Mali, agindo como os provedores de seguridade social, fornecendo ajuda médica e alimentar, escolaridade e combustível. Essa política dos jihadistas viabilizou o apoio populacional (mesmo que parcial) e as alianças com os insurgentes Tuaregues.

Neste contexto, entender o que é "*bigmanity*" é essencial para a compreensão da situação social, econômica e política que envolve as alianças formadas durante o conflito no norte do Mali. O conceito de "*bigmanity*" possibilita compreender como atores podem operar diferentes redes e como elas podem ser usadas como infraestruturas capilarizadoras (SIMONE, 2004). O que nos explica como e com que propósito os jihadistas no Norte Mali estabeleceram relações com os cidadãos locais.

O grupo terrorista GSPC, antecessor da AQMI no norte do Mali, se esforçou para conquistar a confiança das comunidades locais e, assim, formar alianças. O GSPC se responsabilizava pela distribuição de antibióticos, alimentos e prestava auxílio médico, além de comprar cabras locais e realizar casamentos com mulheres de diferentes clãs, o que consolidava alianças com as comunidades e aumentava sua influência localmente (GUITTA, 2010). Para Cline (2013), as parcerias comerciais com as elites no norte do Mali e a prestação de serviços básicos à população, foram essenciais para o GSPC aumentar seu poder de atuação.

Iyad Ag Ghali, é um líder islamista tuaregue, ex-soldado do exército de Kadafi, que criou Ansar Dine em 2011, grupo armado que se tornou um dos mais importantes atuando no Mali. A forma como Iyad Ag Ghali ilustra a trajetória de construção de um "big man", já que este, mobilizou redes na região para aumentar sua influência.

Ag Ghali é um conector chave entre os grupos armados islâmicos radicais e os rebeldes tuaregues no norte do Mali (WALTHER; CHRISTOPOULOUS, 2014). Como muitos jovens da sua geração, ele viajou para Líbia em busca de emprego e treinamento militar durante os anos 80, lutando contra o governo da Líbia com as forças de Kadafi, antes de retornar ao norte do Mali, após a dissolução do exército da Legião Islâmica na Líbia. Ag Ghali promoveu, então, seu primeiro ataque contra o Estado do Mali em 1990, como chefe do Movimento Popular do Azawad (MPA). Ele foi posteriormente o primeiro a assinar o acordo de paz com o governo em 1991 (STRAZZARI, 2015).

Depois dos acordos de paz de 1991 e 1992, Ag Ghali se envolveu com o movimento missionário muçulmano quietista Tablighi Jama'at, influente na região de Kidal no final dos anos 90. Em 2003, após o sequestro de trinta e dois turistas europeus na Argélia pelo GSPC, Ag Ghali ajudou a negociar a libertação de alguns reféns, o que foi considerado um fato decisivo para seu posicionamento de power broker local (STRAZZARI, 2015).

Em 2006, Ag Ghali liderou ataques às guarnições do Exército maliano em Kidal e Ménaka, antes de negociar o *Acordo de Argel*, viajando logo depois para o Paquistão. Em 2007, foi nomeado adido cultural da embaixada de Bamaco em Jeddah, Arábia Saudita. No entanto, sua estadia foi encurtada pela sua expulsão do país em 2010, onde era suspeito de manter relações com extremistas ligados à Al Qaeda. Ao retornar para o Mali, ele serviu, novamente, como *power broker* nas negociações de reféns com a AQMI.

No final de 2011 após seu fracasso em se apresentar como o novo líder dos Ifoghas (um conjunto de nobres tribos tuaregues que detém a chefia suprema do homônimo Adagh, muito influente no Mali e no Níger), ele criou, Ansar Dine. O grupo participou das primeiras ações militares durante o conflito em 2012, explicando logo depois, por meio de um vídeo divulgado pelas mídias sociais, seu objetivo de estabelecer a Sharia no Mali. O grupo Ansar Dine desempenhou desde então um papel fundamental no norte do país (STRAZZARI, 2015).

Nas áreas sob controle dos islamistas radicais, práticas espaciais opressoras se manifestaram em diversos momentos. Em Timbuctu, construções consideradas patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU) e documentos medievais foram vandalizadas. Nas cidades ocupadas

pelos fundamentalistas, a música malinesa também foi proibida (OPERAMUNDI, 2017). Essas ações, mencionadas anteriormente, provocaram o êxodo de parte da população, que fugiu com medo de represálias mais intensas.

Em junho de 2012, os dois grupos (Tuaregues e insurgentes islamitas radicais) entraram em confronto armado, após a violenta repressão pelo Ansar Dine de manifestações da população tuaregue contra a imposição da Sharia. O evento provocou uma ruptura entre Ansar Dine, que passou a rejeitar abertamente a independência de Azawad e priorizou a imposição da Sharia em todo o país, e o MNLA, que manteve suas reivindicações anteriores. A partir desse momento, os confrontos entre os tuaregues e os islamitas radicais só se intensificaram. O MNLA perdeu rapidamente o controle das cidades de Gao, Kidal e Timbuctu para a coalizão islâmica (OPERAMUNDI, 2017).

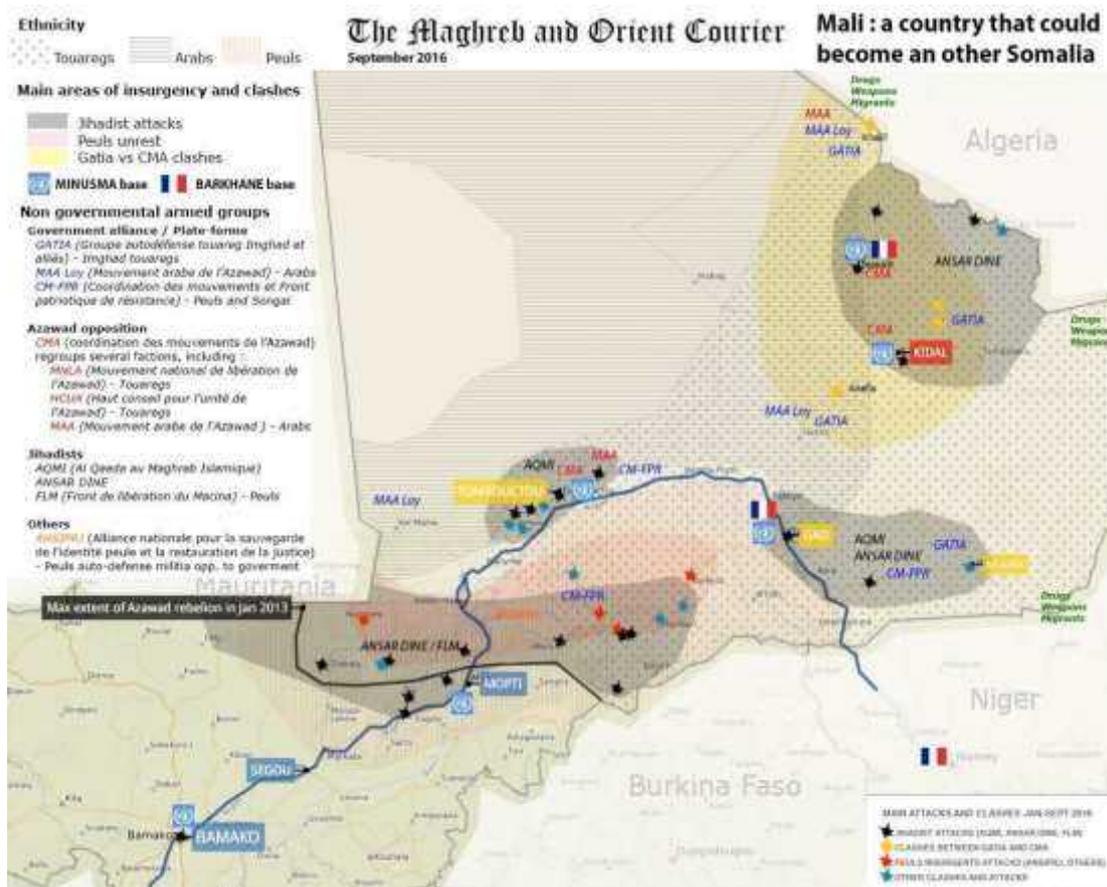
Para Musilli e Smith (2013), a cidade de Kidal já havia desempenhado no passado um papel importante como base de traficantes durante as rebeliões de 2006 e 2007 e, quando tomada e controlada pelos grupos jihadistas em 2012, tornou-se um ponto crítico do conflito para o Estado, já que esse ponto estratégico do território permitia que esses grupos controlassem uma importante rota de tráfico de drogas, funcionando como fonte de capitalização para os mesmos. A concorrência entre os grupos armados pelo controle destas rotas acabou alimentando ainda mais o conflito.

Em outubro de 2012, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, uma resolução de “intervenção estratégica no Mali” proposta pela França, objetivando auxiliar o exército malinês, junto da União Africana (UA) e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a deter o avanço dos islamitas radicais. Nesse momento, o envio de tropas não fazia parte da proposta inicial de intervenção (OPERAMUNDI, 2017).

A tomada de parte da cidade de Ménaka pela coalizão islâmica levou a população de Bamaco às ruas, clamando por uma intervenção internacional. O presidente interino Traouré pediu ajuda emergencial à François Hollande (presidente da França) O mesmo anunciou oficialmente a entrada do país em guerra através da *Operação Serval*, que recebeu o apoio da ONU, União Europeia, União Africana, CEDEAO e do próprio MNLA (OPERAMUNDI, 2017), que, mesmo se opondo ao governo central, precisava diminuir a influência da coalizão islâmica.

A Operação Serval levou aproximadamente cerca de 2,5 mil soldados da França ao Mali. Entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2013 jatos franceses bombardearam diversas cidades do Norte e do Sudoeste controladas por rebeldes (OPERAMUNDI, 2017).

Figura 8. Áreas de atuação das intervenções internacionais no Mali em 2014



Fonte: ARAB WORLD MAPS, FOCUS, MALI, 2016. Disponível em: <https://lecourrierdumaghrebetdelorient.info/mali/arab-world-maps-mali-a-new-somalia/>

A figura acima ilustra as posições estratégicas dos grupos extremistas nas cidades de Gao, Kidal e Timbuctu, todas localizadas numa área ocupada majoritariamente pela população tuaregue. Esses centros urbanos foram os principais focos das operações militares transnacionais de Barkhane e Minusma (2014). Essas operações são sucessoras da Operação Serval e tem como objetivo o antiterrorismo na região do Sahel, tentando evitar a circulação dos terroristas entre a Líbia e o Oceano Atlântico.

Permanece a dúvida a respeito da capacidade das operações militares em solucionar esse tipo de conflito. Evoca-se um possível efeito desestabilizador

dessas intervenções sobre o estado do país. No cenário do conflito do Mali, esse tipo de intervenção pode se tornar um novo agravante a situação de insatisfação do povo tuaregue para com Bamaco, podendo ser considerada por estes, uma nova forma de opressão na região.

3.3. As consequências regionais do conflito ao Norte do Mali: Mais “combustível” para deflagração de crises e conflitos no sistema regional do Sahel?

A participação dos países africanos e de potências internacionais neste sistema regional de crises saheliano é complexa, pois todos têm interesses específicos, ao mesmo tempo que, a maioria almeja coletivamente lutar contra um perigo comum, o terrorismo. Porém, a operacionalização das formas de intervenção e os “porquês” envolvidos na questão são, em alguns casos, bastante nebulosos e, em outros, muito claros.

No final das contas, todos os grupos têm interesses que se distinguem nesta luta, devido às particularidades de seus objetivos, o que promove uma situação geopolítica bastante conflitante, já que ora alguns países irão declinar pela abstenção de uma ação, alguns por uma sutil intervenção (Soft Power) e outros pela intervenção proeminente. Sendo que em alguns casos o direcionamento político de cada país pode mudar conforme o conflito se desenvolve e suas estratégias nacionais de autoproteção se alteram, segundo novos acontecimentos.

O questionamento mais relevante neste sentido é o grau de interferência positiva ou negativa que as intervenções regionais e internacionais vão gerar no Sahel e, em específico, em solo malinês. Afinal, como estas intervenções vão acrescentar a este contexto novos atores e objetivos? E como isto pode facilitar ou dificultar a resolução dos conflitos? Essas são algumas das incógnitas mais importantes.

3.3.1 Intervenções estrangeiras regionais: Linhas de troca de um sistema em desequilíbrio?

A AQMI e a posição militar Argelina: da cooperação regional a uma posição ambígua

Num nível de análise regional, convém destacar, em primeiro lugar, o papel da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que aprovou o envio de tropas da Nigéria, Senegal, Burkina Faso, Gana e Togo para apoiar o governo do Mali em 2012. Por sua parte, a Argélia negou inicialmente seu apoio por considerar que uma operação militar liderada pela França tinha maiores chances de sucesso. Para Bamaco, a posição da Argélia é ambígua. O país é considerado ao mesmo tempo, causa e parte da possível solução no combate ao terrorismo no Mali.

O antigo Grupo Salafista pela Predicação do Combate (GSPC), rebatizado de AQMI em 2007, foi, com efeito, criado pelos Grupos Islamitas Armados (GIA) argelinos. As forças armadas conseguiram rechaçar os terroristas para o sul do Saara onde eles migraram para o Norte do Mali. Porém, apesar de ter recursos disponíveis para intervir contra a coalizão islâmica, com um orçamento de defesa avaliado em 16 bilhões de euros (trinta vezes mais que o Mali), a Argélia prefere não se implicar militarmente (DIPLOMATIQUE, 2012).

As autoridades argelinas continuam negando a existência de uma ligação entre os grupos terroristas nacionais da Argélia e a AQMI, apesar das origens argelinas do grupo. Assumir responsabilidade nacional como o Estado de origem de uma organização como a AQMI tem um peso e preço geopolítico muito oneroso, o qual a Argélia não quer, claramente, pagar.

Neste sentido, para compreender melhor a atual postura geopolítica da Argélia, temos que entender em que contexto o principal grupo atuante no conflito do Mali, AQMI, foi criado e qual o histórico desempenhado por este até sua chegada ao norte do país. Segundo Grobbelaar (2015), o GIA foi gerado por veteranos da guerra do Afeganistão na década de 1990, quando passou a atacar alvos militares e civis, no interior da Argélia. Paralelamente, o GIA multiplicava as operações no exterior, em particular, na França, acusada de apoiar o governo de Argel na luta contra o terrorismo.

Em 1996 o grupo começou a se fragmentar em decorrência de desacordos internos relativos às estratégias operacionais, mais especificamente, aos alvos de suas ações. Dois anos depois, Hassan Hattab, optou por se

emancipar do GIA e fundar o Grupo Salafista de Pregação e Combate (GSPC), atraindo militantes e combatentes na nova organização.

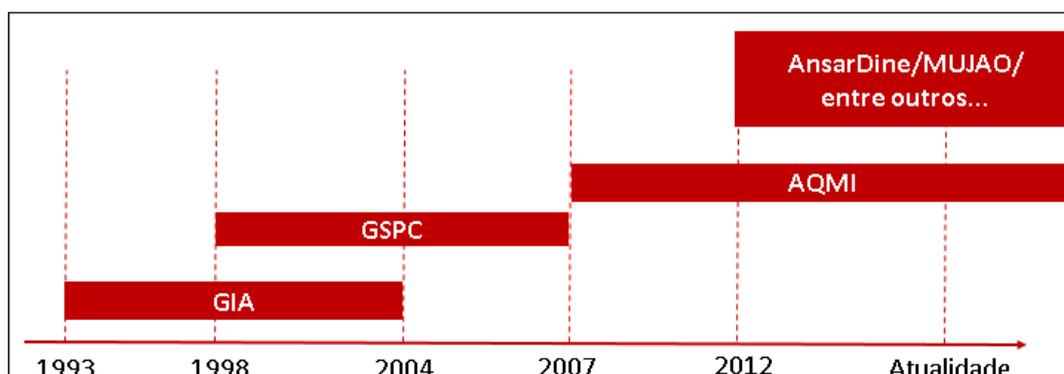
O GSPC tornou-se então a principal ameaça na Argélia. Segundo Grobbelaar (2015), o grupo tinha inicialmente por projeto implantar um Estado islâmico no país (GROBBELAAR, 2015). O movimento adotou uma nova postura acerca dos alvos, selecionando e focando apenas em militares, evitando assim, civis. A partir de 1998 recebeu o apoio da Al-Qaeda Central.

De acordo com Lal (2004), a maior diferença entre o GIA e o GSPC foram os níveis de violência alcançados por cada um deles. O primeiro fez uso da violência de forma intensa e indiscriminada, tanto contra alvos militares, quanto civis, considerando todos aqueles que se opusessem como “infiéis” e justificando assim, seus assassinatos. Já o GSPC, assumiu uma postura mais “moderada” do Jihad, evitando a violência contra civis.

Neste novo cenário, o processo que levou este grupo a ser rebatizado de AQMI se iniciou com a frustração do GSPC em estabelecer um Estado Islâmico na Argélia. Depois deste insucesso e com o crescente apoio da Al-Qaeda Central, o GSPC passou a compartilhar o objetivo da Jihad, contra as influências ocidentais na Argélia e, por meio de um pacto verbal, tornando-se uma de suas franquias no Magrebe islâmico (LIMA, 2018).

Lima (2018) elaborou um gráfico cronológico onde é possível visualizar de forma clara as escalas temporais (em décadas) da transformação do grupo GIA na atual AQMI (AQIM), sendo agora atualizado com as novas ramificações do grupo.

Gráfico 5. Cronologia das ramificações da AQMI



Fonte: Lima, 2018. Adaptação própria, 2020.

Desde a sua fundação em 2007 até os dias de hoje a AQMI expandiu suas operações do norte da Argélia para o Níger, Tunísia, Mauritânia, Chade, Líbia e, desde 2012, está intensamente presente no Mali. Para Hagen (2014) é necessário examinar minuciosamente a evolução da atuação da Al Qaeda no Sahel, que ocorre por meio de uma rede humana conectando as organizações terroristas. É preciso, para isso, identificar como os indivíduos interagem nesta rede para entender seus propósitos e suas ações no espaço.

De acordo com Hagen (2014), a AQMI se ramificou em uma série de grupos “independentes”, operando regionalmente (ANSARDINE; MUJAO; AL SHABAAB, BOKO HARAN, entre outros) e formando no fim uma grande nebulosa Al Qaeda, que não pode ser separada nem da AQC, e muitos menos, da AQMI, pois em diversos momentos estas organizações agem em conjunto, motivados pelo mesmo propósito, a Jihad global.

Para compreender esse duplo processo de expansão e ramificação foi possível considerar que a AQMI aumentou notoriamente seus fundos de financiamento na última década. Por meio de parcerias com redes criminosas, atividades como sequestro e extorsão tornaram-se uma de suas fontes de renda, junto ao tráfico de armas e pessoas, lavagem de dinheiro e contrabando de drogas (PROJECT COUNTER TERRORISM, 2017).

Hagen (2014), acredita que existem também outras fontes de financiamento provenientes da Europa Ocidental, com a oferta de simpatizantes residentes nesta região que fornecem para o grupo um apoio logístico ilimitado. E, segundo o PROJECT COUNTER TERRORISM (2017), que analisou esta rede de financiamento, outros países estrangeiros como o Irã e Sudão, já acusados pela Argélia de apoiarem ações da AQMI e da Al Qaeda Central no país, patrocinaram o movimento.

Para Soriano (2010), o marketing é um recurso central na estratégia de expansão de AQMI, que investe em propaganda desde o final dos anos 2000. A criação do Instituto Al Andalus de Produção de Mídia foi um ponto central para solucionar a autenticidade das divulgações das ações terroristas praticadas pelo grupo, assim como, a propagação de seus objetivos, que passaram a contar com mídias sofisticadas, aumentando, assim, a capacidade de recrutamento do grupo na região do Magrebe (SORIANO, 2010).

Os Estados do Sahel apresentam uma certa convergência estratégica que reside na Guerra ao Terror como paradigma da resolução da violência política na região, apesar da fragilidade histórica das forças de segurança nacionais no combate das insurgências (LAURENCE, 2012). Esse paradigma teria sido inspirado pela Argélia que venceu o jihadismo após anos de uma terrível guerra civil, graças a eficiência relativa de suas forças armadas e ao apoio de potências externas. Políticas de ordem social, econômica e de gestão do território foram globalmente descartadas.

No entanto, observamos divergências sobre a condução do combate ao terrorismo. Há, conseqüentemente, uma verdadeira incapacidade de lidar com esse desafio de forma coesa em nível regional. Segundo Laurence (2012), mesmo sem assumir que AQMI tem suas raízes na Argélia, o país sempre tentou centralizar as decisões na “Guerra contra o Terror” no Saara e no Sahel. A elaboração pela Argélia, em 2010 de um Comando Militar Conjunto (CMC), objetivava implementar um plano de segurança (incluindo o Mali, a Mauritânia e o Níger) que pudesse limitar iniciativas regionais colocando em risco seus interesses nacionais na região.

No contexto dos conflitos do Sahel envolvendo a AQMI e a falta de cooperação regional é um resultado de uma ausência de confiança entre os Estados envolvidos direta ou indiretamente. No Mali, a Argélia julga desde 2012 que o governo não está realmente empenhado em combater o grupo terrorista e o culpabiliza pela expansão do terrorismo. Argel critica severamente as negociações com AQMI visando libertar reféns europeus. Por sua parte, os Estados do Sahel culpam a Argélia por ter “exportado” o terrorismo na região. Os serviços do Département du Renseignement et de la Sécurité teriam operado neste sentido (LAURENCE, 2011).

Para entender a posição da Argélia é preciso considerar uma situação geopolítica complexa e ambígua. As forças militares do país combateram de forma violenta as insurgências extremistas islamitas durante os anos 90. Mesmo assim, o país foi alvo de aproximadamente 930 atentados terroristas desde os anos 2000, ou seja, um número superior à de muitos vizinhos da região (IDIR TAZEROUT, 2011).

Atualmente, apesar de sua reputação de país que luta sem tréguas contra o terrorismo, a Argélia, que mal consegue manter plenamente o controle de todo

o seu território, evita se envolver fora de suas fronteiras. Apesar de sua suposta superioridade militar em áreas desérticas, o país teme que seu envolvimento possa provocar novamente ações de AQMI dentro dos limites de seu território nacional.

Embora a Argélia pareça, portanto, ser um país militarmente potente, os fatos apontam para um Estado fraco e instável, com reais dificuldades em defender suas fronteiras e proteger seus cidadãos (IDIR TAZEROUT, 2011). O elevado número de atentados terroristas em seu território e seu papel de “berçário do extremismo islamita no Sahel” ilustram esse paradoxo. Sendo assim, qual é o real interesse da Argélia em participar de operações contra o AQMI em território malinês, se isso pode gerar um fator de risco para a própria nação, uma vez que se perder os redutos ao norte do país, para onde a AQMI pode migrar, ou melhor, retornar (?). A postura geopolítica da Argélia encaminha-se em direção a um comodismo que gera escolhas dúbias.

G5 Sahel: avanços e desafios

O G5 (grupo institucional criado com o objetivo de promover a coordenação da cooperação regional em políticas de desenvolvimento e questões de segurança na África Central) formado por Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, se apresenta como a mais clara iniciativa regional de cooperação transnacional na luta contra o terrorismo no Sahel. O grupo institucional tem como principal objetivo auxiliar os países do Sahel na resolução de conflitos e na promoção de políticas de desenvolvimento regional. Oficialmente criado em 2014 na Mauritânia, que abriga sua sede permanente, o grupo adotou um sistema de Convenção de Estabelecimento onde são debatidas questões políticas e econômicas visando criar melhores condições de governança em seus territórios (LE G5 SAHEL, 2015).

Segundo LE G5 SAHEL (2018), o principal foco do grupo é a formulação de políticas e ações conjuntas de combate a grupos armados e jihadistas que atuam no Sahel, e a mitigação dos efeitos da violência política sobre as sociedades (refugiados, deslocados, perdas humanas, criminalidade, contrabando, opressão etc.). Outra preocupação maior reside na recuperação

do controle territorial sobre áreas tomadas por grupos armados, em particular nas regiões transfronteiriças, que são porosas e de difícil fiscalização.

O G5 se estabelece, assim, como a primeira organização transnacional africana projetada para agir na resolução de conflitos em escala regional. No contexto sistêmico do Sahel, questões como migração e terrorismo, fenômenos que não respeitam fronteiras, requerem iniciativas como esta. Por isso, a ação inter-regional do G5 recebe o apoio da comunidade internacional, em particular a União Europeia que participa desse projeto.

Num contexto de crises sistêmicas, os países do Sahel enfrentam os mesmos desafios. O G5 aposta em ações de cunho político, militar e socioeconômico. Para coordenar essas ações, os chefes de Estado criaram um ambiente de cooperação intergovernamental, para responder regionalmente aos inúmeros desafios.

Entre as estruturas de segurança, foi criada a Força Conjunta do G5, em 2017. A Força consiste num exército conjunto dos países membros, tutelado pela Comissão de Defesa e Segurança. Os investimentos e recursos para o combate ao terrorismo são compartilhados, baseando-se nos conceitos da União Europeia de Mutualização ou Pooling and Sharing (TEBAS, 2017).

A União Europeia demonstra um interesse crescente para a instabilidade geopolítica no Sahel que se intensifica desde o fim da primeira década dos anos 2000. O Bloco regional formulou estratégias e ações em prol da segurança e do desenvolvimento voltadas mais especificamente para Mali, Mauritânia e Níger, e depois Burkina Faso e Chade.

O Plano de Ação Regional (PAR), lançado em 2015 passou a estabelecer quatro desafios: a prevenção e luta contra a radicalização; a criação de uma melhor expectativa de vida para gerações jovens; e a gestão de fronteiras, com foco na mobilidade e a luta contra o crime organizado transnacional (Tebas, 2017). Segundo Tebas (2017), a União Europeia apostava que o êxito do G5 poderia limitar os fluxos de migrantes em direção à Europa.

A troca de informações é também um elo fundamental entre os países que fazem parte do G5 e seus parceiros internacionais na região. A Parceria Militar para a Cooperação Transfronteiriça (PMCT) fez um balanço das ações do G5, apresentando um roteiro compartilhado, que é sempre atualizado e deve ser seguido, com 14 operações conjuntas e transfronteiriças previstas e planejadas;

9 operações conjuntas conduzidas com conhecimentos compartilhados; e, 11 comitês operacionais de coordenação organizados (SECRETARIAT PERMANENT DU G5 SAHEL, 2018).

Sobre as formas de financiamento do G5, a ONU custeia basicamente o envio de soldados nas operações de paz, o que representa um grande fluxo de caixa para os Ministérios da Defesa dos países do grupo. A França se destaca dentro da UE como a principal contribuidora fornecendo, em particular, materiais e logística, incluindo veículos e equipamentos táticos de comunicações e proteção (TEBAS, 2017).

A Força Conjunta Transfronteiriça em Bamaco, lançada pelo G5 em 2017, também reúne recursos para combater as ameaças à segurança. Ela é patrocinada pela França e apoiada pelo Comitê de Paz e Segurança da União Africana. Os exércitos de Burkina Faso, Mali e Níger realizaram sua primeira operação em novembro de 2017 (DIPLOMATIQUE, 2019). Desde então, a Força Conjunta realizou com sucesso várias operações e conseguiu adaptar-se às mudanças no ambiente geopolítico e militar, complementando outras operações, como a Missão da ONU no Mali (MINUSMA).

Atualmente, o G5 recebe maior apoio financeiro e material graças às inúmeras conferências destinadas a arrecadar recursos, como as conferências da Coalizão Sahel em 2017, com doadores para a Força Conjunta do G5 Sahel organizada pela União Europeia, União Africana e a ONU, em 2018. No final do mesmo ano, uma conferência internacional de doadores ocorreu em Nouakchott para financiar o programa, onde a França anunciou que contribuiria com 220 milhões euros para o desenvolvimento regional, incluindo 90 milhões euros para o programa de estabilização de emergência (DIPLOMATIQUE, 2019).

No entanto, questões surgem acerca da gestão desses recursos pelos países do G5. Afinal, como estes recursos são realmente utilizados? A prioridade deve ser as operações de paz, incluindo as tropas dos países membros ou proteger os territórios nacionais? (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2018). Por sua parte, a Aliança Sahel, criada em 2017 pela França, Alemanha e União Europeia, é financiada por 12 doadores. A Aliança tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e humano regional do Sahel, (DIPLOMATIQUE, 2019).

Qual papel da União Africana neste conflito e o nível de cooperação entre países da África ocidental?

O papel da União Africana nos conflitos do Sahel e do Mali deve ser contextualizado lembrando a origem da organização remete a luta contra o colonialismo pela Organização da Unidade Africana (OUA) e sua “refundação” em 2022 que lhe confere um papel central na mediação e prevenção de conflitos locais, na defesa da soberania dos Estados africanos, a integração econômica, política e cultural dos 54 Estados-membros.

A UA dispõe, para isso, de diversas instituições e agências: Assembleia Geral, Conselho Executivo, Comissão da União Africana etc. No caso do conflito ao norte do Mali, a resposta inicial ocorreu por meio da Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali ou Missão Internacional de Suporte ao Mali liderada pela África (MICEMA) e da operação Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali (AFISMA), implantada pelo órgão regional CEDEAO, sendo autorizada pela Resolução 2085 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e aprovada em 20 de dezembro de 2012. Foram realizadas diversas mediações e aplicadas sanções econômicas após o golpe militar em Bamaco.

O processo de mediação foi liderado inicialmente pelo presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré e pela CEDEAO, que pediu aos países vizinhos para fechar as fronteiras com o Mali e os portos marítimos aos fluxos destinados ao país. O impacto das medidas foi devastador para a economia, o comércio e as finanças de Bamaco. As restrições e sanções tinham como principal objetivo forçar o Mali a restaurar sua ordem constitucional (CAPARINI, 2015).

Foto 1. Delegação da CEDEAO chegando em Bamaco, capital do Mali.



Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/mali-miss%C3%A3o-da-cedeao-j%C3%A1-est%C3%A1-em-bamako>

Em 2013, os chefes de Estado e de Governo da África Ocidental se reuniram em Abidjan, na Costa do Marfim, e pediram à ONU seu apoio logístico e financeiro, para que a força militar regional pudesse combater os grupos islamitas do norte do Mali (G1, 2013). A MISMA recebeu também apoio financeiro e operacional de oito países da África Ocidental (Nigéria, Togo, Benin, Senegal, Níger, Guiné, Gana e Burkina Faso) que enviaram soldados ao Mali.

No entanto, na ausência de uma capacidade operacional, humana e financeira adequada, as duas missões fracassaram na tentativa de retomar o controle das regiões do norte do Mali. Numa área muito extensa, de 800 000 km², o efetivo de 3 500 militares, em parte oriundos de regiões tropicais, se mostrou extremamente limitado.

Segundo Lacher (2012) é necessário considerar que não há uma solução puramente militar para conflitos que envolvem grupos étnicos que lutam por sua independência. Sendo assim, são necessárias políticas estatais inovadoras nos campos sociais e econômicos focando no desenvolvimento social local e uma boa governança territorial. Neste contexto, é urgente reconhecer que os Estados africanos em crise nunca serão capazes de conter a propagação do terrorismo numa região onde 80% são desempregados e são pessimistas quanto a seu futuro. Essa situação facilita seu alistamento por grupos terroristas (LACHER, 2012).

A resposta militar da CEDEAO enfrentou desafios a “fraqueza” dos Estados membros e posturas ambíguas da Argélia e da Mauritânia, que não apoiaram a ideia de uma intervenção militar suscetível de impactar a segurança interna nos seus territórios nacionais (KONADJÉ, 2013).

Em 2013, foi a tomada da cidade de Konna, importante centro estratégico das forças armadas do Mali, pelo grupo islâmico MUJAO, então em plena expansão, que agravou o cenário geopolítico, ilustrando uma possível mudança de gravidade do movimento insurgente em direção ao sul do Mali e a capital, Bamaco. Frente à fraca capacidade do exército malinês e ao fracasso da AFISMA, o governo interino do Mali acabou solicitando uma intervenção militar francesa.

Inicialmente, o envolvimento francês deveria ser de curto prazo, apenas para estabilizar a situação geopolítica do país. Porém, em pouco tempo, a França corroborou com a ideia de que a AFISMA deveria ser substituída por uma intervenção mais robusta, dada as proporções do problema.

Uma Missão da ONU ofereceria a vantagem de um financiamento mais seguro. Foi então que em abril de 2013, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o United Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA) a substituir AFISMA (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION 2100, 2013).

A partir deste momento, todas as sugestões da UA foram ignoradas pelo Conselho de Segurança, o que criou tensões e ressentimentos, já que as lideranças regionais acreditavam que a ONU deveria ter fornecido os meios logísticos e os financiamentos necessários para o sucesso da AFISMA. Além disso, outro ponto polêmico foi a questão da liderança da operação. A UA defendia a manutenção do comandante militar e do chefe de missão durante o processo de substituição da AFISMA pela MINUSMA, o que não aconteceu (CAPARINI, 2015). O que fica claro é que as intervenções internacionais geram uma perda de controle nas decisões militares e políticas, tanto na escala local, quanto regional, o que pode se revelar extremamente danoso para os propósitos de estabilização do Sahel, já que objetivo de fortalecimento da instituição Estado na região pode ser negligenciado.

3.2.2 Intervenções estrangeiras internacionais: Entre a ajuda e a busca de interesses geopolíticos

A França no seu quintal

O subtítulo *A França no seu quintal* visa exatamente mostrar a postura geopolítica ostensiva deste país no Sahel. Ao analisar o sistema de crises e conflitos dessa região, e o conflito do Mali, observamos que o país é um dos protagonistas regulares de todos os eventos. É notório que o governo francês continua a interferir regularmente nesta parte do mundo, sempre que seus interesses ou a sua influência está em perigo e, isso se constitui em um processo histórico, econômico, político, social e militar bastante complexo para o Sahel. A atuação da França precisa ser analisada não apenas no contexto do conflito de 2012 no Mali, mas historicamente, em suas diversas facetas geopolíticas.

Levando em consideração a bibliografia que estuda a influência da França na África, nós apoiamos em uma análise que recorre ao processo colonial para entender as raízes dessa atuação. Primeiramente, quase todo o império colonial francês no continente africano teve sua independência negociada com a metrópole em 1960, com exceção da Argélia. Após a independência, o domínio da França sobre o continente passou a ser indireto, constituindo-se no que alguns autores denominaram como *françafrique* (SENA, 2012).

O termo *françafrique* foi usado pela primeira vez em 1955 por Félix Houphouët-Boigny, Presidente da Costa de Marfim, para definir a relação de diversos países africanos com a França, que beirava a exclusividade econômica, mesmo após a independência desses países (ex-colônias francesas) (VERSCHAVE, 1998). Com o passar do tempo, esse termo adquiriu uma conotação pejorativa. Atualmente, o termo *françafrique* ou “France à fric” descreve a influência política e econômica que a França exerce em suas ex-colônias, gerando, quase sempre, mecanismos de subordinação (VAMPOUILLE, 2011), como se estas áreas fossem uma extensão de seu território nacional, como um “quintal”.

Segundo Verschave (1998), o espaço *françafrique* está composto pelos seguintes países: Senegal, Costa do Marfim, Burkina Faso, Togo, Benim, Níger, Mali, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro Africana, Camarões, Comores, Madagáscar e Djibouti. A rede *françafrique* foi idealizada por Charles

de Gaulle e Jacques Foccart em 1958, durante a constituição da V República francesa (VERSCHAVE, 1998; BENQUET, 2010). O objetivo da França sempre foi manter a influência e controle em suas ex-colônias, para assim, preservar e garantir seus interesses nacionais. Entender os interesses franceses no continente africano requer se debruçar sobre a escassez de recursos naturais energéticos e minerais no território francês.

A principal forma de produção de energia na França são as 19 centrais nucleares, cujo 58 reatores fornecem 75% da eletricidade consumida no país (CAÑAS, 2017), o que já define uma matriz energética dependente do urânio. A França importa cerca de um terço de seu urânio do Níger, onde o sítio extrativo de Areva (hoje ORANO) é securitizado por forças francesas e nigerianas. O país abriga, também, uma das maiores bases militares francesas na região.

Podemos aproximar a estratégia francesa de defesa de seus interesses nacionais do *Hard-Power* definido por Joseph Nye (2002), entendido como uma ação direta e perceptível, por ser concreta. No campo militar, o *Hard-Power* se insere na articulação bélica de um ator, sendo que isso vai muito além de um conflito armado. Para Nye (2002), mesmo as guerras e intervenções se enquadrando neste contexto do conceito, outras formas mais subjetivas do *Hard-Power* não podem ser negligenciadas, como a coerção, indução e dissuasão.

A capacidade de subjugar outro Estado, ultrapassa a pura e simples ação bélica. Ameaçar, impor medo ou punir são ações intimamente ligadas ao poder de persuadir, dissuadir ou induzir o Estado subjogado a fazer o que o subjugador almeja (NYE, 2002). Por isso, o mesmo autor assevera que a prática do *Hard-Power* militar não se limita a ações hostis. Muitas vezes, pode se manifestar sob a forma de acordos de defesa, alianças ou política diplomática (NYE, 2004, p.31), como é o caso de grande parte das ações da França no continente africano no período pós-colonial.

Morgenthau (1978), considera que o uso da força (mesmo que de forma não hostil) é um meio muito importante na estratégia geopolítica utilizada pelo país. Tendo a França interesses nacionais, sob ameaça (como no caso dos países do Sahel), surge a união perfeita, na qual os países fragilizados precisam de ajuda e a França, prontamente (quando lhe convém), desloca vários contingentes armados para estes territórios. Com esta ação, a França protege

os seus interesses estratégicos, muito mais do que oferece de fato, algum tipo de ajuda para estes países.

Segundo Benquet (2010), após a Segunda Guerra Mundial, a França alcançou sua independência energética graças ao controle desses recursos no continente africano. No entanto, manter esse acesso e controle são alguns dos mais nítidos e consolidados interesses de Paris. Para o mesmo autor (BENQUET, 2010), a França utilizou para isso relações estratégicas, com o funcionamento de uma rede de contatos e mecanismos secretos que, ao longo da história, favoreceu golpes de Estados, assassinatos políticos e corrupção.

Essas críticas abarcam tanto o contexto imperialista como o atual neocolonialismo, que implica, não só uma expansão territorial/comercial, mais também a implementação de um sistema de dominação econômica, política e militar provocando a perda de soberania dos territórios anexados pela força maior, ou submetidos a influência desta.

A principal diferença que implica no *françafrique* é que no processo francês, suas ex-colônias decidiram submeter-se às regras e diretrizes de Paris, mesmo após suas independências, o que não aconteceu com as ex-colônias dos outros países europeus. A zona francófona, se constitui como uma clara exceção, onde os recentes países não tomaram por completo sua soberania e controle de todos os instrumentos estatais durante o processo descolonizador. É importante destacar que a presença francesa na zona francófona muda, em parte em função do protagonismo de novos atores internacionais na região (CLAUDE, 2007).

Países como China, Brasil, Turquia, Rússia e Índia, entre outros, são parceiros comerciais e investidores, em particular, na mineração que consolida sua presença no continente africano. Além disso, as sociedades africanas são mais críticas frente às ingerências estrangeiras. A imagem da França sofre do apoio contínuo garantido a governantes impopulares em diversos países (CLAUDE, 2007). Esse ponto em especial tem colaborado para intervenções francesas mais tímidas, pelo menos até que situações consideradas extremas levem o país a atuar de formas mais contundentes, como a partir de 2013 no Mali.

O atual conflito do Mali criou um cenário perfeito que justificasse uma intervenção muito mais robusta, onde a França claramente consolidava seu

protagonismo geopolítico e político na região. Historicamente, o G5 do Sahel tem se aliado ao exército francês, para de forma cooperativa proteger as populações de possíveis ataques terroristas; lutar contra os grupos armados e facilitar o comércio e o desenvolvimento econômico. A cooperação diz também respeito à formação dos exércitos dos 5 países para que possam ser autossuficientes no futuro. Mas, quando os grupos radicais terroristas tomaram o norte do Mali e construíram uma coalizão em escala regional, a França foi convidada a intervir no conflito para comandar operações militares e não de forma cooperativa.

Sem dúvidas, o fato da Argélia e da Mauritânia não terem contribuído com tropas para o AFISMA – Argélia por medo dos possíveis efeitos colaterais do conflito em seu território, como já foi citado anteriormente, e Mauritânia devido aos estreitos laços que as elites locais têm com os árabes e tuaregues no Mali (LACHER E TULL, 2013), colaborou para que a atuação francesa se tornasse cada vez mais necessária. No decorrer do conflito, enquanto as intervenções regionais manifestavam limites na luta contra os grupos radicais islâmicos, captar recursos e buscar ajuda militar estrangeira tornou-se prioridade, independente do “preço” a ser pago por isso.

Segundo Parenti (2018), o mandato da MINUSMA autorizou a utilização de todos os meios necessários para a proteção da população civil contra qualquer tipo de violência física e dos funcionários das Nações Unidas e, inicialmente, a situação de segurança no Mali, logo após o estabelecimento da MINUSMA, o que mostrou um progresso moderado em direção ao restabelecimento da ordem constitucional, já que o próprio MNLA e o Alto Conselho do Azawad manifestaram vontade em dialogar com o governo interino.

Porém, os confrontos esporádicos, com grupos separatistas e, principalmente, jihadistas, continuaram nas regiões do norte. Diante da perspectiva de envio de força armada estrangeira na região, em outubro de 2012 centenas de jihadistas do Sudão e do Saara Ocidental foram ao norte do Mali para lutar ao lado de islamitas armados (G1, 2012). Além disso, surgiram novos grupos extremistas: o Movimento Islâmico do Azawad (MIA), formado em 2013 por tuaregues dissidentes que passaram a atuar na região de Kidal; o Conselho Superior da Unidade do Azawad (HCUA), formado no mesmo ano por combatentes do MNLA; e o Movimento Árabe do Azawad (MAA), que tinha sido

formado em 2012, com o objetivo de proteger as comunidades árabes (BOUTELLIS, 2004).

Em geral Serval foi inicialmente considerado um sucesso, porque evitou a queda de Bamaco e preservou globalmente a integridade do território nacional. No entanto suas consequências e efetividade a longo prazo é que passou a ser problemático do ponto de vista geopolítico. Ao longo dos anos, as atividades dos grupos extremistas aumentaram significativamente em decorrência, principalmente, da ausência de um controle efetivo pelos grupos armados sobre as áreas conquistadas e da retirada gradual da Operação Serval e sua reconfiguração, que originou a Operação Barkhane em 2014.

Apesar do clima de vitória após a retomada da maioria das cidades do Norte do Mali pelas forças francesas da Operação Serval, o ano de 2013 foi caracterizado por uma bifurcação rumo a um conflito ainda mais assimétrico, conforme foi observado anteriormente em outros teatros de operações como Afeganistão ou Iraque (Lebovich 2013; Rogers 2013c, 2013d, 2013f). Enquanto, o conflito perdia sua natureza territorial mais tradicional, os insurgentes recuavam e se reorganizavam para iniciar um novo tipo de luta armada.

Em meados de 2017, a situação em Kidal piorou, com a intensificação dos confrontos armados. A permanência de ataques assimétricos contra a MINUSMA e as forças francesas, principalmente nas regiões de Gao, Kidal e Timbuktu, enfraquecia a operação. Os grupos armados extremistas passaram a controlar áreas cada vez maiores, impondo a lei islâmica e ameaçando civis, caso estes cooperassem com as autoridades do Mali (UN. S/2017/1105, 2017). A operação Barkhane surgiu como um indício do fracasso da MINUSMA, já que esta visava conter grupos terroristas por toda a região do Sahel, o que apontava para uma clara regionalização do conflito.

BARKHANE, ao contrário, demonstrou suas limitações num contexto de um novo tipo de enfrentamento (guerra ao terrorismo) até seu fracasso final em 2022, que culminou com a expulsão das tropas francesas do Mali. Num contexto marcado por tentativas fracassadas de negociar a paz, pelo estabelecimento e a ruptura de parcerias entre grupos armados locais, as limitações políticas e operacionais da Operação BARKHANE se tornaram evidentes.

Se inicialmente o propósito da França de intervir no Mali levantou inúmeras questões sobre seu real interesse geopolítico e econômico na região,

ao longo dos anos, o preço pago por essa nação europeia se mostrou muito mais oneroso do que o esperado. Depois da criação da MINUSMA, a França não só tomou a liderança nas decisões políticas e militares do conflito, como também foi uma das nações que mais perdeu com ele.

De modo geral, a participação de atores internacionais em conflito em áreas conturbadas como o Sahel, mudam inevitavelmente os equilíbrios do poder local (LACHER E TULL, 2013). O que nos faz lembrar outras intervenções estrangeiras, como a Afeganistão, devido às similaridades dos resultados de ambas, mesmo que do ponto de vista político e geopolítico suas motivações sejam bem distintas. E, aos poucos, assistimos a uma contestação crescente da presença militar francesa no Mali e em outros países do Sahel.

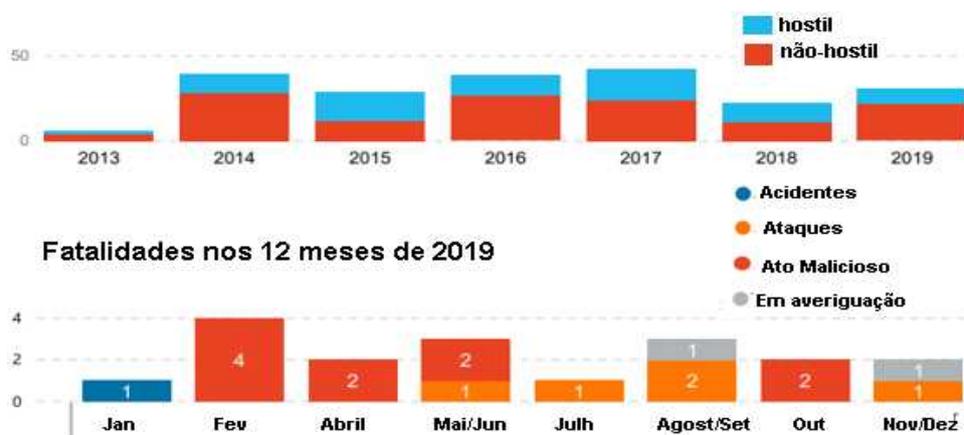
Foto 2. Protesto contra a presença da França no Mali - 2013



Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/mali-dez-anos-de-uma-crise-sangrenta/a-61301274>

Enquanto no Afeganistão o recuo levou o conflito para as regiões montanhosas, no Mali, foi para além de suas fronteiras (ELLIS 2013; LACHER; TULL, 2013). Mas também, em espaços de refúgios de zonas montanhosas ou muito periféricas. Segundo Lindberg (2013), o fracasso das intervenções no Mali é ilustrado pelo elevado número de vítimas. A MINUSMA foi, assim, a missão mais letal da ONU até hoje. Apesar do poderio bélico, dos recursos financeiros disponíveis e do planejamento das operações, uma missão militar pode não ser capaz de resolver o conflito ao norte do Mali porque sua complexidade necessita de mudanças estruturais internas. A “Guerra ao Terror” e intervenções externas não são suscetíveis de resolver esses problemas.

Gráfico 6. Fatalidades da MINUSMA - 2019



Fonte: United Nations Peacekee, 2020. Adaptação própria, 2021.
Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/minusma-fact-sheet>

Como pode ser observado no gráfico acima, as vítimas fatais deste 2013 configuram uma evolução difícil de ser mensurada e impossível de se realizar projeções futuras, já que oscilam muito entre os picos mais intensos do conflito e pequenos momentos de relativa calma. Entre 2015 e 2018 observou-se uma leve redução da letalidade do conflito. Mas, a situação se deteriorou novamente entre 2016 e 2019. Por mais que a França tenha se engajado no conflito a fim de garantir seus interesses particulares, os prejuízos gerados por esta intervenção ultrapassam a questão dos investimentos militares, econômicos e das perdas humanas.

No cenário geopolítico, o fracasso dessa intervenção levanta questões acerca do real poder de combate que a potência europeia tem contra grupos insurgentes, em especial, islamitas radicais, o que afeta diretamente a projeção geopolítica de poder deste país. Esses fracassos fortalecem o avanço e a consolidação de grupos extremistas e impõem novas preocupações, como a regionalização dos conflitos no Sahel e a proximidade que estes grupos passam a ter das fronteiras europeias.

A Geopolítica da abstenção: EUA, China e Rússia na África

Sobre a presença das potências como Estados Unidos, China e Rússia nos conflitos do continente africano, em especial, no norte do Mali, o panorama

geral era de uma baixa intensidade. Porém, essa pouca influência tem mudado em determinados contextos, em especial, mais contemporâneos, a partir da criação de novas estratégias no jogo geopolítico africano.

Com as atenções voltadas para o Oriente Médio, com exceção da China, nas últimas décadas Estados Unidos e Rússia, não foram protagonistas relevantes nas situações de conflito registradas na África subsaariana. O interesse geral remete, primordialmente, a questões econômicas e seus papéis “intervencionistas” foram esporádicos. No entanto, as posições de Estados Unidos, China e Rússia têm evoluído nos últimos anos.

Estados Unidos da América

No âmbito geopolítico, as ameaças são percebidas de formas muito diferentes entre países aliados e parceiros, mesmo com um objetivo central (frear ameaças terroristas), isso não significa que os objetivos secundários não estão implícitos nas abordagens, nos graus de intensidade e nas intenções por trás de cada intervenção. A luta contraterrorismo e contra as insurgências armadas tornaram-se focos importantes nos debates internacionais nas últimas duas décadas e, neste contexto, o país com maior proeminência de atuação são os Estados Unidos da América.

Para os EUA, a capacitação de países parceiros na luta contra o terrorismo é apenas um propósito da assistência de segurança e cooperação e, à medida em que a Al-Qaeda expandiu sua atuação no mundo, o país também vem ampliando o número de nações a receberem auxílio militar, sendo o Sahel uma dessas “novas” áreas.

Após 11 de setembro 2001, os EUA assumiram uma postura política e, em alguns casos, militar, ofensiva frente aos territórios considerados perigosos para a ordem internacional defendida pela potência hegemônica: Estados “apoando o terrorismo”, “Estados falidos”, “zonas cinzas” não controladas por forças estatais etc. No caso do Sahel, “Estados fracos”, fronteiras porosas, territórios extensos e pouco povoados, conflitos internos etc., constituíam, por exemplo, um espaço extremamente fértil para a difusão e consolidação do jihadismo armado.

A falta de capacidade de garantir a segurança de seus territórios pelos Estados do Sahel, a corrupção endêmica e os conflitos entre poder estatal e grupos étnicos chamaram recentemente a atenção norte-americana para esta parte do mundo. O temor era que o Sahel pudesse se tornar um grande santuário jihadista, conforme tinha ocorrido no Afeganistão, podendo gerar um fluxo de refugiados fundamentalistas para outras regiões (KENNEDY-BOUDALI, 2009).

Antes do mais recente golpe de Estado no Mali, os Estados Unidos já tinham uma política de intervenção indireta no Sahel voltada, depois do 11 de setembro de 2001, para a capacitação dos governos na luta contra os grupos terroristas. Neste processo, o Mali era um país em destaque, sendo considerado um parceiro fundamental para conter grupos fundamentalistas, que já demonstravam interesse em consolidar posições estratégicas no Sahel.

Ao contrário das práticas adotadas no Oriente Médio, a política antiterrorista se enquadra como preventiva. Em vez de uma intervenção militar direta, a estratégia foi treinar e equipar os países para lidar com possíveis ameaças futuras. Em 2002, a iniciativa Pan-Sahel (PSI) foi o começo do processo de capacitação das forças armadas no Mali, na Mauritânia, no Níger e no Chade, com um considerável investimento financeiro norte-americano (WARNER, 2014).

As operações de capacitação formal desses países se iniciaram em 2004. Mas, em 2005 o programa foi substituído pela Parceria Trans-saariana de Contraterrorismo (TSCTP), com um financiamento mais vultoso e abrangente e a participação de Argélia, Burkina Faso, Marrocos, Nigéria, Senegal e Tunísia.

O TSCTP difere também do PSI por incluir objetivos socioeconômicos, já que as condições sociais precárias passaram a ser compreendidas como fatores que colaboram com o avanço de grupos terroristas e a adesão de novos membros. Para além desse aspecto, estamos diante de uma situação complexa envolvendo a política externa de um país, os Estados Unidos, caracterizada por intervenções diretas (Afeganistão e Iraque) e indiretas (Iêmen etc.) no bojo da “Guerra ao terror”. Mesmo a cooperação contraterrorismo sendo mais forte entre aliados, ela também ocorre entre atores com interesses comuns, que decidem trabalhar juntos na área do nível tático, sendo as coalizões formadas para combate direto, uma das materializações mais claras desse tipo de cooperação.

Apesar dessas parcerias de segurança apresentarem alguns pontos positivos, os motivos que levam os países a se envolverem não convergem sistematicamente. Presumir que Estados Unidos e seus parceiros locais compartilham os mesmos interesses é uma visão superficial das jogadas geopolíticas. Além disso, o caráter assimétrico da potência dos parceiros envolvidos em acordos de cooperação é outro fator que dificulta o êxito desses acordos.

Os objetivos do governo dos EUA, ao ajudar nações estrangeiras, assim como, outros países que se encontram na mesma situação de apoio tático e intervenção indireta, perpassam pelos ditos como oficiais e por aqueles que a opinião pública e, principalmente, a análise geopolítica apontam como extraoficiais. Os objetivos oficiais são sempre nobres, como o intuito de libertar ou proteger uma sociedade que enfrenta uma situação de perigo (insurgências, violência política, extremismos, terrorismo e outras ações que ameaçam a segurança nacional).

Entretanto, os objetivos extraoficiais são, na maior parte dos casos, relacionados a interesses econômicos, territoriais ou geopolíticas, que garantem a perpetuação da influência externa em países e regiões. Nos últimos anos, a Defesa Interna Estrangeira (FID em inglês), que envolve a participação de agências civis e forças militares de um governo, tem sido uma estratégia utilizada para intervenções indiretas cujas operações não mobilizam soldados norte-americanos nos campos de batalha. A FID é acionada quando a estabilidade estatal em um país é ameaçada em especial por atos terroristas, conforme o que aconteceu depois do golpe de 2012 no Mali (INTERVIEW WITH FIRST US OFFICIAL, 2020).

No entanto, os Estados Unidos recuaram progressivamente e suspenderam pontualmente sua assistência de segurança e cooperação ao Mali, em respeito às leis norte-americanas que proíbem a assistência a um país cujo chefe de Estado chegou ao poder através de um golpe militar. Desde então, algumas situações levantaram análises sobre o tipo de ajuda e intervenção que os Estados Unidos executam no mundo: *Quando? Por quê? De que forma? Os Estados Unidos estabelecem como é necessário intervir?*

Primeiramente, o fracasso do exército malinês, que em campo de batalha amargou consecutivas derrotas durante as tentativas de conter os rebeldes

tuaregues e, em especial, os grupos terroristas, que avançavam, quase sem esforço, pelo território nacional, colocou em pauta uma questão bem simples: *Em que lugares do mundo a ameaça terrorista se torna prioritária para os norte-americanos?*

Durante anos os Estados Unidos promoveram subsídios e programas de cooperação militar ao país, inclusive o coronel que liderou o golpe de Estado era fruto de uma educação militar americana, o que gerou diversos questionamentos sobre a eficácia das intervenções dos EUA nesta parte do mundo e, a crítica mais ácida recaiu sobre a capacidade dos Estados Unidos de combater o terrorismo, já que suas abordagens militares no Mali resultaram em uma total ineficiência prática.

Em 2013, num contexto de expansão territorial dos grupos terroristas em direção a Bamaco, a mobilização internacional encabeçada pela França trouxe de novo os Estados Unidos ao jogo geopolítico regional, com uma intervenção um pouco mais direta na região do Sahel, por meio da cooperação e de apoio operacional às forças francesas e nigerianas.

China

A presença da China no continente africano é extremamente considerável. Segundo os dados levantados pela CARI (Iniciativa de Pesquisa China-África, na sigla em inglês) da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, os investimentos da China na África aumentaram significativamente, principalmente, na área de infraestrutura.

Os fluxos anuais de FDI (sigla em inglês para investimento estrangeiro direto) aumentaram de US \$74,81 milhões em 2003 para US \$4,23 bilhões em 2020. Isso significa que nos últimos 10 anos foram, praticamente, US \$34 bilhões injetados na região. No entanto, no cenário político, uma pergunta que precisa ser evocada é: *Por que a China não é um ator geopolítico na região? Por que sua prioridade é o comércio?*

Se pelo lado intervencionista, a China tem uma presença considerada como de baixa densidade, na questão econômica, as relações entre a nação e o continente africano remota tempos longínquos, com trocas comerciais seculares. Segundo Alves (2010), na atualidade, os laços entre a China e essa

região do mundo se estreitaram no período posterior à Revolução Chinesa, em 1949.

Com as reformas de Deng Xiaoping, iniciadas em 1978, que transformaram drasticamente as estruturas econômicas do país, o salto de uma economia planificada estagnada e empobrecida para em uma economia de mercado, levou o país a enfrentar um claro desafio, a insuficiência energética e, com isso, buscar de forma incessante matérias-primas (petróleo, minerais e grãos) em várias regiões do mundo (LECHINI, 2013) e, em absoluto, esse objetivo impulsionou o aprofundamento das relações comerciais entre China e o continente africano.

No caso da China, suas ambições de atuação no continente africano são essencialmente econômicas e relações comerciais. Sua diplomacia é, em grande parte, orientada para esses objetivos. O protagonismo chinês no Sahel segue a mesma linha, apesar dos conflitos geopolíticos em curso nesta região. Depois da abertura ao capitalismo mundial, o Partido Comunista Chinês definiu uma política externa de coexistência pacífica com outros países, baseada em cinco pilares: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos de outros países, vantagens mútuas e igualitárias, e coexistência pacífica (ALVES, 2010). Por isso, a intervenção em assuntos internos de outros países é limitada.

Essa postura resultou no termo “ascensão pacífica”, utilizado pelo vice-presidente do Central Committee's Central Party School, Zheng Bijian, em 2003, na tentativa de amenizar o temor ocidental em relação ao progresso econômico chinês. O objetivo era mostrar para o mundo que a China estava disposta a respeitar as regras estabelecidas para manter a paz com outras nações. A postura chinesa agrada países africanos satisfeitos com a política de não intervenção nos assuntos domésticos, que contrasta com as posições dos países ocidentais, que costumam impor supostas cláusulas democráticas, medidas de boa governança, condições comerciais específicas etc. (LECHINI, 2013).

Inicialmente, a junção de dois contextos políticos colaborou com essa aproximação, por parte do governo chinês, o desejo de aumentar suas exportações e, no cenário geopolítico africano, a intensificação da difusão de movimentos de libertação nacional que, de acordo com ANSHAN (2007),

contaram com o apoio bélico e a ajuda humanitária da China. No entanto, esse apoio foi proveniente de um interesse específico na África. Para além das questões comerciais, a China incentiva seus parceiros a romper suas relações diplomáticas e comerciais com Taiwan.

Em uma parceria que pode ser compreendida pela expressão popular brasileira “uma mão lava a outra e as duas batem palma”, em termos diplomáticos a ideia de “ganhos mútuos” (win-win), levaram a China e o continente africano a formarem alianças que, a priori, estabeleciam benefícios práticos para ambos. Desde então, as investidas comerciais de Pequim no continente africano aumentaram progressivamente, o que levanta inúmeros questionamentos sobre as reais intenções do governo chinês, e os benefícios concretos para as economias africanas, o que retoma discussões sobre o quanto os acordos comerciais atuais são positivos para as nações africanas ou apenas uma repetição da exploração e dominação que potências ocidentais já realizavam nesta região.

Em que sentido, os acordos firmados com a China são suscetíveis de transformar o padrão de inserção da África na Divisão Internacional do Trabalho? A cobiça nesta região por recursos naturais estratégicos, entre eles minérios considerados raros, terras, reservas hídricas etc. É perpetuada pelos novos atores econômicos externos, entre eles a China.

Os negociantes chineses apostam também para as exportações de bens de consumo de baixo custo. Na cena internacional, a China busca se posicionar como país do Sul defendendo os interesses dos parceiros africanos graças às relações mais equilibradas do que com países do Norte em nome da rejeição da dominação europeia e, assim, do colonialismo e do neocolonialismo.

Para Lechini (2013), a mais perceptível estratégia chinesa no continente africano ocorreu por meio da organização do Fórum para a Cooperação entre a China e a África (FOCAC), que reúne dirigentes africanos e chineses em cúpulas, para o estabelecimento e planejamento de novas cooperações. O primeiro FOCAC em 2000, permitiu aumentar os fluxos de Investimentos Externos Diretos (IED) e de comércio da China, tornando o país asiático um dos principais parceiros comerciais do continente africano.

Apesar desse tipo de encontro não ser inédito (Commonwealth, países francófonos etc.), esse fórum, pelo menos, em tese, assumiu uma postura

diferente, assegurando um compromisso dos governantes e empresários chineses em definir uma situação estratégica benéfica para ambos os atores envolvidos. A priori, o que de fato importa no contexto dos conflitos africanos é entender que a China, mesmo sendo uma nação com um notório papel de intervenção no continente africano, sua ação não se expande para questões além dos fins econômicos e comerciais. E, sendo assim, sua participação, tanto direta, quanto indireta, em conflitos do cinturão do Sahel e de outras regiões do continente é efetivamente nula.

No entanto, essa postura apresentou uma reordenação de direção, a partir da construção de uma base naval da China no continente africano em Djibuti, que é um país independente localizado à África oriental, o que aponta para questões sobre as estratégias cada vez mais militarizadas da China nesta parte do mundo.

Djibuti, que sempre ofereceu como um de seus principais atrativos a localização privilegiada para a atividade portuária entre a Etiópia (que necessitava de acesso ao mar) e a África Oriental, se consolidou como uma área geograficamente vantajosa e de alto valor para o comércio marítimo, principalmente, para os países localizados no Chifre da África. A proximidade com o Mar Vermelho, Estreito de Áden e o Canal de Suez tornam Djibuti uma área extremamente importante para o comércio internacional e, também, para geopolítica, especialmente, com a instalação de uma base naval (CIA; DEPARTMENT, 2012).

Para Cavas (2016), a localização da China é um dos seus pontos geográficos mais desfavoráveis do país, já que geopoliticamente, este se encontra encurralado em suas fachadas marítimas (oceanos Pacífico e Índico) por Estados aliados dos EUA. Por isso, segundo o mesmo autor (CAVAS, 2016), o interesse da China com a criação de uma base naval em Djibuti se justifica pela estratégia de se fazer presente em Estados que tenham uma localização estratégica com acesso às principais rotas marítimas.

Os laços do Djibuti com a China são antigos, mas se aprofundaram e progrediram entre 1979 e o final da década de 90. Porém, foi a partir de 2008 que as relações se estreitaram, com a presença da China nas operações antipirataria na região e com a utilização mais intensa dos portos em Djibuti pela nação asiática (STYAN, 2019).

Como a política do presidente Guelleh em Djibuti, que utiliza as chamadas receitas de "aluguéis" para criação de bases militares estrangeiras e taxas portuárias para dinamizar a economia do país, a China viu uma boa oportunidade de colocar em prática seus planos de expansão de poder comercial e político global com a instalação da base naval, que oferece acesso a rotas relevantes, o que para os EUA é um ato que, claramente, aponta para intenções hegemônicas (CABESTAN, 2019; YRIS, 2018).

Por fim, para tentar responder à questão feita inicialmente sobre o porquê de uma nação tão presente comercialmente ser tão ausente em assuntos geopolíticos, especialmente, os relacionados aos conflitos existentes no continente africano, a resposta parece ser a mais simples de todas: falta de interesse. A China busca nessa parte do mundo objetivos bastante específicos que ficam na esfera comercial e quando, em raras as vezes, como no caso de Djibuti, com seu envolvimento em operações antipirataria, os interesses ainda são comerciais.

Sendo assim, não se pode esperar que o país em breve se envolva geopoliticamente nos conflitos africanos, porque essas ações, além de dispendiosas financeiramente (como as operações militares), desvia o Estado chinês de seus propósitos relacionados à expansão de seu poder econômico, promoção de infraestruturas, acesso a matérias-primas, domínio de rotas comerciais e localizações geográficas que possam ser benéficas ao país. Deste modo, tudo que foge desse contexto, como países pauperizados, desestabilizados, geograficamente mal localizados e sem muito a oferecer economicamente (como os países do Sahel africano), se encontram fora de jogo.

Rússia

No caso da Rússia, uma característica da relação que se estabelece e se consolida entre o país e a África, reside no fato que esta potência, mesmo participando da Conferência de Berlim (1885), não teve tomada de decisão no processo de partilha da África e, assim, não colonizou nenhum país. Ao contrário, a URSS apoiou e financiou em alguns casos movimentos de libertação nacional e/ou anti-imperialistas nas décadas de 1950, 1960 e 1970. A presença russa se

tornou muito mais discreta após o esfacelamento da URSS, quando as relações comerciais e diplomáticas se tornaram insignificantes.

No entanto, a chegada de Vladimir Putin ao poder iniciou um processo de reconstrução dos laços econômicos, políticos e geopolíticos com o continente africano. Alguns especialistas afirmam que esta aproximação é ainda muito tímida em relação à realidade dos fluxos comerciais, que são muito modestos, e da influência geopolítica, que ainda se limita à República Centro Africana (RCA). Evgueni Prigojine, empresário muito próximo de Putin, é a eminência parda do projeto de reaproximação com a África. Suas firmas exploram minas no Sudão, em Madagascar, além da RCA.

Um dos motivos da tentativa de intensificação das relações econômicas e comerciais com a África reside na busca por novos mercados externos após a imposição de sanções econômicas por países ocidentais, consecutivas a anexação da Crimeia (2014) e à Guerra no Leste da Ucrânia (2014), ou seja, o continente africano constitui uma nova fronteira para firmas russas que precisam exportar seus produtos.

O setor de predileção da Rússia na África é a indústria bélica que representa uma grande parte das exportações no continente. A cooperação militar e a venda de armamentos representam o pontapé do protagonismo russo, que conquista lentamente mercados graças à aproximação com as elites militares e políticas. Por sua parte, os investidores privados russos privilegiam setores extrativos. A Lobaye Invest explora, por exemplo, minas de ouro e diamantes na RCA.

Na prática os Russos passaram a formar a tropa de elite da RCA (Guarda Presidencial), as forças armadas e a garantir a segurança das instituições e das personalidades políticas. Enfim, prestam serviços de segurança nas minas de ouro e prata cobrando uma parte da renda da extração. Para aumentar sua influência no continente africano, o governo russo aproveita as oportunidades geradas pelo fracasso de outras potências, que estão engajadas em operações militares.

O fracasso da intervenção francesa na RCA foi, por exemplo, decisivo para abrir uma brecha ao governo russo e às empresas de segurança privadas. O modelo de intervenção russo foi testado neste país a partir de 2017, quando o governo de Bangui passou a importar armamento russo. Em seguida, Valery

Zakharov foi contratado como conselheiro do presidente Touaderá em assuntos de segurança. Enfim, a firma de segurança privada Wagner foi encarregada de formar soldados centro-africanos e garantir a segurança das minas.

Segundo Nakano (2022), Wagner nasceu de uma iniciativa militar privada de Dimitri Utkin, um dos mais importantes nomes russos das Guerras na Chechênia (1994-96 e 1999-2009). Sua primeira missão militar foi em 2014, quando a Rússia em sua disputa territorial com a Ucrânia, anexou a Criméia. Posteriormente, o grupo expandiu sua atuação para a Síria, a Líbia e, mais recentemente, a República Centro Africana, Moçambique e o Sahel. O grupo tem como uma de suas principais características a atuação em prol interesses russos.

O governo russo e a firma Wagner estão derrubando, paulatinamente, a influência francesa no país e usam sua política no país centro-africano para ilustrar sua capacidade de se posicionar em contextos politicamente conturbados no continente. Os diplomatas em Bamaco não conseguem ainda avaliar precisamente se estamos diante de uma simples tática de pressão indireta sobre a Europa e a França, ou de uma reorientação estratégica da política externa e de defesa do Mali.

Desde então, a Rússia assinou acordos de cooperação militares com cerca de 20 países africanos, apostando numa estratégia oposta à da China ou da Turquia que privilegiam o *soft power* em detrimento do *hard power*, que abre a porta aos investidores e garante votos na ONU como contrapartidas. A Rússia está progressivamente se posicionando no Sahel apostando no Mali como porta de entrada de seu projeto geopolítico na região.

A entrada da Rússia no jogo geopolítico saheliano se beneficia de fatores estruturais e conjunturais. Vale ressaltar, por exemplo, os acordos de cooperação que ligam os dois países desde o período que seguiu a Independência do Mali, com a formação de militares malineses, venda de armamento, etc. Em 2019, o novo acordo de cooperação militar e de defesa foi assinado entre os governos dos dois países.

No entanto, foi nos últimos meses que a conjuntura geopolítica e política local e regional contribuíram para a intensificação dos laços entre Bamaco e Moscou. O fracasso da Operação BARKHANE, que não conseguiu pacificar o Norte e o Centro do Mali, onde a atividade jihadista e das milícias fulanis tem se

intensificado, levou a França a redimensionar os objetivos e as modalidades operacionais da intervenção. A decisão de diminuir pela metade os efetivos militares (atualmente em torno de 5.1000 soldados), decidida unilateralmente por Paris, foi muito mal-recebida pela junta militar em Bamaco.

Outro elemento decisivo foi o Golpe de Estado de 2021 que derrubou um presidente acusado de ser pró-francês e levou ao poder militares nacionalistas, muitos críticos ao projeto de redimensionamento da Operação BARKHANE. Entre os integrantes do novo governo, alguns ministros formados na Rússia (primeiro-ministro, ministro da defesa etc.), parecem favoráveis à uma aproximação com Moscou. A aproximação com o governo de Putin apresenta, também, a vantagem de livrar a junta militar de pressões políticas de seus aliados europeus (direitos humanos, eleições livres etc.) (BENSIMON, 2022).

Atualmente, 10 anos após o início do conflito mais recente no Mali, a presença da Rússia é muito mais notória por estratégias indiretas. Depois de golpes de Estado sucessivos, Bamaco, que tem suas relações diplomáticas enfraquecidas e se afasta de seus parceiros internacionais mais relevantes, tanto no continente, quanto fora dele, aposta cada vez mais no protagonismo no grupo Wagner.

Segundo Bensimon (2022), a negociação entre a firma e o governo do Mali envolvem o envio de cerca de mil mercenários para garantir a segurança das personalidades políticas, a formação das tropas e a participação dos Russos em operações de combate ao terrorismo. Entre as formas de remuneração, a empresa Wagner teria o acesso garantido a três sítios de mineração (BENSIMON, 2022). Para o governo do Kremlin, essa relação pode assegurar o acesso a recursos naturais na região e consolidar sua influência geopolítica.

No fim, a esperança do governo e de parte da sociedade do Mali é que os Russos sejam capazes de sanar em grande parte os problemas de segurança interna, o que a França na RCA, em quase 10 anos, não foi capaz de solucionar. Mesmo que o preço seja oferecer acesso a extração de seus recursos naturais. Bamaco também parece apreciar a postura diplomática russa, que não impõe condições políticas ao governo local, o que se apresenta como algo promissor na busca por sua autonomia enquanto Estado-Nação.

Entretanto, a ação desse grupo tem sido bastante polêmica, já que em abril de 2022, potenciais ocidentais e ONGs locais cobraram formalmente a

investigação de uma incursão militar no noroeste do país que deixou mais de 200 mortos e foi definida como um verdadeiro massacre de terroristas e muitos civis.

]~/A ONG Human Rights Watch suspeita da participação de mercenários do Wagner nesses massacres que ocorreram entre 27 e 31 de março na cidade de Moura, local com grande concentração de radicais islâmicos. A ONG ainda acusa o governo de tentar encobrir o acontecimento se livrando dos corpos em covas coletivas (FOLHA DE S. PAULO, 2022). Mesmo Bamako negando tais acusações, este episódio confirma que o grupo Wagner não respeita os códigos da guerra convencional e os Direitos Humanos onde atua.

Soft Power e religião: o papel da Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes

Há séculos a África mantém relações com o “mundo árabe”, inicialmente por meio do comércio e do islã, que foram as principais vias de conexão criadas entre eles. Entre Sahel, Saara e Magreb, as interações se inscrevem em escalas de tempo de longa duração. Neste contexto, importantes centros religiosos e universitários desempenharam um papel central na difusão da religião muçulmana e do conhecimento em parte da África ocidental: Al-Azhar, no Cairo (Egito), Al-Quaraouiyine, em Fez (Marrocos), e Zeytouna, em Tunis (Tunísia).

Considerando a dinâmica demográfica dos países muçulmanos africanos, o continente já ocupa uma posição de importância crescente na comunidade muçulmana. E, o envolvimento dos países da península arábica como Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes no conflito do Mali ocorre de forma indireta, nebulosa e com frequência não oficial. No entanto, devemos considerar as estratégias de *soft power* que permitem influenciar a evolução das sociedades e a ação pontual de alguns governos.

Joseph Nye desenvolveu o termo *Soft power* com o significado de representar a capacidade de um Estado de alcançar seus objetivos políticos e geopolíticos através da influência de sua cultura, suas ideias, sua política doméstica e sua diplomacia (TREMBLAY, 2007). Segundo Nye (2004), o *soft power* vai além da persuasão ou da capacidade de encorajar pessoas pela lógica racional. Ele está associado à capacidade de atrair e, essa atração resulta em uma relativa submissão. Deste modo, *soft power* está muito mais próximo de um

poder de atração, do que de um poder de influência. Sua abordagem é focada em soluções pacíficas, indiretas, sutis, discretas, dentro de um cenário onde as ideias são protagonistas das estratégias para se alcançar os objetivos almejados.

Sendo assim, *Soft Power* e religião parecem ser a *forma* e o *meio* escolhido pelos países árabes de intervir na África e, no contexto de expansão do islamismo radical e do jihadismo nos países muçulmanos do continente, a influência desses países sobre o conflito no Mali deve ser analisada. A eventual influência do wahabismo (Arábia Saudita, E.U.A) e da Irmandade Muçulmana (Catar) na dinâmica de radicalização do islã local merece ser levantada.

Arábia saudita

Hoje, a Arábia Saudita dispõe de uma influência política garantida pela tutela sobre os lugares mais sagrados para os muçulmanos, e pelas suas reservas de petróleo. Desde a década de 1980, a Arábia Saudita recorre a um sistema de cotas para administrar os enormes e crescentes fluxos de peregrinos. As cotas são definidas em função de critérios como: alinhamento diplomático, segurança nacional e saúde pública. Neste contexto, os países africanos mais estáveis e economicamente mais desenvolvidos são beneficiados.

Gráfico 7. A evolução do Islã no continente africano



Fonte: Jeune Afrique, 2016.

Para além do aspecto espiritual, a peregrinação colaborou historicamente com a formação de laços de socialização entre as comunidades de diversas regiões, o que contribuiu ainda mais com o comércio entre árabes e não árabes. A questão do protagonismo da Arábia Saudita e da disseminação do

wahhabismo na África é complexa. Na década de 1990, a abertura do espaço político em muitos países africanos possibilitou esse processo de expansão.

De acordo com Costa (2010), assim como outros movimentos revivalistas, que almejam uma “salvação purificadora” do islã, o wahabismo se inscreve na crença de um declínio moral, intelectual, político, econômico e social das sociedades da península arábica. Al-Wahhab considerava que a mensagem de Alá transmitida por Maomé sofrerá uma série de subversões se afastando das fontes puras do islamismo ao longo do tempo.

O Professor Bernard Haykel, especialista em teologia e lei islâmica, relatou à BBC (2016), que "O wahabismo sempre foi descrito popularmente como a mãe de todos os movimentos fundamentalistas", porque ele dissemina o medo da mudança e as práticas mais conservadoras do islamismo. Ele explicou à BBC, que em 1932, os wahhabistas, descendentes de Muhammad ibn Saud, conseguiram força social e política para fundar o país que hoje é conhecido como Arábia Saudita.

Nas décadas de 60 e 70 ideias revolucionárias no mundo árabe levaram dirigentes sauditas a encararem os wahhabistas como uma alternativa conservadora, garantindo um papel de destaque para o clérigo nacional sem interferência no cenário político do país. Neste processo milhões de dólares foram investidos em campanhas educativas, construção de mesquitas, impressão e distribuição gratuita de exemplares do Alcorão, criação da Universidade de Al Madinah para o ensino da fé muçulmana aberta à estudantes do mundo todo, que construíram vetores de difusão da doutrina wahhabita nos seus países de origem.

Em 1990, a fragmentação da doutrina islâmica na África gerou uma intensa heterogeneidade da prática religiosa e a disseminação de grupos que passaram a professar interpretações particulares das escrituras, seletivas e com adaptações locais específicas. Com a contestação dos regimes autoritários e da corrupção em alguns países do continente africano, os atores religiosos ganharam espaço e visibilidade, inclusive na política. A questão religiosa na África se tornou um novo eixo de lutas políticas.

A expansão do islamismo político e a diversidade das correntes do islã na década de 90 permitiram à Arábia Saudita fortalecer seu *soft power* na África. Nota-se que nas últimas décadas, a Arábia Saudita desenvolveu uma estratégia

de combate a oposição de natureza religiosa ao regime e de exportação de doutrinas e recursos que alimentam o islã político (relativamente radical) nos países muçulmanos e na diáspora, em particular, instalada em países ocidentais. Em suma, o processo se transformou em uma promoção do wahhabismo como uma ideologia global. E, com isso, podemos concluir que com a exportação do wahhabismo, a Arábia Saudita ajudou, mesmo que involuntariamente, a conseguir recrutas para o Estado Islâmico.

Em relação à África, a Arábia Saudita atua com inúmeras ONGs, combinando religião com ação social e humanitária. A presença de ONGs religiosas e em particular islâmicas tem aumentado paulatinamente nas últimas décadas na África. As sauditas, estas são frequentemente apoiadas por organizações muçulmanas transnacionais.

Neste contexto, as ONGs também inferem diretamente na difusão do islamismo político na região, apresentado como uma alternativa para o fracassado modelo ocidental de desenvolvimento. Não que outras ONGs de cunho religioso não tenham a mesma pretensão de conversão sistêmica, mas no caso das islâmicas, a disseminação de suas doutrinas tem se tornado algo muito mais latente e associado claramente a insurgências pontuais (WEISS, 2008).

Tudo indica que algumas organizações de atores da ação social e humanitária local acobertaram indiretamente e diretamente atividades terroristas, como a fundação Al-Haramayn, que se apresentou próximo de grupos islamitas radicais. Em 2004, Estados Unidos e a Arábia Saudita anunciaram publicamente uma iniciativa comum contra a fundação, pedindo às Nações Unidas a inclusão de quatro ramificações da fundação na sua lista de terroristas vinculados à rede Al Qaeda e ao Talibã, o que claramente aponta novas preocupações sobre como essas ONGs podem estar atuando em território africano, com quais estratégias políticas e como isso pode ou não estar associado a outros grupos extremistas e em suas ações paramilitares no continente (WEISS, 2008).

Sobre os conflitos armados em curso no Sahel, a Arábia Saudita tem por prioridade o financiamento do G5 Sahel, sem vender armas, formar soldados ou cooperar no plano operacional (AUGE, 2018). Os empréstimos e doações do Fundo Saudita para o Desenvolvimento (FSD) privilegiam países árabes e

africanos. Os projetos financiados focam essencialmente em oferecer infraestruturas e equipamentos de uso coletivo: estradas, rede elétrica, escolas, hospitais, água potável etc. Os países que mais recebem ajuda do FDS são a Mauritânia e Djibuti. Além do seu fundo, a Arábia Saudita pode usar sua influência no Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), organização sediada em Jeddah, para direcionar empréstimos para países aliados do continente africano (AUGE, 2018).

Catar

Sobre o Catar, seu envolvimento claro e concreto com o continente africano ainda é uma nuance pouco compreensível, mas que aponta para questões pertinentes. Com vetores de informação com abrangência global, desde a rede de TV Al Jazeera, que fez o país conhecido no mundo, para muito mais do que uma rica e minúscula nação do Golfo Pérsico. Hoje, assistida por mais de 130 países, a TV aumentou exponencialmente a projeção e influência da nação para além de suas riquezas em hidrocarbonetos.

O Catar elaborou um projeto de expansão de sua influência, em níveis regional e global, cujos vetores de potência do *soft power* são o protagonismo diplomático do regime, os fundos de investimentos e firmas estatais (Qatar Airlines), as mídias (Al Jazeera, Beln etc.), as associações caritativas etc. Para a África, mais do que a TV ou a compra do PSG (pontos importantes para a projeção do país globalmente), o *soft power* ocorre por um outro eixo de expansão, em grande parte graças a sua empresa de aviação Qatar Airways.

O posicionamento da Qatar Airways é bastante estratégico no continente africano, como pode ser visualizado no cartograma abaixo. A companhia aérea conecta na África Oriental países como Sudão, Uganda, Eritreia, Etiópia, Quênia, Tanzânia e Moçambique e, na África ocidental, países como Nigéria e África do Sul.

Cartograma 4. Potencial do continente africano para a Qatar Airways



Fonte: <https://simpleflying.com/qatar-airways-africa-potential/>

Para os líderes do Catar, o continente africano apresenta uma grande potencialidade, sendo vislumbrado como possíveis territórios de produção agrícola, o que é extremamente importante para o país, que busca autossuficiência alimentar. Por meio da Hassad Food, fundada em 2008 e parte do fundo de investimento Catar Investment Authority, o país almeja investir no exterior para obter terras agrícolas e áreas de reprodução.

No entanto, nas últimas décadas, o que se forma é uma imagem desacreditada do país no continente africano devido a muita propaganda de investimentos, mas pouca concretude. A falta de investimentos reais ou mais relevantes está relacionado a diversos fatores, entre eles, a violência e falta de estabilidade política em países do continente, o que leva os investidores, por medo ou falta de efetivo de profissionais qualificados, a desistirem desse tipo de atuação, o que limita a maior efetividade do país em nações politicamente instáveis do continente.

Esse recuo associado a investimentos sem futuro, que se multiplicaram ao mesmo passo, desacreditam o país, o que não colabora com a imagem

polêmica dele, em especial, em áreas predominantemente muçulmanas do continente africano, como o Magrebe e o Sahel, onde o apoio a exibição do Islã político no Catar assusta seus líderes regionais e boa parte da população.

Em 2017, o país sofreu sanções diplomáticas e econômicas por parte de seus três vizinhos mais próximos (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Bahrein) e pelo Egito, devido a acusações diretas de financiar o extremismo religioso, o que agravou ainda mais sua imagem com associações a grupos terroristas. Desde então, o deslocamento da rivalidade que opõe a Arábia Saudita e os EAU ao Catar se deslocou no continente africano, onde o emirado perdeu posições, em particular, nos países do Sahel e no Sudão pós-revolução. Já, Mauritânia, Níger, Senegal e Chade, se posicionaram do lado do regime saudita.

Emirados Árabes Unidos

O interesse dos Emirados Árabes Unidos (E.U.A) pela África data da década de 1990, mas se intensificou depois da crise financeira de 2008, que evidenciou os limites do modelo de Dubai. Paralelamente, as elites dos EUA preparam a era do pós-petróleo e da autonomia energética dos Estados Unidos, diversificando os investimentos e seus parceiros comerciais. A África subsaariana se torna uma nova fronteira de acumulação para as empresas, essencialmente estatais dos Emirados.

Contrariamente, à Arábia Saudita, os EAU não privilegiam necessariamente os países muçulmanos. A África do Sul e do Leste constituem os dois maiores polos de investimentos. Na Etiópia, o país investiu, financiou programas de inovação e tecnologia e investe em PMEs locais. Mais recentemente, Angola foi o palco de investimentos em infraestruturas, em particular energéticas. Por sua parte, o operador de telecomunicações Etisalat está presente em diferentes países da África ocidental.

Em Ruanda, os Emirados assinaram diversos contratos comerciais. A Dubai Port Worlds está construindo uma base logística de grande porte, a *Kigali Logistics Platform* que deve ser conectada ao terminal de contêineres de Dar es-Salam (Tanzânia).

No campo político e geopolítico, os EAU priorizam o Chifre da África num contexto de desestabilização do Mar Vermelho pela Guerra no Iêmen, que dura

desde 2015. A operadora portuária DP World está construindo terminais de contêineres em Djibuti e no porto de Berbera na Somalilândia. O país participou também, junto à Arábia Saudita, do processo de reaproximação da Etiópia e da Eritreia, mas está globalmente entre os países do Sahel.

No entanto, os Emirados Árabes quase não atuam nos países mais pauperizados da região saheliana, como o Mali e, desde 2012, com todo o processo de insurgência, golpe de Estado e presença de grupos extremistas da região, a presença ou influência desse país se tornou ainda mais restrita.

Turquia

Desde os meados da década de 2000, o governo turco de Erdogan multiplica as iniciativas de política externa destinadas a consolidar e expandir a influência turca no Mundo muçulmano sunita, no Mediterrâneo oriental, no Magrebe e, mais recentemente, na África subsaariana. Historicamente, o Império Otomano estava presente no continente africano antes dos futuros colonizadores europeus. Os turcos colonizaram a África do Norte, entre a Argélia e Egito (séculos XV e XVII) e, no século XVII, territórios ribeirinhos ao Mar Vermelho em direção à Somália.

A Somália funcionou como um laboratório da política africana da Turquia. O país participou da primeira missão da ONU em 1991, após a queda do regime de Siad Baré. Mas foi o ano de 2011, que marcou uma bifurcação na estratégia do governo turco, que apostou numa ajuda humanitária num contexto de caos e fome na Somália. Erdogan aproveitou então para visitar o país (agosto de 2020).

A Turquia objetiva também propor seus serviços no estabelecimento de um clima de paz e segurança na região. Na Nigéria, Erdogan se disponibilizou para ajudar o país a lutar contra o terrorismo interior, sem precisar os contornos da possível cooperação militar entre os dois países. O protagonismo geoeconômico e geopolítico turco é facilitado pela prática do islã sunita na Turquia e na África ocidental, pelo pertencimento à Organização da Conferência Islâmica e pelas frustrações geradas por uma relação privilegiada com a França durante décadas. Desde meados da década de 2010, a fundação turca Diyanet construiu mesquitas gigantes no Gana (2018) e Djibuti (2019).

No Sahel, assistimos a uma presença crescente e multidimensional da Turquia. Como na Somália, a Turquia investiu, em primeiro lugar, nos campos humanitário e econômico. O governo turco alocou 61 milhões de dólares de ajuda humanitária aos países do Sahel entre 2014 e 2019, contra 08 bilhões da União Europeia. Apesar da presença ainda modesta, a Turquia investe nos setores da saúde pública e da educação (construção de hospitais, escolas etc. (LE MONDE, 2021). Paralelamente, a Turquia investe também na base produtiva e infraestrutural.

As firmas turcas são, em particular, presentes na construção e modernização de estradas e aeroportos. As trocas comerciais entre Turquia e países do Sahel tendem, também, a aumentar. Elas foram, por exemplo, multiplicadas por 10 com o Mali entre 2003 e 2019.

No campo religioso, as sociedades do Sahel constituem espaços de rivalidades entre diversos países muçulmanos que investem no *soft power* religioso para expandir sua influência na região. A Turquia, ao lado do Catar, pretende limitar a influência da Arábia Saudita e da doutrina wahhabita, consolidando a implantação de associações, ONGs e grupos próximos da Irmandade Muçulmana e correntes próximas (AUGE, 2021).

Os turcos, assim como seus rivais, financiam a construção de mesquitas e escolas corânicas (madrassas), peregrinações de atores do islã local, a formação de jovens em instituições da Turquia etc. Para além dos aspectos geopolíticos e ideológicos, a dimensão religiosa é estratégica por facilitar as interações com as sociedades e os poderes locais.

Até 2020, as relações entre a Turquia e países do Sahel eram essencialmente de cunho econômico e comercial. No entanto, em julho de 2020, os governos de Ankara e Niamey assinaram um acordo de defesa bilateral que deve se traduzir pelo envio de soldados turcos no Níger cuja missão consistiria a ajudar na capacitação e no apoio às forças locais encarregadas da luta contra o terrorismo, mais especificamente, o grupo Boko Haram. O apoio operacional deve também ocupar a região da tríplice fronteira com Mali e Burkina Fasso.

No Mali, o governo turco foi o primeiro a reconhecer os responsáveis pelo golpe de Estado de 2020. Erdogan quis aproveitar a brecha criada pelo putsch contra Ibrahim Boubacar Keita (IBK) e se aproximar das novas autoridades, consideradas críticas à política e a presença da França na região do Sahel.

Recentemente, o anúncio da retirada de cerca de 40% de parte das tropas francesas engajadas na Operação BARKHANE (junho de 2020) abriu uma brecha para a ingresso de novas potências (Rússia, Turquia) no xadrez geopolítico regional, podendo intensificar o processo de militarização da região.

3.3.2 Refugiados e novos conflitos: Um sistema em colapso?

Definitivamente, no séc. XXI, a questão dos refugiados se tornou um dos mais emblemáticos e complexos temas, ainda sendo, um fenômeno que remete a contextualizações difíceis de serem mensuradas e consequências sistêmicas que ultrapassam territórios e envolvem fatores de diversas ordens: econômicos, históricas, culturais, raciais etc. Além disso, as ondas mais recentes têm gerado desdobramentos que influenciam o surgimento de novos eventos conflituosos, em um processo que desencadeia instabilidades geopolíticas imprevisíveis. Afinal, não estamos lidando com situações estáticas, mas sim, dinâmicas, muito distintas entre si.

Podemos considerar que a mobilidade forçada de pessoas em um território é causada por eventos similares, que mesmo variados, fazem parte de um arcabouço de situações de calamidade que geram e catalisam fluxos de indivíduos que buscam abrigo, fugindo de situações que ameaçam suas integridades físicas e psicológicas (desastres ambientais, conflitos bélicos, golpes de estado, guerras civis, perseguições étnicas, religiosas, fome etc.), os chamados fatores repulsivos.

No entanto, em oposição às causas, suas consequências, raramente, são as mesmas. Tudo depende do local de origem dos fluxos, para onde eles se destinam e quais sistemas estruturais e conjunturais estão presentes na situação em questão (origem e destino). Sendo assim, cada crise de refugiados no mundo é única e precisa ser estudada por suas especificidades.

Em 1950, no contexto pós II Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) criou a ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, com o objetivo inicial de reassentar as populações que buscavam asilo, depois desse conflito devastador. E, nesse tocante, o continente europeu foi o mais afetado.

De acordo com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), a definição do termo "refugiado" deveria ser aplicada em situações que, em

consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, onde o deslocamento forçado de indivíduos, em situações de perseguição (motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas), tenha ocorrido por temor a própria segurança e, que ao fugir, ao estarem em um outro país, fora de sua nacionalidade, fosse necessário prover refúgio.

No entanto, essa primeira definição era restrita a "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa" ou "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures". Foi apenas em 1967, que esse Estatuto sofreu uma reformulação e expandiu as condições propostas pela Convenção de 1951 para outras regiões e países fora do continente europeu e, assim, incluiu como refugiados pessoas vitimadas por perseguições e conflitos além do evento da II Guerra Mundial.

Na década de 90, a Assembleia Geral da ONU determinou que a ACNUR se tornaria responsável pela proteção e assistência a todos os apátridas (pessoas sem vínculo formal com qualquer país) no mundo. Desde então, a agência já ajudou dezenas de milhões de pessoas. Segundo a ACNUR (2018), as estatísticas apontam para mais de 67 milhões de pessoas no mundo, que foram obrigadas a deixarem seus locais de origem por conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos.

Existem aproximadamente 22 milhões de pessoas que cruzaram uma fronteira internacional em busca de proteção e passaram a ser reconhecidas como refugiadas. O mundo tem em torno de 10 milhões de pessoas apátridas e uma crise humanitária em decorrência dessa situação. Os dados referentes aos refugiados, em todo o mundo, têm aumentado progressivamente nas últimas décadas. E, os fatores responsáveis por esse cenário, que perpassam por questões físicas e humanas, vêm degradando rapidamente a qualidade de vida dos locais emissores. Ainda hoje, o surgimento e agravamento de conflitos em diversas partes, em especial, em regiões periféricas, é um dos fenômenos mais importantes para a mobilização populacional.

Com conflitos difusos, sem fronts, regiões tem sofrido com contínuos anos de guerras, o que, inevitavelmente, gera refugiados. Mas, para além dos eventos de ordem geopolítica, as crises econômicas, hídricas e desastres ambientais também se destacam como relevantes causas desse processo na atualidade,

principalmente, com as consequências das mudanças climáticas no meio ambiente e na sociedade, que fragilizam ainda mais áreas já precarizadas.

O documento “World at War” do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em 2015, descreve o cenário da “crise de refugiados” como uma situação alarmante, que traz novos desafios aos direitos humanos e aos aspectos socioeconômicos e ambientais nas nações receptoras desses fluxos, que sofrem com novas pressões demográficas, o que pode gerar desequilíbrios locais.

Nas regiões do mundo consideradas desenvolvidas, lidar com a questão dos refugiados já é um desafio que, na maior parte das vezes, impõe desequilíbrios internos às nações receptoras, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais ou, até mesmo, espaciais. Afinal, para qualquer país, especialmente, os densamente povoados, dar abrigo a um quantitativo considerável de indivíduos requer espaço físico, planejamento e investimentos de inúmeras ordens. Entretanto, quando se trata de países subdesenvolvidos, onde o espaço físico é apenas um pormenor, esses desafios se potencializam de forma imensurável. E, nesse contexto, o continente africano concentra o maior volume de refugiados e deslocados do Mundo.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), dos 65,6 milhões de pessoas em todo o planeta que tiveram que realizar a mobilidade humana forçada em 2017, 22 milhões são africanos (UN, 2018).

A situação atual, já descrita por António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, é a combinação de novos e antigos conflitos. Para Guterres, Líbia, Mali, Nigéria, Somália, Síria, Iraque, Iêmen e Afeganistão são conflitos relevantes para entender os pontos de emissão de refugiados no mundo (UNHCR, 2014). No entanto, é preciso entender também o que esses fluxos podem ocasionar em outras regiões.

O conflito no Mali, que se insere em uma conjuntura de crises e conflitos, tem na questão dos refugiados mais um ingrediente, que emerge da coalisão de eventos e fenômenos regionais. A partir disso, se torna mais um ponto catalisador nesse sistema, o que só pode ser analisado de forma contextualizada à sua respectiva estrutura geográfica e, não, desvinculada dessa.

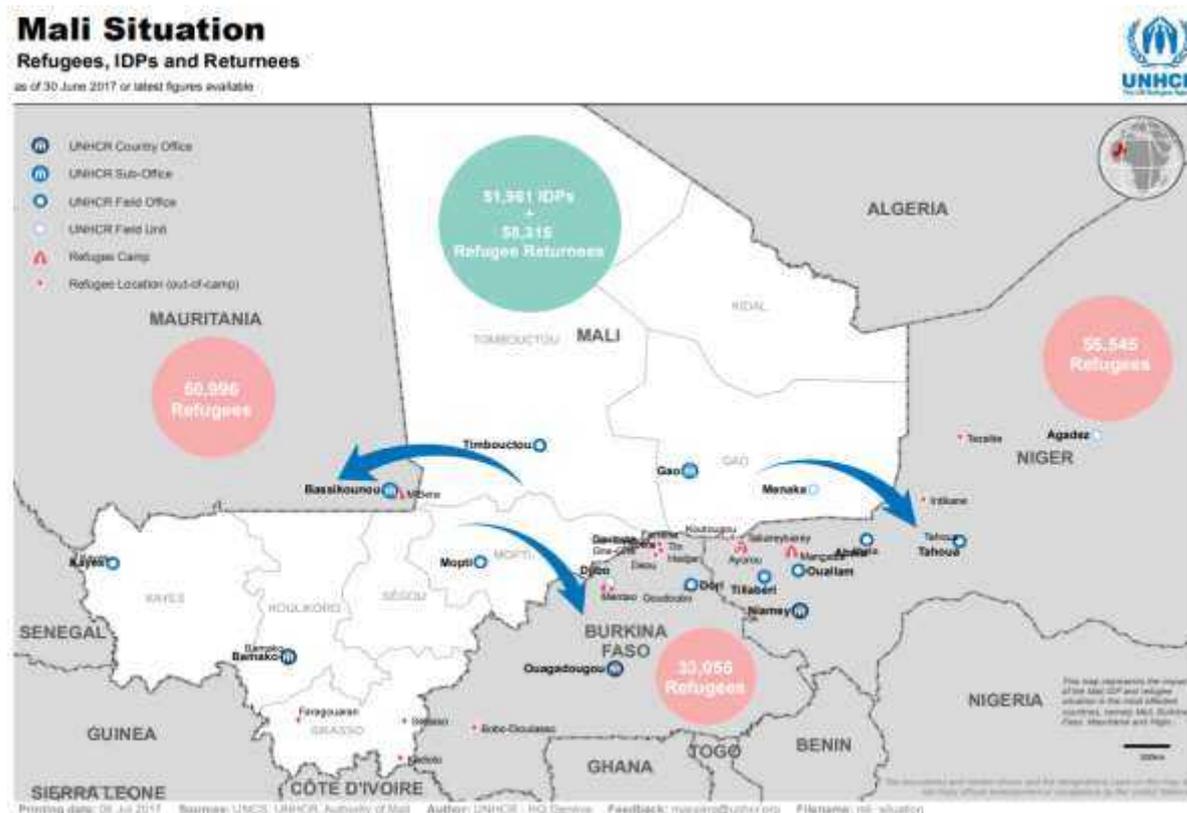
O conflito de 2012 no Mali, que se iniciou nas regiões setentrionais, gerou novos desafios demográficos, consequentes da crescente mobilidade de populações no interior do país ou em direção a países vizinhos. O Mali, historicamente, é um país marcado por processos migratórios internos e externos. As tensões seculares existentes entre os tuaregues, o governo nacional e as populações do Sul e, suas respectivas guerras, que tornaram o norte do país um local sem grande expectativa de vida para seus habitantes, sempre foram fatores de repulsão populacional. As secas que, constantemente, assolam o país, também são um fenômeno importante que, somando-se ao processo de desertificação (em escala regional), criam um cenário propício para que o Mali seja um país emissor de grandes fluxos de refugiados ambientais no mundo.

Segundo Lopes et al (2012), ainda existe uma falta de definição consensual para o que seria um refugiado ambiental. Mas, se pautando na definição adotada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) são “pessoas ou grupo de pessoas que, devido a alterações repentinas ou progressivas no meio ambiente, foram adversamente afetadas em suas vidas e, devido às condições que se encontram, decidem ou são obrigadas a deixar as suas casas” (ACNUR, 2011). E, em relação ao processo de desertificação que afeta o Sahel e, especificamente, o Mali, seu desenvolvimento e agravamento nas últimas décadas se torna um fator biótico e humano que agrava a conjuntura local.

No caso do Mali, a crise dos refugiados significa que toda região do Sahel, que já vivencia um cenário de crise política, com episódios de violência, conflitos culturais, étnicos, crise econômica, insegurança alimentar e hídrica, terá um novo evento desestabilizador. Os novos episódios de violência em Bamaco, que começaram no final do ano de 2011, depois de um breve tempo de calmaria, resultante do acordo de paz de 2009, têm resultado em milhares de refugiados malineses na região saheliana.

De acordo com Acnur (2012), os confrontos armados entre o Movimento Nacional de Libertação Azawad e as forças do governo fez com que em 2012, nos primeiros meses do conflito, milhares de pessoas atravessassem as fronteiras para os países vizinhos. Como pode ser observado no mapa abaixo, os países que mais recebem fluxos de refugiados malineses são Níger, Mauritânia e Burkina Faso.

Mapa 5. A situação dos refugiados do Mali – 2017



Fonte: UNHCR, Authority of Mali, 2017.

Disponível em: <https://reliefweb.int/map/mali/mali-situation-refugees-idps-and-returnees-30-june-2017-or-latest-figures-available>

Segundo os dados da UNHCR (2017) apresentados no mapa acima, 5 meses após o início do conflito, a região vivenciava o deslocamento externo de 139.597 mil refugiados do Mali e, no país, a dispersão populacional era de 51.961 mil refugiados internos, que no mapa está representado pela sigla IDPs (inglês, internally displaced people), que define a população forçada a deixar seu local de moradia, tornando-se refugiada, sem cruzar a fronteira, permanecendo dentro do país de origem e buscando em outros estados e cidades refúgio. No entanto, mesmo em meio ao conflito, Bamaco recebeu o retorno de refugiados próximo do quantitativo de deslocamentos internos, com a chegada de 58.315 pessoas.

Sobre a chegada em Bamaco de malineses que viviam como refugiados em outros países, uma das razões que pode justificar esses fluxos de retorno é o próprio conflito em si. Muitos tuaregues, que no passado haviam se deslocado

para regiões vizinhas, viram na deflagração do confronto, assumido em 2012, uma oportunidade e, ao mesmo tempo, uma necessidade de voltar para casa. A consolidação da bandeira (slogan) e da luta do Movimento de Libertação do Azawad foi um evento de atração que trouxe ao país um quantitativo considerável de tuaregues dispostos a participar da insurgência contra o governo central.

No entanto, mesmo recebendo inicialmente esses deslocamentos, a emissão de refugiados tornou-se uma constante muito mais relevante. A foto abaixo é de maio de 2013 (ACNUR), em Intikane, Níger. A cena é representada pela caravana de refugiados tuaregues que chegaram ao país com seus 800 animais, fugindo do conflito ao norte do Mali. Esse tipo de evento acabou se tornando mais frequente devido a contínua falta de segurança, as opressões dos grupos extremistas e as intervenções estrangeiras que transformaram o Mali em uma zona perigosa e instável, em especial, para os nômades, que passaram a sofrer represálias em decorrência da rebelião, mesmo aqueles que não estavam envolvidos na ação paramilitar.

Foto 3. Refugiados tuaregues no Níger levam gado para locais seguros



Fonte: <https://www.acnur.org/portugues/2013/05/07/refugiados-tuaregues-no-niger-levam-gado-para-locais-seguros/>

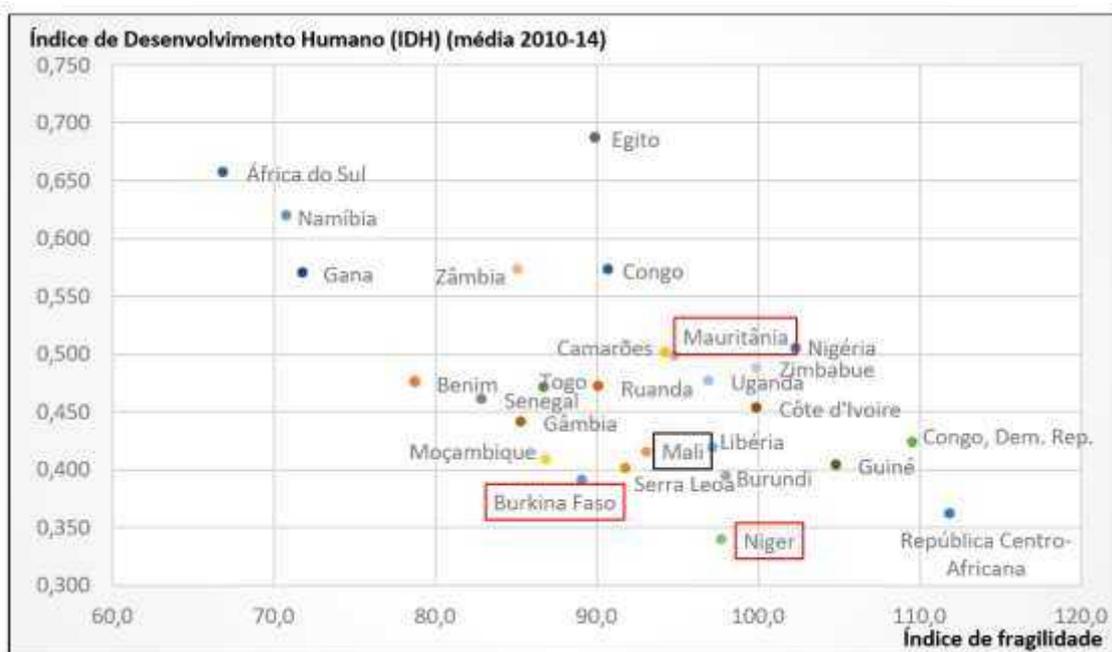
Com um aumento perceptível de pessoas que almejavam fugir dessas situações de extremo perigo, entre os países receptores, um denominador comum nessa região é a realidade que envolve consideráveis problemas

internos enfrentados pelas nações envolvidas, tanto direta, quanto indiretamente.

Fragilidade política, baixo desenvolvimento econômico e irrefutáveis déficits sociais são partes de um conjunto de características que compõe o quadro nacional compartilhado pelo Mali e por nações vizinhas ao país, o que, inevitavelmente, faz com que a forma de refúgio oferecida aos indivíduos que buscam asilo, seja extremamente precária, com falta de insumos básicos, incluindo água potável, comida e serviços de saúde (G1, 2012).

O gráfico abaixo apresenta o panorama socioeconômico do Mali e dos países receptores de seus fluxos de refugiados (Níger, Mauritânia e Burkina Faso), o que demonstra um cenário compartilhado por problemas similares, entre eles, a relação, quase que, replicada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de seus respectivos níveis de fragilidade.

Gráfico 8. Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Fragilidade



Fonte: Cálculos a partir das bases de dados do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, 12 <http://hdr.undp.org/en/data>, e Fund for Peace <http://fsi.fundforpeace.org/>. <http://dx.doi.org/10.1787/888933475265>
Adaptação própria, 2022.

O fluxo mais intenso de refugiados se destina ao Níger, que é o país, entre os três, com os piores Índices de Desenvolvimento Humano e de

Desenvolvimento Econômico. Segundo o Human Development Index (2019), o Níger com IDH de 0.394, ocupava a 189ª posição, a última do ranking, apresentando-se como o país com pior índice de desenvolvimento humano no planeta.

A economia do Níger é baseada no setor primário, com destaque para a agricultura de subsistência, o que torna a nação dependente industrialmente de outros países. Por ser um país encravado (sem fachada marítima), a exportação e importação são onerosas para economia nigeriana. Com carência de infraestruturas básicas, o Níger apresenta altos índices de pobreza e degradação ambiental e, com a chegada dos refugiados, a situação precarizada do país se agrava ainda mais, com novas pressões por recursos que, claramente, um país com essas condições socioeconômicas e um território composto por área desértica e semidesértica, não consegue suprir.

Segundo Galito (2019), assim como aconteceu com o Mali, o Níger também foi afetado pela insegurança na Líbia, o que trouxe para o seu território um número maior de guerrilheiros tuaregues desde 2012. Atualmente, os principais grupos armados no país são: Al-Qaeda, Boko Haram, Al-Mourabiotoun – Os Sentinelas, Movimento do Povo da Nigéria pela Justiça, Estado Islâmico do Grande Saara e os Tuaregues (AQUINO ET AL, 2018).

A Mauritânia, segundo país que mais recebe refugiados malineses, se configura como uma das nações mais pobres do mundo, em que a maior parte do seu território é composta por deserto (95% de sua área territorial), com baixa densidade demográfica, em torno de 4 milhões de habitantes (DIPLOMATIQUE, 2019), o país, claramente, não possui condições de dar asilo adequado aos refugiados do Mali, já que a nação não dispõe de recursos financeiros suficientes para a própria população e ainda enfrenta grandes dificuldades de controlar os fluxos dentro do próprio território, que extenso e com baixo monitoramento, tem as condições propícias para o estabelecimento de rotas de atividades ilegais transfronteiriças.

E, mesmo não sofrendo com a violência de grupos jihadistas armados, realidade de seus vizinhos sahelianos, a Mauritânia é uma nação fragmentada com onerosas desigualdades socioeconômicas e políticas, que são baseadas em uma ampla divisão hierárquica que envolve questões étnicas e é definida pela cor da pele da população.

Nas últimas décadas essas desigualdades e falta de perspectiva da população mais jovem tem levado o país a um quadro de difusão intensa de preceitos religiosos, especialmente, islâmicos, em uma escalada gradual do wahabismo, o que pode ser um ponto perigoso em uma região onde o extremismo religioso se faz tão presente. Já não é mais incomum encontrar em algumas áreas no país a reivindicação da Sharia.

E, por fim, Burkina Faso, que recebe o menor número de refugiados, mas não se encontra em uma situação econômica e política melhor do que seus vizinhos. Com elevada pobreza, desnutrição, baixíssimos índices de alfabetização e distribuição de renda, o país, em 2019, garantiu no ranking do IDH a 182 º posição, com um índice de 0,453. Além dos problemas sociais, a estagnação industrial deixa o país em um cenário econômico de bastante fragilidade, com uma produção predominantemente baseada no setor primário e um incipiente setor terciário.

A estabilidade política também não é uma constante no país, ao contrário, após 1960, quando a nação se livrou do colonialismo francês, se iniciou anos, não menos, turbulentos, com sucessivos golpes militares, incluindo o que tornou Blaise Compaoré presidente de Burkina Faso em 1987. Os governos de Compaoré, embora tenham realizado algumas reformas democráticas, também foram marcados por graves abusos aos direitos humanos. E, depois de algumas décadas de relativa estabilidade política sob seu poder, em 2014, o país vivenciou novamente momentos de tensão, com uma forte oposição pública, devido às tentativas de expandir o limite de seu último mandato, o que resultou em intensas manifestações em massa e o levou a renunciar (TAOKO, COWELL & CALLIMACHI, 2014).

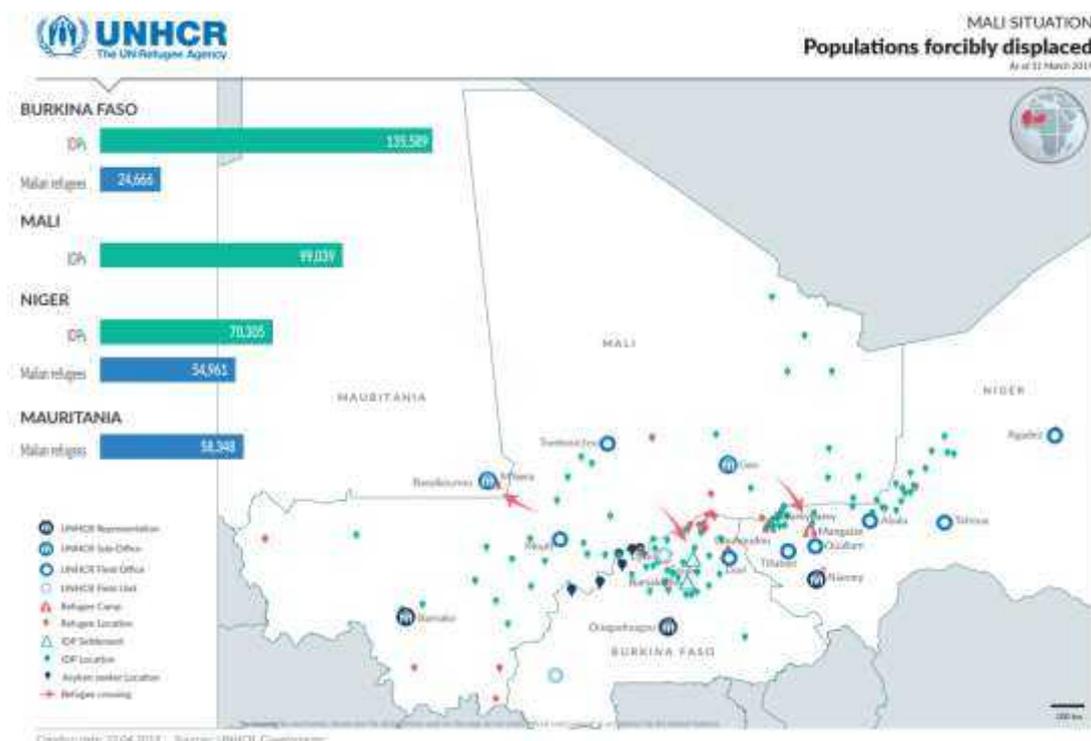
Em 2012, a crise no Mali respingou em Burkina Faso, com um ataque na capital do país em meio a posse de Kaboré, que se preparava para assumir o governo. Esse foi o início do aumento das tensões entre as comunidades cristãs e muçulmanas no país, o que foi, paulatinamente, alimentado pelos grupos extremistas. O Estado fraco e uma profunda crise econômica e social ofereceram um ambiente propício para os radicais, que encontraram nas comunidades locais as condições necessárias para consolidar a presença e atuação dos grupos terroristas e o recrutamento de novos integrantes.

Em 2015, uma administração interina organizou as eleições presidenciais no país e levou Roch Marc Christian Kaboré à presidência. Logo em seguida, as autoridades de transição sofreram uma tentativa de golpe de Estado. Desde então, o país vem sofrendo contínuos ataques terroristas e, nesse contexto, a proximidade com o Mali e sua fronteira porosa, com fluxos de entrada de insurgentes no país, também tem colaborado com o aumento da insegurança nacional (CIA FACTBOOK, 2019).

Em 2022, o país passou por seu mais recente golpe de Estado, quando militares anunciaram oficialmente que haviam derrubado Kaboré, o que foi condenado internacionalmente, mas tornou-se motivo de comemoração popular, levando uma multidão às ruas. Nos últimos anos, a presença de grupos radicais tem ceifado de diversas formas a democracia nacional, limitando a participação da população na política. No entanto, a insatisfação dos cidadãos de Burkina Faso atingiu patamares elevados em decorrência, principalmente, da insegurança generalizada, acusações de corrupção (ao governo anterior) e profunda pobreza que assola o país.

Logo após o golpe, as ruas se encheram e a população se fez presente como forma de endossar a tomada de poder desempenhada pelo Movimento Patriótico pela Salvaguarda e Restauração (MPSR), liderado por um tenente-coronel chamado Paul-Henri Sandaogo Damiba, que assumiu, desde 22 de janeiro de 2022, a presidência do país. Entretanto, o novo governo também não conseguiu cessar os atentados terroristas e, ainda hoje, os principais grupos armados atuantes no país são: Estado Islâmico do Grande Saara, Ansarul Islam e Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQUINO ET AL., 2018). Deste modo, fica mais do que evidente que, os fluxos migratórios nessa região são novos problemas a conjunturas já bastantes disfuncionais e complexas.

Mapa 6. Dispersão populacional no Mali – Refugiados externos e internos – 2019



Fonte: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/69495>

Como uma dinamite com pavio aceso, a região se inflama, não só por conta dos agentes catalizadores, como conflitos religiosos, étnicos, por terras e recursos, descritos e analisados ao longo do trabalho, mais também, por seus agentes reativos, como as consequências diretas e indiretas desses conflitos e crises, que se traduzem em fronteiras porosas, tráfico (drogas, pessoas e armas) e os refugiados, que expandem a situação do país para outros territórios, se fundindo, na maioria dos casos, a contextos já problemáticos, como os citados acima.

Os refugiados não são uma realidade exclusiva desse sistema de crises e conflitos. Mas, no caso específico do Mali, os fluxos populacionais precisam ser analisados como uma das formas de transposição (locomoção) do conflito para outras regiões ou uma ampliação notória desse sistema de crises. A chegada dos refugiados e de novos rebanhos, como os que chegaram a Intikane, gera uma inesperada pressão sobre os recursos naturais, em especial, o hídrico.

Quando os Estados receptores se situam em regiões áridas ou semiáridas, a inserção desses fluxos a dinâmica de subsistência local é ainda mais complexa. Problemas já existentes se intensificam, como os ambientais

(desertificação), econômicos (subdesenvolvimento), geopolíticos (conflitos) e de segurança (fronteiras porosas), e os novos problemas, resultantes da questão em si, se somam a essa conjuntura.

A questão da difusão dos grupos terroristas e de ideias jihadistas é sempre evocada quando se analisa os fluxos de refugiados e suas consequências no continente africano. Por um lado, esse tipo de associação faz parte do hall de justificativas utilizadas para negar asilo a populações estrangeiras, que se deslocam por sobrevivência, já que relacionar refugiados às práticas terroristas é uma das estratégias apoiadas na xenofobia e islamofobia. Por outro, historicamente, no caso do Mali, os refugiados são vetores consideráveis de insurgência no continente, tanto no passado, quanto no presente. E, nesse contexto, os tuaregues malineses que retornam depois da guerra civil na Líbia constitui um dos exemplos desse cenário.

Por fim, os últimos 10 anos de conflitos no Mali, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), forçaram mais de 2,5 milhões de pessoas a fugir de suas casas. E os deslocamentos internos na região do Sahel central tornaram-se mais descontrolados do que no passado, aumentando dez vezes, passando de 217 mil em 2012 para 2,1 milhões de pessoas no final de 2021.

E, mesmo o conflito perdendo espaço na mídia e se naturalizando na região, já que o evento mais recente totaliza quase que uma década de violência sistêmica, inúmeras missões de paz e intervenções estrangeiras, uma gama impressionante de atores flutuantes (que entram no conflito e saem dele, conforme suas estratégias e interesses particulares) e diversos acordos assinados entre os grupos envolvidos, sem que nenhuma resolução tenha sido plenamente alcançada, não podemos considerar que hoje há uma retração dos episódios de violência no país, ao contrário, só em 2021 os grupos armados são acusados de realizar mais de 800 ataques mortais, de acordo com as estimativas de parceiros do ACNUR.

Com o passar dos anos e em decorrência também da crise humanitária os refugiados, Burkina Faso, Mali, Níger e Mauritânia tiveram suas condições deterioradas progressivamente, com crises de várias frentes, sendo a insegurança um dos principais fatores que agravam a pobreza extrema na região. Além disso, a pandemia de COVID-19 foi uma nova crise (global/local) que tornou as economias nacionais desses países mais vulneráveis. Entre os

grupos atingidos, mulheres e crianças são os mais afetados e expostos desproporcionalmente à violência (ACNUR, 2021).

3.4 Da crise no norte do Mali a mobilidade do conflito para outras dimensões sahelianas: Novos desequilíbrios e protagonistas

A mobilização da crise no norte do Mali para outras dimensões sahelianas é uma preocupação, não só do continente africano, mas de toda comunidade internacional. Com a multiplicação dos focos de tensão, desde seu epicentro (Mali), até seu extravasamento para bordas imediatas (Mauritânia, Burkina Faso e Níger), com a soma de conjunturas internas e externas, cada vez mais perigosas, e com a ampliação da área do conflito, em uma notória aproximação com territórios em que há atuação de outros grupos terroristas da África Subsaariana, se consolidam receios regionais e internacionais de que a área cinza do Sahel esteja se tornando um sistema completamente incontrolável, com novas dissidências e alianças de organizações terroristas e uma conjunção de questões e atores inviável de ser administradas geopoliticamente.

Depois de uma década, se tornou evidente a incapacidade das potências regionais e internacionais em lidar com o presente fenômeno e, deste modo, o sistema de crises e conflitos formado na região podem estar se encaminhando para um cenário com novos desequilíbrios e protagonistas, com escalas de ação mais ampla e imprevisíveis.

O conflito no Norte do Mali, que completou uma década em 2022, transformou completamente o país, com a desintegração, quase que total, da precária democracia existente até então. Depois do golpe contra Touré, uma série contínua de fracassos foi amargada por todos aqueles que almejam algum tipo de consenso local e apaziguamento das tensões e conflitos territoriais em Bamaco.

Atualmente, o país ainda vive em estado de emergência e os ataques terroristas, que não cessaram, agora se fazem presentes em todo o território nacional, não se restringindo mais a parte setentrional do país. Hoje, a região central do Mali tornou-se um dos pontos mais violentos de todo o Sahel africano, com constantes episódios de ataques extremistas contra o governo, com um

nível de violência exacerbado. As organizações terroristas atuantes em Bamaco não se limitam às fronteiras nacionais e se fazem presente também em nações vizinhas, quase que sem encontrar resistência.

A situação geopolítica no Mali está em um processo contínuo de degradação. Desde 2020, o país passou por 2 golpes de Estado, em um curto período. O primeiro golpe militar ocorreu durante o governo de Ibrahim Boubacar Keïta, que foi expulso por insatisfação popular. No ano seguinte, em 2021, as pressões internacionais resultaram na formação de um Governo civil de transição que foi, em menos de cinco meses de existência, expulso por um novo golpe militar em maio do mesmo ano.

Segundo Jezequel (2021), o governo transitório de Ouane não conseguiu comprovar uma evolução no quesito da segurança do país, o que aumentou a insatisfação popular. Como Ouane não restaurou o domínio e presença do Estado nas regiões mais afetadas pelo conflito, com apoio da população, os militares encontraram uma situação favorável para intervir e colocar em prática o segundo golpe de Estado.

Assimi Goïta, que se tornou Presidente do atual Governo de transição do Mali, assumiu com a comunidade internacional o compromisso de ser provisório e assegurar o retorno da democracia ao país. No entanto, o histórico de Goïta, que foi líder dos dois recentes golpes de Estado do Mali, não oferece muita credibilidade. Goïta não é considerado exatamente uma figura política que defenda o processo democrático, o que gera insegurança na população malinesa e na comunidade internacional, que começa a ver as dificuldades de um possível regresso democrático a Bamaco (DELFINO; LIMA, 2021).

Inicialmente, o atual presidente afirmou que em 2022 as eleições em fevereiro ocorreriam normalmente. Mas, isso não se concretizou, assim como, o prazo de apresentar uma nova Constituição. Esse panorama geral produz novas tensões políticas no país, já que diferente do golpe de Estado de 2020, o atual não contava com o mesmo apoio popular. O governo provisório de Ouane era criticado, mas não, da mesma forma que o governo de Keita.

Com os meses se passando e a permanência de um governo ilegítimo em Bamaco, a situação política no país tende a piorar ainda mais (DELFINO; LIMA, 2021). E o eixo da crise se desloca, progressivamente, do Mali para as fronteiras com seus países vizinhos (Burkina Faso, Níger e Mauritânia) que estão

assumindo um novo epicentro conflituoso no Sahel, com uma escalada de violência em seus territórios cada vez mais intensa.

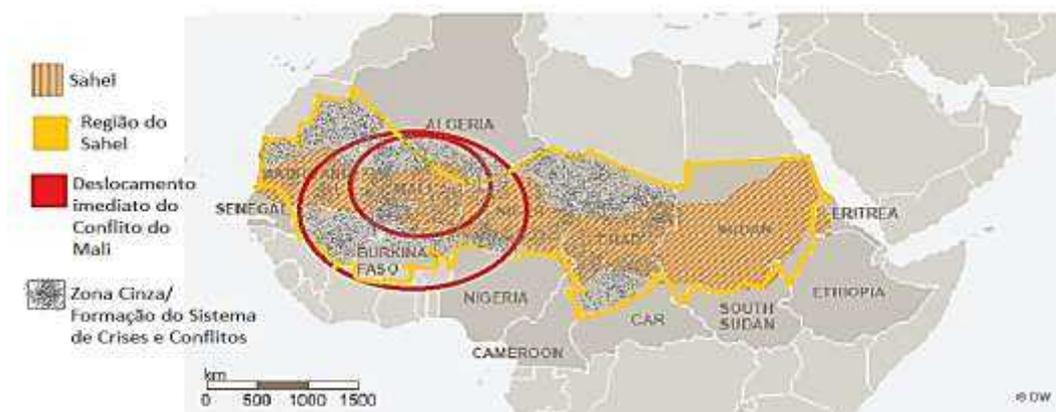
Segundo a ONU, em 2020, o número de deslocados internos subiu para 1,1 milhão, o que significa um aumento superior a quatro vezes dos deslocamentos em 2019. A população refugiada ultrapassa mais de 110 mil, o que conseqüentemente tem agravado as situações críticas desses países, com o aumento da insegurança alimentar, desnutrição e epidemias, como já foi citado anteriormente. Em países quebrados economicamente, os serviços básicos, que já eram ineficientes e, em alguns casos, inexistentes, tornam-se, com a receitação dos fluxos de refugiados, completamente inviáveis.

A infraestrutura precária de nações pauperizadas é incapaz de atender as necessidades da pressão populacional gerada pela crise de deslocamentos humanos em uma região conflituosa. Em Mali, Burkina Faso e Níger, mais de 3,6 mil escolas e 241 centros de saúde pararam de funcionar, o que aumenta a dependência (desses países) por doações estrangeiras, uma vez que, suas economias não possuem capacidade para suprir as exigências emergências desse contingente populacional, que precisa de abrigo, água, proteção, saúde e segurança alimentar (ONU, 2020).

E, para além das questões socioeconômicas, há evidentes temores geopolíticos em relação ao Sahel. Os atuais eventos e seus desdobramentos apontam para consolidação de um certo padrão na região (golpes militares, insatisfação popular e presença de grupos extremistas), que pode estar se replicando entre os países dessa faixa, em especial, o trio que se encontra no coração desse sistema (Mali, Burkina Faso, Níger e Mauritânia). O mais recente acontecimento, que intensificou esse receio, foi o processo interno que levou ao golpe militar em Burkina Faso, já que existem claras semelhanças com o que aconteceu no Mali em 2012, antes do novo levante militar do país.

Como pode ser observado no mapa abaixo, existe um deslocamento dos conflitos e crises, inicialmente, para os países mais próximos ao entorno do Mali, com uma difusão mais abrangente para as áreas ao Sul de Bamaco. Mas, até o Chade já sofre com os reflexos desses eventos, principalmente, com os deslocamentos de refugiados. Além disso, os grupos terroristas mantêm relações ao entorno, tendo células de atuação na maior parte dos países da região.

Mapa 7. Deslocamento do conflito do Mali



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Em geral, os países que estão no coração desse sistema, apresentam uma falta de preocupação com a comunidade internacional. Tanto no Mali, quanto em Burkina Faso, os golpes não foram contidos por pressões externas, o que indica que os movimentos que tomaram o poder, em ambos os casos, o exército, não se importava com as potências regionais, como as que fazem parte do Ecowas (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e, muito menos, com possíveis sanções de países de fora do continente africano.

No Sahel, o Níger é outro país que amargou em 2021, um ano bastante conturbado. O presidente Mohamed Bazoum sofreu uma tentativa de golpe, fruto, mais uma vez, da insatisfação popular com a insegurança nacional. O país sofreu consecutivamente diversos ataques fatais a civis e ao Exército, o que diminuiu a popularidade do governo e, quase, resultou em mais um retrocesso democrático na região. No entanto, diferente do Mali e de Burkina Faso, Bazoum conseguiu se manter no governo. Contudo, a situação política do Mali é uma de suas maiores preocupações, já que, inúmeras vezes, enquanto chefe de Estado, suas críticas recaíram sobre Bamaco e sobre o potencial risco que a desestabilização política nesse território gera para toda a região do Sahel, que se encontra fragilizada diante de tantas ameaças internas e externas.

A Costa do Marfim, país vizinho ao sul de Burkina Faso e do Mali, vem sendo pressionado pela instabilidade fronteiriça, que tem trazido ao seu território jihadistas. Em 2020 o país já havia registrado ataques contra o governo nacional, o que pode indicar um aumento ainda maior da área de deslocamento dos

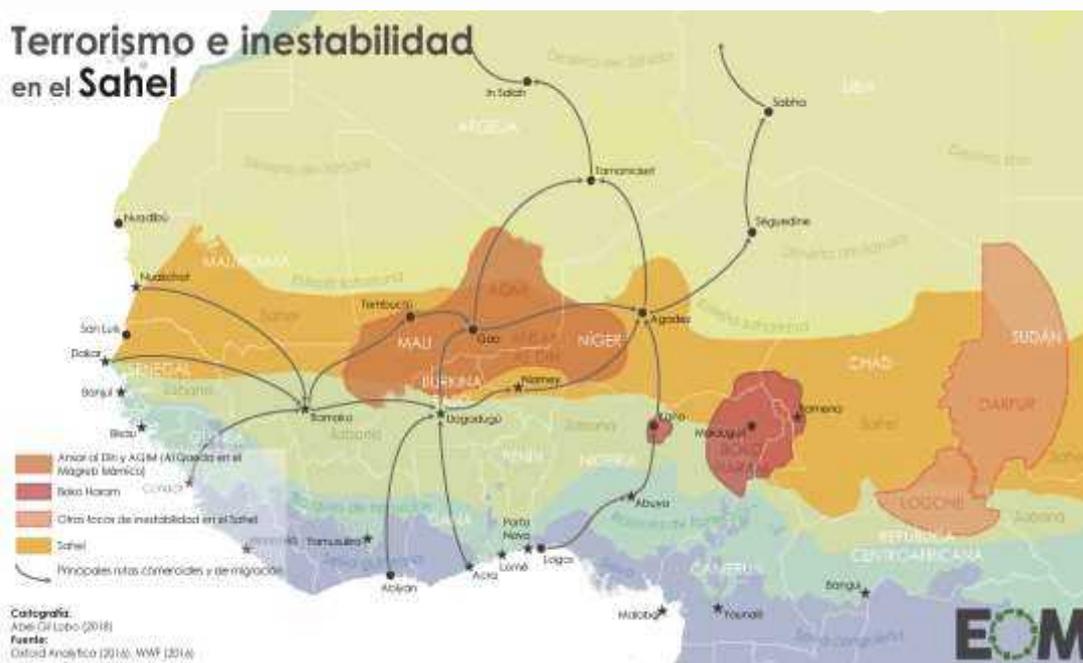
conflitos. E, apesar de todas as tentativas do G5 em conter os ataques terroristas no Sahel, a violência atual é sem precedentes (ONU, 2020).

Já existe um consenso que os conflitos e crises no Sahel, que inclui o Mali até os países fronteiriços imediatos ou não, Níger, Burkina Faso, Mauritânia e, agora, Costa do Marfim, são um problema regional, que só tem chances reais de serem resolvidos, se as ações tomadas também forem baseadas nessa escala de ação e, não mais, em intervenções pontuais, que ignoram por completo o sistema de desestabilização formado a partir e sobre esses territórios.

Segundo a ONU (2020), existe uma iniciativa das organizações regionais e da comunidade internacional de dar uma resposta a essas ameaças, visando toda a região, por meio do Plano de Ação para Erradicar o Terrorismo 2020-2024, elaborado pela Comunidade Econômica do Estados da África Ocidental, que tem como planejamento orçamentário investir no projeto US\$ 1 bilhão. E, ainda nesse contexto, um outro ponto extremamente preocupante é a existência do grupo terrorista fundamentalista islamita Boko Haram, que atua na Nigéria de forma implacável há mais de uma década, afetando a vida dos nigerianos de forma devastadora. Não só dos nigerianos, mas também da população da África ocidental e do Sahel.

O grupo Boko Haram, considerado a quarta organização terrorista mais perigosa do mundo, é responsável por um gigantesco fluxo de refugiados e, atualmente, as pressões de combate a essa organização vem causando o início de fragmentação e dispersão de suas células, o que ameaça a África do Norte, caso a expansão seja em direção às regiões setentrionais, como pode ser observado na ilustração abaixo.

Ilustração 8. Terrorismo e os focos de instabilidade no Sahel



Fonte: Oxford Analytica (2016), WWF (2016).

Inicialmente, a preocupação com a dispersão rumo ao Norte era, em grande parte, devido ao temor de aproximação dos ataques proferidos pelo grupo com a Europa, mas hoje, as tensões na região do Sahel e a possível colisão com os focos de instabilidade que se multiplicam no Mali e nos países adjacentes, gera o receio de que esse “encontro” seja o ponto catalisador para fusão do Boko Haram com outras organizações terroristas da região, o que seria catastrófico para a população de inúmeros países e para qualquer tentativa de restabelecer a paz nesse sistema em colapso.

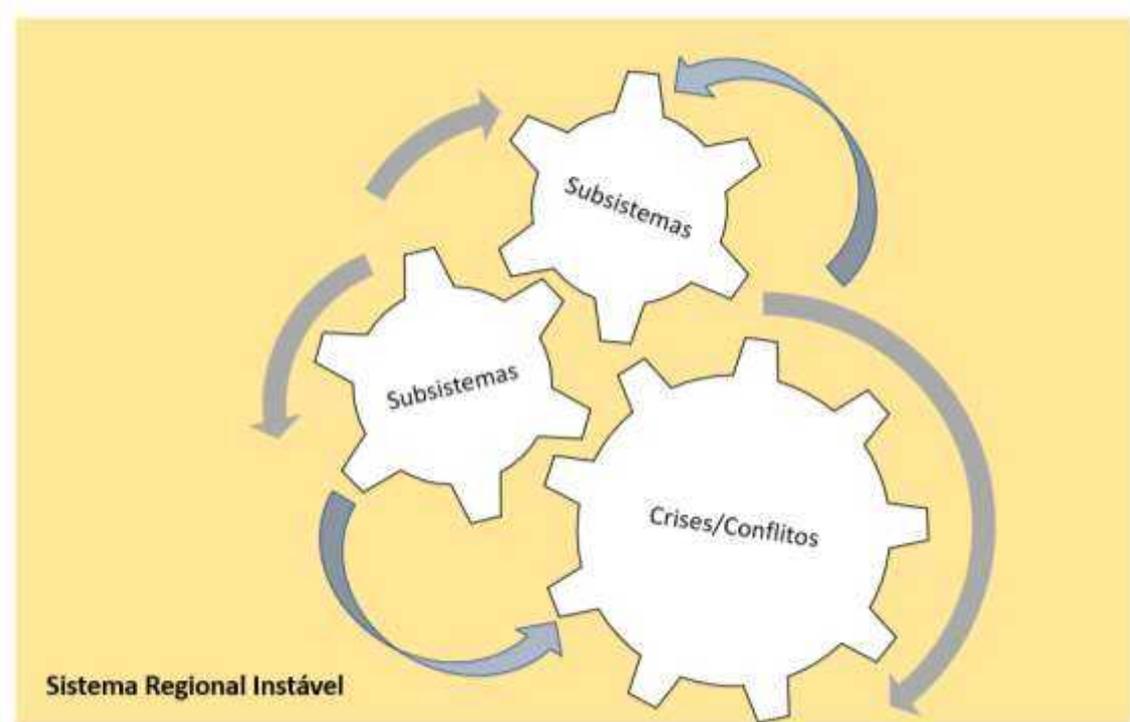
Em suma, o espriamento do conflito ao norte do Mali e a consolidação da região de crises e conflitos do Sahel vem configurando uma situação de instabilidade geopolítica que se apresenta como permanente. Com a confluência de fatores que levam a um fenômeno extremamente complicado e difícil de ser solucionado, não existe, até o presente momento, nenhuma iniciativa nacional, regional ou internacional capaz de abarcar tantas problemáticas e findá-las.

Entendemos por fim, que o estabelecimento desse sistema de crises e conflitos no Sahel é um conjunto que abriga o conflito no Mali, sendo ele sua estrutura geográfica de estabelecimento. Mas, entendemos também que o conflito do norte do Mali gerou ao longo do tempo, assim como, outras problemáticas do Sahel (desertificação, fome, secas, outros conflitos, fronteiras

porosas, atividades ilícitas etc.), novos subsistemas que afetam a região (de forma geral) e influenciam, novamente, o conflito de Bamaco, suas tensões particulares, seus desdobramentos, os atores envolvidos e as estratégias que se desenvolvem nesse processo.

Não se trata de um conflito ou de um fenômeno (regional) que tem causas e consequências nítidas. Estamos diante de uma região instável, um sistema aberto, onde todos os subsistemas gerados ou influenciados por este passam imediatamente a influenciá-lo e ganham, a partir de sua gênese, a capacidade de gerar novos fenômenos em uma relação sistêmica e cíclica.

Figura 9. Formação do sistema regional instável do Sahel – Sistema de Crises/Conflitos



Fonte: Elaboração própria, 2023.

4. CONCLUSÃO

O encadeamento de informações, argumentos, conexões e análises apresentadas ao longo desta pesquisa teve como objetivo oferecer a compreensão sobre a relação entre o conflito tuaregue ao norte do Mali e o *Sistema regional de crises e conflito do Sahel* em uma abordagem sistêmica, que esmiúça as motivações específicas do conflito e, também, as condições estruturais desta região e as formas de retroalimentação que esses eventos geram, com estímulos e/ou combustíveis para antigas e novas crises.

Fugindo de análises estadocentristas, o caminho trilhado pela tese assume que eventos singulares e, que se desenvolvem em escalas menores ou que ultrapassam a compreensão do Estado-Nação, são dignos de análise e, apenas por meio de uma descrição detalhada das confluências espaciais, históricas, econômicas, ambientais e culturais em consonância com a apreensão das motivações dos indivíduos e organizações envolvidas é possível destrinchar a explicação de determinados eventos.

A região do Sahel ao se enquadrar num *Sistema de Crises e Conflitos* está em uma perspectiva conceitual que torna impossível separar esses eventos ou buscar relações causais entre eles. Não são as crises que geram os conflitos e, muitos menos, os conflitos que geram as crises. Os eventos estão constantemente em retroalimentação e, compreender a estrutura geográfica dessa região, que também tem grande atuação em todo o processo, se torna um dos grandes propósitos do trabalho. Acreditando que, estamos diante de uma relação sistêmica, que envolve fenômenos únicos e uma estrutura geográfica atuante.

A guerra de 2012 no Mali, fruto de uma longa história de insatisfações étnicas, econômicas e políticas e ilustrada como um conflito com características específicas, inerentes a questão tuaregue e, também é influenciado e, muitas vezes, catalisado, por outras variáveis, que fazem parte de problemáticas intrínsecas a região, o que é suscetível de aprofundar antigas tensões e gerar novos conflitos no país, o que, por sua vez, contribui para desestabilizações mais abrangentes, que ao serem deflagradas impactam todo o sistema saheliano e, invariavelmente, o conflito em si.

A discussão sobre os conceitos de *território-zona* e *território móvel* foram pertinentes para apreender que, mais que um território, o povo tuaregue luta pelo direito à existência, com sua liberdade por mobilidade. No entanto, obviamente, não foram apenas as questões de oposição cultural e embates entre as formas de poder deste território que criaram esse conflito. O ponto de partida para entender as raízes recaem sobre essa discussão, que por si só, já é emblemática e complexa. Porém, questões externas foram, paulatinamente, contribuindo para o aprofundamento da oposição entre os tuaregues e o Estado-Nação do Mali, assim como, entre as populações do norte e as populações do sul.

As particularidades da insurgência tuaregue se interligam com as dinâmicas estruturais do Sahel, o que demonstra correlações entre o conflito em si e as crises sistêmicas e outras situações de tensão e instabilidades nesta região. E, para entender essa relação é necessário a concepção do espaço regional como um "sistema aberto" (conjunto de "*n*" sistemas abertos). Enquanto um sistema aberto, a situação na região do Sahel influencia o Mali, já que existe uma troca de energia entre os fenômenos existentes e o ambiente em que eles se desenvolvem. E, é a intensidade dessa troca (relações) que define sua coesão interna. Sendo os sistemas abertos definidos por uma forte instabilidade, com dinâmicas inconstantes, com mudanças temporais e espaciais, que envolvem fluxos muito rápidos de transformação, que geram novos subsistemas.

No caso do sistema regional do Sahel, temos uma instabilidade termodinâmica inerente a um conjunto abrangente de perturbações, inclusive geográficas, com instabilidades derivadas das condições climáticas, das crises de longa duração e dos conflitos locais, que passam a constituir uma relação mútua de influência que se amplia e, ao mesmo tempo, é ampliada pelas condições da estrutura sociopolítica e econômica dos países que formam a região.

A presença de novos atores nessa região, como grupos terroristas (ANSAR DINE, MUJAO, AQMI, EIGS etc.) é um fenômeno de grande relevância para o desenvolvimento e espraiamento desse sistema aberto. A região do Sahel se tornou um espaço com contextos sociais, econômicos e geopolíticos que tornam mais fértil o ambiente de recrutamento para que esses grupos possam se disseminar com mais facilidade. E, é nessa perspectiva que compreendemos

que existe uma relação sistêmica impossível de ser desvinculada do fenômeno em si.

São fatores estruturais (secas; desertificação; dificuldade de controlar o território devido a sua imensidão árida e semiárida; falta ou dificuldade de acesso a recursos básicos e etc.) e elementos mais conjunturais (tensões; conflitos; guerras pré-existentes; pauperização da população; insegurança alimentar; insegurança hídrica; crises econômicas; crises geopolíticas; ausência de perspectivas para os jovens; sentimento de abandono por parte das autoridades estatais; rejeição de ações do Estados; repressão e corrupção estatal e etc.) que podem explicar a mais intensa presença e atuação de grupos extremistas nesta região. Em escalas distintas, mas correlatas, tanto no Sahel, quanto no Mali, os grupos terroristas usam os laços culturais, ideológicos e religiosos para garantir o apoio estratégico da população, para o recrutamento de novos membros e para o acesso e controle de determinados recursos e partes do território.

Em 2012, objetivos em comum, fizeram com que o conflito ao norte do Mali fosse completamente influenciado por essas organizações, que se aliaram, mesmo que por um curto intervalo de tempo, aos insurgentes tuaregues. Mesmo depois do golpe de Estado em Bamaco, o grupo separatista MNLA mantinha um discurso que tentava convencer a comunidade internacional que seus objetivos eram baseados em um projeto independentista legítimo e que almejava se manter pacífico, respeitando os demais países vizinhos, assim que suas reivindicações fossem atendidas (formação do Estado do Azawad). No entanto, mesmo antes de se aliar com grupos terroristas, o MNLA já era visto como um grupo problemático no cenário internacional. Afinal, a questão da mobilidade ultrapassa a esfera territorial, sendo também uma questão complexa do prisma político. Já, que a partir das reivindicações defendidas pelo grupo era possível que novas contestações da legitimidade de fronteiras nacionais ocorressem em outros países, como um desdobramento direto ou indireto desse evento separatista.

Sem apoio dos países vizinhos e nem de países de fora do continente africano, o MNLA obteve por meio das alianças momentâneas com os grupos islamistas radicais o apoio logístico-militar para tomar territórios do Mali, o que, definitivamente, seria impossível, sem a coligação com os grupos radicais. Sendo o apoio logístico-militar do Ansar Dine, AQMI e MUJAO o fator chave que

permitiu que tuaregues obtivessem ganhos territoriais e, posteriormente, a declaração de independência do Azawad em 2012.

Em um ambiente já extremamente conturbado, novos atores (grupos radicais islâmicos, potências internacionais e potências regionais) tomaram posições de protagonismo crescente no desenvolvimento e extravasamento do conflito, o que complexificou ainda mais o xadrez geopolítico da região. As alianças se mostraram fugazes. Os tuaregues rapidamente perceberam que era impossível conciliar seus interesses laicos e separatistas, com os objetivos dos grupos jihadistas, que tinham como foco principal a imposição da Sharia (lei islâmica) em todo o país. Pouco tempo depois de declararem a independência do Azawad, os insurgentes tuaregues foram expulsos dos territórios tomados por facções jihadistas nas regiões setentrionais do Mali.

Essa guinada de objetivos, mudanças de lideranças, novos protagonistas e novos atores no conflito complexifica sua compreensão. O que antes parecia ser um fenômeno separatista no norte do Mali ganhou escalas muito difusas e nebulosas, envolvidas em interesses e estratégias difíceis de serem mensuradas e, o mais importante de tudo, com uma durabilidade volátil, que é, quase que impossível de acompanhar.

No sistema regional de crises e conflito do Sahel, a participação dos países africanos e de potências internacionais se torna um elemento de mais instabilidade. Analisando as intervenções mais relevantes no conflito em Bamaco, foi perceptível que cada uma delas, ao se inserirem nesse jogo geopolítico, desempenhavam ações com objetivos particulares, que se fundiam a um objetivo dito como central: lutar contra um perigo comum, o terrorismo.

Entre intervenções mais sutis (Soft Power) e mais contundentes, com o uso de efetivo militar (Hard Power), o direcionamento político de cada nação intervencionista mudou conforme prosseguia o desenvolvimento do conflito e de acordo com as estratégias nacionais de autoproteção, que se alteravam a partir de acontecimentos que eram considerados possíveis ameaças nacionais. E, esses são os sistemas gerando novos subsistemas em um ambiente de crise regional repleto de instabilidades.

Os fluxos de refugiados gerados pela junção das crises e dos conflitos em toda região, especialmente, no norte do Mali, intensificou os fluxos migratórios que desestabilizaram outros países (vizinhos do Mali), que já sofrem de

carências internas e problemas políticos particulares. Novamente, um acontecimento (x), acaba gerando novos acontecimentos (y), com desdobramentos em cadeia. Porém, diferente de um circuito de queda de um jogo de dominó, que ocorre em sequência, onde cada peça segue derrubando todas as outras em uma única direção, no caso dos sistemas regionais, existe uma capacidade de retroalimentação que tem potencial de seguir direções imprevisíveis, voltando para o ponto inicial da catalização do evento até atingir limites de abrangência, inicialmente, inimagináveis. É um jogo sem peças previamente estabelecidas, sem um tabuleiro formal, sem uma sequência lógica, sem ganhadores ou perdedores.

Acreditamos que com a formação do sistema regional de crises e conflitos do Sahel, o evento separatista ao norte do Mali e suas diversas problemáticas específicas (questões étnicas; grupos radicais; oposição entre mobilidade e o Estado-Nação; etc.), como já demonstrou desde 2012, não tem previsão de solução ou resolução duradoura e, muito menos, as crises e conflitos que se disseminam a partir disso sobre outros países da região.

A maior dificuldade, com o passar das décadas, será delimitar as escalas de soluções, acordos, intervenções e projetos de segurança, mesmo para aqueles que adotarem a escala regional como a adequada para a ação, ainda assim, essas intervenções internas ou externas vão precisar enfrentar dinâmicas muito fluídas, fronts de batalha pouco definidos e a incontável presença de atores que fazem parte desse jogo geopolítico regional (com objetivos diversos), o que vai tornar o consenso entre eles, algo muito difícil de ser alcançado.

5. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª Edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; Tradução e revisão dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 4ª ed. 2ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ADNANE, M. **Resistência cultural Kel Tamacheque no pós-colonial no Mali e no Níger: o movimento Ichúmar**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364585799_ARQUIVO_ANPUH-Natal2013_texto_MahfouzAgAdnane.pdf
- ADEBAJO, A. **The curse of Berlin: Africa after cold war**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- AGNEW, J. **Geopolitics: Re-visioning World Politics**. London: Routledge, 2nd edn, 2003.
- AQUINO, C; CESAR, F; DOS SANTOS, J; SANTOS, Rafaella; PANTANO, Maria Júlia. **O conflituoso cinturão do Sahel**. Observatório de Conflitos Internacionais, Séries Conflitos Internacionais, v. 5, n.3, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-3-jun.-2018—o-conflituoso-cinturao-do-sahel.pdf>>.
- AYANTUNDE, A.A., T.O. WILLIAMS, H.M.J. UDO, S. FERNÁNDEZ-RIVERA, P. HIERNAUX & H. VAN KEULEN. **Herders' perception, practice, and problems of night grazing in the Sahel**, 2000.
- ALVES, A. **OS INTERESSES ECONÔMICOS DA CHINA NA ÁFRICA**. Boletim de Economia e Política Internacional, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4751>
- ANDERSON, B. **Facing the Future Enemy:US Counterinsurgency Doctrine and the Pre-insurgent**. Theory, Culture & Society vol. 28(7–8): 216–240, 2011.
- ANING, K; POKOO, J. **Drug Trafficking and Threats to National and Regional Security in West Africa**. West Africa Commission on Drugs, 2013. Disponível em: http://works.bepress.com/kwesi_aning/2/
- ANSHAN, L. **China and Africa: policy and challenges**. China security, vol. 3, n. 3, p. 69-93, 2007.
- AUBREVILLE, A - **Climats, forêts et désertification de l'Afrique tropicale**. Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 351 p, 1949.
- AUGE, B. **“Un an après le début du blocus saoudo-émirati contre le Qatar. Quelles conséquences pour l'Afrique de l'Ouest?”** [A Year after the Start of the Saudi-Emirati Blockade against Qatar. What Are the Consequences for West Africa?], L'Afrique en questions, No. 42, Ifri, 2018.

- ANSORG, N. **How Does Militant Violence Diffuse in Regions? Regional Conflict Systems in International Relations and Peace and Conflict Studies**. Freie Universität, Berlin. IJCV: Vol. 5 (1), pp. 173 – 18, 2011.
- ATALLAH, R. **USAF, Retired The Tuareg Revolt and the Mali Coup**. ASPJ África and francophonie. Vol. 4. No 1, 2013.
- Disponível em:
http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/ASPJ_French/journals_E/Volume-04_Issue-1/2013_1_e.pdf
- ARENDR, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARON, R. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1985.
- ARON, R. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1985.
- ASIWAJU. A. **Boundaries and African Integration**. Abuja/Lagos: Panaf Publishing. 2003.
- BALANDIER, G. **Antropologia Política**. Lisboa: Presença, 1987.
- BAYART, J. **El Estado en África**. Barcelona: Bellaterra, 2000.
- BENJAMINSEN, T. **Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg Rebellion in northern Mali**. Journal of Peace Research.v.45, n.6, 2008.
- BENSIMON, C. **Russia's involvement in the Central African Republic disrupted by the war in Ukraine**. Le Monde, 2022. Disponível em:
https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/03/31/russia-s-involvement-in-the-central-african-republic-disrupted-by-the-war-in-ukraine_5979446_4.html
- BENSIMON, C. **Au Mali, le premier ministre ouvre la voie au mercenaires russes du groupe Wagner**. Le Monde, 2021.
- BLAYDES, L; MAIO, J. **Spoiling the Peace? Peace process exclusivity and political violence in northcentral Africa**. Civil Wars, v.12, n.1-2, 2010.
- BLENCH, R.M. (in press) **Resource conflict in semi-arid Africa: an essay with na annotated bibliography**. ODI Working Paper. London: Overseas Development Institute, 1996.
- BLOOM, D E.; CANNING, D; FINK, G. **Implications of Population Aging for Economic Growth**. Boston: Harvard School of Public Health, PGDA Working Paper n.64, 2011.
- BOILLEY, P. **Azawad, Mali? Quais raízes e quais evoluções?**. Projeto História, São Paulo, n. 44, pp. 259-271, 2012.
- BONNECASE, V; BRACHET, J. **Les “Crises Sahéliennes” entre perceptions locales et gestions internationales**. in «Politique Africaine» N. 130, pp. 5-22, 2013.

BRASIL. **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca: PAN-BRASIL**. Ministério do Meio Ambiente. Secretária de Recursos Hídricos. Brasília, DF, 213 p, 2004.

BROCH-DUE, V. **Path Verses Place: Turkana and Colonial Landscapes Collide**. Paper presented at Annual Meeting of the American Anthropological Association. Washington, D.C., 2007.

BOURGEOIS A. **Les Sociétés touarègues. Nomadisme, identité et résistances**. Paris, Karthala, p. 544, 1995.

_____ (éd.) **Horizons nomades en Afrique sahélienne**. Sociétés, démocratie et développement, Paris, Karthala, 491 p. 1999.

BURBACK, D T; FETTWEIS, C J. **The coming stability? The decline of warfare in Africa and implications for international security**. Contemporary Security Policy, London, v. 35, n. 3, p. 421–445, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260.2014.963967>

CABESTAN, J. **Base Militar da China no Djibuti: Um Microcosmo da Competição Crescente da China com os Estados Unidos e Nova Bipolaridade**. Journal of Contemporary China, 2019.

CAIRO, H. **Repensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew**. In: Agnew, J. Geopolítica: una revisión de la política mundial. Madri: Trama, 2005.

CAPARINI, M, **The Mali Crisis and Responses by Regional Actors**. NUPI Working Paper No. 849, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2670222> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2670222>

CARVALHO, J; WONG, L. **Documentos Setoriais**. Plano Nacional de Pós Graduação- PNPG 2011/2020. CAPES, v. II. Brasília: CAPES, Brasília, p. 153-174, 2010.

CARNEIRO, C. **Fronteiras Irmãs: Transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

CARTER, A., DEUTCH, J. e ZELIKOW, P. **"Catastrophic Terrorism"**. In: Foreign Affairs, 1998. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org>

CASTRO, I. **O problema da escala**, in: Castro, I.E., et alli (Org), Geografia: Conceitos e temas. Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

CAVAS, Christopher. **Powers Jockey for Pacific Island Chain Influence**, 2016. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2016/02/01/powers-jockey-for-pacific-island-chain-influence/>

CIA; STATE DEPARTMENT. **DJIBOUTI Country Studies: A brief, comprehensive study of Djibouti**. KINDLE. Editora Zay's Place, 2012.

CHALLIAND, G. **"Ce n'est pas une guerre, c'est le stade ultime du terrorisme classique"**. Entrevista publicada in Le Monde, 2001. Disponível em: <http://www.lemonde.fr>

CLARKE, T. **The Last Caravan**. New York: Putnam, 1977.

CLINE, L. E. **Nomads, islamists, and soldiers: The struggles for Northern Mali**. *Studies in Conflict & Terrorism* 36 (8), p. 617–634, 2013

CLAPHAM, C. **Africa and the International System. The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAUDOT-HAWAD, H. **Touaregs: Voix solitaires sous l'horizon confisqué**. **Hélène Claudot-Hawad et Hawad**. *Ethnies*, Paris, p. 255, 1996, *Ethnies-Documents*. <halshs-00293895>50

_____. **Nomadisme, cosmos et politique chez les Touaregs**. Éperonner le monde, Édisud: Aix-en-Provence, 2001.

_____. La « question touareg »: quels enjeux ?

GALY, M. **La guerre au Mali. Comprendre la crise au Sahel et au Sahara : enjeux et zones d'ombre**. LA DECOUVERTE, Paris, p.125-147, 2013.

CHAUZAL, G; VAN DAMME, T. **The roots of Mali's conflict. Moving beyond the 2012 crisis**. Clingendael. Netherlands Institute of International Relations, 2015.

COX, K. R. **'Failed States' in Question and the Case of Sub-Saharan Africa**. *L'Espace Politique* (32), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.4349>.

COSTA, S. **As correntes de pensamento no interior do Islamismo**. O pensamento Islâmico Radical e as redes terroristas na Europa. Working Papers, 2010.

COSTA, O. **Das relações entre modernidade e o fundamentalismo religioso**. *Universidade Metodista*. v. 44 n. 2 (2014): Igreja e o Diálogo Religioso, 2015.

COSTA E SILVA, A. **A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COULIBALY, H; LIMA, S. **Crise de l'État et territoires de la crise au Mali**, *EchoGéo* [En ligne], 2013. DOI:10.4000/echogeo.13374. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/13374>

CF2R. **Libye: un Avenir Incertain**. [Em linha] Paris: Centre International de Recherches e d'Etudes sur le Terrorisme & l'Aide aux Victimes du Terrorisme, 2011. Disponível em: <http://www.cf2r.org/images/stories/news/201106/rapport-libye.pdf>

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave em geografia**. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-47, 2001.

DALLARI, D. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DANJIBO, N D. “**The Aftermath of the Arab Spring and Its Implication for Peace and Development in the Sahel and Sub-Saharan Africa**”. Strategic Review for Southern Africa, Vol. 35, N. 2, p. 16-34, 2013.

DAVOINE, R. **Tombouctou: fascination et malédiction d’une ville mythique**. Paris: L’Hamattan, 2003.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. 2ª. ed.. Trad. Bento Prado Jr e Alberto. A. Muñoz. Rio de Janeiro, 34, 2004.

DESHAIES, M; MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. **RESSOURCES NATURELLES, MATIÈRES PREMIÈRES ET GÉOGRAPHIE. L’EXEMPLE DES RESSOURCES ÉNERGÉTIQUES ET MINIÈRES**. BSGLG, 62, p. 53-61, 2014.

DIALLO, B. **La crise casaménaise: problématique et voies de solutions**. Paris: L’Harmatan, 2009.

DELFINO, C; LIMA. **GUERRA CIVIL NO MALI: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS DO CONFLITO**. CONJUNTURA INTERNACIONAL. CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – PUC MINAS, 2021.

DODDS, K; KUUS, M; SHARP, J. **The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics**. Series: Ashgate research companion. Ashgate: Farnham, 2013.

DOWD, C. ‘**Cultural and religious demography and violent Islamist groups in Africa**’. Political Geography, 45, p. 11–21, 2015.

DUMONT, F; LOMBARD, J. « **Abdoul Hameth Ba : Acteurs et territoires du Sahel** », Espace populations sociétés, 2008. Disponível em:

<http://eps.revues.org/2628>

DUARTE, J. **Guerra ao terror: uma guerra na sociedade de controle**. 3º Encontro Nacional ABRI, 2011. ISBN 2236-7381.

DUARTE, G. **O conflito no Mali: origens e dimensão internacional**. pucminasconjuntura, Wordpress, 2013.

Disponível em <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/03/01/o-conflito-no-mali-origens-e-dimensao-internacional/>

ELLIS, S. **The Mali Effect**, 2013. Disponível em:

<http://www.opendemocracy.net/stephen-ellis/mali-effect>

ENGELS, B. **“Mapping the phenomenon of militias and rebels in Africa.”**
In: *Militias, rebels and islamist militants: Human insecurity and state crisis in Africa*, por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe (org), p. 69-88. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010.

ETIENNE, B. **L’Islamisme radical**. Paris: Hachette, 1987.

FERREIRA, D. G. et al. **A desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectiva**. UFPI - Núcleo Desert. Teresina, 1994.

FILHO, A. **A crise ambiental e Habermans: um enfoque sistêmico**.
Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Núcleo de Pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente. Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, 127f, 2011.

FILHO, P; BADOU, K. **A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim**. Carta Internacional. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, v. 9, n. 2, 2014.

FRANCIS, D J. **Uniting Africa: Building regional peace and security systems**. Hampshire: Ashgate Publishing, 2006.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GALITO, M. **Terrorismo na região do Sahel**. Working Paper/ Documento de trabalho, WP 118, 2013. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP118.pdf

GALLOPIN, C. **Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity**. *Global Environmental Change*, v. 16, p. 293-303, 2006.

GAUD, M. **L’Afrique entre décomposition et recomposition**. *Questions internationales*, 5. p. 6-24, 2004.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROUX, J; LANZ, D; SGUAITAMATTI, D. **The Tormented Triangle: The Regionalisation of Conflict in Sudan, Chad and Central African Republic**. *Regional and Global Axes of Conflict - Working Paper*, no. 47, 2009.

GLANSDORFF, P. **"Propriétés macroscopiques des phénomènes irréversibles, em Temps et Devenir, Actes du Colloque de Cerisy"** Paris, Ed.Patiño, p.15-26, 1983.

GROBBELAAR, A. **The origins, ideology and development of Al-Qaeda in the Islamic Maghreb**. *Africa Review*, p. 149-161, 2015. Disponível em:

http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09744053.2015.1030870#.Vb_6N49ZSU

GODELIER, M. **The Making of Great Men: Domination and Power among the New Guinea Baruya**. Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

GOITO, M. **A Crescente Ameaça Terrorista na África Ocidental: A Estratégica de Confronto da AQMI no Sahel**. Washington: Centro de Estudos Estratégicos de África, 2011. Disponível em:

http://africacenter.org/wpcontent/uploads/2012/02/ASB18Final_POR.pdf

GOÏTA, M. **West Africa's Growing Terrorist Threat: Confronting AQIM's Sahelian Strategy**. Africa Security Briefno. Africa Center for Strategic Studies, 2011.

GRAÇAS, P. **CONFLITO NO MALI: ORIGENS**. INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS. Trabalho de Aplicação Individual do CEMC, 2017.

GRAHAM, F IV. **"Abductions, Kidnappings, and Killings in the Sahel and Sahara"**. Review of African Political Economy 38 (130): 587-604, 2011.

GUITTA, O. **Al-Qaeda in the Islamic Maghreb: A Threat for the West**. Defence Against Terrorism Review , vol. 3, no.1:53–70. ISSN: 1307-9190, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUICHONNET, P. E RAFFESTIN, C. **Géographie des frontières**. Presse Universitaire de France, 1974.

HAESBAERT, R. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-206, 1995.

_____. **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate**. *Geographia*. Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, p.19-46, 2007.

_____. **Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGEN, A. **Al Qaeda in the Islamic Maghreb: Leaders and their Networks**. Critical Threats, 2014. Disponível em: <https://www.criticalthreats.org/analysis/al-qaeda-in-the-islamic-maghreb-leaders-andtheir-networks>

HARE, F. K., WARREN, A., Maizels, J. K., Kates, R. W., Johson, D. L., Haring, K. y Johson Garduño, M. **A. Desertificação: causas e consequências**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbembkian, 1992.

HERSHKOWITZ, A. **The Tuareg in Mali and Niger: The Role of Desertification in Violent Conflict**. ICE Case Studies, 2005. Disponível em: <http://www1.american.edu/ted/ice/tuareg.htm>

HUREIKI, J. **La version touarègue de la bataille de Taqinbawt (Tacoubao)**. Journal des africanistes, v. 73, n. 1. p. 127-136, 2003.

IDIR TAZEROUT, “**Ce que nous réservent les 20 prochaines années**”, L’Expression, 2011.

IRIN NEWS. **Mali: Timeline of northern conflict**. Disponível em <http://www.irinnews.org/report/95252/mali-atimeline-of-northern-conflict>

KILCULLEN, D. **Counterinsurgency Redux**, 2006. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/uscoin/counterinsurgency_redux.pdf

KIPRE, P. “**La crise de l’État-nation en Afrique de l’Ouest**”. Outre-Terre, vol. 2, n.11, p.19-32, 2005. Disponível em: www.cairn.info/revue-outre-terre-2005-2-page-19.htm DOI : 10.3917/oute.011.0019.

KI-ZERBO, J. **História de África Negra**. Mem Martins: Europa América. I Volume, 1999.

KI-ZERBO, J. **Histoire de L’Afrique Noire**. Portugal: Europa-América, 2009.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KLARE, M T., **Resource Wars**, 1ªed., Owl Books/Henry Holt and Company, New York, 2002.

KORMIKIARI, M. C. N. **Grupos indígenas berberes na antigüidade: a documentação textual e epigráfica**. Revista de História, São Paulo, v. 145, p. 09-60, 2001.

KLUTE, G. **Hostilités et alliances. Archéologie de la dissidence des Touaregs au Mali**. Cahiers d’études africaines, v. 35, n. 137, p. 55 – 71, 1995.

JEZEQUEL, J. **Mali, un coup dans le coup**. International Crisis Group, 2021. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/fr/africa/sahel/mali/mali-un-coup-dans-le-coup>

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LACHER, W. **Organized Crime And Conflict in the Sahel-Sahara Region**. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Middle

East, 2012. Disponível em:

http://carnegieendowment.org/files/sahel_sahara.pdf

LACHER, W; TULL, D.M. **Mali: Beyond Counterterrorism**. [Online]. German Institute for International and Security Affairs, 2013. Disponível em:

http://www.swp-berlin.org/en/scientist-detail/profile/wolfram_lacher.html

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 1997.

LAL, R. **The Maghreb**. Em A. M. Rabasa, B. Cheryl, P. Chalk, C. Fair, T. Karasik, 2004. Disponível em

<http://www.jstor.org/stable/pdf/10.7249/mg246af.12.pdf?refreqid=excelsior%3Aa1a6df762a1ce7afaf400e00e0bf3c7d>

LAQUEUR, W. "**Posmodern terrorism**". In: Foreign Affairs, 1996. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org>

LARÉMONT, R. "**Al Qaeda in the Islamic Maghreb: Terrorism and Counterterrorism in the Sahel**". African Security 4 (4), p. 242-68, 2011.

LAURENCE, A. **Terrorism Risk Index**. British Maplecroft, 2011. Disponível em: http://maplecroft.com/about/news/terrorism_index_2011.html

LECHINI, G. **A China na África: discurso sedutor, intenções duvidosas**. Revista Nueva Sociedad, 2013. ISSN: 0251-3552

LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEVINE, A. **Political accommodation and the prevention of secessionist violence**. In: BROWN, M. E. (org). The international dimension of internal conflict. Cambridge: MIT Press, 1996.

LECOCQ, B. **Disputed Desert: Decolonisation, Competing Nationalisms and Tuareg Rebellions in Northern Mali**. Leiden: Brill, 2010.

LIFTON, R. **Destroying the World to Save It. Aum shinrikyo, Apocalyptic violence and the new global terrorism**. New York, Metropolitan Books, 1999.

LIMA, I. **A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica**. Universidade Federal Fluminense Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2 , p. 149-168, 2013.

LIMA, M. **AL QAEDA NO MAGREBE ISLÂMICO (AQIM)**. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO, 2018.

LINDBERG, E. **War in Mali Background study and annotated bibliography**, 2013. ISBN 978-91-7106-736-4.

LIVINGSTONE, D; HARRISON, R. "**Meaning through metaphor: analogy as epistemology**", Annals AAG 71(1), p. 95-107, 1981.

LODE, K. **Mali's Peace Process: Context, analysis and evaluation**.

Conciliation Resources. 2002. Disponível em: <http://africadata.no-ip.org>

LOFTSDÓTTIR, K. **The Bush is Sweet: Identity and Desire among the Wodaabe in Niger**. Ph.D. dissertation, Department of Anthropology, University of Arizona, 2000.

LORENA, S. **Quando for lançada a intervenção no Mali, para onde vão fugir os islamistas?**. Público. Lisboa, 2012a. Ano XXIII, nº 8274. ISSN: 0872-1548.

LUNARDON, J. A. **CONFLITOS ARMADOS CONTEMPORÂNEOS NA ÁFRICA NEGRA E SUAS CAUSAS AMBIENTAIS**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Relações Internacionais. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. PORTO ALEGRE, 2010.

MARTINS, E. S. P. M. **O Mercado da Água e a sua problemática na África Subsariana**. Mestrado em economia. Universidade de Évora, 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-mercado-da-agua-e-a-sua-problematica-na-africa-subsariana/117805/>

KENNEDY-BOUDALI, L. **EXAMINING U.S. COUNTERTERRORISM PRIORITIES AND STRATEGY ACROSS AFRICA'S SAHEL REGION**, 2009.

KEITA, K. **Conflict and conflict resolution in the Sahel: the tuareg insurgency in Mali**. Strategic Studies Institute. 1998. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub200.pdf>

MACHADO, L. **Sistemas “Longe do Equilíbrio” e Reestruturação espacial na Amazônia**. Cadernos do IPPUR, ano IX, nº ¼, p. 83-106, 1995.

MALI COUP: HOW to solve the conundrum. BBC News, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-57255601>

MALI SAYS IT. **can seek military help from anyone, despite French concern**. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/mali-says-it-can-seek-military-help-anyone-despite-french-concern-2021-09-18/>

MASON, A. **Demographic Transition and Demographic Dividends in Developed and Developing Countries**. Proceedings of the United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures. New York: Department of Economic and Social Affairs/United Nations, 2005.

MARTIN, K; PAVLOVSKAYA, M. Secondary Data. In: Gomez, B.; Jones, J. P. **Research Methods in Geography**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010, 459p. p. 173-193, 2010.

MATALLO J, H. **Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas**. Brasília: UNESCO, 2001.

MATUMONA, M. **Teologia Africana da Reconstrução como Novo Paradigma Epistemológico**. Contributo Lusófono num Mundo em Mutação, Roma Editora, Lisboa, 2008.

MAZRUI, A. A; WONDJI, C. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília, Unesco, 2010.

MONIÉ, F, AMORIM, V & GAYER, G. **A inserção da África Subsaariana “no sistema mundo”: permanências e rupturas**. In: EMERSON, Renato (coord.): Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica Editora, p.175-198, 2007.

MORA, F. **Dicionário de Filosofia**. Tomo I. Tradição Maria Stela Gonçalves et al. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. Fifth Edition, Revised, New York: Alfred A. Knopf, 1978 [1948].

MORTIMORE, M. & B. TURNER. **Does the Sahelian smallholder’s management of woodland, farm trees, rangeland support the hypothesis of human-induced desertification?** Journal of Arid Environments, 63(3). p.567–595, 2005.

MORTIMORE, M.J. & W.M. ADAMS. **Farmer adaption, change and “crisis” in Sahel**. Global Environmental Change, 11(1), p. 49–57, 2001.

MOHAMED, A., COULIBALY, C., DRABO, G. **Nord du Mali: de la Tragédie à l’Espoir**. Bamako: Université Mande Bukari, 2009.

MORITZ, M. **Understanding Herder-Farmer Conflicts in West Africa: Outline of a Processual Approach**. Human Organization, 69, p.138-148, 2010.

MUSILLI, P; SMITH, P. **The Lawless Roads: An Overview of Turbulence across the Sahel**. NOREF Report. Oslo: NOREF, 2013.

NAKANO, R. **E DE REPENTE O GRUPO WAGNER: SUA INSERÇÃO NO MALI E CONSEQUÊNCIAS NO SAHEL AFRICANO**. ANÁLISES, 2022.

NASIR, J A; TAHIR, M. H. A Statistical Assessment of Demographic Bonus Towards Poverty Alleviation. Pak. J. Commer. Soc. Sci, v. 5, n. 1, p. 01-11, 2011.

NAPOLEONI, L. **The islamist phoenix: The Islamic State and the redrawing of the middle east** New York. NY: Seven Stories Press, 2014.

NYE, J. **Soft Power**. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

NYE, J. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NOGUEIRA, A. **Sahel, entre o terrorismo e a pobreza**. Mestrado de Relações Internacionais. Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, 2011.

Disponível em:
https://www.academia.edu/1128241/Sahel_entre_o_terrorismo_e_a_pobreza.

- OBENGA, T. « **Le chamito-sémitique** » n'existe pas. ANKH, n.1, p.51-58, 1992. Disponível em:
http://www.ankhonline.com/ankh_num_1/t_obenga_le%20chamito%20semitique.pdf
- OLIVEIRA, J. **Nômades e sedentários, pastores e agricultores, na África do Norte antiga: Da historiografia colonial às perspectivas contemporâneas.** Revista E. F.e H. da Antiguidade, Campinas, no 28, 2014.
- Ó TUATHAIL, G. **Ananti-geopoliticaIeye: Maggie O'Kane in Bosnia 1992-1993.** Gender, Place and Culture, 3(2), p. 171-85, 1996a.
- Ó TUATHAIL, G; AGNEW, J. **Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy.** Political Geography 11 (2), p.190–204, 1992.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (eds). **The Geopolitics Reader.** Oxford: Routledge (2nd edn), 2006.
- PECK, C. **The role of regional organizations in preventing and resolving conflict.** In: CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.
- PIGOZZO, H; HÖRING, J. **ATORES MILITARES NÃO ESTATAIS NO SAARA-SAHEL.** UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations. ISSN: 2318-3195 | v.3, p. 197-235, 2015.
- PINTO, M. **"O fundamentalismo islâmico"**. Conferência na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.
- PRASSE, K. **The Tuaregs: The Blue People.** Copenhagen: Museum Tusulanum Press Randall, Sara, and Alessandra Giuffrida, 1995.
- PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.
- RAMONET, I. **Guerras do Século XXI.** Porto, Campo das Letras, 2002.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- REINARES, F. **"El terrorismo internacional"**. In: Panorama Estratégico 2004-2005. Ministério de Defesa, Instituto de Estudios Estratégicos Real Instituto El Cano, p. 48; 2005.
- REITANO, T. AND M. SHAW. **People's perspectives of organized crime in West Africa and the Sahel.** Pretoria: Institute for Security Studies, 2014.
- RETAILLÉ, D. « L'espace mobile », Antheaume B. et Giraut F. (éd.), Le territoire est mort: vive les territoires ! : une refabrication au nom du développement, Paris, IRD, p. 175-201, 2005.

RETAILLÉ, D; WALTHER, O. **L'actualité sahélo-saharienne au Mali: une invitation à penser l'espace mobile Conceptualizing the mobility of space through the Malian conflict.** Ann. Géo., n° 694, p. 595-618, 2013.

ROBERTO, W; MELOS, A. **"The situation regarding non-state military actors in the Middle East."** UFRGS Model of United Nations, p. 247-293, 2014.

SAADI, A. **Os Sertões que viram Deserto.** Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v.25, n.1, p.10-17, 2000.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAYER, A. **Method in Social Science: A Realist Approach.** (2 nd edn) . London: Routledge, 1992.

SAHLINS, M. **Poor man, rich man, big man, chief: political types in Melanesia and Polynesia.** Comparative Studies in Society and History 5, p. 285–303, 1963.

SAMPAIO, E.V.S.B.; ARAÚJO, M.S.B. **Desertificação no Nordeste do Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 30. 2005. Recife. Anais. Recife: Conferências. 2005. 1 CD-ROM. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método.** S.Paulo, Nobel, 1985.

_____. **Técnica, Espaço Tempo.** Globalização e meio técnico científico informacional., S.Paulo, Hucitec, 1994.

SECRETARIAT PERMANENT DU G5 SAHEL. **Agir Ensemble Pour Le Contrôle Des Espaces Frontaliers Au Sahel,** 2018.

SEELY, J. **A Political Analysis of Decentralisation: Coopting the Tuareg Threat in Mali.** The Journal of Modern African Studies. v. 39, n. 3, 2001.

SENA, C. **Françafrique: A permanência Francesa na África diante dos processos civilizatórios.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Graduação em Relações Internacionais. Porto alegre, 2012.

SCHNECKENER, U. **FRAGILE STATEHOOD, ARMED NON-STATE ACTORS AND SECURITY GOVERNANCE.** Bryden, Alan/Caparini, Marina (eds.): Private Actors and Security Governance, Berlin: LIT, p. 23-40, 2006.

SIMONE, A. **'PEOPLE AS INFRASTRUCTURE: INTERSECTING FRAGMENTS IN JOHANNESBURG',** PUBLIC CULTURE, 16: 407–29— (2004B) FOR THE CITY YET TO COME: CHANGING AFRICAN LIFE IN FOUR CITIES, DURHAM, NC: DUKE UNIVERSITY PRESS, 2004.

SILVA, C. A. S. **Direitos humanos e refugiados**. Dourados: Ed. UFGD. p.144, 2012.

SILVA, V. **O conflito Tuaregue ao norte do Mali: A geopolítica da resistência no Sahel africano**. Revista Transversos. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, nº. 10, p.85-101, 2017.

Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos> ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.29178

STYAN, D. **Rota da Seda Marítima da China e Pequenos Estados: Lições do Caso do Djibuti**. Journal of Contemporary China, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/loi/cjcc20>

SHAW, B. **“Eaters of flesh, drinkers of milk”**: the Ancient Mediterranean ideology of the pastoral nomad. Ancient Society, Leuven, v. 13/14, p.5-31, 1982/1983.

SHAW, I. G. R.; DIXON, D. P.; JONES, J. P. J. **Theorizing Our World**. In: Gomez, B.; Jones, J. P. Research Methods in Geography. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010, 459p. p. 9-25, 2010.

SHIPLEY, T. **CAUSAS EXTERNAS DE LOS ESTADOS FALLIDOS**, Asignatura: Métodos de Investigación en Ciencia Política Doble Grado en Derecho y Ciencia Política y Administración Pública Universidad Autónoma de Madrid, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/32724672/Causas_Externas_de_los_Estados_Fallidos

SORIANO, M. **The Road to Media Jihad: The Propaganda Actions of Al Qaeda in the Islamic Maghreb**, 2010.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington: American Association of Geographers, 1971. [Resource paper n. 8].

SOUSA, F. **Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África**. Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho de Investigação Individual do CPOG. Pedrouços, 2013.

SOUZA, M. **O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STRAZZARI, F. **Azawad and the rights of passage: the role of illicit trade in the logic of armed group formation in Northern Mali**. NOREF, Norwegian Peace building Resource Centre, 2015.

SZUCHMAN, J. **Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East : cross-disciplinary perspectives**. Chicago (Ill.) : Oriental Institute of the University of Chicago, 2009.

TEBAS. J. **G5 Sahel: La Fuerza [antiterrorista]**. Conjunta (FCG5S). Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2017.

TAOKO, H., COWELL, A. & CALLIMACHI, R. “**Violent Protests Topple Government in Burkina Faso**”. In The New York Times, 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/10/31/world/africa/burkina-faso-protests-blaise-compaore.html>

TINTI, P. ‘**Illicit Trafficking and Instability in Mali: Past, Present and Future**’, Global Initiative against Transnational Organized Crime, 2014. Disponível em: <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2014/01/Illicit-Trafficking-and-Instability-in-Mali-Past-present-and-future.pdf>

TREMBLAY, M. **L'émergence du soft power chinois**. Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen , 2007. Disponível em: <http://www.centpapiers.com/lemergence-du-soft-power-chinois/799/>

TULL, D; MEHLER, A. **The hidden costs of power-sharing: reproducing insurgent violence in Africa**. African Affairs: Oxford, v. 104, n.416, p. 375–98, 2010.

TSCHAKERT, P. **Views from the vulnerable: Understanding climatic and other stressors in the Sahel**. Global Environmental Change, 17, p.381–396, 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment**. United Nations Publications, 2010. Disponível em: <http://www.unodc.org/>

UTAS, M. **African Conflicts and Informal Power : Big Men and Networks**. Zed Books Ltd, ed, 2012.

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **For Mali's displaced, on-going insecurity an obstacle to return**, 2013.

UNHCR. **UNCHR country Operations Profile: Mali Situation (Mali, Niger, Burkina Faso)**. Available online, 2013.

VENTURI, L. A. B. **RECURSO NATURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, p. 09 - 17, 2006.

VERSCHAVES, F. **La Françafrique: Le plus long scandale de la République**. Paris: Stock, 1999.

WALTHER, O; CHRISTOPOULOS, D. **Islamic terrorism and the Malian rebellion**. Terrorism and Political Violence 27 (3), p. 497–519, 2015.

WARNER, L. **THE TRANS SAHARA COUNTER TERRORISM PARTNERSHIP BUILDING PARTNER CAPACITY TO COUNTER TERRORISM NA VIOLENT EXTREMISM**. CRM-2014-U-007203, 2014.

WILLIAMS, P D. **War & conflict in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2014.

WALLENSTEEN, P. **Understanding conflict resolution: war, peace and the global system**. London: Sage Publications Ltd, 2002.

WEISS, H. **POLITICAL STRATEGIES OF MUSLIM LEADERS IN GHANA - Between Accommodation and Revivalism: Muslims, the State, and Society in Ghana from the Precolonial to the Postcolonial**. Era. Helsinki: Finnish Oriental Society, p. 439, 2008. ISBN 978-951-9380-71-1.

YRIS. **First Place — On the Shores of Bab-el-Mandeb: Assessing China's First Overseas Military Base in Djibouti and Chinese Grand Strategic Vision for the Horn of Africa and Indian Ocean**. The Yale Review of International Studies, 2018. Disponível em: http://yris.yira.org/acheson-prize/2445#_ftnref15

ZIMMERMANN, E.W. **Introducción a los recursos mundiales**. Barcelona: Oikos-Tau, 1966.

ZECA, E. **Notas Sobre Política Externa e Diplomacia de Moçambique: Princípios, Objetivos e Mecanismos de Implementação**. Vol. 2, Nº 05, Ano II, 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-34, 2010.

Sites visitados

ACNUR. Mali Emergency Background.

Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/4f79a77e6.html>>

Operamundi: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/26660/historia+do+mali+e+marcada+por+conflitos+separatistas+desde+o+inicio+do+seculo+xx+.shtml>> Acesso em 21 jul. 2016.

Carta Capital: Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/cultura/conflito-no-mali-coloca-patrimonio-da-humanidade-em-risco> Acesso em 21 jul. 2014.

BBC: Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2013/03/130328_mali_francal_krn.shtml Acesso em 29 jul.2014.

ONU. Crise no Mali já atinge outros países da região, alerta Representante da ONU. Disponível em: <http://www.onu.org.br/mali/relatorio-sobre-a-situacao-no-mali/> Data do acesso: 10/02/2014.
<http://www.indexmundi.com/pt/>